

Estudos
TRANSDISCIPLINARES
em regiões de

FRONTEIRA:

MIGRAÇÃO, VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS
EM TEMPOS DE PANDEMIA.

Francilene dos Santos Rodrigues • Mariana Cunha Pereira
• Vângela Maria Isidoro de Moraes • Pedro Marcelo Staevie

Organizadores



PPGSOF
Mestrado em
Sociedade e Fronteiras

**ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM
REGIÕES DE FRONTEIRA**
**Migração, Violência e Direitos Humanos em
Tempos de Pandemia**

Francilene dos Santos Rodrigues
Mariana Cunha Pereira
Pedro Marcelo Staevic
Vângela Maria Isidoro Morais
Organizadores



EDUFRR
Boa Vista - RR
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

REITOR

José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR

Fábio Almeida de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Alcir Gursen de Miranda

Anderson dos Santos Paiva

Bianca Jorge Sequeira Costa

Fabio Luiz de Arruda Herrig

Georgia Patrícia Ferko da Silva

Guido Nunes Lopes

José Ivanildo de Lima

José Manuel Flores Lopes

Luiza Câmara Beserra Neta

Núbia Abrantes Gomes

Rafael Assumpção Rocha

Rickson Rios Figueira

Rileuda de Sena Rebouças

Realização:

Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR

Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras- GEIFRON/UFRR

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico- CNPq

Coordenação de Formação de Pessoal Docente -CAPES

Parcerias

Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRR)

Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - (PROFHistoria/UFRR)

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Amazônia (NEIAM/UNILA)

Observatório das Migrações em Rondônia – (OBMIGRON/UNIR)



Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
e-mail: editora@ufrr.br / editoraufrr@gmail.com
Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



Copyright © 2020
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Projeto Gráfico e Capa

Ykaro Rabelo de Amorim
Gyulle Anne Teixeira Cunha

Tradutor espanhol

Marcos Alekos Padilla Gamboa

Diagramação

Victor dos Santos Mafra

Revisão Técnica

Elisangela Barbosa Dias

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

E82 Estudos transdisciplinares em regiões de fronteira : migração, violência e direitos humanos em tempos de pandemia / Francilene dos Santos Rodrigues ... [et al.]. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2020.

363 p. : il.

ISBN: 978-65-86062-90-8

Livro eletrônico.

1 – Migração. 2 – Fronteira. 3 – Estrangeiros. 4 – Direitos humanos. 5 – Pandemia. I – Título. II – Rodrigues, Francilene dos Santos. III – Universidade Federal de Roraima.

CDU – 327:342.71

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:

Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Os textos deste livro foram avaliados e aprovados por pareceristas ad hoc.

Comitê Científico

Abda de Souza Medeiros (UERJ/UFF/FIOCRUZ)	Luciano Alberto Ferreira (CADECON/UFRR)
Alan Robson Alexandrino Ramos (PRONAT/UFRR)	Luís Eduardo Aragón Vaca (NAEA/UFPA)
Alessandra Rufino dos Santos (UFRR)	Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)
Amparo Huertas Bailén (UAB/Espanha)	Marcel Theodoor Hazeu (NAEA/UFPA)
Américo Alves de Lyra Júnior (UFRR)	Marcionila Fernandes (UEPB)
Denise Maria Cogo (USP)	Maria Alejandra Nicolas (PPGPPD/UNILA)
Eliane Silvia Costa (UFBA)	Maria Goretti Leite de Lima (UFRR)
Eric Gustavo Cardin (UNIOESTE/LAFRONT)	Maria Jose Boavida M. Caldeira (Univ. Minho/Portugal)
Fernando Cezar Costa Xavier (UFRR)	Maria Lucia Navarro Lins Brzezinski (IALE/UNILA)
Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR/GEIFRON)	Mariana Cunha Pereira (PPGANTS/UFRR)
Francisca Paula Soares Maia (PPGPPD/UNILA)	Mario Valero Martínez (Univ. de los Andes/Venezuela)
Georgia Patrícia da Silva Ferko (UFRR)	Meire Joyce Almeida Pereira (UFRR)
Isabelle Braz Peixoto da Silva (UFC)	Olinda Rodrigues da Silva (UFPA)
Ivete Souza da Silva (UFRR)	Pedro Marcelo Staevie (UNILA)
Joao Carlos Jarochinsky Silva (UFRR)	Rosa Isabel Martinez Lillo (Univ. de Málaga/Espanha).
Julia Faria Camargo (UFRR)	Silvia Lilian Ferro (ILAE/UNILA)
Leila Chagas de Souza Costa (UERR)	Tarcia Milene A. C. Barreto (PRONAT/UFRR)
Leonardo Ulian Dall Evedove (UFRR)	Vângela Maria Isidoro de Morais (PPGCOM/UFRR)
Luciana Marinho de Melo (IFERR)	Vilso Junior Chierentin Santi (PPGCOM/UFRR)
Luciana Oliveira Dias (UFG)	

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	10
PREFÁCIO.....	17
PRESENTACIÓN.....	19
PARTE 1 O CAMPO CATALISADOR DA PANDEMIA: MÍDIA, DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÃO	
CAPÍTULO 1: SMUGGLING AGAINST LOCKDOWN MEASURES: TWO DISEASES IN THE BORDER.....	
	27
<i>Roberto Rigaud Navega Costa</i>	
<i>Tatiane dos Santos Navega Costa</i>	
CAPÍTULO 2: MUJERES MIGRANTES: EL TRABAJO DOMÉSTICO EN TIEMPOS DE PANDEMIA. EL CASO DE COLOMBIANAS Y BOLIVIANAS EN HUELVA-ESPAÑA.....	
	50
<i>Carmen Cecilia Vásquez González</i>	
<i>Rimian Jesús Vallejos Montaña</i>	
CAPÍTULO 3: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO ENQUANTO UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES E O CONTEXTO DA COVID-19.....	
	68
<i>Amanda Eduarda da Silva Lorenzi</i>	
<i>Ana Luisa Hickmann</i>	

**CAPÍTULO 4: DESCONSTRUINDO O RACISMO
CONTRA MIGRANTES INTERNACIONAIS
E REFUGIADOS NO ATUAL CONTEXTO
DE PANDEMIA DE COVID-19 NA
FRONTEIRA NORTE DO BRASIL. 80**

*Alessandra Rufino Santos
Érica Marinbo dos Santos*

**CAPÍTULO 5: PRECARIEDADE DA INFORMAÇÃO,
DESIGUALDADE DIGITAL E A PROLIFERAÇÃO
DE VULNERABILIDADES ENTRE REFUGIADOS
VENEZUELANOS DURANTE A PANDEMIA. 101**

*Julia Camargo
Amanda Paz Alencar*

**CAPÍTULO 6: AS FRATURAS CAUSADAS PELA
COVID-19 NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 122**

*Luis Renato Vedovato
Daniel Francisco Nagao Menezes*

**CAPÍTULO 7: TRANSPARÊNCIA
DEMOCRÁTICA NA GOVERNANÇA PÚBLICA:
O DIREITO À INFORMAÇÃO E AS
TENSÕES JURÍDICAS NA COVID-19. 133**

Otávio Morato de Andrade

**CAPÍTULO 8: DESTERRITORIALIZAÇÕES
METODOLÓGICAS E SABERES AMAZÔNICOS:
COMUNICADORES INDÍGENAS NA CRIAÇÃO
MIDIÁTICA EM CONTEXTO DE PANDEMIA. 149**

*Ariene dos Santos Lima
Luan Correia Cunha Santos
Lisiane Machado Aguiar
Vângela Maria Isidoro de Moraes*

**CAPÍTULO 9: EMERGÊNCIAS, ACOLHIMENTOS
E TRANSDISCIPLINARIDADES: AS AÇÕES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA..... 168**

Camila do Nascimento Cultri

Maria Lúcia Teixeira Machado

**PARTE 2 - FRONTEIRAS: DIFERENTES ESPACIALIDADES E
DISTINTOS OLHARES SOBRE A MOBILIDADE**

**CAPÍTULO 10: AS FRONTEIRAS DA PESQUISA
EM COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA..... 181**

Cynthia Mara Miranda

Vilso Junior Santi

Lucas Milbomens

**CAPÍTULO 11: ESPAÇOS SOCIOLINGUÍSTICOS
DE FRONTEIRA E ENSINO DE PORTUGUÊS COMO
LÍNGUA ADICIONAL PARA CRIANÇAS IMIGRANTES..... 201**

Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro

Clarice Nadir von Borstel

**CAPÍTULO 12: A PANDEMIA DA COVID-19
E OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A
MOBILIDADE DE HAITIANOS E
VENEZUELANOS EM RONDÔNIA..... 223**

Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Roziane da Silva Jordão

Maquexia Suzane Furtado

**CAPÍTULO 13: IMIGRAÇÃO E TRABALHO: UMA
BREVE EXPOSIÇÃO A PARTIR DO CASO DOS(AS)
TRABALHADORES/TRABALHADORAS HAITIANOS
NA FRIMESA COOPERATIVA EM MEDIANEIRA – PR..... 239**

Keit Viviane de Souza

Pedro Marcelo Staevie

CAPÍTULO 14: GERMINAIS FRONTEIRIÇOS: MIGRAÇÕES E ESPACIALIDADES.....	254
<i>Marco Aurélio Machado de Oliveira</i>	
<i>Jéssica Canavarro Oliveira</i>	
<i>Wanessa Pereira Rodrigues</i>	
CAPÍTULO 15: DE PAÍS RECEPTOR A LA SOCIEDAD DEL ÉXODO: EL PANORAMA MIGRATORIO VENEZOLANO.....	270
<i>Mario Valero Martínez</i>	
CAPÍTULO 16: ÊXODO MIGRATÓRIO VENEZUELANO, OPERAÇÃO ACOLHIDA E OS ABRIGOS HUMANITÁRIOS NOS MUNICÍPIOS DE PACARAIMA E BOA VISTA.....	303
<i>Daiane Lacerda Lima</i>	
<i>Ângela Magalhães Vasconcelos</i>	
CAPÍTULO 17: A MERCADORIA MORRE NO VOLUME: CONTROLES, ILEGALISMOS E MUTAÇÕES NA FRONTEIRA PARAGUAI/BRASIL.....	326
<i>Eric Gustavo Cardin</i>	
<i>Brígida Renoldi</i>	
CAPÍTULO 18: RIOS QUE CONSTROEM FRONTEIRAS E OUTRAS ESPACIALIDADES: COTIDIANO E CULTURA.....	342
<i>Maria de Fátima Oliveira</i>	
<i>Mariana Cunha Pereira</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	363

PREFÁCIO

Temos o prazer de apresentar o primeiro volume da coletânea ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM REGIÕES DE FRONTEIRA: Migração, violência e direitos humanos em tempos de pandemia. Uma iniciativa do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), como parte da sua política de estimular a divulgação e socialização do conhecimento produzido no âmbito de diversos programas de Pós-graduação parceiros e grupos de pesquisa associados ou em redes de pesquisa.

Desta forma, a coletânea é a expressão das parcerias entre o grupo de estudos interdisciplinar sobre fronteiras (GEIFRON), Observatório das Migrações de Rondônia (OBMIGRON) e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Amazônia (NEIAM) e, conseqüentemente, entre as Universidades Federais de Roraima (UFRR) e de Rondônia (UNIR), ambas amazônicas, e da Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA.

Essa coletânea tem a pretensão de socializar os estudos produzidos em regiões e sobre regiões de fronteira, mas, não apenas. Pretendemos com isso estimular a produção de estudos interdisciplinares e comparativos entre as fronteiras amazônicas e do sul do Brasil uma vez que, apesar das diferenças, configuram-se espaços de intensos e históricos processos de mobilidade humana tanto internamente, regionalmente e internacionalmente. São, ainda, espaços e territórios palcos de diferentes tipos de violências e violação de direitos humanos nas suas variadas facetas ao tempo em que vivenciam de formas diferenciadas à pandemia do coronavírus, resistem aos ataques à ciência e ao desmonte da educação pública, principalmente. Recebemos artigos que superaram nossas expectativas. Todos submetidos à avaliação por pareceristas Ad hoc, em sistema de duplo-pares à cega. Alguns recomendados para a publicação na Coletânea “Mobilidade humana na Amazônia: implicações teóricas e experiências contextuais”, organizada pelo OBMIGRON/UNIR, e na qual o GEIFRON/UFRR participa reforçando as parcerias, fundamentais para que esta coletânea tivesse êxito. Deixamos aqui nossos agradecimentos aos/às pareceristas que responderam de forma ágil aos nossos apelos para avaliações em tempo recorde; aos autores e às autoras que enviaram seus artigos; aos/às colegas parceiros/as e companheiros/as nesta organização; à equipe do PPGSOF e à Editora da UFRR. Desejamos a todos nós muita força para conseguirmos chegar em 2021 com disposição, criatividade e esperanças.

Boa Vista, 28 de outubro de 2020

PROFA. DRA. FRANCIENE DOS SANTOS RODRIGUES

APRESENTAÇÃO

ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM REGIÕES DE FRONTEIRA: Migração, violência e direitos humanos em tempos de pandemia é uma coletânea coordenada no âmbito do PPGSOF/UFRR e organizada pelas professoras France Rodrigues (GEIFRON/PPGSOF), Mariana Pereira (GEIFRON/PROFHIST), Vângela Morais (GEIFRON/PPGCOM) e pelo professor Pedro Staeve (NEIAM/PPGPPD). O resultado aqui apresentando é fruto do trabalho colaborativo entre os organizadores, desde a proposta inicial apresentada ao PPGSOF, em junho de 2020, e a entrega deste manuscrito à editora.

Logramos reunir artigos cujos autores e cujas autoras são de inúmeras nacionalidades, formações acadêmicas, instituições, regiões do Brasil e países. A pluralidade dos temas aqui abordados versa sobre migração, violência, Direitos Humanos, pandemias e seus efeitos socioculturais e ambientais, ao mesmo tempo em que cruzam as fronteiras disciplinares e constroem abordagens complexas sobre os temas selecionados.

A presente obra está dividida em duas partes. A primeira, intitulada O campo catalisador da pandemia: mídia, direitos humanos e migração, está constituída por uma série de reflexões que adotam em centralidade o contexto e os desafios da pandemia. A segunda parte, intitulada Fronteiras: Diferentes espacialidades e distintos olhares sobre a mobilidade, tem a fronteira e mobilidade humana como categorias centrais.

Nesta perspectiva, na abertura da Parte 1- O campo catalisador da pandemia: mídia, direitos humanos e migração, Roberto Rigaud Navega Costa e Tatiane dos Santos Navega Costa trazem o artigo *Smuggling against lockdown measures: two diseases in the border*. Nele, os autores refletem, criticamente, a conjugação de duas enfermidades, o contrabando nas fronteiras brasileira e paraguaia, no contexto da pandemia causada pela Covid-19. O artigo utiliza as tipificações de estratégia e tática para problematizar esse campo de análise marcado pelo distanciamento social e bloqueio das atividades econômicas, trazendo importantes contribuições sobre os movimentos táticos dos operadores dessa prática ilegal e as estratégias estatais de controle do território e da fronteira nas duas nações.

A seguir, Carmen Cecilia Vásquez González e Rimian Jesús Vallejos Montaña, no artigo *Mujeres migrantes: el trabajo doméstico en tiempos de pandemia*. El caso de colombianas y bolivianas en Huelva, apresentam a conjuntura da crise sanitária e o cenário atípico da pandemia do novo coronavírus, na perspectiva

das mulheres migrantes e trabalhadoras domésticas na cidade de Huelva, ao sul da Espanha. Migrantes bolivianas e colombianas relatam as consequências mais imediatas da pandemia sobre suas condições laborais. O artigo estimula a pensar o acirramento das desigualdades e a vulnerabilidade das mulheres em processos migratórios, nesse cenário, e reitera a necessidade da garantia dos direitos constitutivos da humanidade.

Em A violência de gênero enquanto uma violação dos direitos humanos das mulheres e o contexto da covid-19, as autoras Amanda Eduarda da Silva Lorenzi e Ana Luisa Hickmann abordam a violência contra a mulher, no contexto da Covid-19, em Foz do Iguaçu (Brasil) e região de fronteira. Emoldura essa análise uma releitura sobre os Direitos Humanos que expõe os desafios presentes diante das violações continuamente sofridas pelas mulheres, especialmente agravadas nos casos de violência doméstica familiar, neste contexto de isolamento social e de redução do acesso aos diversos serviços de apoio às vítimas.

A seguir, de autoria de Alessandra Rufino Santos e Érica Marinho dos Santos, o artigo intitulado Desconstruindo o racismo contra migrantes internacionais e refugiados no atual contexto de pandemia de covid-19 na fronteira Norte do Brasil promove uma reflexão sobre o impacto da pandemia do novo SARS-CoV-2 dentre um dos segmentos sociais mais atingidos. As razões desse aprofundamento das vulnerabilidades sofridas pelos migrantes internacionais e refugiados são múltiplas, dentre elas se destacam a baixa proteção ao emprego e as condições não adequadas de acesso a cuidados de saúde na fronteira Norte do Brasil. A análise leva a considerar, criticamente, a gestão dos serviços públicos e a urgente necessidade de um arcabouço normativo internacional e interno que, efetivamente, garanta a proteção a essas pessoas e auxilie no combate ao racismo.

Quando chegamos ao quinto artigo, observamos o lastro das consequências da pandemia nos processos comunicativos, pois o artigo de Julia Camargo e Amanda Paz Alencar, intitulado Precariedade da informação, desigualdade digital e a proliferação de vulnerabilidades entre refugiados venezuelanos durante a pandemia, realiza uma análise do quanto a falta de acesso e a limitação dos conhecimentos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação/TICs são ainda mais perversos quando o sujeito social, que não dispõe desse acesso ou conhecimento, é de extrema vulnerabilidade. As autoras trazem assim a reflexão sobre de que modo isso se dá entre os refugiados venezuelanos, ainda mais considerando que a migração do qual eles são sujeitos é para países como o Brasil, que já enfrenta suas limitações de conectividade.

Também, falando das limitações que a pandemia impõe na situação de migração, chegamos ao sexto artigo, de autoria de Luis Renato Vedovato e Daniel Francisco Nagao Menezes, Migrações internacionais e as fraturas causadas pela COVID-19, no qual pensando os impactos dessa doença no campo internacional, os autores trazem uma importante forma indireta de desenvolver essa reflexão. Eles denominam de fraturas as consequências que se apresentam nas relações sociais e nas relações sociopolíticas e espaciais. A ideia desenvolvida com a categoria fraturas é entender os vieses e as fragilidades entre o sujeito e o coletivo; entre o sentido de incluir ou não incluir e entre a condição de perdedores e ganhadores. Trata-se de um exercício reflexivo para pensar a realidade da pandemia no Brasil, onde um forte etos individualista predomina. Os autores remetem o debate ao campo da governança pública, para pensar as possibilidades do que de fato é possível realizar.

Na sequência, o leitor encontra o sétimo artigo, de Otávio Morato de Andrade que, também, no campo da governança pública, oferece-nos um debate sobre o sentido jurídico implícito no lastro que a COVID 19 provoca em nossas sociedades. Com o título Transparência democrática na governança pública: o direito à informação e as tensões jurídicas na Covid-19, o autor discute que, no Brasil, essa pandemia nos impõe à discussão sobre importantes institutos e marcos legais, a saber: o princípio constitucional da publicidade e a Lei de Acesso à Informação. A discussão, portanto, é se o coronavírus e suas consequências para a sociedade brasileira têm sido apresentados, discutidos e informados pelos setores do poder público, tendo em conta esses institutos e marcos legais. De modo brilhante, ajuda-nos a pensar sobre episódios de apagão de informações e de falta de transparência neste governo, ocorrido durante a pandemia. Portanto, sobre os encaminhamentos, dados e que tipo de políticas públicas serão adotadas.

O oitavo artigo, cujo tema é a comunicação, faz-nos retornar à discussão sobre o direito aos processos comunicativos já apresentados aqui, porém, nos traz outro sujeito social, os indígenas. Com o título Desterritorializações metodológicas e saberes amazônicos: comunicadores indígenas na criação de conteúdos para as mídias digitais em contexto de pandemia, Ariene S Lima, Luan Cunha Santos, Lisiane Machado e Vângela Moraes propõem pensar o modo de se rearticular a pesquisa incluindo os saberes amazônicos, por meio dos processos comunicativos nos quais os indígenas são protagonistas em tempos de pandemia. Nessa forma, a partir das narrativas indígenas para as mídias digitais, os autores defendem, por um lado, uma desterritorialização do modo de pesquisar e, por outro, a inclusão desses saberes nos processos comunicativos. Desse modo, a

pesquisa favorece uma contribuição acadêmica de reforço à diversidade, por meio da co-produção de investigação com os saberes amazônicos.

Por fim, chegamos ao nono e último artigo desta parte que também dialoga com a razão do saber científico diante da pandemia, sendo nesse caso, uma reflexão das ações da universidade e se intitula Emergências, acolhimentos e transdisciplinaridades: as ações da Universidade Federal de São Carlos para enfrentamento à pandemia. As autoras, Camila do Nascimento Cultri e Maria Lúcia Teixeira Machado, trazem ao nosso conhecimento as ações e a infraestrutura que a Universidade Federal de São Carlos tem realizado diante do contexto de pandemia. Trata-se de uma investigação dos processos comunicacionais sobre tais ações, que incluem todos os canais de comunicação e de redes sociais, as quais foram articuladas por essa instituição pública para dar respostas locais e servir de exemplo no contexto nacional.

A Parte 2 - Fronteiras: Diferentes espacialidades e distintos olhares sobre a mobilidade inicia-se com o artigo de Cynthia Mara Miranda, Vilso Junior Santi e Lucas Milhomens, intitulado As fronteiras da pesquisa em comunicação na Amazônia. Nele os autores apresentam um panorama geral da trajetória da comunidade científica na Amazônia e, em especial no estado de Roraima, bem como os principais desafios para o fortalecimento da pesquisa comunicacional no território amazônico. Os autores indicam, ainda, a necessidade de os trabalhos em comunicação convergirem para uma articulação conjunta entre várias frentes visando a transposição de fronteira e sua consolidação como campo de estudo integrador na e para a região amazônica.

No artigo a seguir, Espaços sociolinguísticos de fronteira e ensino de português como língua adicional para crianças imigrantes, Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro e Clarice Nadir von Borstel, tendo como suportes metodológicos as concepções da Linguística Aplicada, discutem o acolhimento linguístico-cultural de estudantes imigrantes, no Ensino Fundamental e no ensino da Língua Portuguesa, como Língua Adicional, a partir de investigações desenvolvidas em cidades fronteiriças do Paraná. Ao analisar este processo em escolas municipais de Guaira, verificaram a ampla possibilidade de um apagamento linguístico do espanhol, dada as atitudes monolinguísticas presentes nas escolas; o que é extremamente danoso para os estudantes, além de ser “um passo atrás” numa perspectiva multicultural e multilinguística, tão importantes nos espaços de fronteira.

Já no artigo Pandemia da covid-19 e os desafios e perspectivas para a mobilidade de haitianos e venezuelanos em Rondônia, as autoras Marília Lima

Pimentel Cotinguiba, Roziane da Silva Jordão e Maquézia Suzane Furtado dos Santos, analisam os impactos da Covid-19 nos imigrantes, em particular, haitianos e venezuelanos, em áreas de fronteira do Estado de Rondônia, na Amazônia brasileira. Para mais, buscam refletir sobre os desafios provocados pela interdição da mobilidade durante a pandemia, assim, como fazer uma reflexão sobre as múltiplas formas de exclusão, negação de direitos fundamentais e enfrentamentos da crise pela comunidade de imigrantes.

Em seguida, Keit Viviane de Souza e Pedro Marcelo Staevie, no artigo *Imigração e trabalho: uma breve exposição a partir do caso dos (as) trabalhadores/trabalhadoras haitianos na FRIMESA Cooperativa em Medianeira–PR*, realizam uma breve discussão sobre a imigração haitiana no oeste paranaense, tendo como foco central a incorporação destes imigrantes no mercado de trabalho local, a partir de um estudo de caso na Cooperativa Lar Agroindustrial, localizada no município de Medianeira. Além de analisar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, discorrem sobre as trajetórias migratórias destes atores sociais e traçam um perfil (social, demográfico, educacional) dos indivíduos migrantes, apontando também as dificuldades e os anseios, ao longo desta jornada, a partir do relato dos sujeitos.

Na sequência, temos a contribuição de Marco Aurélio Machado de Oliveira, Jéssica Canavarro Oliveira e Wanessa Pereira Rodrigues, com o artigo *Germinais fronteiriços: migrações e espacialidades. Sob o prisma da migração internacional, do comércio e de espacialidades construídas em Corumbá, Mato Grosso do Sul, entre o final do século XIX e início do século XX*, analisam aspectos da vida fronteiriça daquela cidade. Demonstram como a pluralidade de nacionalidades, representada pelos imigrantes que ali chegavam, o deslocamento de ex-cativos para o perímetro urbano, no lado brasileiro, e o adensamento populacional de comunidades do município boliviano de Puerto Suarez, assim como a ampla circulação de mercadorias, resultaram numa nova morfologia urbano-social em Corumbá.

Já o artigo do professor Mario Valero Martinez, da Universidad de los Andes-Venezuela, traz uma grande contribuição para o entendimento da dinâmica migratória a partir do olhar de dentro da própria Venezuela. No artigo, intitulado *De País receptor a la sociedade del éxodo: El panorama migratório venezolano*, o autor apresenta uma síntese histórica da dinâmica migratória internacional naquele país, desde o século XIX até a segunda metade do Século XX, primeiro, como país receptor de migrantes internacionais e parte do projeto da elite para impulsionar o desenvolvimento do país. O autor apresenta, ainda,

um histórico das leis e políticas migratórias na Venezuela, da inversão fluxo oriundo da Europa para a migração dentro do próprio continente, com ênfase nos fatores que impulsionaram a migração de colombianos para a Venezuela. Por fim, apresenta alguns elementos para entendermos o êxodo venezuelano, principalmente, a partir de meados da década de 2000, com ênfase na mobilidade com os países fronteiriços Brasil e Colômbia.

O artigo seguinte, de autoria de Daiane Lacerda Lima e Ângela Magalhães Vasconcelos, intitulado Êxodo migratório venezuelano, Operação Acolhida e os abrigos humanitários nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, é fruto de um intenso trabalho de campo realizado nos abrigos humanitários, em Roraima. No artigo, as autoras problematizam as concepções de abrigamento das agências internacionais e das Forças Armadas Brasileira, gestora da Operação Acolhida. Para as autoras, a gestão dos abrigos oscila entre os mecanismos de proteção e o controle que vêm sendo desenvolvidos nesses espaços. Por fim, elas chegam à conclusão que há uma forte “tendência à militarização interna e externa nos abrigos humanitários — com a exacerbação da vigilância e do poder sobre os imigrantes e refugiados venezuelanos”. Para autoras, essa tendência à militarização dos abrigos humanitários e a ausência de políticas públicas efetivas de inserção dos venezuelanos na sociedade local contribuem para a xenofobia institucional na região.

Das fronteiras, ao Norte do Brasil, saltamos para as fronteiras ao Sul, com o artigo A mercadoria morre no volume: controles, ilegalismos e mutações na fronteira Paraguai/Brasil, de autoria de Eric Gustavo Cardin e Brígida Renoldi. O artigo apresenta uma etnografia realizada no macrocentro, espaço de lojas e barracas em Ciudad del Este, as práticas cotidianas das atividades comerciais e a relação com os dispositivos de fiscalização. A apresentação dos inúmeros sujeitos que transitam nesse espaço, tais como “sacoleiros”, “atravessadores”, “paleteadores”, “mesiteros”, entre outros, demonstra a pulverização das práticas de travessia de mercadorias, bem como a riqueza das dinâmicas sociais nos espaços transfronteiriços. Para os autores, “as experiências de circulação e de interdependência existentes na fronteira respiram com dificuldade diante do controle e da criminalização estatal” e favorece, conseqüentemente, a mutação e fetichização da mercadoria/do volume, bem como a pulverização dos processos de circulação das mercadorias. E, como afirmam os mesmos, esse “panorama reforça a ideia de que a história dos ‘volumes’, das ‘coisas’, das ‘mercadorias’ é associada, de forma indivisível, à história dos sujeitos que habitam a fronteira”.

Para encerrar com brilhantismo essa parte da Coletânea, o artigo de autoria de Maria de Fátima Oliveira e Mariana Cunha Pereira, intitulado Rios que constroem fronteiras e outras espacialidades: cotidiano e cultura, apresenta os rios Tacutu, na fronteira do Brasil – Guiana, e Tocantins, na confluência dos rios Maranhão e Paraná, como lócus de relações sociais de ribeirinhos e transfronteiriços que “demandam encontros e desencontros, políticas públicas, poesia, serviços”, lugar do lícito e do ilícito, saberes e poderes que circulam”. O rio é o protagonista deste texto que encontra similaridade na obra “O rio comanda a vida” (1952), do autor Leandro Tocantins, em que apresenta a relação entre o regime das águas dos rios amazônicos e o modo de vida dos povos da floresta. No presente texto, as autoras demonstram como o rio que separa e divide é, ao mesmo tempo, o que une e fixa, integra regiões e pessoas e se constitui em espaço das relações sociais e de identidades culturais. Por fim, elas tecem uma ode ao Tacutu, rio majestoso que une dois países e expressa a pluralidade étnica dos povos transfronteiriços.

Esperamos que o/a leitor/a desfrute da leitura e do conhecimento socializado nesta obra.

Organizadores

Francilene dos Santos Rodrigues

Mariana Cunha Pereira

Pedro Marcelo Staevie

Vângela Maria Isidoro de Moraes

PREFÁCIO

Tenemos el placer de presentar el primer volumen de la colección de ESTUDIOS TRANSDICIPLINARES EN REGIONES DE FRONTERA: Migração, violência e direitos humanos em tempos de pandemia, una iniciativa del Programa de Posgrado en Sociedad y Fronteras (PPGSOF), de la Universidad Federal de Roraima (UFRR), como parte de su política de estimular la divulgación y socialización del conocimiento producido en el ámbito de diversos programas de Posgrado aliados y grupos de investigación asociados o en redes de investigación.

De esta manera, la recopilación es la expresión de las alianzas entre el Grupo de Estudios Interdisciplinar sobre Fronteras (GEIFRON), Observatorio de las Migraciones de Rondônia (OBMIGRON) y del Núcleo de Estudios Interdisciplinarios sobre el Amazonas (NEIAM) y, consecuentemente, entre las Universidades Federales de Roraima (UFRR) y Rondônia (UNIR), ambas del territorio amazónico, y la Universidad Federal de la Integración Latino Americana – UNILA.

Esta recopilación tiene la pretensión de socializar los estudios producidos en regiones y sobre regiones de fronteras, pero no solo eso. Se pretende con esto estimular la producción de estudios interdisciplinarios y comparativos entre las fronteras amazónicas y el sur de Brasil una vez que, a pesar de las diferencias, configuran espacios de intensos e históricos procesos de movilidad humana, tanto interna, regional e internacionalmente. Son, además, espacios y territorios que constituyen escenarios de diferentes tipos de violencias y violación de derechos humanos en sus variadas facetas, al mismo tiempo en que vivencian de formas diferenciadas a la pandemia del coronavirus, resisten los ataques a la ciencia y al desmontaje de la educación pública, principalmente.

Recibimos artículos que superaron nuestras expectativas. Todos fueron sometidos a arbitraje por evaluadores Ad hoc, en sistemas de doble-ciego. Algunos fueron recomendados para la publicación en la recopilación “Mobilidade humana na Amazônia: implicações teóricas e experiências contextuais”, organizada por OBMIGRON/UNIR y en la cual GEIFRON/UFRR participa reforzando las alianzas, fundamentales para que esa recopilación tuviese éxito.

Dejamos aquí nuestros agradecimientos a los y las compañeras que respondieron de forma ágil a nuestro llamado para las revisiones en tiempo récord; a los autores y autoras que enviaron sus artículos; a los y las colegas compañeros y compañeras en esta organización; al equipo del PPGSOF y de la Editora de la UFRR.

Deseamos para todos nosotros mucha fuerza para que logremos llegar al 2021 con disposición, creatividad y esperanzas.

Boa Vista, 28 de octubre de 2020

Profa. Dra. Francilene Rodrigues

PRESENTACION

ESTUDIOS TRANSDICCIPLINARIOS EN REGIONES DE FRONTERAS: Migración, violencia y derechos humanos en tiempos de pandemia es una recopilación de artículos, coordinada en el ámbito del PPGSOF/UFRR y organizada por las profesoras France Rodrigues (GEINFRON/PPGSOF), Mariana Pereira (GEIFRON/PROFHIST), Vângela Morais (GEIFRON/PPGCOM) y por el profesor Pedro Staevie (NEIAM/PPGPPD). El resultado aquí presentado es fruto del trabajo colaborativo entre los organizadores, desde la propuesta inicial presentada al PPGSOF, en junio de 2020 y hasta la entrega de este manuscrito a la editora.

Logramos reunir artículos cuyos autores y autoras son de diversas nacionalidades, formaciones académicas, instituciones, regiones de Brasil y otros países. La pluralidad de los temas aquí abordados trata sobre la migración, violencia, derechos humanos, pandemias y sus efectos socioculturales y ambientales, al mismo tiempo cruzan las fronteras disciplinares y construyen abordajes complejos sobre los temas relacionados.

La presente obra está dividida en dos partes. La primera, titulada O campo catalisador da pandemia: mídia, direitos humanos e migração, está constituida por una serie de reflexiones que adoptan su centralidad en el contexto y desafíos de la pandemia. La segunda parte, titulada Fronteiras: Diferentes espacialidades e distintos olhares sobre a mobilidade, tiene a la frontera y la movilidad humana como categorías centrales.

En esta perspectiva, en la apertura de la parte 1- O campo catalisador da pandemia: mídia, direitos humanos e migração, Roberto Rigaud Navega Costa y Tatiane dos Santos Navega Costa traen el artículo Smuggling against lockdown measures: two diseases in the border. En este, los autores reflexionan críticamente sobre la conjugación de dos enfermedades, el contrabando en las fronteras brasileñas e paraguayas en el contexto de la pandemia causada por el Covid-19. El artículo utiliza las tipificaciones de estrategia y táctica para problematizar ese campo de análisis, marcado por el distanciamiento social y el bloqueo de las actividades económicas, trayendo importantes contribuciones sobre los movimientos tácticos de los operadores de esa práctica ilegal y las estrategias estatales de control del territorio y de la frontera de las dos naciones.

Seguidamente, Carmen Cecilia Vásquez González y Rimian Jesús Vallejos Montaña, en el artículo Mujeres migrantes: el trabajo doméstico en tiempos

de pandemia. El caso de colombianas y bolivianas en Huelva, presentan una coyuntura de la crisis sanitaria en el escenario atípico de la pandemia del nuevo coronavirus, desde la perspectiva de las mujeres migrantes y trabajadoras domésticas en la ciudad de Huelva, al sur de España. Migrantes bolivianas y colombianas relatan las consecuencias más inmediatas de la pandemia sobre sus condiciones laborales. El artículo estimula a pensar sobre el endurecimiento de las desigualdades y la vulnerabilidad de las mujeres en procesos migratorios en ese escenario y reitera la necesidad de garantía de los derechos constitutivos de la humanidad.

En A violência de gênero enquanto uma violação dos direitos humanos das mulheres e o contexto da covid-19, las autoras Amanda Eduarda da Silva Lorenzi y Ana Luisa Hickmann abordan la violencia contra la mujer en el contexto del Covid-19 en Foz do Iguazú (Brasil) y regiones fronterizas. Ese análisis se encuadra en una relectura sobre los derechos humanos, que presenta los desafíos actuales frente a las constantemente violaciones sufridas por las mujeres, especialmente agravadas en los casos de violencia doméstica familiar, en este contexto de aislamiento social y reducción del acceso a diversos servicios de apoyo a las víctimas.

Seguidamente, de la autoría de Alessandra Rufino Santos e Érica Marinho dos Santos, el artículo titulado: Desconstruindo o racismo contra migrantes internacionais e refugiados no atual contexto de pandemia de covid-19 na fronteira Norte do Brasil, promueve una reflexión sobre el impacto de la pandemia del nuevo SARS-CoV-2 entre uno de los segmentos sociales más afectados. Las razones de ese aumento de las vulnerabilidades sufridas por los inmigrantes internacionales y refugiados son múltiples; entre ellas se destacan la baja protección al empleo y las condiciones adecuadas de acceso a cuidados de salud en la frontera Norte de Brasil. El análisis lleva a considerar críticamente la gestión de los servicios públicos y la urgente necesidad de un marco normativo internacional e interno, que efectivamente garantice la protección a esas personas y ayude en el combate al racismo.

Cuando llegamos al quinto artículo observamos el lastre de las consecuencias de la pandemia en los procesos comunicativos, pues en el texto de Julia Camargo y Amanda Paz Alencar, titulado Precariedade da informação, desigualdade digital e a proliferação de vulnerabilidades entre refugiados venezuelanos durante a pandemia, se realiza un análisis de cuanto la falta de acceso y la limitación de los conocimientos sobre las tecnologías de Información y Comunicación/

TICs son aún más perturbadoras cuando el sujeto social que no dispone de ese acceso o conocimiento es de extrema vulnerabilidad. Las autoras traen así la reflexión sobre de qué modo eso se da entre los refugiados venezolanos, aun más considerando que la migración de la cual son sujetos es hacia países como Brasil, que ya enfrenta sus limitaciones de conectividad.

A su vez, hablando de las limitaciones que la pandemia impone en la situación de la migración, llegamos al sexto artículo de Luis Renato Vedovato e Daniel Francisco Nagao Menezes, *Migrações internacionais e as fraturas causadas pela COVID-19*, en el que pensando en los impactos que la enfermedad tiene en el campo internacional, los autores traen una importante forma indirecta de desarrollar esa reflexión. Ellos denominan fracturas a las consecuencias que se presentan en las relaciones sociales y en las relaciones sociopolíticas y espaciales. La idea desarrollada con la categoría fracturas es entender los aspectos y fragilidad entre el sujeto y el colectivo; entre el sentido de incluir o no incluir y entre la condición de perdedores y ganadores. Se trata de un ejercicio reflexivo para pensar la realidad de la pandemia en Brasil donde un fuerte etos individualista predomina. Los autores remiten el debate al campo de la gestión pública para pensar las posibilidades de lo que de hecho es posible realizar.

Seguidamente, el lector se encuentra con el séptimo artículo de Otávio Morato de Andrade que, también en el campo de la gestión pública, nos ofrece un debate sobre el sentido jurídico implícito en la marca que el COVID-19 provoca en nuestras sociedades. Con el título: *Transparência democrática na governança pública: o direito à informação e as tensões jurídicas na Covid-19*, el autor discute que en Brasil esa pandemia nos impone la discusión sobre importantes institutos y marcos legales, a saber: el principio constitucional de la publicidad y la Ley de Acceso a la Información. La discusión, por lo tanto, es si el coronavirus y sus consecuencias para la sociedad brasileña ha sido presentado, discutido e informado por los sectores del poder público, tomando en cuenta esos institutos y marcos legales. De modo brillante nos ayuda a pensar sobre episodios de vacío de informaciones y falta de transparencia del gobierno durante la pandemia. Por tanto, sobre las medidas tomadas y qué tipo de políticas públicas serán adoptadas.

El octavo artículo, cuyo tema es la comunicación, nos hace retornar la discusión sobre el derecho a los procesos comunicativos ya presentados aquí, sin embargo, nos trae otro sujeto social, los indígenas. Con el título *Desterritorializações metodológicas e saberes amazônicos: comunicadores indígenas na criação de conteúdos para as mídias digitais em contexto de pandemia*, Ariene S. Lima, Luan

Cunha Santos, Lisiane Machado e Vângela Morais, proponen pensar el modo de replantear la investigación, incluyendo los saberes amazónicos por medio de los procesos comunicativos en los cuales los indígenas son protagonistas en tiempos de pandemia. De esa forma, a partir de las narrativas indígenas para los medios digitales, los autores defienden, por un lado, la desterritorialización del modo de investigar y, por el otro, la inclusión de esos saberes en los procesos comunicativos. De este modo, la investigación trae una contribución académica de refuerzo a la diversidad, por medio de la coproducción de investigación con los saberes amazónicos.

Finalmente, llegamos al noveno artículo de esta parte, que también dialoga con la razón del saber científico frente a la pandemia, significando en este caso, una reflexión de las acciones de la universidad, y se titula: *Emergências, acolhimentos e transdisciplinaridades: as ações da Universidade Federal de São Carlos para enfrentamento à pandemia*. Las autoras Camila do Nascimento Cultri e Maria Lúcia Teixeira Machado traen a nuestro conocimiento las acciones e infraestructura que la Universidad Federal de São Carlos ha realizado durante el contexto de la pandemia. Se trata de una investigación de los procesos comunicacionales sobre tales acciones que incluyen todos los canales de comunicación y de redes sociales que fueron articuladas por esa institución pública para dar respuestas locales y servir de ejemplo en el contexto nacional.

La parte 2, *Fronteiras: Diferentes espacialidades e distintos olhares sobre a mobilidade*, inicia con el artículo de Cynthia Mara Miranda, Vilso Junior Santi e Lucas Milhomens, titulado: *As fronteiras da pesquisa em comunicação na Amazônia*. En el mismo, los autores presentan un panorama general de la trayectoria de la comunidad científica de la Amazonía y, en especial en el estado de Roraima, así como los principales desafíos para el fortalecimiento de la investigación comunicacional en el territorio amazónico. Los autores también señalan la necesidad de que los trabajos de comunicación converjan para así tener una articulación conjunta entre varios frentes visualizando la transposición de la frontera y su consolidación como campo de estudio integrador en y para la región amazónica.

En el artículo siguiente, *Espaços sociolinguísticos de fronteira e ensino de português como língua adicional para crianças imigrantes*, Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro y Clarice Nadir von Borstel, teniendo como soporte metodológico las concepciones de la Lingüística Aplicada, discuten la acogida lingüística – cultural de estudiantes (inmigrantes) en la Escuela Básica y la enseñanza de la

lengua portuguesa como lengua adicional, a partir de investigaciones realizadas en ciudades fronterizas con el estado de Paraná. Al analizar este proceso en escuelas municipales de Guaíra se verificó la amplia posibilidad de un olvido lingüístico del español, dada las actitudes mono-lingüísticas presentes en las escuelas, lo que es extremadamente dañino para los estudiantes, además de ser un “paso atrás” en una perspectiva multicultural y metalingüística, tan importantes en los espacios fronterizos.

Ya en el artículo “Pandemia da covid-19 e os desafios e perspectivas para a mobilidade de haitianos e venezuelanos em Rondônia”, las autoras Marília Lima Pimentel Cotinguiba, Roziane da Silva Jordão y Maquêzia Suzane Furtado dos Santos, analizan los impactos del Covid-19 en los inmigrantes, en particular los haitianos y venezolanos, en áreas de frontera del estado de Rondônia, en el Amazonas brasileño. Además, buscan reflexionar sobre los desafíos provocados por la prohibición de la movilidad durante la pandemia, así como también sobre las múltiples formas de exclusión, negación de derechos fundamentales y enfrentamientos de la crisis en la comunidad de inmigrantes.

Seguidamente, Keit Viviane de Souza e Pedro Marcelo Staevic, en el artículo *Imigração e trabalho: uma breve exposição a partir do caso dos (as) trabalhadores/trabalhadoras haitianos na FRIMESA Cooperativa em Medianeira –PR*, realizan una breve discusión sobre la inmigración haitiana en el oeste de Paraná, teniendo como foco central la incorporación de estos inmigrantes en el mercado de trabajo local, a partir de un estudio de caso en la Cooperativa Lar Agroindustrial, localizada en el municipio de Medianeira. Además de analizar la integración de los inmigrantes en el mercado de trabajo, hablan de las trayectorias migratorias de estos actores sociales y trazan un perfil (social, demográfico, educacional) de los individuos migrantes, apuntando también las dificultades y deseos a lo largo de esta jornada, a partir del relato de los sujetos.

Acto seguido, tenemos la contribución de Marco Aurélio Machado de Oliveira, Jéssica Canavarro Oliveira y Wanessa Pereira Rodrigues con el artículo *Germinais fronteiriços: migrações e espacialidades*. Bajo el prisma de la migración internacional, del comercio y de las especialidades construidas en Corumbá, Mato Grosso do Sul, entre o final del siglo XIX e inicio del siglo XX, analizan aspectos de la vida fronteriza de esa ciudad. Demostraron como la pluralidad de nacionalidades representadas por los inmigrantes que allí llegaban, la movilización de ex-esclavos para el perímetro urbano, en el lado brasileño, y el avance poblacional de las comunidades del municipio boliviano de Puerto

Suárez, así como la amplia circulación de mercancías, resultaron en una nueva morfología urbano-social en Corumbá.

Ya el artículo del profesor Mario Valero Martínez, de la Universidad de los Andes-Venezuela, trae una gran contribución para el entendimiento de la dinámica migratoria, a partir del punto de vista dentro de la propia Venezuela. En el artículo titulado *De país receptor a la sociedad del éxodo: El panorama migratorio venezolano*, el autor muestra una síntesis histórica de la dinámica migratoria internacional en aquel país, desde el siglo XIX hasta la segunda mitad del siglo XX, primero, como país receptor de migrantes internacionales y parte de un proyecto de la élite para impulsar el desarrollo del país. El autor presenta también un histórico de las leyes y políticas migratorias en Venezuela, del cambio del flujo proveniente de Europa para la migración dentro del propio continente, con énfasis en los factores que impulsaron la migración de colombianos para Venezuela. El autor finaliza presentando algunos elementos para entender el éxodo venezolano, principalmente a mediados de la década de los 2000, con énfasis en la movilidad con los países fronterizos como Brasil y Colombia.

El siguiente artículo, con la autoría de Daiane Lacerda Lima y Ângela Magalhães Vasconcelos, titulado *Êxodo migratório venezuelano, Operação Acolhida e os abrigos humanitários nos municípios de Pacaraima e Boa Vista*, es fruto de un intenso trabajo de campo realizado en los abrigos humanitarios en Roraima. En el artículo las autoras problematizan las concepciones de abrigo de las agencias internacionales y de las Fuerzas Armadas Brasileñas, gestora de la Operación Acogida. Para ellas, las gestiones de los abrigos oscilan entre los mecanismos de protección y control, que se van desarrollando en esos espacios. Finalizando, las autoras llegan a la conclusión de que hay una fuerte “tendencia a la militarización interna y externa en los abrigos humanitarios —con la exacerbación de vigilancia y de poder sobre los inmigrantes y refugiados venezolanos”. Afirmar que esa tendencia a la militarización de los abrigos humanitarios y la ausencia de políticas públicas efectivas de inclusión de los venezolanos en la sociedad local, contribuyen a la xenofobia institucional en la región.

De las fronteras al Norte de Brasil saltamos para las fronteras del Sur, con el artículo *A mercadoria morre no volume: controles, ilegalismos e mutações na fronteira Paraguai/Brasil*, de autoría de Eric Gustavo Cardin y Brígida Renoldi. El artículo presenta una etnografía realizada en el macrocentro, espacio de tiendas y kioskos en Ciudad del Este, las prácticas cotidianas de las actividades comerciales y la relación con los dispositivos de fiscalización. La cantidad innumerable de

sujetos que transitan ese espacio, tales como atravesadores y otras personas que transitan constantemente la frontera, demuestra la pulverización de las prácticas de paso de las mercancías, así como la riqueza de las dinámicas sociales en los espacios fronterizos. Para los autores, “las experiencias de circulación e de interdependencia existentes en la frontera respiran con dificultad bajo el control y la criminalización estatal” y favorece, consecuentemente el cambio y fetichización de la mercancía/volumen, así como la desintegración de los procesos de circulación de las mercancías. Y, como afirman los autores “ese panorama refuerza la idea de que la historia de los “volúmenes” de las “cosas” de las “mercancías” son asociadas de forma indivisible a la historia de los sujetos que habitan la frontera”.

Para un final esplendido esta parte de la recopilación, el artículo con autoría de Maria de Fátima Oliveira y Mariana Cunha Pereira, titulado Rios que constroem fronteiras e outras espacialidades: cotidiano e cultura, presentan los ríos Tacutu en la frontera de Brasil-Guiana e Tocantins, en la confluencia de los ríos Maranhão e Paraná como locus de relaciones sociales de ribereños y transfronterizos que “demandan encuentros y desencuentros, políticas públicas, poesía, servicios”, lugar de lo licito y lo ilícito, saberes y poderes que circulan”. El río es protagonista de este texto que encuentra similitud en la obra “O rio comanda a vida” (1952), del autor Leandro Tocantins, en el que presenta la relación entre el régimen de las aguas de los ríos amazónicos y el modo de vida de los pueblos de sus alrededores. En el texto las autoras demuestran cómo el río que separa y divide es al mismo tiempo lo que une y fija, integra regiones y personas, y se constituye en el espacio de relaciones sociales de identidades culturales. Por fin, las autoras tejen una oda al Tacutu, río majestuoso que une dos países y expresa la pluralidad étnica de los pueblos transfronterizos.

Esperamos que el lector/a disfrute de la lectura y del conocimiento socializado en esta obra

Organizadores

Francilene dos Santos Rodrigues

Mariana Cunha Pereira

Pedro Marcelo Staevie

Vângela Maria Isidoro de Morais

PARTE 1

O CAMPO CATALISADOR DA PANDEMIA Mídia, Direitos Humanos e Migração



Crianças em frente à Rodoviária.
(MORAIS, Vângela, Boa Vista, RR, Brasil, 2018)

SMUGGLING AGAINST LOCKDOWN MEASURES: TWO DISEASES IN THE BORDER

Roberto Rigaud Navega Costa¹
Tatiane dos Santos Navega Costa²

INTRODUCTION

Humanity is going through a moment in its history where an unexpected challenge has placed everyone in a state of constant uncertainty, where the possibility of being infected and dying is, because of this disease, very great, compared to what we used to perceive as a real danger to our lives.

As part of the efforts to prevent the spread of contamination among people of the so-called Covid-19³, several countries around the world have closed their borders in the hope of containing the pandemic resulting from the virus. In the case of South America it has been no different, as in the case of Paraguay, which closed its borders on March 16, 2020⁴ and in the case of Brazil, which did the same on March 19, 2020⁵.

Many scientific works have already been conducted on the border between the two mentioned countries, and there is a large volume of data and conclusions concerning, mainly, smuggling between these two cities, which have their roots in extractivism, passing through agricultural products, and flowing to industrialized products, and there is an entire commercial center set up in Ciudad del Este prepared to serve the Brazilians.

In this scenario our question has arisen as to how the local smugglers, in those two border partitions, would act to adapt to the new reality, with the Bridge of Friendship closed to the normal flow. Questions, therefore, arose as to how

1 Mestrando no PPG em Sociedade Cultura e Fronteiras – Unioeste – Foz do Iguaçu; ramosnavega@gmail.com

2 Coordenadora do curso de Pedagogia, Docente nos cursos de Pedagogia e Psicologia – Uniamérica – Foz do Iguaçu; navegapsicologia@gmail.com

3 <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/2762130>

4 https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/03/17/interna_internacional,1129845/paraguai-fecha-ponte-da-amizade-com-brasil.shtml

5 <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-fecha-fronteiras-com-8-paises-da-america-do-sul/>

these smugglers would respond in a pandemic situation, with borders closed to their movements.

Our objective with this text is to provide a set of information in an attempt to subsidize a later conclusion, where we can achieve a greater understanding of the functioning of human behavior in conditions of prohibitions to the circulation, looking from the point of view of the State, as prohibitive, and of the subject, who practices smuggling along the border.

To subsidize our work, we chose to use the concepts of Michel de Certeau, who has in “strategy” and “tactics” a way of seeing the actions of the subjects in society, an approach that apparently fits as a glove to the purposes of this research.

Our working hypothesis is that in a scenario of State restrictions the smuggler will find a way to continue his illegal activity, adapting to the local reality, using the material means at his disposal to be able to continue in his typical daily activity.

We believe that such information can subsidize society and academia of more information about human behavior in extreme cases, as the ones currently lived, besides understanding better the relationship between strategy and tactics in boundary places.

We will present below a set of data extracted from two sources, from two Internet journals, which cover the daily life of both twin cities on the border of our interest, Foz do Iguaçu and Ciudad del Este, in an attempt to confront the information with the concepts of Certeau (1998).

METHODOLOGY

In order to respond to the challenge of demonstrating the tactics applied by smugglers on the border between Brazil and Paraguay, on the border between the cities of Foz do Iguaçu and Ciudad del Este, we will use the concepts of Michel de Certeau, who in his work *The Practice of Everyday Life* (1998) described how subjects who have their own place act and how people without such an own place have to act in space in an effort to survive.

We have at our disposal two categories to deal with reality, concerning the types of action possible in the same space. The subjects established in this place have the primacy of the regulation of behavior and have in the strategy their way of acting to manage their interests, regressing the accepted and rejected behaviors. (Certeau, 1998).

However, to those who do not have the means to manage the territory, who do not have the power to regulate behaviors, to those to whom the laws apply more harshly and forcefully, a manner of reacting to those hegemonic strategies was left, seeking in the interstices of the system to apply tactics of action, survival tactics, to try to guarantee the means of subsistence for themselves. (Certeau, 1998)

Therefore, when a smuggler, someone without his own place in the normatized arrangement of society, makes a decision to act in an attempt to escape the combat of the State (strategy) to his economic activity he is using tactics. So, below we will describe the occurrences that have been cited in two local periodicals - one from Foz do Iguaçu and the other from Ciudad del Este (CDE) - to demonstrate how, at a time of borders closed by the advent of infection by Covid-19, smugglers acted to circumvent State strategy on both banks of the Paraná River.

The description of the facts will extend from March 10, 2020 until July 24, 2020, with the borders definitively closed on March 16 in Paraguay and March 19 in Brazil. We must also warn that we are not interested in the point of view of the periodicals, which have their own inclination, according to their local political and economic interests, we are only interested in the occurrences themselves. Thus, we seek in local newspapers a source of data, not a source of understanding of reality.

LOCAL PERIODICALS ISSUES

Since the beginning of the arrival of the virus infection that received the name of Covid-19, both the Brazilian governments in the three scales of power - federal, state and local - have undertaken measures to control the flows on the border between Foz do Iguaçu, in Brazil and Ciudad del Este, in Paraguay, the same is true for the Paraguayan governments in the three scales corresponding to Brazil - Ciudad del Este, Alto Paraná and Asunción.

In accordance with the description of the events and the material conditions to evaluate the occurrences in this frontier of international importance, we will pass on the information provided to the society of Foz do Iguaçu by the electronic newspaper H2FOZ and to society of Ciudad del Este by the electronic periodical CDE HOT⁶.

6 <https://www.cdehot.com.py>

We will adopt a chronological essay, chaining the facts reported by both newspapers, trying to describe the progress of the conflicts generated by the closing of the borders, trying to understand how the ordinary citizen, the one who has in smuggling goods from commerce in Paraguay to Brazil and vice versa, his means of subsistence, the same ones that had to adapt to the State strategies to combat a pandemic that affected his way of economic life.

H2FOZ JOURNAL

We will begin by citing a protest which took place on 10 March 2020, due to the ill-treatment suffered by a reporter from the newspaper *La Nación*, who was trying to record how he was doing in controlling entrants to Paraguayan territory and who had been arrested, handcuffed and beaten by three Paraguayan navy soldiers. Members of the CDE Paseros Association, a total of 150 people, took this opportunity to claim the continuity of illegal food transport from Brazil to Paraguay⁷.

On the following day, March 11, the Itaipu power plant management on the Paraguayan side announced the cancellation of tourist visits, complying with local government orders. However, on the Brazilian side of the power plant, the visits remained normal, the same day the news of the suspicion of the first case of Covid-19 in Paraná came out. This news has been reversed in a more rigorous preventive measure on the Brazilian side on the day after the incident.

On the 14th of the same month, the subject was the effect of the health crisis and the increase in the value of the dollar (almost touching five reals) that had drove buyers off the streets of Ciudad del Este⁸. And a few days later, on March 18, the first case of Coronavirus infection was confirmed in the city of Foz do Iguaçu⁹.

Even with the stricter control measures on Paraguay's borders with its neighbours, a group of 30 Taiwanese citizens entered the country illegally. The group was discovered after reports of bribery by local police, where about US\$70,000 were allegedly extorted from the group. One of them was already

7 <https://www.h2foz.com.br/noticia/nao-va-ao-paraguai-jornalistas-e-paseros-se-mobilizam-contragressao-a-reporter>

8 <https://www.h2foz.com.br/noticia/crise-temor-do-coronavirus-e-dolar-no-espaco-sideral-esvaziam-ciudad-del-este-veja-as-imagens>

9 <https://www.h2foz.com.br/noticia/confirmado-primeiro-caso-de-coronavirus-em-foz-paciente-tem-sintomas-leves>

known to the police for being arrested with weapons, drugs and wild animals in 2016¹⁰. On the same date, Brazil determined to close its borders with its neighbors, including Paraguay¹¹. This closure, on both sides of the Friendship Bridge, made Paraguayans living in Brazil and other countries lose their destination when they arrived in Foz do Iguaçu. After a few days of negotiation they managed to cross the border. At the same time the CDE doctors were protesting for the Paraguayan borders to be closed.¹²

On March 3, the residents of the San Rafael neighborhood, in CDE, made a panel in protest of the absence of local government attention to the community. What has appeared to be a complaint on the part of drug and arms traffickers and smugglers using illegal ports on the banks of the Paraná River, who have been harmed by the closure of borders between neighbouring countries, so much so that machine guns were fired during the protest¹³. Even with protests, the Paraguayan government has stepped up border control measures and placed a gate at the exit of the Friendship Bridge to increase the city's isolation¹⁴. On the Brazilian side of the border there was the escalation of attention to border control with the union of forces of the Federal Highway Police (PRF), Navy, Army and Federal Police (PF), in the struggle against crimes that are typical of the region¹⁵.

The trade situation in the so-called microcenter of Ciudad del Este is unsustainable, say the traders affected by the local boundary closure measures. As for 95% of the sales were made to Brazilians, the impact on sales has been great. The merchants ask for the opening of the stores to the Paraguayan population, at least, not to close them permanently. The population in the neighborhoods already acts as if there were no quarantine, circulating freely, including inspections and allegations of corruption by inspectors¹⁶.

10 <https://www.h2foz.com.br/noticia/30-taiwaneses-entram-no-paraguai-sem-qualquer-controle-em-ciudad-del-este-sao-vitimas-da-policia>

11 <https://www.h2foz.com.br/noticia/brasil-fecha-as-fronteiras-com-todos-os-paises-vizinhos>

12 <https://www.h2foz.com.br/noticia/comboio-com-paraguaios-cruza-a-ponte-da-amizade-rumo-a-ciudad-del-este>

13 <https://www.h2foz.com.br/noticia/em-ciudad-del-este-panelaco-e-ate-tiros-de-metralhadora-pra-pedir-ajuda-do-governo-veja-os-ideos>

14 <https://www.h2foz.com.br/noticia/paraguai-coloca-um-portao-na-ponte-da-amizade>

15 <https://www.h2foz.com.br/noticia/forcas-de-seguranca-intensificam-fiscalizacao-no-rio-parana>

16 <https://www.h2foz.com.br/noticia/quarentena-se-torna-cada-vez-mais-insustentavel-em-ciudad-del-este-diz-jornal-paraguaio>

On May 6, news arrived that the Paraguayan navy was stepping up patrols of rivers on the border, with the objective of combating smuggling of food purchased in Brazil and taken to Ciudad del Este to supply the local population. Six boats were apprehended, in addition to a quantity of beans ready for sale¹⁷. And, on the next day, the mayor of Ciudad del Este reports that the city's economy will collapse because of the lack of movement in local commerce, where unemployment is growing and the population is without money and food¹⁸. A sign of the problem is that food smuggling from Brazil to Paraguay became more evident, as it was done more discreetly via the Friendship Bridge. So much so that a boat with several Paraguayan smugglers was turned over and at least 3 of them drowned. The boat made the crossing with Brazilian food (cheaper) to the neighboring country¹⁹.

The issue of apprehending food smuggling from Brazil to Paraguay continued in the news, so much so that on May 26, the Paraguayan navy, which is part of the security at the head of the Friendship Bridge on the Paraguayan side, reported that it had restricted the passage of medium-sized trucks under the allegation that these vehicles were being used to smuggle food into the neighboring country²⁰.

In addition to the usual concerns with the smuggling of food, electronics, drugs and weapons across the border between Brazil and Paraguay, there has been the unusual smuggling of businessmen, reported on June 1, where a group of Brazilians and Lebanese were arrested in Ciudad del Este, who had arrived from Foz do Iguaçu on board boats that crossed the Paraná River. Their intention was to go to their businesses, which were forbidden since the closing of the border²¹. The same case happened on June 16, when two Lebanese and a Brazilian tried to cross the Paraná River to arrive in Paraguay²².

17 <https://www.h2foz.com.br/noticia/paraguai-aumenta-fiscalizacao-no-rio-parana-e-proibe-a-pesca-ate-no-lado-brasileiro>

18 <https://www.h2foz.com.br/noticia/ciudad-del-este-esta-a-beira-de-uma-catastrofe-economica-diz-prefeito>

19 <https://www.h2foz.com.br/noticia/corpo-do-terceiro-paraguaio-que-caiu-no-rio-parana-foi-encontrado-por-pescadores>

20 <https://www.h2foz.com.br/noticia/caminhoneiros-de-medio-porte-do-paraguai-amecam-fechar-trafego-de-cargas-na-ponte-da-amizade>

21 <https://www.h2foz.com.br/noticia/paraguai-anuncia-mais-rigor-na-fronteira-mas-lojistas-que-moram-em-foz-poderao-entrar-em-cde>

22 <https://www.h2foz.com.br/noticia/dois-libaneses-e-um-brasileiro-sao-detidos-ao-tentar-entrar-ilegalmente-em-ciudad-del-este>

For the Ciudad del Este Chamber of Commerce, around 75 thousand people would be without income due to the paralysis of commerce in the microcenter of that city, being 20 thousand store employees and 55 thousand people who bought in stores to resell in Brazil. For the Centro Universitario Dinámica das Cataratas, in a 2019 survey, 41.6% of those interviewed at the Friendship Bridge were self-employed, who depended directly on trade with Paraguay. The newspaper's article also points out the tendency, before the lockdown, to put an end to the commercial model represented by the trade triangulation, where Ciudad del Este served as a commercial warehouse. In this scenario, about 30% of the workers in the stores in the microcenter have already been laid off, for example, Cellshop Importados alone, a store in the CDE microcenter, had laid off 400 of its 650 employees²³.

In a context of layoffs and lack of income generation, H2FOZ reported on 17 June that a woman (Brazilian) and eight men (Paraguayans) were arrested for smuggling in Foz do Iguacu. At the woman's house there were approximately R\$322,000 in goods (computers goods, mobile phones and perfumes) and another R\$26,000 in food which would be smuggled into Paraguay by the men arrested. On the way between the residence and the river the police found another 26 kilos of marijuana²⁴. Meanwhile, on the 30th of the same month, a shipment of weapon parts arrived in Paraguay from Miami-USA, destined to be smuggled into Brazil. The 50 or so pieces were hidden in ovens and it is believed that the owner of the pieces would be²⁵.

Going against the opinion of Paraguayan politicians, the mayor of Ciudad del Este defends the opening of trade, because he believes that the deaths due to lack of income, of the population of his city, will be greater than those caused by the disease that closed the border²⁶. At the same time, both smugglers and drug traffickers continue to operate on the border. They bring drugs to Brazil and smuggle into Paraguay, as seized on a boat on the Paraná River, reported on

23 <https://www.h2foz.com.br/noticia/gigante-dos-importados-comercio-de-ciudad-del-este-tem-futuro-incerto>

24 <https://www.h2foz.com.br/noticia/policia-prende-mulher-com-contrabando-e-8-paraguaios-que-entraram-ilegalmente-no-brasil>

25 <https://www.h2foz.com.br/noticia/paraguai-apreende-em-aeroporto-armas-e-municoes-que-seriam-de-um-comprador-brasileiro>

26 <https://www.h2foz.com.br/noticia/prefeito-de-ciudad-del-este-nao-acredita-na-covid-19-enquanto-seguranca-de-prisao-vai-pra-uti>

July 5²⁷. On the 7th, the news was that Brazilian-produced cosmetic products were being smuggled, in a false truck's bottom, to Paraguay, contrary to common sense about this crime²⁸. And coming from Paraguay to Brazil, two trucks were confiscated with cocaine²⁹.

More smugglers were arrested in Paraguay while loading cigarettes onto a boat in order to cross the Itaipu Lake and unload the goods on the Brazilian side of the border. The news reported that there are around 250 clandestine ports in Itaipu Lake, on both sides of the border³⁰.

Salto del Guairá, also on the border with Brazil, is going through an unprecedented economic crisis, where 1400 stores have already closed and half of the merchants have left the city. With 20 to 22 businesses closing each day, the 4,000 unemployed are expected to reach 11,000 in a short period of time, with an average of 250 daily layoffs. And all this without a single case of Covid-19 in the city³¹. Argentina is also a source of smuggling to Brazil. Wines, olive oil and beef are the most demanded products³². The Triple Border is triple in smuggling too.

The tension between state forces and smugglers peaked on July 16, with shots being fired between the Paraguayan navy and people unloading contraband from Brazil. Paraguay's national police were reinforced and the shooting migrated to one of Ciudad del Este's neighborhoods. About 35 suspected of firing rifle fire at police and military personnel were arrested³³. With the death of a military officer in this shooting, there were reports of torture on the dependencies of the Paraguayan Navy. A lawyer for the detainees said: "It is terrible what happened.

27 <https://www.h2foz.com.br/noticia/bandidagem-leva-contrabando-ao-paraguai-e-traz-drogas-da-la-pro-brasil>

28 <https://www.h2foz.com.br/noticia/caminhao-apreendido-levava-para-o-paraguai-uma-carga-de-cosmeticos-em-fundo-falso>

29 <https://www.h2foz.com.br/noticia/ponte-da-amizade-duas-apreensoes-de-cocaina-no-mesmo-dia-em-caminhoes-que-entravam-no-brasil>

30 <https://www.h2foz.com.br/noticia/contrabandistas-sao-detidos-em-reserva-de-mata-nativa-da-itaipu-no-paraguai>

31 <https://www.h2foz.com.br/noticia/comerciantes-fogem-de-salto-del-guaira-sintese-dos-problemas-de-fronteira>

32 <https://www.h2foz.com.br/noticia/vaivem-ilegal-de-mercadorias-segue-em-ritmo-veloz-na-triplice-fronteira>

33 <https://www.h2foz.com.br/noticia/confronto-a-tiros-entre-armada-paraguaia-e-contrabandistas-deixa-um-militar-gravemente-ferido>

They took people out of their homes, they didn't respect children, elders, they beat up many..."³⁴.

On the other hand, pressure from small importers on the Paraguayan side of the border came to an effect, as they were allowed to shop on the Brazilian side. Only 30 trucks a day are allowed to supply local trade³⁵. This measure had an impact on the trade in Foz do Iguaçu, which began to show some recovery in sales³⁶. However, smuggling is still a very lucrative business for its authors, so much so that in a debate on the subject came the information that a truck loaded with illegal cigarettes from Paraguay can give a net profit of R\$ 1.5 million to the owner of the cargo³⁷. As an example of the surveillance work at the border, there has been the apprehension of smuggled cigarettes in the region of Guaíra, in Operation Horus, in the amount of R\$ 4 million³⁸.

There are already reactions of protest to the closure of the flow in the Friendship Bridge by small traders, taxi drivers and "paseros" (who buy food in Foz do Iguaçu to resell in Ciudad del Este). They are closing the traffic for trucks from Brazil to Paraguay and say that for the big smugglers the border is open.³⁹. But at least the money laundering in the neighboring city has been hampered by the decline in border business. So much so that there was a 43% drop in reports of suspected money laundering of the sector responsible for inspection in Paraguay⁴⁰.

34 <https://www.h2foz.com.br/noticia/confronto-no-paraguai-morre-o-militar-e-detidos-apresentam-marcas-de-tortura>

35 <https://www.h2foz.com.br/noticia/depois-de-protestos-aduana-do-paraguai-autoriza-passagem-de-pequenos-importadores>

36 <https://www.h2foz.com.br/noticia/comercio-de-foz-e-favorecido-pela-retomada-das-importacoes-de-pequeno-porte-autorizadas-pela-aduana-do-paraguai>

37 <https://www.h2foz.com.br/noticia/numero-de-apreensoes-e-pequeno-perto-do-que-passa-pelas-fronteiras-diz-subsecretario-da-receita>

38 <https://www.h2foz.com.br/noticia/operacao-horus-apreende-r-4-milhoes-em-cigarros-do-paraguai-e-logistica-de-contrabando>

39 <https://www.h2foz.com.br/noticia/paraguai-autoriza-delivery-na-fronteira-seca-de-pedro-juan-caballero>

40 <https://www.h2foz.com.br/noticia/pandemia-reduziu-ate-operacoes-suspeitas-de-lavagem-de-dinheiro-no-paraguai>

CDE HOT JOURNAL

Our description of the events that took place on the border between Foz do Iguaçu and Ciudad del Este begins on March 12, 2020, a few days before the closing of the borders. The first occurrence concerns the kidnapping of a “pasero” (responsible for smuggling from Paraguay to Brazil) by his own “patron” (owner of the smuggled goods). Such a pasero would have lost a large shipment of cigarettes and his boss wanted the lost value back⁴¹. This case changed its character when it was discovered that the kidnapers, 4 Brazilians, were looking for the victim’s cousin, who had lost 3 AK-47s to another pasero and to a local naval officer. When 6,000 dollars were paid, the kidnapped was released and captured by the Paraguayan police for investigation⁴².

With the bridge closed in both directions, only trucks with cargo could pass, on March 19 two teenagers (16 and 17 years old) were arrested by the Paraguayan navy carrying almost 2 kg of marijuana in a fishing boat on the Paraná River⁴³. And on April 2nd, 17 clandestine boats were found on the same riverbank. All possibly in the service of smuggling or drug trafficking from Paraguay to Brazil or Argentina⁴⁴.

In contrast to drugs, weapons, cigarettes and electronics, food smuggling goes from Brazil to Paraguay. Thus, on April 4 a truck loaded with 35 tons of food (sugar, oil, chicken, sausages) was apprehended. The food was donated to destitute families in Ciudad del Este⁴⁵ (on April 20, another cargo with the same content was found in Paraguayan customs, which may indicate the same gang of smugglers⁴⁶, and on the 22nd there was a news of a conspiracy of a Paraguayan

41 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/pasero-habria-sido-raptado-tras-supuestamente-perder-mercaderias>

42 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/trafico-de-armas-y-marinos-involucrados-tras-rapto-de-pasero>

43 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/adolescentes-arrestados-durante-presunto-delivery-de-marihuana>

44 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/casi-una-veintena-de-canoas-incautadas-en-la-vera-del-rio-parana>

45 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/incautan-35-toneladas-de-alimentos-que-ingresaban-de-contrabando>

46 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/camion-con-unos-35-000-kg-de-mercaderia-prohibida-es-incautado>

customs official with that smuggling gang⁴⁷). On the same day 04 there was a news that a joint operation by the Federal Police of Brazil and the Paraguayan Navy found 45 men smuggling sugar to Paraguay, some on the Brazilian bank and the others on the Paraguayan bank of the Paraná River. All were arrested⁴⁸.

On the 6th of April, Brazilian federal police located a boat with 64.5 kg of marijuana, crossing the Paraná River. The boatman has succeeded in hiding on a river island⁴⁹. But on the 13th of this month, 6 dockers (two underage) were arrested by the Paraguayan navy trying to swim across the river, supported by bundles of empty plastic bottles, taking advantage of its low flow. They were trying to smuggle unspecified goods into Brazil⁵⁰. Meanwhile, a shipment of sanitary supplies (suitable for the prevention of virus contamination) has been confiscated in Ciudad del Este, the result of smuggling. Such materials were sent to combat the current pandemic⁵¹.

On April 30, another man was seen swimming across the Paraná River, the same with the help of a tire chamber. Fleeing to a favela in Foz do Iguaçu he has abandoned 15 packets of marijuana⁵². On May 5, the CDE HOT journal reported four men missing from the same river after a boat was overturned. Another 8 men were saved. Apparently they were smuggling goods. They all described themselves as dockworkers⁵³. After this, 5 more dockworkers were arrested by the Paraguayan navy when they entered the country with 13 packages containing food in a precarious boat⁵⁴. On the 13th, 3 Paraguayans were arrested

47 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/presunto-nexo-de-contrabandistas-en-puertos-es-imputado>

48 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/detienen-a-45-presuntos-contrabandistas-en-orillas-del-parana>

49 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/canoa-con-droga-incautada-por-policia-federal-en-la-isla-acaray>

50 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/intentaron-meter-contrabando-caminando-por-el-parana>

51 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/fiscalia-investiga-supuesto-contrabando-de-insumos-sanitarios>

52 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/joven-cruzo-el-rio-en-una-camara-neumatico-hacia-el-brasil>

53 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/sigue-busqueda-de-cuatro-personas-desaparecidas-en-el-rio-parana>

54 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/cinco-estibadores-detenedos-mientras-intentaban-ingresar-por-el-rio>

on the Brazilian side of the river waiting for goods on a boat, and on the Paraguayan side 2 boats were confiscated, one submerged (to mislead the navy) and another with goods, whose occupants undertook escape⁵⁵. In the following day, two more Paraguayans swam into their country, helped by improvised floats from Brazil, violating quarantine⁵⁶.

Continuing the inspection of the Paraná River, the Paraguayan navy has been able to confiscate, on May 28th, 8 wooden boats that were hidden from view, 2 of them submerged⁵⁷. And on June 1st, the same agency found a boat with 65 kg of marijuana on the riverbank. Their occupants had succeeded in escaping⁵⁸. Apparently doing the same as the other paseros mentioned above, an underage boy disappeared into the river when his boat was turned. The other occupants were able to access the shore⁵⁹. On June 9, 5 men tried to enter Paraguay by the Paraná River using an inflatable boat. With them were G\$3 million, US\$4,200, R\$10,000 (a total of G\$40 million), documents not specified in the report and medicines⁶⁰. Two days later, a man was arrested passing by the same river using an improvised board to float. It was alleged that he had been shipping food to Paraguay⁶¹.

Clothes are also a commodity for smuggling at the border, which was reported on June 15, when two men were spotted in a boat by the Paraguayan navy when they escaped and left eight packages of clothes, two boxes of cigarettes, and 100 fireworks. Another rowing boat and two with propulsion engines were found. Everything has been apprehended⁶². There was another

55 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/tres-detenidos-y-mercaderias-incautadas-por-la-patrulla-naval>

56 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/intentaron-pasar-el-rio-a-nado-y-terminaron-detenidos>

57 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/ocho-embarcaciones-incautadas-durante-diversos-operativos-en-el-parana>

58 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/incautan-mas-de-60-kg-de-marihuana-durante-recorrida-en-el-parana>

59 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/menor-desaparece-en-el-rio-parana-tras-vuelco-de-embarcacion>

60 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/cinco-detenidos-intentando-cruzar-el-rio-con-mas-de-g-40-millones>

61 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/nuevo-nivel-desbloqueado-intento-cruzar-el-rio-en-una-tabla-de-surf>

62 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/ropas-cigarrillos-y-focos-incautados-por-la-prefectura-naval-del-este>

arrest of a man swimming across the Paraná River on June 16th⁶³. Ten days later, news arrived that a remote control boat had been used to transport smartphones from Paraguay to Brazil along the same river. That toy has been confiscated by the Brazilian Navy⁶⁴.

A kayak was found with automotive products ready to cross to the Brazilian side of the Paraná River, on the same occasion, July 4, a man has been detained aboard another kayak, being arrested and quarantined⁶⁵. On the 13th, more than 300 kg of marijuana were seized, the shippers of which were abandoned on the banks of the river, on the Paraguayan side, which would later be passed on to Brazil⁶⁶. And the next day there was the seizure of two kayaks with electronics and cigarettes that were destined for Brazil. Their occupants were arrested by the Paraguayan navy⁶⁷.

The CDE HOT journal, on July 16, also reported shots fired between smugglers, the navy and the national guard, with one seriously injured and 35 arrested⁶⁸. This event resulted in the torture of several detainees, such as the deposition of the person in charge of the operation from their functions⁶⁹.

On July 22nd there was another coup in the so-called “sweet smuggling”, as the smuggling of sugar from Brazil to Paraguay is called. Almost 20 tons of the goods were seized in Ciudad del Este, which were in possession of an “oriental”⁷⁰.

63 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/mas-un-detenido-mientras-intentaba-pasar-a-nado-por-el-rio-parana>

64 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/incautan-lancha-a-control-con-celulares-de-contrabando>

65 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/joven-es-sorprendido-mientras-cruzaba-el-parana-en-un-kayak>

66 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/incautan-300-kg-de-droga-en-distintos-procedimientos-a-orillas-del-rio>

67 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/detienen-a-dos-hombres-mientras-intentaban-pasar-mercaderias-al-brasil>

68 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/balacera-entre-contrabandistas-y-militares-deja-35-demorados>

69 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/tiroteo-muerte-y-torturas-derivan-entestitucion-de-walter-diaz>

70 <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/un-oriental-detenido-tras-incautacion-de-20-toneladas-de-azucar>

CONCLUDING REMARKS

We have come to the moment of our research where we will discuss the data exposed above, trying to understand how a certain theoretical contribution will help us to understand reality, while trying to validate the theory employed in the research by comparing it with the data of reality. To this purpose we have already exposed both tools of work, both Michel de Certeau's (1998) approach, with its differentiation between strategy and tactics, and we have brought a privileged cutout of reality, with descriptions of police occurrences on the border between Brazil and Paraguay, at the meeting point of Foz do Iguaçu and Ciudad del Este, comparing two main sources, an electronic journal on each side of the border of our interest.

The initial point, the occurrence that made the time cut and that made the discussion more interesting, was the fact that there was the closing of the borders between the two countries mentioned, with the Friendship Bridge as a symbol of this lockdown of flows, with only the possibility of passing with cargo trucks.

From then on, we were able to observe how part of the populations of both cities began to behave in order to continue their economic activities, which were already based on smuggling, despite the closure of both sides of these borders. As the State strategy had been clear, with the intent of stopping any contagion from Covid-19, it remained for the smugglers to adapt to this fact and seek tactics to help them circumvent this expedient of the States.

Therefore, we could see that the Paraná River has become the privileged route for smugglers, and there have been many reports of attempted crossings. When several wooden boats were seized the tactic changed to cross with the help of floats, swimming along the river, carrying the cargoes. Those with more structure went from kayaks, inflatable boats and even used remote control boats to pass with smartphones.

At the same time, the smugglers' tactics were also applied to the Friendship Bridge, with the attempt to pass through it using the possibility that the trucks presented. As a result, many loads were hidden in trucks, taking food to Paraguayan territory (as such products have a lower price in Brazil) and electronics, weapons and drugs to Brazilian territory.

Some lives were lost during attempts to confront the determinations of neighboring States, some to the Paraná River, another in confrontation with gunfire on the Paraguayan side. This level of confrontation demonstrated how far groups of smugglers can go who make the border a place for financial gain. It

also demonstrates the level of stress the border communities are facing, as they lose their jobs, entrepreneurs trying to go to their shops, families without access to food, closing businesses, etc.

After reviewing the facts in the light of the methodological approach, we can affirm that theory could be verified as valid by practice, for we can, by separating strategy, the means of action of those who hold power, from tactics, the daily practice of those who do not have allowed means of action, who have to go against the determinations of constituted powers in order to survive as close as possible to their material desires, we can affirm that Michel de Certeau's (1998) approach is a valid tool for our studies in the humanities.

REFERENCES

30 *taiwaneses entram no Paraguai sem qualquer controle. Em Ciudad del Este, são vítimas da polícia*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/30-taiwaneses-entram-no-paraguai-sem-qualquer-controle-em-ciudad-del-este-sao-vitimas-da-policia>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ADOLESCENTES *arrestados durante presunto "delivery" de marihuana*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/adolescentes-arrestados-durante-presunto-delivery-de-marihuana>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BALACERA *entre contrabandistas y militares deja 35 demorados*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/balacera-entre-contrabandistas-y-militares-deja-35-demorados>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BANDIDAGEM *leva contrabando ao Paraguai e traz drogas de lá pro Brasil*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/bandidagem-leva-contrabando-ao-paraguai-e-traz-drogas-de-la-pro-brasil>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL *fecha as fronteiras com todos os países vizinhos*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/brasil-fecha-as-fronteiras-com-todos-os-paises-vizinhos>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CAMINHÃO *apreendido levava para o Paraguai uma carga de cosméticos em fundo falso*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/caminhao-apreendido-levava-para-o-paraguai-uma-carga-de-cosmeticos-em-fundo-falso>.

br/noticia/caminhao-apreendido-levava-para-o-paraguai-uma-carga-de-cosmeticos-em-fundo-falso. Acesso em: 23 jul. 2020.

CAMINHONEIROS *de médio porte do Paraguai ameaçam fechar tráfego de cargas na Ponte da Amizade*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/caminhoneiros-de-medio-porte-do-paraguai-ameacam-fechar-trafego-de-cargas-na-ponte-da-amizade>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CANOA *con droga incautada por Polícia Federal en la Isla Acaray*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/canoa-con-droga-incautada-por-policia-federal-en-la-isla-acaray>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CAMIÓN *con unos 35.000 kg de mercadería prohibida es incautado*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/camion-con-unos-35-000-kg-de-mercaderia-prohibida-es-incautado>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CASI *una veintena de canoas incautadas en la vera del Río Paraná*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/casi-una-veintena-de-canoas-incautadas-en-la-vera-del-rio-parana>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CINCO *detenidos intentando cruzar el río con más de G. 40 millones*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/cinco-detenidos-intentando-cruzar-el-rio-con-mas-de-g-40-millones>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CINCO *estibadores detenidos mientras intentaban ingresar por el río*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/cinco-estibadores-detenidos-mientras-intentaban-ingresar-por-el-rio>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CIUDAD *del Este está à beira de “uma catástrofe econômica”, diz prefeito*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/ciudad-del-este-esta-a-beira-de-uma-catastrofe-economica-diz-prefeito>. Acesso em: 22 jul. 2020.

COMBOIO *com paraguaios cruza a Ponte da Amizade rumo a Ciudad del Este*, H2FOZ, Seção CIDADE, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/comboio-com-paraguaios-cruza-a-ponte-da-amizade-rumo-a-ciudad-del-este>. Acesso em: 22 jul. 2020.

COMERCIANTES *fogem de Salto del Guairá, síntese dos problemas de fronteira*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/comerciantes-fogem-de-salto-del-guaira-sintese-dos-problemas-de-fronteira>. Acesso em: 23 jul. 2020.

COMÉRCIO *de Foz é favorecido pela retomada das importações de pequeno porte autorizadas pela Aduana do Paraguai*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/comercio-de-foz-e-favorecido-pela-retomada-das-importacoes-de-pequeno-porte-autorizadas-pela-aduana-do-paraguai>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CONFIRMADO *primeiro caso de coronavírus em Foz; paciente tem sintomas leves*, H2FOZ, Seção Saúde, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/confirmado-primeiro-caso-de-coronavirus-em-foz-paciente-tem-sintomas-leves>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CONFRONTO *a tiros entre Armada Paraguaia e contrabandistas deixa um militar gravemente ferido*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/confronto-a-tiros-entre-armada-paraguaia-e-contrabandistas-deixa-um-militar-gravemente-ferido>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CONFRONTO *no Paraguai: morre o militar e detidos apresentam marcas de tortura*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/confronto-no-paraguai-morre-o-militar-e-detidos-apresentam-marcas-de-tortura>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CONTRABANDISTAS *são detidos em reserva de mata nativa da Itaipu no Paraguai*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/contrabandistas-sao-detidos-em-reserva-de-mata-nativa-da-itaipu-no-paraguai>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CORPO *do terceiro paraguaio que caiu no Rio Paraná foi encontrado por pescadores*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/corpo-do-terceiro-paraguaio-que-caiu-no-rio-parana-foi-encontrado-por-pescadores>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CRISE: *temor do coronavírus e dólar no espaço sideral esvaziam Ciudad del Este. Veja as imagens*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/crise-temor-do-coronavirus-e-dolar-no-espaco-sideral-esvaziam-ciudad-del-este-veja-as-imagens>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DEPOIS *de protestos, Aduana do Paraguai autoriza passagem de pequenos importadores*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/depois-de-protestos-aduana-do-paraguai-autoriza-passagem-de-pequenos-importadores>. Acesso em: 23 jul. 2020.

DETIENEN *a 45 presuntos contrabandistas en orillas del Paraná*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/detienen-a-45-presuntos-contrabandistas-en-orillas-del-parana>. Acesso em: 24 jul. 2020.

DETIENEN *a dos hombres mientras intentaban pasar mercaderías al Brasil*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/detienen-a-dos-hombres-mientras-intentaban-pasar-mercaderias-al-brasil>. Acesso em: 24 jul. 2020.

DOIS *libaneses e um brasileiro são detidos ao tentar entrar ilegalmente em Ciudad del Este*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/dois-libaneses-e-um-brasileiro-sao-detidos-ao-tentar-entrar-ilegalmente-em-ciudad-del-este>. Acesso em: 23 jul. 2020.

EM *Ciudad del Este, panelaço e até tiros de metralhadora pra pedir ajuda do governo. Veja os vídeos*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/em-ciudad-del-este-panelaco-e-ate-tiros-de-metralhadora-pra-pedir-ajuda-do-governo-veja-os-videos>. Acesso em: 22 jul. 2020.

FISCALIA *investiga supuesto contrabando de insumos sanitarios*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/fiscalia-investiga-supuesto-contrabando-de-insumos-sanitarios>. Acesso em: 24 jul. 2020.

FORÇAS *de segurança intensificam fiscalização no Rio Paraná*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/forcas-de-seguranca-intensificam-fiscalizacao-no-rio-parana>. Acesso em: 22 jul. 2020.

GIGANTE *dos importados, comércio de Ciudad del Este tem futuro incerto*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/gigante-dos-importados-comercio-de-ciudad-del-este-tem-futuro-incerto>. Acesso em: 23 jul. 2020.

INCAUTAN *300 kg de droga en distintos procedimientos a orillas del río*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/incautan-300-kg-de-droga-en-distintos-procedimientos-a-orillas-del-rio>. Acesso em: 24 jul. 2020.

INCAUTAN *35 toneladas de alimentos que ingresaban de contrabando*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/incautan-35-toneladas-de-alimentos-que-ingresaban-de-contrabando>. Acesso em: 24 jul. 2020.

INCAUTAN *lancha a control con celulares de contrabando*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/incautan-lancha-a-control-con-celulares-de-contrabando>. Acesso em: 24 jul. 2020.

INCAUTAN *más de 60 kg de marihuana durante recorrida en el Paraná*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/incautan-mas-de-60-kg-de-marihuana-durante-recorrida-en-el-parana>. Acesso em: 24 jul. 2020.

INTENTARON *meter contrabando “caminando” por el Paraná*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/intentaron-meter-contrabando-caminando-por-el-parana>. Acesso em: 24 jul. 2020.

INTENTARON *pasar el río a nado y terminaron detenidos*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/intentaron-pasar-el-rio-a-nado-y-terminaron-detenidos>. Acesso em: 24 jul. 2020.

JOVEN *cruzó el río en una cámara neumático hacia el Brasil*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/joven-cruzo-el-rio-en-una-camara-neumatico-hacia-el-brasil>. Acesso em: 24 jul. 2020.

JOVEN *es sorprendido mientras cruzaba el Paraná en un kayak*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/joven-es-sorprendido-mientras-cruzaba-el-parana-en-un-kayak>. Acesso em: 24 jul. 2020.

MARGEM *brasileira de Itaipu reforça medidas sanitárias internas e mantém passeios na usina*, H2FOZ, Seção Turismo, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/margem-brasileira-de-itaipu-reforca-medidas-sanitarias-internas-e-mantem-passeios-na-usina>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MARGEM *paraguaia de Itaípu suspende visitas, mas no Brasil atendimento é normal*, H2FOZ, Seção Turismo, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/margem-paraguaia-de-itaipu-suspende-visitas-mas-no-brasil-atendimento-e-normal>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MÁS *un detenido mientras intentaba pasar a nado por el Río Paraná*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/mas-un-detenido-mientras-intentaba-pasar-a-nado-por-el-rio-parana>. Acesso em: 24 jul. 2020.

MENOR *desaparece en el Río Paraná tras vuelco de embarcación*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/menor-desaparece-en-el-rio-parana-tras-vuelco-de-embarcacion>. Acesso em: 24 jul. 2020.

NÃO *vá ao Paraguai. Jornalistas e “paseros” se mobilizam contra agressão a repórter*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/nao-va-ao-paraguai-jornalistas-e-paseros-se-mobilizam-contragressao-a-reporter>. Acesso em: 22 jul. 2020.

NUEVO *nivel desbloqueado: intentó cruzar el río en una tabla de surf*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/nuevo-nivel-desbloqueado-intento-cruzar-el-rio-en-una-tabla-de-surf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

NÚMERO *de apreensões é pequeno perto do que passa pelas fronteiras, diz subsecretário da Receita*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/numero-de-apreensoes-e-pequeno-perto-do-que-passa-pelas-fronteiras-diz-subsecretario-da-receita>. Acesso em: 23 jul. 2020.

OCHO *embarcaciones incautadas durante diversos operativos en el Paraná*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/ocho-embarcaciones-incautadas-durante-diversos-operativos-en-el-parana>. Acesso em: 24 jul. 2020.

OPERAÇÃO *Hórus apreende R\$ 4 milhões em cigarros do Paraguai e logística de contrabando*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/operacao-horus-apreende-r-4-milhoes-em-cigarros-do-paraguai-e-logistica-de-contrabando>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PANDEMIA *reduziu até operações suspeitas de lavagem de dinheiro, no Paraguai*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/pandemia-reduziu-ate-operacoes-suspeitas-de-lavagem-de-dinheiro-no-paraguai>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PARAGUAI *anuncia mais rigor na fronteira. Mas lojistas que moram em Foz poderão entrar em CDE*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/paraguai-anuncia-mais-rigor-na-fronteira-mas-lojistas-que-moram-em-foz-poderao-entrar-em-cde>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PARAGUAI *apreende em aeroporto armas e munições que seriam de um comprador brasileiro*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/paraguai-apreende-em-aeroporto-armas-e-municoes-que-seriam-de-um-comprador-brasileiro>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PARAGUAI *aumenta fiscalização no Rio Paraná e proíbe a pesca até no lado brasileiro (atualizada)*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/paraguai-aumenta-fiscalizacao-no-rio-parana-e-proibe-a-pesca-ate-no-lado-brasileiro>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PARAGUAI *autoriza delivery na fronteira seca de Pedro Juan Caballero*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/paraguai-autoriza-delivery-na-fronteira-seca-de-pedro-juan-caballero>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PARAGUAI *coloca um portão na Ponte da Amizade*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/paraguai-coloca-um-portao-na-ponte-da-amizade>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PASERO *habria sido raptado tras supuestamente perder mercaderías*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/pasero-habria-sido-raptado-tras-supuestamente-perder-mercaderias>. Acesso em: 24 jul. 2020.

POLÍCIA *prende mulher por contrabando e 8 paraguaios que entraram ilegalmente no Brasil*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/policia-prende-mulher-com-contrabando-e-8-paraguaios-que-entraram-ilegalmente-no-brasil>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PONTE da Amizade: *duas apreensões de cocaína no mesmo dia em caminhões que entravam no Brasil*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www>.

h2foz.com.br/noticia/ponte-da-amizade-duas-apreensoes-de-cocaina-no-mesmo-dia-em-caminhoes-que-entravam-no-brasil. Acesso em: 23 jul. 2020.

PREFEITO de *Ciudad del Este* “*não acredita*” na covid-19, enquanto *segurança de prisão vai pra UTI*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/prefeito-de-ciudad-del-este-nao-acredita-na-covid-19-enquanto-seguranca-de-prisao-vai-pra-uti>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PRESUNTO *nexo de contrabandistas en Puertos es imputado*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/presunto-nexo-de-contrabandistas-en-puertos-es-imputado>. Acesso em: 24 jul. 2020.

QUARENTENA *se torna cada vez mais insustentável em Ciudad del Este, diz jornal paraguaio*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/quarentena-se-torna-cada-vez-mais-insustentavel-em-ciudad-del-este-diz-jornal-paraguaio>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ROPAS, *cigarrillos y focos incautados por la Prefectura Naval del Este*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/ropas-cigarrillos-y-focos-incautados-por-la-prefectura-naval-del-este>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SECRETARIAS *de saúde do Paraná e de Curitiba informam ‘primeiro provável caso de coronavírus’ no estado*, H2FOZ, Seção Saúde, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/secretarias-de-saude-do-parana-e-de-curitiba-informam-primeiro-provavel-caso-de-coronavirus-no-estado>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SIGUE *búsqueda de cuatro personas desaparecidas en el Río Paraná*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/sigue-busqueda-de-cuatro-personas-desaparecidas-en-el-rio-parana>. Acesso em: 24 jul. 2020.

TIROTEO, *muerte y torturas derivan en destitución de Walter Díaz*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/tiroteo-muerte-y-torturas-derivan-en-destitucion-de-walter-diaz>. Acesso em: 24 jul. 2020.

TRÁFICO *de armas y marinos involucrados tras rapto de “pasero”*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/trafico-de-armas-y-marinos-involucrados-tras-rapto-de-pasero>.

este/trafico-de-armas-y-marinos-involucrados-tras-rapto-de-pasero. Acesso em: 24 jul. 2020.

TRES *detenidos y mercaderías incautadas por la Patrulla Naval*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/tres-detenidos-y-mercaderias-incautadas-por-la-patrulla-naval>. Acesso em: 24 jul. 2020.

UN *oriental detenido tras incautación de 20 toneladas de azúcar*. Jornal CDE HOT. Disponível em: <https://www.cdehot.com.py/noticia/ciudad-del-este/un-oriental-detenido-tras-incautacion-de-20-toneladas-de-azucar>. Acesso em: 24 jul. 2020.

VAIVÉM *ilegal de mercadorias segue em ritmo veloz, na tríplice fronteira*, H2FOZ, Seção Fronteira, Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/vaivem-ilegal-de-mercadorias-segue-em-ritmo-veloz-na-triplice-fronteira>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MUJERES MIGRANTES: EL TRABAJO DOMÉSTICO EN TIEMPOS DE PANDEMIA. EL CASO DE COLOMBIANAS Y BOLIVIANAS EN HUELVA

Carmen Cecilia Vásquez González¹

Rimian Jesús Vallejos Montaña²

INTRODUCCIÓN

Como bien sabemos, la migración es uno de los fenómenos sociales más importantes y significativos a nivel mundial. Es, además, fundamental para el desarrollo de los países involucrados en ella afectando principalmente aspectos tales como lo social, lo económico, lo político y cultural. Según Emma Martín Díaz (2006: 178)

Las migraciones desafían las fronteras y los modelos de intercambio dictados por los estados y las instituciones financieras internacionales. Suponen la afirmación de la voluntad de trascender las situaciones de exclusión a las que se ven sometidas una gran cantidad de personas en los lugares más pobres del planeta. Frente a este desafío, todas las normas, tratados y mecanismos judiciales, policiales y sociales tendentes a restringir el fenómeno demuestran su ineficacia [...]

La migración es diversa, dinámica, cambiante y se encuentra en constante evolución; y es justamente esta dinámica cambiante la que nos obliga como investigadoras/es a mantenernos en permanente actualización y atentos a sus variaciones y trayectorias, más aún en el contexto actual atípico e inusual que nos atañe. Es justamente esta coyuntura la que nos obliga a repensarnos las migraciones desde otras perspectivas, a mirar nuevamente a aquellas protagonistas a quienes habíamos ido dejando aparcadas puesto que sus realidades y situaciones se han visto afectadas por la crisis sanitaria relacionada con el COVID-19.

1 Carmen Cecilia Vásquez González, es Antropóloga por la Universidad Nacional de Colombia, Máster en Género, Identidad y Ciudadanía por la Universidad de Huelva y actualmente cursa el doctorado en Estudios Interdisciplinarios de Género de la Universidad de Huelva. (carmencvgonzalez@gmail.com)

2 Rimian Jesús Vallejos Montaña es Socióloga por la Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, Máster en Género, Identidad y Ciudadanía por la Universidad de Huelva y actualmente cursa el doctorado en Estudios Interdisciplinarios de Género de la Universidad de Huelva. (naimirsita@hotmail.com)

Estos tiempos de crisis, a raíz de la pandemia mundial han afectado a todos los niveles de nuestra sociedad, a nuestra vida social e incluso a nuestra intimidad, por lo tanto, los flujos migratorios y las migraciones en sí no podían ser una excepción. Las y los migrantes han sido uno de los sectores más afectados a nivel mundial.

Si bien el flujo migrante se ha visto reducido debido al cierre de fronteras³, esto no implica que quienes están ya asentados o en trayecto no se vean afectados. Sabemos bien que miles y miles de personas se han quedado atrapadas en medio de su traslado, en lugares que no conocen sin ningún tipo de redes de apoyo hecho que aumenta, aún más, su vulnerabilidad ante los peligros que en situaciones normales asechan y que en la coyuntura actual se intensifican.

Pero no sólo las personas que inician su proyecto de migración se han visto afectadas por la crisis sanitaria, aquellos migrantes que ya residen en países receptores se han visto perjudicados por la crisis sanitaria y es justamente en este punto en el que queremos ahondar, puesto que la crisis ha vuelto a poner de manifiesto la dura realidad del mercado laboral en el que se insertan la mayoría de las mujeres migrantes en España. En este caso nos centraremos en mujeres bolivianas y colombianas trabajadoras del hogar en la ciudad de Huelva, al sur de España.

EL MERCADO LABORAL EN ANDALUCÍA Y EL TRABAJO DOMÉSTICO ⁴

De manera habitual, para las mujeres es muy difícil separar el trabajo productivo del reproductivo, de manera que esto contribuye a que la actividad principal de las mujeres sea conceptualizada como reproductora, y se quita importancia al valor económico que tiene el trabajo que realizan. El servicio doméstico debe afrontar una situación claramente negativa para su reconocimiento como actividad laboral.

3 Según la revista Atalayar: La Agencia Europea de Fronteras informaba de que la llegada de inmigrantes en situación irregular al continente durante el mes de marzo se había reducido a la mitad con respecto a febrero. **En el caso concreto de España, debido sobre todo a la reducción del número de vuelos, las peticiones de asilo cayeron en marzo un 44% con relación al mes anterior (14.633 en febrero frente a 8.119 en marzo).** La llegada de embarcaciones a través del Mediterráneo ha pasado a ser testimonial (las medidas de aislamiento y confinamiento tomadas en Marruecos y España han sido decisivas al respecto), y el flujo de las que se dirigen a las islas Canarias se ha ralentizado, aunque no cesado del todo.

4 Este apartado recoge algunos de los aportes del libro “La otra cara de la migración femenina boliviana” Dinámicas de cambios y empoderamiento. Rimian J. Vallejos Montaña. Edic. Alfar 2014

El trabajo doméstico es una ocupación imprescindible para la producción y la reproducción de la fuerza de trabajo y, por tanto, para la reproducción social. Sin embargo, tiene que enfrentarse a la falta de reconocimiento, falta de valoración y prestigio social.

El servicio doméstico es percibido como una actividad “natural” de las mujeres, quienes tienen el ámbito de la reproducción como dominio propio de sociabilidad. El trabajo que realizan las mujeres dentro del hogar, aunque sea productivo, se considera, de naturaleza “femenina” y, por tanto, de poco valor. Se relaciona el hecho biológico de la reproducción, con el trabajo doméstico, lo que supone la creencia de que las mujeres están dotadas de una serie de saberes y habilidades que las capacitan para el desempeño de las tareas del hogar. De manera que el trabajo que ellas puedan desarrollar fuera del hogar, aunque genere ingresos económicos para las familias, normalmente es percibido sólo como una “ayuda” a la sostenibilidad del hogar, puesto que el responsable de esta tarea es el hombre.

La economía global actual demanda un incremento del trabajo asalariado, por lo tanto, las mujeres deben incorporarse a los mercados de trabajo, ello implica una adaptación de los hogares mediante el incremento de las familias reconstituidas, lo que incide en el alza de la demanda en el sector doméstico, convirtiéndolo en uno de los sectores de empleo con más futuro, aunque en condiciones de precariedad y de poco reconocimiento social. Es decir, existe la necesidad de cubrir el espacio que dejan en sus hogares las mujeres que se incorporan al mercado laboral con otras mujeres en desventaja social, mayormente mujeres migrantes. Diferentes autores/as, entre ellos Maher y Stab, señalan que con las labores de las inmigrantes se establece “una cadena transnacional de cuidadoras, en la que el trabajo reproductivo es transmitido de mujeres privilegiadas a mujeres cada vez menos privilegiadas” (ROCKEN Y FORSBERG 2007: 3). Es por ello que cuando se habla de migración femenina, se hace referencia a ésta como “una extensión de sus papeles dentro del ámbito reproductivo” (GREGORIO 1998. 23). Se impone a la mujer la imagen de una madre que ha tenido que dejar en custodia a sus hijos e hijas para cuidar a los niños y niñas de otra familia en el exterior.

Para Balbuena,

la feminización de las corrientes migratorias [...] ha pasado a ser sinónimo de la creciente precarización de la situación de las trabajadoras emigrantes”, ya que el papel que toman en las nuevas sociedades está determinado por la dicotomía entre los ámbitos privado/público, es decir, la mujer aparece en las migraciones como un

ser privado, mientras que el hombre en un ámbito de carácter público. Es de esta manera cómo “los países expulsores y receptores se benefician perpetuando la ideología patriarcal en la que las mujeres son proveedoras de servicios vinculados a la maternidad, limitando así sus posibilidades de insertarse y desarrollarse en actividades productivas” (Cit. en ROCKEN Y FORSBERG 2007: 5).

La autora Martín Díaz nos presenta los siguientes planteamientos en relación a la situación de las mujeres inmigrantes en Andalucía: “el servicio doméstico carece de reconocimiento social, en la medida en que su desarrollo en el ámbito privado vela su dimensión laboral” (2002: 33). De esta situación se derivan varios resultados:

- Bajos salarios;
- Condiciones laborales de gran dureza y enorme ambigüedad, lo que afecta al horario, las vacaciones, y el desempeño de las tareas concretas;
- Leyes claramente discriminatorias en relación con otros sectores de actividad económica.

Siguiendo esta misma línea, para las trabajadoras, la ausencia de reconocimiento social se traduce en que ellas mismas no reconocen su trabajo como una profesión, sino como una actividad que se ejerce en la medida en que no se puede acceder a otros empleos mejor pagados y socialmente considerados. Esto nos lleva ante una dura realidad, ya que la falta de reconocimiento de esta actividad como “trabajo” va acompañada de la poca existencia de altas laborales en la seguridad social; además de poca regulación legal de la actividad puesto que, el centro de trabajo, el hogar, es considerado ámbito privado, y, por tanto, es difícil velar por el cumplimiento de la legalidad y las normas en las relaciones laborales.

Como decíamos anteriormente, la separación entre el espacio público y el privado, lejos de ser una realidad universal y atemporal está concretada en un momento histórico que marca el desarrollo del modelo de capitalismo industrial. La división sexual del trabajo que se establece en el seno de la familia contemporánea presenta, según Martín Díaz, “una dicotomía muy marcada entre la figura del cabeza de familia y el ama de casa” (2002: 34). Es decir, la separación de espacios y la atribución de roles dicotómicos según el sistema de sexo/género determinó el acceso diferenciado a la ciudadanía de los hombres y de las mujeres, y la construcción de todo un conjunto de representaciones sociales específicas para ambos colectivos.

Al ser el ámbito de lo público el espacio de prestigio, y al corresponder éste a los varones, la carga simbólica de estas actividades va acompañada de su alta valoración. Al hombre se le exige capacidad de tomar decisiones, de gestión y de mando, y su función principal es la de proveer al grupo doméstico de los recursos suficientes para la subsistencia, por lo que se le otorga el reconocimiento de jefe de hogar. Sin embargo, el ámbito de lo privado es el espacio de las mujeres y las aptitudes que se le requieren son de naturaleza diferente: el cuidado del hogar y la atención a los hijos/as son las actividades que deben desempeñar, si no de manera exclusiva, al menos con carácter principal. Por tanto, la mujer debe ser principalmente una buena madre y esposa, y debe estar a cargo de las necesidades cotidianas de la familia, incluido el “jefe de Hogar”. Valores como la paciencia y el sacrificio (valores pasivos) son los que definen mejor el rol de las amas de casa, en contraposición a los valores activos que se les exigen a los hombres. Esta dicotomía entre lo público y lo privado, entre los valores pasivos y los activos, se ve muy reflejada en el mercado laboral que se oferta a las mujeres inmigrantes.

La relación “trabajo femenino = trabajo mal pagado, y carente de consideración social se hace aún más evidente en la incorporación de las inmigrantes a las tareas domésticas” (BLANCO 2000: 22). Son justamente las mujeres las que mayoritariamente ocupan el sector servicios en el mercado laboral español, esta presencia es realmente imprescindible y sólo puede ser económicamente viable en la medida en que son ellas, y solamente ellas, las que se hacen cargo del hogar, de los ancianos/as y de los niños/as. En cuanto al sector de trabajo doméstico en Andalucía, sin duda “el número de mujeres autóctonas que realizan faenas domésticas sigue siendo muy importante” (BLANCO 2000: 23). Sin embargo, la creciente demanda de mujeres que trabajen a jornada completa establece la existencia de una segmentación que coloca a las andaluzas en la cabeza de las relaciones laborales por horas y a las inmigrantes ocupando casi en exclusiva el subsector de internas. La invisibilidad de este trabajo determina que las situaciones de abusos y sobreexplotación sean difíciles de evidenciar, ya que el trabajo dentro del recinto familiar es considerado de carácter privado.

Las mujeres migrantes son vulnerables a la violación de sus derechos, la explotación laboral y la discriminación racial y de género. A esto se suma que, debido a la invisibilidad y al menosprecio del trabajo doméstico dentro de la sociedad, las migrantes trabajadoras de casa particular corren mayores riesgos de ser víctimas de trata, trabajo forzoso o trabajo en condiciones degradantes. Lejos del hogar de su familia y sus redes sociales, muchas de las trabajadoras

domésticas tienden a vivir en el lugar de trabajo, o sea, la residencia privada de sus empleadores/as, lo que ocasiona, según Emma Martín Díaz, “la posibilidad de abuso de poder por parte del empleador/a, como el control de los días libres, la limitación del contacto con el entorno y las condiciones inadecuadas de vivienda” (2002: 53), incluso muchas veces el trabajo doméstico encubre situaciones de trata de personas. (Amnistía Internacional 2005) La organización explícitamente señala la necesidad de tomar medidas de mejor protección con el fin de impedir el acoso sexual por parte del empleador. En países europeos como España, Francia, Grecia e Italia, el trabajo doméstico es el empleo más accesible para mujeres migrantes (REYNERI, cit. en CEPAL 2008: 90). Más del 75% de las trabajadoras migrantes en estos países son trabajadoras domésticas y en 2002 casi un millón de los hogares italianos empleaba extranjeras para que cuidaran a los niños/as y los ancianos/as en la casa.

Mientras las migrantes envían remesas a sus hogares en el país de origen⁵, otras mujeres de su familia cuidan de los niños/as y la casa. Según Lourdes Benería⁶, “aunque sus roles cambian o asumen nuevos, como por ejemplo mandar dinero a la familia; y a pesar de su mayor autonomía financiera o de que se sientan más ‘empoderadas’, las mujeres conservan la preocupación por el cuidado de los hijos”, algo que se denominaría Maternidad Transnacional⁷. Coincidiendo con Benería, estas mujeres afectan no sólo a las familias de sus empleadores/as sino también a la estructura y las dinámicas de su propia familia.

Este fenómeno es también denominado “cadena global (o transnacional) del cuidado” (HOCHSCHILD Y EHRENREICH, cit. en CEPAL 2008: 90) que se refiere a la división internacional del trabajo de cuidado y la emergencia de economías transnacionales de cuidado que ofrecen incentivos a mujeres de orígenes pobres para trabajar como empleadas domésticas en países extranjeros. La CEPAL, retomando a Hochschild, describe una típica cadena global del cuidado: “una mujer de un país en vías de desarrollo deja a sus hijos al cuidado de su hija mayor o su madre (la abuela de la familia) mientras ella ‘cuida’ de otra

5 Las remesas que las mujeres envían a sus familiares van a ser un factor determinante de la reorganización de la producción dentro de los grupos domésticos. El que a través de las remesas se asegure la reproducción material del grupo doméstico está provocando el abandono de estrategias productivas por parte de otros miembros del grupo doméstico, sobre todo los varones. (Gregorio, 1998: 159).

6 Especialista en programas de Género, Feminismo y estudios de Sexualidad en la Universidad de Cornell, EE.UU.

7 En: <http://www.generacion.com/usuarios/actualidad/articulos/?codarticulocliente=43>

familia como trabajadora doméstica en un país más desarrollado”. Sin duda, esto constituye según Hochschild, una “ecología humana del cuidado”, ya que existe una alta dependencia que vincula a los varios actores de esta cadena.

Del mismo modo que la mujer empleadora del país rico depende de su trabajadora doméstica para las tareas del hogar o para cuidar de sus padres enfermos, la mujer migrante trabajadora doméstica también depende de sus parientes en el país de origen para el cuidado de la casa y los hijos/as. Aunque la decisión de cada una de estas mujeres es parte de una estrategia de supervivencia en un mercado laboral con oportunidades limitadas, Hochschild afirma que los arreglos privados que se establecen entre ellas contribuyen a la perpetuación de la división sexual del trabajo y al mantenimiento del *status quo* que establece que son las mujeres las principales responsables del trabajo reproductivo y del cuidado del hogar y la familia.

TRABAJO DOMÉSTICO Y ESTADO DE ALARMA, UN ESTUDIO DE CASO

En este apartado, recogeremos algunas consideraciones generales de la gestión del Gobierno de España ante la crisis sanitaria ocasionada por el Covid-19, una vez que la Organización Mundial de la salud declaró el 11 de marzo del presente año que se trataba de una pandemia.⁸ Si bien, a nivel mundial se declaró una cuarentena en diferentes momentos del año, nos detendremos en el caso español.

También nos interesa presentar algunas reflexiones que nos suscitaron los estudios de caso de algunas mujeres colombianas y bolivianas que se dedicaban a las labores de cuidado remunerado, justo antes de declararse este estado de alarma.

El 14 de marzo el Gobierno Español, mediante el Real Decreto 463/2020 por el que se declaró el estado de alarma con el fin de reducir el número de contagios y no saturar el sistema de salud, tal estado de alarma contenía limitaciones en la libertad de circulación, suspensión de las actividades educativas presenciales, y cierre de establecimientos comerciales, recreativos, culturales y de ocio, además de los lugares de culto. Si bien, estas medidas protegían la propagación del

8 Para información detallada consultar https://www.msbs.gob.es/profesionales/saludPublica/ccayes/alertasActual/nCov/documentos/COVID19_Plan_de_respuesta_temprana_escenario_control.pdf#:~:text=El%2011%20de%20marzo%20de,19%20constitu%C3%ADa%20una%20pandemia. Entrada 28/08/2020

contagio y la saturación del sistema de salud español, generaron un impacto muy fuerte en la economía nacional.

Muchas de las empresas que no se contemplaban como esenciales durante el estado de alarma (solo continuaron prestando el servicio con normalidad las tiendas de alimentación, farmacias y supermercados), recurrieron a Expedientes de Regulación temporal de Empleo (ERTE).⁹ Señalamos esta regulación porque es importante evidenciar cómo las trabajadoras domésticas no contaron, en la mayoría de los casos con este tipo de regulación. Más adelante retomaremos este punto.

Hacia el 15 de abril del presente año desde la Comisión Europea y el Consejo Europeo, se estimuló a los Estados Miembros de la Unión Europea a planear las diferentes fases que permitieran reanudar las actividades económicas y sociales, teniendo en cuenta que había que continuar protegiendo la salud de las personas para no saturar al sistema sanitario. Con un total de 4 fases desde la “fase cero” hasta la “fase cuatro” se fueron retomando las labores cotidianas hasta llegar a la “nueva normalidad” que se mantendrá hasta que, por lo menos, haya la posibilidad de una vacuna contra el virus.

Como señalamos con anterioridad, las medidas tomadas para paliar la situación de precarización que vivirían la mayoría de mujeres y personas empleadas en el servicio doméstico, el Servicio Público de Empleo Estatal (SEPE) Subsidio extraordinario para las personas empleadas del hogar¹⁰. Valga agregar que un requisito para hacer efectivo el acceso a este subsidio consistía en que la persona debía estar dada de alta en el sistema de seguridad social antes de que el estado de alarma entrara en vigor, situación que, como también hemos señalado es extraordinaria dentro de la mayoría de las mujeres que se encuentran ejerciendo este tipo de labores, donde priman los contratos verbales.

MUJERES BOLIVIANAS

En el caso de la migración boliviana, es importante destacar que es uno de los colectivos latinoamericanos con mayor presencia en España, siendo el

9 Un ERTE es un procedimiento mediante el cual una empresa en una situación excepcional busca obtener autorización para despedir trabajadores, suspender contratos de trabajo o reducir jornadas de manera temporal, cuando atraviesen por dificultades técnicas, organizativas que pongan en riesgo la continuidad de la compañía. Tomado de WIKIPEDIA. Entrada 28/08/2020.

10 Para información más detallada: <https://www.sepe.es/HomeSepe/COVID-19/subsidio-extraordinario-personas-empleadas-hogar.html>. Entrada 31/08/2020

sexto país con mayor representación después Ecuador, Colombia, Argentina, Venezuela y Perú. La migración boliviana en España, desde sus inicios, presenta una marcada feminización (56% de mujeres casi de manera constante) y con una relativa concentración geográfica, pues la mitad se distribuyen entre Cataluña y la Comunidad de Madrid, lo cual no impide que tengan también una presencia bastante fuerte en otras regiones y comunidades. Casi el 87% de los bolivianos y bolivianas empadronado tiene edades comprendidas entre los 15 y los 65 años, lo cual lleva a entender que es una migración fundamentalmente económica.

Para el colectivo de bolivianas (Al igual que para muchos otros colectivos procedentes de países latinoamericanos), el servicio doméstico es la principal ocupación, junto con el cuidado de personas mayores, limpieza, y en menor medida de camareras, todas estas ocupaciones laborales relacionadas con el sector reproductivo y desarrolladas mayoritariamente en un entorno de carácter privado, la casi totalidad de ellas con contratos solo verbales y temporales, con sueldos no fijos que dependen de cumplir con sus tareas, es decir, horas trabajadas horas pagadas. Durante la crisis sanitaria del Covid 19, estas mujeres se vuelven aún más vulnerables, puesto que sus empleos que en condiciones normales ya eran bastante precarios, durante la pandemia su situación se agrava, muchas de ellas han perdido la totalidad de sus ingresos debido a las medidas de aislamiento y otras se han visto en la necesidad y muchas veces obligación de seguir trabajando durante el estado de alarma por miedo a perder su trabajo, aún a riesgo de su propia salud:

Durante todo el estado de alarma he tenido que trabajar, ya que a mí me pagan por horas trabajadas y si faltaba pues mi jefe podía buscar otra persona que ocupe mi lugar, además, mi sueldo es el único ingreso que tenemos en mi familia. (M.C. 48 años de edad)¹¹.

Es evidente que muchas de las decisiones que afectan a su seguridad personal y muchas veces familiar durante la pandemia se toman de acuerdo a la necesidad de generar ingresos económicos, M.C. no puede permitirse no ir a trabajar, puesto que tiene que pagar el alquiler de su vivienda, servicios, comida y afrontar muchas otras responsabilidades en su país de origen.

¹¹ Para el caso boliviano, se realizaron tres entrevistas, una de ellas MC. De 48 años de edad, nacida en Santa Cruz de la Sierra. Lleva 15 años de residencia en España. tiene dos hijos mayores de edad pero que viven con ella. Está dada de alta solo 4 horas en una casa, aunque trabaja a veces hasta 15 horas diarias, además de realizar otros trabajos puntuales de limpieza en otros hogares.

“He pasado mucho miedo, no podía quedarme en mi casa, tenía que ir a trabajar sí o sí y eso me generaba mucho estrés, me daba miedo contagiar a mi familia o contagiarme yo y quedarme sin trabajo” *Ibíd.*

Sin duda, la crisis del Covid 19 no solo nos afecta económicamente, sino también social y emocionalmente a todas/os, pero a quienes más golpea es a las personas que por una situación que no está en sus manos no tienen garantizados sus derechos básicos para vivir dignamente, ni se les garantiza un futuro estable.

Yo siempre he trabajado por horas, limpiando en diferentes casas, cuando llegó la pandemia, nadie quería que yo vaya a limpiar, yo no tengo sueldo fijo, por lo tanto, si trabajo gano y si no, nada... así que cuando me vi sin trabajo decidí irme al campo a recoger fruta, ahí si se estaba trabajando” (ML. 39 años de edad)¹².

La mayoría de estas mujeres tienen cargas familiares y responsabilidades que atender, por lo tanto, no pueden quedarse sin generar ingresos. El caso de ML. Además, pone sobre la mesa otro sector bastante complejo en cuanto al mercado de trabajo. El campo y la recogida de frutas son otros de los principales sectores en los que las personas migrantes se insertan, suele ser el sector más precario, incluso más que el trabajo doméstico puesto que se desarrolla en “tierra de nadie”. Éste ha sido uno de los sectores esenciales durante el estado de alarma, por lo tanto, no han parado de trabajar y en muchos casos ha sido la única opción para algunas migrantes que se quedaron sin trabajo.

Ahora no sé qué va a pasar conmigo, no sé si volveré a tener casas para limpiar o no, esto del campo es por temporadas, se acaba la temporada y se acaba el trabajo. *Ibíd.*

En la coyuntura actual en la que vivimos, el futuro es incierto para todo el mundo, y más para quienes trabajan en la economía sumergida. La inseguridad en las condiciones y en la continuidad del trabajo, afecta a la salud física, mental, y sin duda es causa de desigualdades sociales, aumentando la vulnerabilidad de quienes se ven afectados.

Yo llevo trabajando más de un año aquí, de interna, pero desde que se vino la crisis no he podido salir, durante todo el estado de alarma no he tenido mis horas libres ni mis fines de semana, por lo peligroso de la situación no podía salir, no vi a mi familia

12 ML. De 39 años de edad, nacida en Santa Cruz de la Sierra. Lleva viviendo en España 12 años, tiene dos hijos/as menores a su cargo.

todo ese tiempo, tenía miedo de contagiarlos o de contagiar a la abuela que cuido”
C.C. 36 años de edad¹³.

Las trabajadoras del servicio doméstico que durante la crisis sanitaria han podido preservar su trabajo, se han visto expuestas a jornadas laborales incrementadas que generan agotamiento mental y físico, además de aislamiento social y marginalidad, situaciones como las que C.C. nos presenta las llevan a situaciones límites. Por ejemplo, a tener que elegir entre la salud y el trabajo, esta situación para ellas está además cargada de inestabilidad laboral, bajos ingresos, ausencia de beneficios sociales, y ni hablar de oportunidades para la formación y desarrollo personal.

MUJERES COLOMBIANAS¹⁴

Antes de exponer los estudios de caso con mujeres colombianas, me gustaría señalar algunas características de la migración colombiana a España, tema que toma relevancia hacia la década de los noventa del pasado siglo. Aparicio y Giménez (2003) señalaron cómo durante esa década, se observó un aumento de la población que describieron como un flujo lento e interanual. Así, entre el 93 y 99 se registró la llegada de 6000 personas aproximadamente.

El año 2000, en cambio, se sitúa como el de mayor crecimiento de la llegada de gente colombiana a España, pues se duplicó su crecimiento en relación con el año precedente. Este flujo que, como señalaron los autores, se había catalogado como lento e interanual pasó a ser considerado como exponencial, pues en el 2003 (año en el que se publicó la citada investigación) sería 11 veces mayor que la presente en 199.

En cuanto a las características generales de la población que migra desde Colombia, hay algunas coincidencias que merecen la pena considerar, que se equiparan con la migración de América Latina en general. La primera de ellas tiene que ver con que se trata de una población en su mayoría de origen urbano

13 C.C. de 36 años de edad, es nacida en Cochabamba. Tiene cuatro hijos menores de edad. Trabaja de interna, antes de la pandemia su horario le permitía tener horas libres: 5 horas libres los martes y jueves por la tarde y libre desde el sábado hasta domingo (24 hrs.).

14 Es importante señalar que los casos que se recogen ambos apartados (3.1 y 3.2) son el resultado de entrevistas y conversaciones que se hicieron para la presente publicación, nosotras como investigadoras sobre la migración femenina, consideramos de vital importancia recoger datos sobre la coyuntura actual, pues nos parecía de vital importancia develar esta situación tan particular.

o que llevaba un tiempo importante viviendo en alguna ciudad en el país.

Otra de las características comunes de la migración colombiana es la que ocupa los lugares de destino en el proyecto migratorio, la mayoría de colombianos y colombianas que residen y trabajan en España tienen un fuerte grado de concentración en Madrid, allí se concentra un tercio de la población, seguido de Barcelona (10,67%) Las Palmas (6,76%), y Alicante (5,82%).

Garay y Medina (2007:93) identifican una distribución geográfica similar, esta vez por comunidades autónomas. Así para el 2007, las personas colombianas con tarjeta de residencia en vigor, se distribuían con una fuerte concentración en la comunidad autónoma de Madrid (22%), tendencia que se mantiene desde el inicio de la migración a España, seguida de la comunidad valenciana con un 15% igualada con Cataluña, y, por último, con cifras también iguales Canarias y Andalucía con un 8%.

En cuanto a las edades que comprende el colectivo colombiano en España, vemos que se trata de una población en edad productiva, así hay una importante población en los rangos de edades de 26 a 44 años con un 56%, teniendo en cuenta que el 85,3% se ubica entre las edades de 16 y 64 años. Es importante señalar que el grupo de edad entre los 4 y 14 años de edad da cuenta de un 11,6%, lo que supone que se trata de niños y niñas que han sido sujetos de un proceso de reagrupación familiar, que le da al proyecto migratorio un carácter familiar y de permanencia estable.

Otro dato que llama la atención y sobre el cual se funda el interés investigativo tiene que ver con el alto grado de feminización de la inmigración colombiana en España. Este fenómeno se ha constatado en diversos estudios que afirman que en España la migración es en su mayoría femenina, ya que los colectivos de mujeres que provienen de países por fuera de la comunidad europea y específicamente de América Latina cada vez son más notables, por supuesto Colombia no escapa de la generalización. Para el 2007 se habla de la presencia de **147.736** mujeres frente al total de **246.610** (Fuentes 2010:39). Si bien a finales de la década de los noventa, la disparidad entre los sexos era mayor, 70% de mujeres, este porcentaje en el 2007 habla de un 59% de mujeres con tarjeta de residencia en vigor. (Garay y Medina 2007: 80.)

Ahora bien, en cuanto a las especificaciones metodológicas hice tres entrevistas a tres mujeres colombianas. Las tres entrevistas se realizaron por teléfono, a través de la aplicación *WhatsApp*. La primera entrevista la hice a una mujer nacida en Cúcuta AR. En el momento de la entrevista contaba con 24

años, una hija de 8 años y un hijo de 3 años, quienes viven en Colombia al cuidado de la abuela materna. AR terminó la educación secundaria un grado técnico en belleza profesional, además de un curso en manipulación de alimentos. Vive en España desde el 5 de marzo de este año y vino solicitando asilo político pues tuvo amenazas de un grupo paramilitar en su ciudad. Aún no ha podido regularizar su situación migratoria en España, debido al cierre de las oficinas de la Administración pública durante la pandemia.

La segunda entrevista la realicé con CG, una mujer de 49 años, procedente de Aguadas, pero residente en Cali antes de migrar a España CG vive hace 15 años en Huelva y desde hace 4 años está casada con un hombre español, cursó educación básica primaria, no cuenta con más estudios y no tiene descendencia. En cuanto a la tercera entrevista, la realicé con DR de 42 años, proveniente de Cali. DR, terminó la educación secundaria y DR vive con su único hijo que depende económicamente de ella y desde hace 11 años vive en Huelva.

Todas se dedican a labores de cuidado de personas mayores y servicio doméstico. Labores que, durante el estado de alarma se denominaron esenciales y contaban con un permiso para circular. Con respecto a las entrevistas me interesé en hacer una pequeña trayectoria laboral para mostrar los cambios que habían sufrido durante la pandemia. En el caso de AR, el primer trabajo con el que contó en Huelva, fue en la recogida de fruta en el campo usando la documentación de otra persona, trabajó también como manicurista, limpiando casas y cuidando a personas mayores en Sevilla y Huelva. Una vez se decretó el Estado de Alarma se quedó sin empleo, así lo relata:

¿Con el Covid? Si claro, muchísimo. Yo no trabajé la cuarentena me dieron ayudas, tuve q acercarme a la Cruz Roja y al ayuntamiento de Gibrleón. Salí al campo (a trabajar en la recogida de fruta) y nos multaron, una multa de 500 euros. Una señora me dio un mercado. Ese tiempo fue terrible, ahora pues q según nos van a guardar nuevamente quedo sin trabajo.

Con la vuelta a la nueva normalidad, ha seguido con diferentes trabajos, cuidado de personas mayores y limpiando casas, pero sigue sin estar dada de alta en la seguridad social.

Cuido los fines de semana desde q llegue aquí a España, cuido la señora. Y pues como gracias a Dios con las personas q trato me recomiendan y ahí voy en la lucha, pero no mami gano en negro. Yo debo responder por mis hijos, y quedo sin trabajo, es una pesadilla con este virus.

En el momento en que le pregunté por lo que sabe de la crisis sanitaria en Colombia, esto fue lo que me comentó:

¿Colombia? Da tristeza mami, el gobierno es una mierda, aquí estoy más segura en todo, en salud, en protección, seguridad y tranquilidad.

Yo por ahora aquí, quiero traerme a mis hijos. Tuve q salir del país y no me dieron protección solo me dieron dinero para mi viaje.

CG nos cuenta lo siguiente:

La señora estaba buscando una persona para que le cuidara a su madre con alzhéimer. Entonces yo llegue allí, entonces la señora sí, me contrató.

Carmen: ¿Y en este tiempo sólo te dedicaste a cuidar a la señora que tiene alzhéimer o tuviste otros trabajos?

Cristina: No, me salió como a la semana de haber llegado limpiarle la casa a un señor; un viudo; entonces yo le estuve limpiando esa casa, pero era muy poquito; ¿cierto? Entonces le dije a mi amiga que me dijera si algo iba saliendo, que me dijera. Esa señora se encariñó mucho conmigo, y la señora que yo cuidaba; la madre se encariñó mucho de mí también y nos encariñamos tanto que era como una familia, ella decía.

Una vez se decretó el Estado de Alarma, la hija de la señora le propuso que se quedara a vivir con la madre, con un aumento de sueldo y el hombre al que le limpiaba por horas le pidió que no volviera. CG, hace parte de los casos excepcionales en los que media un contrato laboral, aún así ella está dada de alta en la seguridad social en una jornada parcial y el aumento salarial fue “cobrado en negro”. Así CG, pasó al servicio doméstico de interna, al respecto me comentó:

Mira Carmen, yo no me voy a quejar, porque no me quedé sin trabajo como muchas de mis amigas, pero el trabajo de interna fue duro, porque la hija se desentendió y a mí me tocó bregar con todo. Pero de interna no, no, encerrada todo el día, pero bueno, eso fue lo que tocó. Menos mal mi marido entendió y todo ese tiempo sin vernos.

Con la nueva normalidad CG, me comentó que ha seguido con el mismo trabajo, no como interna, pero que el trabajo de limpieza no lo recuperó. El caso de DR no dista mucho de lo que ya he expuesto. CG en el momento de la entrevista estaba en casa de su hermana vendiendo comida para llevar a un pequeño grupo de familias en el barrio en el que vive, “Tengo que rebuscarme algo y rogando a dios que mi hijo encuentre algo después de esto”. Antes del confinamiento CG trabajaba en casa de una mujer de Inglaterra a quien le cuidaba sus tres hijas. Fue “despedida” porque nunca hubo contrato, pero una vez se

declaró la nueva normalidad le ha recuperado su trabajo y su hijo eventualmente trabaja en el jardín de la misma familia.

Una vez visto estos casos hay varias generalidades que me interesa señalar, el caso de AR no dista mucho de lo que sus otras compañeras recogidas en estas entrevistas y muchas mujeres extranjeras manifiestan en épocas de crisis en España, ya que pese a los recortes que el gobierno de España ha adelantado frente al sistema de salud, éste sigue asegurando la cobertura universal, sin importar la documentación de las personas extranjeras que necesiten atención sanitaria. Sumado al hecho de que el acceso a “ayudas”, para la alimentación (Banco de Alimentos, Cruz Roja, Cáritas, entre otras).

En concordancia con el caso boliviano estas mujeres se insertan en el mismo mercado laboral, situación que pone de manifiesto, de un lado que si se insertan en el mercado laboral del espacio privado apunta a que las mujeres locales se encuentran en el mercado del trabajo remunerado, hecho que obliga a una reacomodación en la distribución del trabajo doméstico, asignado históricamente a las mujeres. Asimismo, que se deba contratar a otra persona, en el caso de las familias nucleares tradicionales, para que se encargue de los trabajos domésticos pone de manifiesto que los hombres pocas veces están dispuestos a ser partícipes de esta reacomodación, lo que mantendría unos roles de género tradicionales.

No sorprende pues, que todo este mercado laboral sea sostenido sobre mujeres, tanto las que contratan, como las que trabajan, son las mujeres migrantes quienes asumen cargas laborales que cada vez son más estigmatizadas por el hecho de ser poco cualificadas. Lo que resulta paradójico en este momento de esta crisis sanitaria, este trabajo se definiera como esencial pero aún así nunca ha sido relevante en el momento de analizar la economía en una sociedad.

Ahora bien, es importante señalar que durante el período de confinamiento diversos colectivos de trabajadoras domésticas se movilizaron denunciando la precariedad de sus empleos y el desamparo ante el desempleo causado por la pandemia. Fueron muchas las denuncias y demandas muy potentes reclamando sus derechos, el acceso a la prestación de desempleo, poder solicitar el ingreso mínimo vital, al que muchas no podían acceder por encontrarse en situación migratoria irregular, además de exigir la flexibilización en la ley de Extranjería como se logró hacer en Portugal e Italia. Además de las manifestaciones que se realizaron en diversas ciudades de España en 21 de junio bajo el lema de “Regularización ya”.

Si bien, todas estas acciones hicieron que la cobertura mediática fuera bastante fuerte estas mujeres y figuraran de manera más permanente en las ideas sobre lo que también hace parte de España, estas mujeres siguieron representando una idea de “otredad” ajenas al Estado en ese sentido, y siguiendo a MORA (2020, p 139, 140) quien afirma

[...] Los derechos de las personas migrantes pueden ser fácilmente violados, sin generar contestación social o, lo que es más grave, motivando un reclamo de mayor restricción de derechos por parte de una población autóctona que se siente superior y legitimada para discriminar a las personas de origen extranjero. La dominación, en este caso, se convierte en un proyecto colectivo, instigado o amparado en muchos casos por los gobiernos y las instituciones, y es desde la situación de subordinación que esta situación provoca desde la que las personas migrantes tienen que hacer frente a la pandemia y a sus graves consecuencias sanitarias, sociales y económicas, en medio de un contexto general de falta de inversión en los servicios públicos y de desigualdades persistentes entre la ciudadanía.

El autor acierta cuando afirma cómo la estigmatización y deshumanización que encarnan las personas migrantes crean de manera efectiva fronteras morales y simbólicas que permiten que sean considerados con menores derechos de una manera naturalizada. Es decir, no se consideran en igualdad de derechos que las personas nacidas en el país de acogida.

CONSIDERACIONES FINALES

A lo largo de este texto intentamos contextualizar el fenómeno de la migración como un proceso complejo, no homogéneo, dinámico y diverso, además de cómo las mujeres han tenido una participación activa y protagónica lejos de la imagen que las representa como acompañantes de los varones. Nuestro interés, también fue mostrar cómo las labores que estas mujeres desempeñan en el país receptor sustentan toda una red de cuidados que sostiene este sistema que sigue siendo socialmente relegado a las mujeres.

Por otra parte, el contexto de la pandemia más que demostrar la fragilidad de la existencia humana, bien demostró cómo esta fragilidad mirada de manera detenida, no es más que ilusoria cuando se comprueba que también está relacionada con las condiciones materiales que se sustentan en la desigualdad,

con la pandemia se intensificó la situación de precariedad en las que muchas de estas mujeres ya se encontraban antes del estado de alarma.

Pero también esta pandemia ha traído la conciencia de reclamar una ciudadanía digna, en igualdad de derechos para ellas y el resto de personas en situación de migración y exclusión social. Si bien, el acceso a la salud es gratuita y además tienen acceso a otro tipo de ayudas, como ellas mismas señalaron, eso no es suficiente, pues necesitan un trabajo digno, un sueldo digno y reconocimiento social a la labor que ellas desempeñan, para así alcanzar el ideal de vida que muchas persiguen al cambiar de país y de contexto social. Cada vez más hay la conciencia del derecho de acceder a las mismas garantías que tienen los nacidos en España, demostrando que el acceso a los derechos no son un privilegio ligado a un lugar geográfico sino un derecho constitutivo de la humanidad.

En adelante será necesario seguir ahondando sobre ésta temática, durante el presente artículo hemos puesto de manifiesto algunas de sus consecuencias más inmediatas, pero sin duda será necesario poner el foco investigativo en sus consecuencias secundarias y de largo plazo, dichas consecuencias apenas las estamos empezando a sentir, seguro que será necesario trabajar por ejemplo sobre la reducción del envío de remesas y sus consecuencias en los países de origen, el desempleo y las nuevas políticas migratorias que ya emergen y se muestran más restrictivas.

REFERENCIAS

APARICIO, Rosa, GIMÉNEZ, Carlos. “Migración Colombiana en España”. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, Universidad Autónoma de Madrid. 2003

BLANCO, María Cristina. “Las migraciones contemporáneas”. Madrid, Alianza, 2000

CEPAL, “La migración internacional y la globalización”. Globalización y desarrollo. Santiago de Chile, CEPAL, 2008.

GARAY, Luis, MEDINA, María. “La Migración Colombiana a España. El capítulo más reciente de una Historia Compartida”. [Consultado en: 15/10/2020]. Disponible en: <http://extranjeros.inclusion.gob.es/es/>

ObservatorioPermanenteInmigracion/Publicaciones/OtrosDocumentos/
archivos/21_La_migracion_colombiana_a_Espana.pdf. 2007

GREGORIO Gil, Carmen, Migración Femenina, su impacto en las relaciones de Género. Madrid, Narcea, 1997.

GUERRA, L. “Migraciones en tiempos de pandemia”. En revista Atalayar. Entre dos orillas. Visto el 30/08/20 en <https://atalayar.com/content/migraciones-en-tiempos-de-pandemia%C2%A0>

MARTÍN Díaz, Emma, “Mercados de trabajo e integración social en Andalucía”. Dirección General de Coordinación de Políticas Migratorias, II Seminario sobre la Investigación Extranjera en Andalucía. Sevilla, Junta de Andalucía, 2002.

MORA, A. Inmigración, desigualdad y covid-19: Una aproximación desde la realidad en España. En: Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19 (Coord) R, Baeninger, L, Renato, Luis, N, Shailen. . UNICAMP, NEPO, Observatório das Migrações São Paulo. 2020

<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf>

VALLEJOS, Montaña Rimian J. “La otra cara de la migración femenina boliviana. Dinámicas de cambio y empoderamiento”. Sevilla: Ediciones Alfar. 2014

RONCKEN, Theo y FORSBERG, Alan, Los efectos y consecuencias socio-económicos, culturales y políticos de la migración internacional en los lugares de origen de los emigrantes bolivianos. La Paz, PIEB, 2007

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO ENQUANTO UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES E O CONTEXTO DA COVID-19

Amanda Eduarda da Silva Lorenzi¹

Ana Luisa Hickmann²

INTRODUÇÃO

Durante os muitos anos da história mundial, fora estabelecido de maneira equívoca a relação de poder criada pelo patriarcado junto a ideia de inferiorização da mulher, contribuindo para o afastamento e exclusão da mulher como detentora de direitos e a retirada desta nas legislações, haja vista, que o meio político e público foram sempre dominados pelo sexo masculino.

Segundo Hunt (2009), a linguagem retratando os direitos humanos somente é vista pela segunda metade do século XVIII, no entanto, não havia definição significativa a respeito desses direitos. No momento que Rousseau citou a expressão “direitos do homem”, não se propôs a oferecer nenhuma explicação e consideração. Já William Blackstone, importante jurista, o qualificou como sendo “a liberdade natural da humanidade”, isto é, os “direitos absolutos do homem, considerado como um agente livre, dotado de discernimento para distinguir o bem do mal”. (HUNT, 2009).

A primeira citação dos direitos humanos como expressão política efetiva de igualdade, e universalidade desses direitos, veio exposta na Declaração de Independência Americana de 1776 e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, na França (HUNT, 2009). Entretanto, o conteúdo abstrato da declaração culminava em algumas consequências, visto que, não alcançava as diferenças raciais, étnicas, religiosas e sexuais. Contudo, com o passar do tempo outros sujeitos foram incluídos no rol dos direitos e garantias.

1 Amanda Eduarda Da Silva Lorenzi, Bacharel em Direito UDC, Mestranda no PPGIELA-UNILA, Bolsista DS/UNILA, amanda.esl@outlook.com.

2 Ana Luisa Hickmann, bacharel em Antropologia e Diversidade Cultural e Mestranda no PPGIELA-UNILA, Bolsista DS/CAPES, contato.analuisahickmann@gmail.com

Ressaltando-se, que no ano de 1789, todos aqueles que alcançassem os requisitos da lei, teriam os direitos de cidadãos ativos, estendendo-se também aos protestantes e judeus.

Nesta mesma percepção, a França no ano de 1792, concedeu aos negros livres, direitos políticos e emancipou os escravos no ano de 1794.

OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES: UM APANHADO HISTÓRICO

Sobretudo, mesmo diante de uma categoria política e distinguível, anterior a Revolução Francesa, com a luta de classe das mulheres pela inclusão religiosa, racial, e étnica, o direito voltado a proteção da categoria feminina quase não recebeu atenção.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) não foi suficiente para promover uma agenda internacional voltada para questões de gênero e a inclusão da mulher de forma integral no conceito de indivíduo como sujeito internacional de direitos. A DUDH também foi bastante criticada pelos países que não participaram de sua elaboração ao afirmaram que ela impõe uma visão ocidental de direitos disfarçada de universalismo (LACERDA, 2016, p. 8).

Entretanto, se faz importante mencionar que o fato de os direitos da categoria das mulheres não estar incluso nas legislações, não importa dizer, que a mulher como sociedade tenha se mantido imóvel nesse contexto.

Dois anos após Revolução Francesa, no ano de 1791, Marie Gouze, tratada como Olympe de Gouges (1748-1793), produziu um texto no formato de manifesto, cujo conteúdo principal versava sobre a ‘Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne’ (Declaração dos direitos da mulher e da cidadã).

O presente manifesto, fora destinado a Assembleia Nacional da França para posterior aprovação, semelhante ao ocorrido com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no ano de 1789. Entretanto, ao contrário da esperada aprovação do documento, este culminou a condenação à guilhotina de Olympe de Gouges, em Paris, no ano de 1793.

Destacando-se, que a condenação de Olympe de Gouges a guilhotina, fora motivada pela oposição desta defensora aos revolucionários Robespierre e Marat, que a classificaram como mulher “desnaturada” e “perigosa demais”

(ASSMANN, 2007), e por “esquecer as virtudes de seu sexo e se imiscuir nos assuntos da república” (TELES e MELO, 2002, p. 33).

Partindo-se disso, Constance Pipelet, citada por Hunt (2009), expressou seu ponto de vista, afirmando que as mulheres não haviam esquecido seus objetivos, previamente enunciados no início da Revolução Francesa, citando também, a tensão existente entre as restrições dos costumes e a lógica dos direitos.

Sendo que entre o final do século XIX e o início do século XX, nasce o movimento das sufragistas no Reino Unido e nos Estados Unidos da América. Movimento este que “os direitos que as mulheres reivindicavam não ficavam restritos ao voto, estendiam-se à educação, ao trabalho, à propriedade, ao divórcio” (KAMADA, 2010, p. 56).

O movimento das sufragistas na Inglaterra teve início em 1897 com a criação da National Union of Women’s Suffrage Societies – NUWSS (União Nacional das Sociedades de Mulheres Sufragistas), mas a inquietação das mulheres pela busca por direitos já vinha desde 1792. Naquele ano, a britânica Mary Wollstonecraft foi pioneira ao lançar um livro sobre direitos femininos, intitulado “Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher” (WARKEN, 2015, p. 1).

Uma característica importante de destacar acerca dos direitos humanos é sua universalidade:

“os direitos humanos são inerentes à pessoa, independentemente de seu reconhecimento pelo Estado, cultura, nacionalidade, sexo, orientação sexual, cor, raça/etnia, classe social, faixa etária. Conforme seus princípios, toda pessoa, pelo simples fato de ser um ser humano, é titular de direitos.” (TELES, 2006, posição: 258)

Sendo apenas em 1993, que a violação dos direitos da mulher passa a ser considerada uma violação dos direitos humanos: A conquista ocorreu durante a Conferência Mundial de Direitos Humanos, promovida pelas Nações Unidas em Viena, e assim, ficou consignado no item 18 da Declaração e Programa de Ação de Viena que “Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais”. (TELES e MELO, 2002, p. 63)

DIREITOS DAS MULHERES: CONFERÊNCIAS E CONVENÇÕES IMPORTANTES

Quando falamos dos direitos das mulheres, é importante destacarmos outros órgãos fundamentais nessa construção, como por exemplo, a Organização dos Estados Americanos (OEA). A Organização, fundada em 1948, é constituída por 35 países do continente americano e possui como objetivo promover a paz, a segurança e a democracia entre as nações. A partir da Organização dos Estados Americanos, nasce o documento considerado como o mais importante quando tratamos especificamente da violência contra a mulher no Brasil: a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Esse tratado, também conhecido como Convenção do Belém do Pará, fora aprovado pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 9 de junho de 1994, ratificado pelo Brasil em 27 de novembro de 1995. (TELES e MELO, 2002).

Também é necessário destacar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, também conhecida como CEDAW (ONU, 1979), a Declaração de Beijing (1995). Além destas, a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (ONU, 1993), trouxe avanços significativos, pois aborda temas como a mutilação genital, determinando que “os Estados não devem invocar qualquer costume, tradição ou consideração religiosa para esquivar-se de suas obrigações com respeito à eliminação da violência contra a mulher”. (TELES e MELO, 2002)

De acordo com Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, tal categoria de violência está relacionada à

Qualquer ato de violência, baseado no gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou em sofrimento para a mulher, inclusive as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, podendo ocorrer na esfera pública ou privada (Resolução 48/104, de 20/12/1993).

A Convenção do Belém do Pará, elaborada pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) caracteriza como “discriminação contra a mulher”

Toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.³² (Art. 1º do Decreto-Lei nº 4.377)

GÊNERO, VIOLÊNCIA E TIPIFICAÇÃO

Antes de falarmos sobre violência contra as mulheres, é necessário compreender o conceito de gênero. Pode ser definido como uma lente pela qual é possível observar as desigualdades nas relações entre homens e mulheres, bem como, entre homens e homens e entre mulheres e outras mulheres. Desde o momento em que nascemos, um gênero nos é assignado, tendo como base o nosso sexo biológico: Somos assignados ao gênero feminino, ou ao gênero masculino, e com isso, diversas características e padrões de comportamentos são impostos. Somos construídos a partir dessa imposição de papéis de gênero, que dita não só nossos gostos e comportamentos, como também nossa relação conosco, com o outro e com o mundo.

Nas ciências sociais, gênero é interpretado como uma categoria de análise, podendo ser entendido como um instrumento pelo qual podemos detectar e analisar as desigualdades entre homens e mulheres. Gênero está relacionado a socialização, e a “incorporação das normas sociais relativas feminino e ao masculino” (PISCITELLI, 2009, p. 130). Os papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres, que colocam mulheres na esfera da passividade e os homens são incentivados a agressividade, tem como consequência relações violentas.

A discriminação de gênero pode ser considerada um dos pilares da violência contra as mulheres, esta que se manifesta de diferentes maneiras. A forma mais conhecida de violência contra as mulheres é a violência física. É a forma mais disseminada por ser mais facilmente identificável, por meio de hematomas. Entretanto, a violência de gênero é muito mais profunda e não se resume a violência que deixa marcas na pele. De acordo com a Lei 11.340, a violência contra as mulheres pode se manifestar enquanto violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

A violência física é “entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”. Já a violência psicológica, que ainda não é tão facilmente identificável pelas mulheres, que a sofrem, qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o desenvolvimento da mulher, causando prejuízos à saúde psicológica e a autodeterminação da vítima. A Lei define como violência sexual “qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada”, além disso, são formas de violência sexual: induzir a comercializar a sexualidade da mulher, impedir o uso de contraceptivos, forçar o matrimônio,

gravidez ou aborto, entre outros. A violência patrimonial ocorre quando há “retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades”. Já a violência moral é “entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.” (BRASIL, 2006)

Além dos tipos de violência mencionados na Lei Maria da Penha, existem outras formas de violação dos direitos humanos das mulheres: violência obstétrica, violência institucional, e, por uma maneira muito comum de violência de gênero: a violência simbólica, que está relacionada a violência sutil, aos padrões de comportamentos impostos pelos papéis normativos de gênero. Essa violência simbólica pode ser exemplificada, por exemplo, com o fato de que as mulheres ainda recebem menor remuneração que homens ocupando os mesmos cargos.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A COVID-19 NA FRONTEIRA TRINACIONAL

Foz do Iguaçu é um município paranaense localizado no oeste do estado, na chamada tríplice fronteira, fazendo divisa com Ciudad del Este, no Paraguai e Puerto Iguazú, na Argentina. Foz do Iguaçu enfrenta alguns problemas sociais, como a violência, que, por estar inserida neste contexto de fronteira, está relacionada muitas vezes com a circulação de mercadorias contrabandeadas, armas e drogas, além de ter um número elevado de homicídios, estando no topo dos rankings de homicídios entre jovens no Brasil.³

A violência contra as mulheres também possui números significativos no município e região: Foz do Iguaçu registrou 5.313 ocorrências em 2019 cujo as vítimas foram mulheres, o que significa um crescimento de 12% em relação ao ano anterior.⁴ Segundo relatório da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE/SESP-PR) no primeiro semestre de 2019 houveram 1042 ocorrências criminais de violência doméstica no município. Os números do relatório também mostram que há uma maior ocorrência de violência nos

3 <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/07/598023-foz-do-iguacu-pr-lidera-ranking-de-homicidios-entre-adolescentes-no-pais.shtml>

4 <https://www.radioculturafoz.com.br/2020/03/06/violencia-contra-a-mulher-em-foz-sobe-no-ultimo-ano/>

finas de semana, principalmente aos domingos (234 casos no 1º semestre de 2019 e 208 no 1º semestre de 2020). O relatório indica ainda que a maior parte das ocorrências acontece por volta das 20h. Sobre a natureza das ocorrências criminais de violência doméstica, a ameaça é o tipo de violência mais frequente: 397 ocorrências no 1º semestre de 2019 e 415 ocorrências registradas no 1º semestre de 2020. Lesão corporal, injúria e descumprimento de medidas protetivas de urgência também são violências frequentes.

Em decorrência da necessidade e imposição do isolamento social, gerado pela pandemia da COVID-19, diversos reflexos foram observados no cotidiano da sociedade, alguns positivos outros negativos.

Sendo que o grupo específico das mulheres, é o que atualmente mais tem sentido esses efeitos negativos, com elevados aumentos no quadro de violência doméstica.

Esse aumento expressivo no número de casos de violência doméstica familiar, têm decorrência de uma série de fatores, quais sejam: suspensão de algumas atividades de trabalho, diminuição de renda, diminuição da carga horária laboral ou até mesmo a extinção de cargos, sobrecarga nas atividades domésticas e cuidado com os filhos, elevação no consumo de bebidas alcóolicas e drogas ilícitas, bem como o aumento da convivência diária com os trabalhos ‘Home office’.

Esta imposição de isolamento social a sociedade, ressalta de forma potencializada números preocupantes relativos a elevação dos casos de violência doméstica contra a mulher. Diversas organizações direcionadas ao combate e enfrentamento da violência doméstica, conseguem qualificar essa elevação exacerbada de casos em decorrência dos diversos tipos de problemas econômicos que as famílias têm passado neste momento, e temores decorrentes da preocupação com o nova coronavírus (SUÍÇA, 2020).

Neste isolamento social prolongado, as mulheres que passam por violência doméstica constante, são vigiadas e proibidas de manter contato com seus familiares, ampliando a margem de ação do agressor e os quadros de manipulações psicológicas as vítimas.

A busca pelo controle financeiro em ambiente doméstico, também torna a presença do agressor mais forte, haja vista, que este ambiente que anteriormente era conduzido pela mulher, hoje passa a ser um ambiente mais compartilhado com o homem, sendo que o agressor ao notar esse comportamento, nota de em seu interior e de forma errônea a perda ou diminuição de se poder masculino, ferindo seu ego interior de macho provedor, e passando a ser o estopim para diversos comportamentos violentos. (VIEIRA, GARCIA, MACIEL, 2020).

A desigualdade observada nas divisões de trabalhos domésticos, se comunica diretamente a sobrecarga das atividades das mulheres que possuem filhos e são casadas. Sendo que, muitas das vezes a presença do homem no lar, não é sinônimo de compartilhamento das obrigações domésticas da casa, mas sim comprovação de um exercício efetivo de poder masculino dentro do lar, e sobrecarga das atividades invisíveis e não remuneradas desenvolvidas pela mulher (FEDERICI, 2019).

Neste âmbito de relacionamento familiar em isolamento social, grande parte do tempo é dividida pela vítima com seu agressor. Além disso, diminuindo o contato social da vítima com seus familiares e amigos, reduzem-se também as chances dessa vítima mulher, procurar redes de apoio e ajuda, para que consiga sair deste ambiente de violência doméstica.

A elevação da convivência entre vítima e agressor, especificamente em famílias de baixo poder aquisitivo, que residem em ambientes pequenos e com grande aglomeração devido ao pouco espaço, elevam de maneira significativa o número de casos de violência e reduzem de forma abrupta as denúncias contra tais agressores.

Na dimensão individual, podem ser estopins para o agravamento da violência: o aumento do nível de estresse do agressor gerado pelo medo de adoecer, a incerteza sobre o futuro, a impossibilidade de convívio social, a iminência de redução de renda – especialmente nas classes menos favorecidas, em que há grande parcela que sobrevive às custas do trabalho informal –, além do consumo de bebidas alcoólicas ou outras substâncias psicoativas. A sobrecarga feminina com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, idosos e doentes também pode reduzir sua capacidade de evitar o conflito com o agressor, além de torná-la mais vulnerável à violência psicológica e à coerção sexual. O medo da violência também atingir seus filhos, restritos ao domicílio, é mais um fator paralisante que dificulta a busca de ajuda. Por fim, a dependência financeira com relação ao companheiro em função da estagnação econômica e da impossibilidade do trabalho informal em função do período de quarentena é outro aspecto que reduz a possibilidade de rompimento da situação. (MARQUES, et al, p.2, 2020)

Somente em abril de 2020, primeiro mês de isolamento social no Brasil, houve um aumento significativo no número de denúncias no Disque 180, Central de Atendimento à Mulher. O crescimento foi de quase 40% durante o período, em relação a abril de 2019. De março a abril de 2020, houve um aumento de 22,2% nos casos de feminicídio em 12 estados brasileiros, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (FBSP) Iraci Pereira, da Patrulha Maria da Penha de Foz do Iguaçu - órgão responsável por verificar o cumprimento de medidas protetivas de urgência - afirmou em entrevista que

“Sabemos que em determinadas datas, como finais de semana e férias, os números de violência doméstica aumentam por conta do convívio familiar mais próximo. Nessa época de isolamento social com certeza vai ser muito semelhante a essas datas, com o agravante de todo estresse que as famílias vêm passando, por isso estamos atentos”

Em Foz do Iguaçu, há uma estagnação no número de denúncias das ocorrências: No 1º semestre de 2020, ainda de acordo com relatório da CAPE/SESP-PR, foram registrados 1018 ocorrências criminais de violência doméstica, o que pode ser considerado uma diminuição se comparado com os números referentes ao mesmo período em 2019. Ao analisar o crescimento de ocorrências de violência doméstica no Brasil e na região de Foz do Iguaçu nos últimos anos, em contraponto com a estagnação no número de denúncias, pode-se afirmar que há uma subnotificação dos casos, devido ao contexto de pandemia e isolamento social. O número de casos aumentou, porém o número de registros não se alterou tanto, devido a dificuldade das mulheres se deslocarem até a delegacia ou pedirem ajuda aos familiares.

Segundo a Polícia Nacional do Paraguai, houve um aumento nos casos de violência intrafamiliar durante o período de quarentena no país. De acordo com o Ministério da Saúde do Paraguai, houve em média 80 casos novos por dia. Na Argentina, o número 137, destinado a receber denúncias de abuso, registrou um aumento de 67% nos pedidos de ajuda. Em relação a Ciudad del Este e Puerto Iguazú, cidades que fazem fronteira com Foz do Iguaçu, não foram encontrados dados referentes ao tema.

Por estarem cumprindo o isolamento social, muitas mulheres que sofrem violência estão convivendo muito mais com seus agressores, e muitas vezes não conseguem ficar sozinhas para efetuar uma denúncia pelo celular, por exemplo, ou ir até a delegacia. Muitos agressores monitoram os aparelhos e redes sociais das vítimas, para que estas não entrem em contato com a família ou com a segurança pública, por exemplo. Isso nos mostra que as mulheres ainda não estão seguras mesmo dentro de suas próprias casas.

Por isso, é necessário que os órgãos responsáveis pelo atendimento à mulheres vítimas de violência se atentem as especificidades do período, ampliando as redes. Em Foz do Iguaçu, instituições de proteção à mulher continuam atuando no enfrentamento à violência mesmo durante a quarentena, adequando-se para atender as necessidades das mulheres que procuram auxílio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mundialmente, bem como acontece no Brasil, a pandemia da COVID-19, trouxe a debate diversas problemáticas. Se faz necessário, enfatizar que existe a necessidade e obrigatoriedade de toda sociedade, em efetivamente reduzir a incidência da COVID-19 e sua transmissão a nível populacional. Para isso, a principal solução enfatizada pelos órgãos mundiais de saúde, fora o distanciamento social imposto a sociedade.

Neste contexto, se faz necessário que sejam seguidas a risca todas as recomendações ditadas pela organização mundial de saúde OMS bem como do Ministério da Saúde do Brasil, no sentido da continuidade e efetivação do distanciamento social associado a quarentena domiciliar.

Entretanto, com base no trabalho apresentado, verifica-se a necessidade de ações que reforcem a efetiva proteção e enfrentamento a todas as formas de violência doméstica.

A pandemia da COVID-19, trouxe muito além do vírus que circula perante a sociedade. Com esta, adveio um agravamento também dos casos de violência doméstica familiar, juntamente com a diminuição do acesso aos diversos serviços de apoio a essas vítimas, decorrentes do medo e preocupação com o contágio da doença.

Entretanto, o MMFDH, com o intuito de contornar as dificuldades geradas pela pandemia, e de acolhimento e recepção de denúncias voltadas a violência doméstica, lançou por meio de canais digitais e plataformas de atendimento, o aplicativo Direitos Humanos BR, bem como o site ouvidoria.mdh.gov.br, e os endereços disque100.mdh.gov.br e ligue180.mdh.gov.br.

Através destas plataformas de atendimento, todas as vítimas de violência doméstica, bem como familiares, vizinhos, e desconhecidos poderão participar, enviando áudios, fotos e vídeos, bem como outros documentos que comprovem a situação de vulnerabilidade e violência doméstica enfrentados

Contudo, muito mais que os canais de denúncia e comunicação de situações de violência, deve-se existir, um aumento nos esforços designados a aumento da promoção da prevenção a tais situações, tais como, a ampla e democrática divulgação de todos os canais de atendimento as vítimas de violência doméstica, capacitação de servidores aptos a identificar e qualificar situações classificadas como risco a vida da vítima, aumento nas equipes diretas de prevenção e apoio para a não reafirmação de orientação de isolamento doméstico nestes casos.

Classifica-se como ponto fundamental ao combate e prevenção da violência doméstica, a expansão das entidades de apoio que garantem o funcionamento e ampliação das vagas em abrigos para as mulheres sobreviventes vítimas de violência doméstica.

Considerando que todas as estratégias mencionadas são efetivamente válidas e efetivas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher em contexto de isolamento social decorrente da Pandemia COVID-19.

Atualmente o isolamento social, caracteriza-se como ferramenta imprescindível ao combate e contenção do contágio do vírus COVID-19, traduzindo-se na busca pela redução do contágio e mortalidades associados a doença.

Nesse contexto, Estado e sociedade, devem estar entrelaçados e mobilizados para a promoção do direito de a mulher poder conviver com a ausência da violência em sua trajetória.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Selvino José, **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis, v. 4, n. 1. Florianópolis, jan-jun, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>. Acesso em: 19 Fev 2018.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei No 11.340 de 7 de agosto 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Diário Oficial da União. Brasília, 2006.

ESTADO DO PARANÁ, Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária. **Relatório Estatístico Violência Doméstica**. Foz do Iguaçu, Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. 2020.

FEDERICI, S. O Ponto Zero da Revolução: **trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante; 2019

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota técnica: Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19**. E2. 2020.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**; tradução Rosaura Eichenberg - São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KAMADA, Fabiana Larissa. **As mulheres na história: do silêncio ao grito**. In: BERTOLIN, Patrícia T. M.; AUDREUCCI, Ana Cláudia P. T. Mulher, sociedade e direitos humanos. São Paulo: Rideel, 2010.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: A história de um conceito**. IN: Diferença, igualdades. Heloisa Buarque de Almeida, José Eduardo Szwako (orgs.). São Paulo: Berlendis Editores Ltda, 2009.

SUÍÇA. **Global Rapid Gender Analysis for Covid-19**. Care International / International Rescue Committee; 2020 [acessado em 5 agosto. 2020]. Disponível em: Disponível em: https://www.care-international.org/files/files/Global_RGA_COVID_RDM_3_31_20_FINAL.pdf.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são os direitos humanos das mulheres**. 1ª ed. ebook. São Paulo: Brasiliense, 2006.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Rev. bras. epidemiol.**, Rio de Janeiro, v. 23, e200033, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100201&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Agosto. 2020. Epub Apr 22, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200033>.

WARKEN, Júlia. **Quem foram as sufragistas da vida real?** Publicado em 22 dez 2015. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/cultura/quem-foram-as-sufragistas-da-vidareal/>. Acesso em 19 Fev. 2018.

DESCONSTRUINDO O RACISMO CONTRA MIGRANTES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS NO ATUAL CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19 NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL

Alessandra Rufino Santos¹

Érica Marinbo dos Santos²

INTRODUÇÃO

A pandemia pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) iniciou-se em Wuhan, na China, em 31 de dezembro de 2019. Desde então, a partir de 2020, sua transmissão espalhou-se rapidamente por todo o mundo, chegando no Brasil no dia 26 de fevereiro e em Roraima no dia 21 de março, conforme dados do Ministério da Saúde (2020). Com esse cenário, acionamos os seguintes questionamentos: Como o debate da desconstrução do racismo tem entendido a alteração das nossas formas societárias modernas em consequência da Covid-19? E qual a sua contribuição para pensarmos a situação da vulnerabilidade física à doença, bem como a vulnerabilidade social?

Existem alguns caminhos interpretativos possíveis para essas respostas, pautados na problemática das manifestações de aceitabilidade e tratamento dado aos migrantes internacionais e refugiados na fronteira Norte do Brasil. Um aspecto que nos chama atenção diz respeito às desigualdades estruturais que agravam ainda mais as dificuldades para enfrentar a transmissão da Covid-19. Há, na verdade, uma abrangência social, política e econômica raramente vista na História Contemporânea³. A atual pandemia também expande o argumento da existente situação de desproteção ocasionada pela gradativa perda de direitos trabalhistas, bem como avalia as medidas que o Brasil está tomando como forma de assegurar os migrantes internacionais e refugiados.

1 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora Adjunta de História do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima (UFRR), onde também é professora permanente no Mestrado Profissional em Ensino de História. E-mail: alessandra.santos@ufr.br.

2 Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Estácio da Amazônia e estudante do curso de Especialização em Direito Público da Universidade Estadual de Roraima (UERR). E-mail: ericamarynho@outlook.com.

3 É importante destacar que em momentos recentes da História Contemporânea ocorreram outros surtos epidêmicos globais, mas com impactos menores que a Covid-19: a Gripe Influenza HN1 em 2009, e o Ebola em 2014.

No caso da fronteira Norte do Brasil, chama atenção um dado publicado por Pêgo et al. (2020, p.32) em que “o primeiro ato de fechamento da fronteira terrestre brasileira se deu justamente com a Venezuela em 18 de março, sendo que a Colômbia fechou no dia 16 de março e a Guiana somente em 31 de março de 2020”. Esse processo de fechamento das fronteiras terrestre, aérea e marítima nos países da América do Sul com o objetivo do controle de entrada da Covid-19 expõe que, em geral, os fechamentos e as restrições começaram a ocorrer depois de declarada pandemia mundial pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020.

Cabe especificar nesta apresentação, que o Norte do Brasil é formado pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, representando uma região extensa no território brasileiro por proporcionar fronteiras com os seguintes sul-americanos Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, além do território da Guiana Francesa. No caso específico deste artigo, escolheremos o estado de Roraima para nos referirmos à fronteira Norte do Brasil por compreendermos ser uma área em que o fechamento das fronteiras Brasil/Venezuela e Brasil/Guiana consiste na quase ausência de ações coordenadas entre os países, embora venham seguindo, na maioria dos casos, as medidas de contenção e controle internos, orientados por critérios de distanciamento social, restrição à mobilidade e fechamento e restrições em locais de aglomeração.

No âmbito populacional, a região a qual denominamos fronteira Norte do Brasil encontra-se sob maior pressão de movimentos migratórios, entre os quais se evidencia a elevada presença de venezuelanos, especialmente em Boa Vista, capital de Roraima. Sendo assim, os venezuelanos serão tratados, neste estudo, como migrantes internacionais ou refugiados como alternativa de delimitação ao nos referirmos a essas duas denominações no decorrer da escrita. Além disso, existem debates entre a academia e a sociedade civil acerca das justificativas que ensejam a concessão de refúgio aos venezuelanos que chegam no Brasil, e não apenas um visto por acolhida humanitária.

Inicialmente, a presença venezuelana em Roraima estava restrita a Pacaraima, cidade brasileira que faz fronteira com a cidade venezuelana Santa Elena de Uairén. No entanto, os últimos anos, em especial a partir de 2015, estão sendo marcados pelo grande fluxo de imigrantes venezuelanos que passaram a residir em Boa Vista, considerada uma extensão da fronteira entre o Brasil e a Venezuela por ser a capital mais próxima das cidades fronteiriças Pacaraima (do lado

do Brasil) e Santa Elena de Uairén (do lado da Venezuela). O que acontece, nesse cenário, é que Roraima, além de receber os venezuelanos, na condição de imigrantes ou refugiados, também é uma porta de entrada de imigrantes de outras nacionalidades como guianenses, surinameses, haitianos, peruanos, cubanos, entre outras nacionalidades.

No caso da fronteira Brasil/Guiana, a Agência Senado (2020) expõe que na cidade guianense de Lethem, fronteira com o município roraimense de Bonfim, 90% dos comerciantes são chineses. É uma cidade com cerca de 5 mil habitantes com um grande comércio de utilidades domésticas e eletroeletrônicos que atrai turistas de toda a região Norte, em especial do Amazonas. Ainda segundo informações da Agência Senado (2020), a cidade de Santa Elena de Uairén também possui chineses entre seus comerciantes, representando cerca de 50% dos que vivem do comércio. Esses chineses viajam com frequência ao seu país de origem, que originou a epidemia do coronavírus.

O indicativo do potencial de reflexão proposto neste artigo, a partir de uma revisão bibliográfica - bem como da utilização de dados secundários de pesquisas, bancos de informações e reportagens jornalísticas, através do método hipotético-dedutivo - aponta na direção de apresentar elementos que possam contribuir na compreensão e problematização dos fatores que aumentam a vulnerabilidade dos refugiados e migrantes internacionais, principalmente os indocumentados, neste contexto pandêmico.

Logo, para que possamos ter uma maior clareza sobre as medidas que precisam ser tomadas a fim de minimizar os impactos sanitários, econômicos e sociais da pandemia, que ainda estão se desenvolvendo, é conveniente debater nas seções seguintes os impactos da pandemia de Covid-19 sobre os direitos humanos dos migrantes internacionais e refugiados na fronteira Norte do Brasil; a migração e o racismo no contexto das desigualdades; como também a falta de estratégias governamentais para compensar as desigualdades em função da Covid-19 na fronteira Norte do Brasil, principalmente no que diz respeito às demandas sócio raciais por parte de migrantes internacionais e refugiados.

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DOS MIGRANTES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL

O século XXI é marcado pela des-ordem e pela complexidade, termos que contribuem com a discussão de novos paradigmas científicos. Nessa contextualização, cada grupo social estabelece relações com seu território. Assim, de acordo com Little (2002), pertencer a um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, mas relação com um espaço físico determinado.

Seria possível dizer que a intensidade das transformações e os avanços tecnológicos da contemporaneidade permitem uma mobilidade nunca vista, representando a fluidez dos espaços (SANTOS, 2008). É nesta fluidez que, além dos capitais, da informação e das mercadorias, os homens também se movem, seja na condição de migrantes, turistas ou refugiados.

Toda pessoa, na condição de migrante ou refugiado tem o direito de deixar o país em que se encontra, incluindo o de sua nacionalidade, bem como o direito de regressar ao seu país (ONU, 1998). Sobre isso, Chiaretti et al. (2020, p.61) fazem o seguinte complemento: “Este modelo é adotado como regra geral em tratados internacionais de direitos humanos, os quais não reconhecem o direito de ingresso em um território com o qual o indivíduo não tenha vínculos de nacionalidade”. Os autores também compartilham, a título de exemplo, que não é possível a exclusão com base em critérios raciais ou étnicos, ou quando o ingresso envolve pessoas que precisem de proteção internacional.

Na discussão sobre proteção internacional, o principal caso envolve o refúgio. De acordo com a Agência da ONU para Refugiados (1951), o refugiado é a pessoa em razão de conflitos relacionados à raça, religião, nacionalidade ou opiniões políticas, marcados por conflitos armados ou perseguições, se encontra fora do seu país de nascimento, muitas vezes em países mais próximos, onde passa a ser reconhecido internacionalmente, com acesso à assistência dos Estados, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e de outras organizações (ACNUR, 2013).

O ACNUR (2015) explica que a proteção dos refugiados proporciona a garantia contra a devolução às ameaças das quais eles já fugiram e o acesso a procedimentos justos de asilo, além de medidas que garantam que seus direitos humanos básicos sejam respeitados a fim de permitir-lhes viver com segurança e dignidade, conforme proteção dos Estados que possuem a responsabilidade primordial desta proteção.

Esta definição de refugiado é fundamental para fazer uma distinção com o status de migrante internacional. Marandola Júnior e Dal Gallo (2010) deixam transparecer que a definição de migrante está na territorialidade e na existência, dois termos centrais para a seguinte construção: lugar e ser. Mais importante ainda, nesta explicação, é que os migrantes internacionais e os migrantes internos escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas, sobretudo, para melhorar sua vida, pela busca de melhores oportunidades de trabalho e educação ou pelo desejo de viver com parentes que moram fora do país de origem.

Uma característica que diferencia os migrantes internacionais dos refugiados é que diferentemente dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes internacionais continuam recebendo a proteção do seu governo. No geral, os Estados possuem legislação própria para tratar os migrantes internacionais e questões específicas da imigração. Já os refugiados são tratados conforme as normas definidas a nível nacional e internacional.

Entretanto, migrantes internacionais e refugiados compartilham semelhanças no processo de deslocamentos. Ao adentrar o território de outro país, enfrentam, além das fronteiras político-administrativas, barreiras de identidade (MONTES, 1996). Nessa lógica, conflitos com a sociedade já estabelecida no local de destino começam a emergir. A ideia de que migrantes internacionais e refugiados sejam vetores de doenças torna-se um dos elementos que fazem parte dos conflitos. Segundo Ventura (2016), esta ideia não é nova, sendo estabelecida desde a Idade Média, quando se buscavam apontar culpados pela epidemia da peste bubônica. Em outras palavras, o fato de que os estrangeiros vêm de outro lugar já os tornaria suspeitos.

No caso específico da Covid-19, as emergências de saúde pública intensificam a xenofobia enfrentada por migrantes internacionais e refugiados. Quando eclode uma pandemia em determinado país que afeta demais países do mundo, um dos primeiros atos dos Estados com que o local afetado tenha grande fluxo de viajantes é o impedimento de pessoas que estiveram no local afetado adentrem seu território. Essas situações de emergência de saúde pública internacional são reguladas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

No entanto, para Chiaretti et al. (2020), restrições de tráfego internacional podem ser mais prejudiciais do que benéficas. A justificativa para este argumento é baseada nas experiências epidemiológicas passadas, em que as crises sanitárias raramente aumentaram o tráfego de pessoas. Uma justificativa parecida é encontrada nos estudos de Ventura (2009), sendo provável as restrições de

tráfego serem ineficazes com relação às doenças transmissíveis, dada a velocidade em que as pessoas conseguem se movimentar. Ainda para a autora, é possível, inclusive que a doença já esteja presente em outro território antes mesmo de a crise sanitária ter tomado contornos internacionais.

Na fronteira Norte do Brasil, e em todo o território nacional, a situação para os migrantes internacionais e refugiados não está muito promissora, diante do atual contexto de pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2). Em 22 de março de 2020, foi editada a Medida Provisória nº 927, que dispõe acerca das medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública, exposto pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19. O texto da medida provisória mencionada é voltado para os empregadores, como forma de resguardar a economia neste momento de crise em decorrência da pandemia (BORDBA; D'ANGELO, 2020). Apesar disso, o Estado brasileiro tem o dever de manutenção das medidas de proteção e assistência humanitária às pessoas migrantes e refugiadas, mesmo diante do atual contexto de pandemia.

As questões abordadas até aqui nos possibilitam mencionar que os estados da federação, entre eles Roraima, também decretaram medidas de enfrentamento e prevenção à Covid-19. Entre as referidas medidas, está a necessidade de ações para a contenção da mobilidade social como quarentena ou isolamento, podendo, assim, repercutir nas relações familiares e sociais, além de atingir a atividade econômica em setores do mercado ao impactar diretamente na produção e na taxa de desemprego.

É preciso considerarmos ainda que as desigualdades em função da Covid-19 não se trata de um problema novo para os migrantes internacionais e refugiados, mas que adquire novos contornos na atual pandemia. Tudo isto sempre existiu pela facilidade que os migrantes internacionais e refugiados possuem de cruzar as fronteiras que, posteriormente, é sucedida por uma grande dificuldade de obter regularização migratória.

Em meio a esta crise global, na fronteira Norte do Brasil, que neste momento de escrita do artigo possui 554.211 casos e 13.855 óbitos⁴ (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020), há migrantes internacionais e refugiados que ainda conseguem trabalhar em setores considerados essenciais, especialmente em: supermercados, lanchonetes, restaurantes, feiras, venda ambulante, serviço de entrega, transporte,

4 O dado apresentado pelo Ministério da Saúde (2020) é do dia 04 de setembro de 2020 e corresponde aos 07 (sete) estados da região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, sendo que Roraima apresentou 44.665 casos na referida data com 598 óbitos.

limpeza e no cuidado de crianças, pessoas com deficiência ou idosos, entre outros. Apesar disso, uma das questões que mais nos preocupa é a desigualdade nas condições de saneamento e moradia frente à pandemia. As pessoas de classes sociais mais privilegiadas enfrentam esse período difícil da contemporaneidade no conforto de suas casas e relativamente seguras financeiramente, enquanto há outras pessoas, dentre as quais se encontram os migrantes internacionais e refugiados, que não possuem em casa as condições básicas de higiene e de alimentação de qualidade, precisando buscar alguma fonte de renda.

Percebemos, neste processo, que a vulnerabilidade social e a vulnerabilidade física se constituem em determinadas condições e circunstâncias capazes de influenciar práticas sociais e produção de cidadania nos campos da saúde e assistência social. O que se verifica, neste pensamento, é que o processo migratório e de refúgio implica em situações de mútuo estranhamento, o qual coloca os migrantes internacionais e refugiados diante de novos desafios, marcados pela inserção em um novo contexto que exige deles o manejo de novos códigos culturais e a recriação das redes de relações sociais e das identidades (SILVA, 1999).

Contudo, a crescente presença de migrantes internacionais e refugiados em Roraima vem colocar uma série de questões relativas à forma como eles são identificados na sociedade do local de destino e vice-versa. Essa situação trata-se de uma herança da colonização, fundamental para que as variantes do racismo nos ajudem a problematizar que a origem étnica e regional convive de forma conflitiva com a origem nacional. Nesse processo, são perceptíveis a seletividade e a diferenciação étnica na aceitação de migrantes internacionais e refugiados no território nacional desde o começo a formação da sociedade brasileira. Diante desta problemática, a próxima seção relacionará a migração e o racismo em um debate pautado na hospitalidade e na hostilidade.

A IDEIA DE ESTRANGEIRO PRESENTE NA HOSPITALIDADE E NA HOSTILIDADE: UM DEBATE ENTRE MIGRAÇÃO E RACISMO A PARTIR DAS DESIGUALDADES

O Comitê sobre Trabalhadores Migrantes (CMW) da Organização das Nações Unidas (ONU) em nota de orientação conjunta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 sobre os direitos humanos dos migrantes reconhece que os migrantes internacionais e refugiados em vulnerabilidade, seja social ou física,

que expressam a desigualdade social e espacial, as precárias condições de vida, saúde, habitação, trabalho e lazer, tendem a sofrer os impactos do coronavírus (SARS-CoV-2) de forma mais brutal, cabendo aos Estados a criação de medidas de proteção e auxílio às comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Situações como a da fronteira Norte do Brasil parecem trazer à discussão, neste momento, a integração dos migrantes internacionais e refugiados, em especial os trabalhadores, nos planos e políticas nacionais de prevenção e resposta à Covid-19. É recomendado que os Estados sigam as orientações técnicas da Organização Mundial da Saúde (OMS) ao formular e implementar políticas públicas para conter a pandemia e implementar mecanismos para informar os migrantes sobre as medidas que afetam seus direitos humanos. É importante ainda que os migrantes internacionais, os refugiados e suas famílias, independentemente de seu status migratório, sejam incluídos nas políticas de recuperação econômica, levando em consideração a recuperação dos fluxos de remessas devido a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) ter proporcionado uma queda global nas remessas enviadas as suas famílias em seus países de origem.

Por outro lado, sob a ótica da migração internacional, Chiaretti et al. (2020, p.13) expõem que “a primeira medida adotada pelo governo brasileiro após o reconhecimento da gravidade da situação decorrente da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) foi a suspensão do ingresso de venezuelanos em território nacional por um prazo de 15 (quinze) dias”. A restrição foi pautada na Portaria Conjunta nº 120/2020 (BRASIL, 2020) e se fundamentou nos riscos sanitários decorrentes da pandemia, em especial pela dificuldade de o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro comportar o tratamento de imigrantes infectados pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e pela dificuldade de impedir sua disseminação (art. 3º)⁵.

Levando em consideração esse contexto, a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) além de gerar crise na saúde e afetar a economia dos países, tem como uma de suas consequências o aumento da discriminação aos migrantes internacionais e refugiados. Embora este problema seja mais comum em países onde esse tema é mais politicamente explorado, como nos Estados Unidos, ele também está presente na América do Sul, precisamente no Brasil. No tocante à fronteira Norte do Brasil, a vida dos migrantes internacionais e refugiados,

5 Entre outras medidas, a Portaria Conjunta nº 120/2020 (BRASIL, 2020) estabeleceu sanções para o caso de descumprimento das medidas disciplinadas consistentes em responsabilização civil, administrativa e penal ao agente, bem como deportação imediata com inabilitação de pedido de refúgio (art. 6º).

como é o caso dos venezuelanos, que já era muito difícil antes da pandemia, passou a ser ainda pior, já que muitos começaram a ser estigmatizados por serem prejudicados como portadores do vírus. Como já mencionado, a Portaria Conjunta nº 120/2020 (BRASIL, 2020) tem um ponto problemático por ter restringido o ingresso de venezuelanos no Brasil. Porém, essa restrição inicial aos venezuelanos precisa de argumentos mais sólidos. Neste contexto, teria o governo brasileiro adotado uma política migratória xenofóbica e racista contra os venezuelanos? A princípio, percebemos que há uma postura contraditória por parte do governo brasileiro que, aparentemente, “reconheceu a generalizada violação de direitos humanos no país vizinho para fins de concessão de refúgio *prima facie* e, por outro, fecha suas fronteiras aos venezuelanos” (CHIARETTI et al., 2020, p.14).

Devemos ressaltar, contudo, que Chiaretti et al. (2020) apesar de afirmarem que os números da Covid-19 não serem necessariamente confiáveis, os casos da Covid-19 na Venezuela não se mostravam expressivos quando foi publicada a Portaria Conjunta nº 120/2020 (BRASIL, 2020). Neste caso, embora um intenso fluxo migratório possa impactar no Sistema Único de Saúde (SUS) ou mesmo na disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), a restrição a um povo específico e a consequente associação dele a uma doença pode despertar sentimentos xenofóbicos e racistas, que são apontados nos estudos de Ramalho *apud* Chiaretti et al. (2020).

As situações de conflito entre migrantes internacionais, refugiados, o país de destino e a sociedade já estabelecida no local “estão relacionadas ao embate em torno da singularidade nacional, e ao pressuposto de que diferenças étnicas podem produzir ideais secessionistas” (SEYFERTH, 1999, p.111). Isso nos leva ao seguinte ponto exposto por Monsma (2013) e Monsma e Truzzi (2018): um dos fatos mais notáveis a respeito das relações raciais na América é a persistência da desigualdade racial em quase todos os lugares com populações significativas de brancos e negros, com os negros quase sempre em posição de desvantagem, assim como os “novos” imigrantes não europeus, considerados como mais problemáticos do que os imigrantes “históricos” da Europa.

Uma característica do processo diásporo vivenciado pelos africanos e os “novos” imigrantes não europeus - tais como haitianos, bolivianos, venezuelanos, colombianos, argentinos, peruanos, uruguaios, entre outros (CAVALCANTI et al., 2019) – é a contribuição para a assimilação e a miscigenação se tornarem temas centrais do discurso nacionalista brasileiro. Deve ser lembrado que

a tese do branqueamento da raça, presente nas discussões da política imigratória, marcou o debate sobre a formação nacional até, pelo menos, o Estado Novo. Ela aventou a possibilidade de constituição de uma raça histórica delineada desde o passado colonial, envolvendo as chamadas “três raças formadoras” (portuguesa, indígena e negra), que devia incorporar os imigrantes brancos através da miscigenação seletiva. (SEYFERTH, 1999, p.110).

O pensamento de Seyferth (1999) nos ajuda a compreender que o racismo se reproduz nas interações cotidianas entre grupos e se espalha para “novos” grupos, além de contribuir no processo de construção da sociedade e da cultura brasileira. Ainda assim, “a ótica eurocêntrica, com a predominante ideologia imperialista, categoriza como inferiores os povos ‘diferentes’ por razão étnica ou racial, justificando o domínio colonial e a exploração do europeu sobre outros povos” (MARTINS, 2017, p.02).

É perceptível, portanto, a seletividade e a diferenciação étnica na aceitação de migrantes internacionais e refugiados no território nacional desde o começo da formação da sociedade brasileira. Bauman (1999) e Jenkins (1997) são autores que abordam a temática do racismo a partir de uma reflexão no sentido de raça como uma forma específica de etnicidade, definida pela dominação sistemática de um grupo étnico por outro, acompanhado pela categorização do grupo dominado como inferior. Com isso, queremos dizer que para os autores, a categorização do “outro” através da imposição e da força se faz eficaz na medida em que deixa de ser um sentimento de quem crê ser superior e passa a se manifestar de forma agressiva e explícita em relação ao grupo dominado.

Quando nos propomos desconstruir o racismo contra migrantes internacionais e refugiados no atual contexto de pandemia de Covid-19, nossa perspectiva foi de compreender a constituição da migração e do refúgio como trânsito social composto por indivíduos e suas trajetórias, além dos obstáculos decorrentes das dificuldades do dia a dia neste contexto de pandemia, sendo necessário problematizar a categoria do estrangeiro para pensar a relação entre o migrante internacional e o refugiado.

Simmel (1983) mostra como é possível pensar o estrangeiro em uma ótica da relação entre o próximo e o distante entre grupos sociais. Ou seja, nessa concepção, “a oposição entre o nós e o estrangeiro é determinada pelo fato de este não ter pertencido àqueles desde o começo, pelo fato do estrangeiro ter introduzido qualidades que não se originam nem poderiam se originar no próprio grupo” (MONTEIRO, 2015, p.27).

Dessa forma, a ideia de estrangeiro, do ponto de vista da migração internacional e do refúgio, está presente na hospitalidade e na hostilidade, conforme menciona o título desta seção. Nessa discussão, a hospitalidade articula-se com a recepção, isto é, tanto quem recebe quanto quem está sendo recebido, precisa acolher o outro para que haja uma hospitalidade, sem obrigações. Já a hostilidade, fundamenta-se no princípio de que a presença de estrangeiros tem promovido reações contraditórias na sociedade de destino, algumas inclusive expressas por atos de violência, para deixar claro que migrantes internacionais e refugiados não são desejados no país receptor.

Esta abordagem sobre a hospitalidade e a hostilidade, certamente, esclarece que o racismo é um meio socialmente construído para autenticar a ideia de superioridade ou inferioridade racial de um grupo em relação a outro. Nas palavras de Lucena (2007), é uma forma de discurso ou ideologia que se concretiza por meio de gestos discriminatórios, baseada na ideia de que há raças humanas. Nessa mesma linha de raciocínio, Monsma (2013) reforça que o racismo está ligado ao modo em que as estruturas de poder de uma sociedade são articuladas em suas relações. O autor também sugere ser importante especificar como o racismo se relaciona com a etnicidade. A noção de grupo étnico para Weber (2004) volta-se a um grupo humano com uma identidade coletiva baseada na origem comum, real ou imaginada. Barth (1998) ressalta elementos importantes a essa definição, enfatizando a manutenção das fronteiras étnicas, que são elementos culturais fundamentais para distinguir o grupo dos outros.

Monsma (2013, p.05) destaca que

como as diferenças físicas são socialmente construídas - ou seja, somente certas diferenças físicas são reconhecidas como importantes, e outras são desconsideradas – podemos estender a lógica de Barth para incluir a categorização cultural das diferenças físicas como uma forma de fronteira étnica, quando este sistema de classificação opera para distinguir grupos de origem. O antropólogo e sociólogo irlandês Richard Jenkins (1997) considera raça uma forma específica de etnicidade, definida pela dominação sistemática de um grupo étnico por outro, acompanhado pela categorização do grupo dominado como inferior. Nesta abordagem, as raças se definem por relações de poder e dominação, não por diferenças fenotípicas.

O que podemos pensar é que as ideologias elaboradas para justificar a dominação racial podem incluir ideias a respeito de diferenças físicas, mas também podem basear-se na suposta inferioridade cultural do grupo subordinado. Uma saída razoável para Jenkins (1997) é pensar raça como uma forma de etnicidade

combinada com dominação. Isso salienta o processo político da construção das identidades raciais. Logo, acreditamos que o termo etnia só faz sentido quando associado ao termo raça, formando a expressão étnico-racial. Outro aspecto a ser mencionado é que o termo raça é usado como referência à coletividade, isto é, a grupo de indivíduos. Nessa lógica, nos termos de Monsma (2013), qualquer forma de identidade coletiva é construída pelas relações entre a classificação interna do grupo, pelos próprios integrantes, e a categorização externa, por outros.

Um dos fatos mais notáveis a respeito das relações raciais no Brasil é a persistência da desigualdade racial em praticamente todas as regiões brasileiras com negros, indígenas, migrantes internos, migrantes internacionais e refugiados quase sempre em situação de desvantagem. Mesmo assim, Monsma (2013, p.01) nos lembra que

a continuação de tais diferenças em longo prazo sugere fortemente a operação de algum tipo de discriminação racial, porque existem muitos exemplos no continente de outros grupos, que foram estigmatizados e sofreram grandes desvantagens no passado, mas hoje estão em posição de igualdade com o resto da população.

A reflexão disponibilizada por Monsma (2013) enseja contribuir com a noção de que o racismo na imprensa brasileira contra o migrante internacional ou o refugiado se mantém constante, apesar dos avanços pautados na aceitação seletiva, com diferenças entre europeus e africanos, por exemplo. A igualdade e a equidade das relações do ponto de vista dos pertencimentos étnicos e raciais precisam ser praticadas cada vez mais pela sociedade já estabelecida no local de destino da migração ou refúgio para que ocorra uma reparação histórica diante da trajetória de composição nacional.

O racismo brasileiro é marcado pela colonização europeia, que se consolidou através da imposição de força sobre os povos originários dessas terras, assim como sobre os povos africanos para cá trazidos numa migração forçada, enquanto homens e mulheres escravizados. Com o passar dos séculos, não podemos considerar que todos os grupos de migrantes internacionais e refugiados enfrentam o racismo do mesmo modo no Brasil. Em nosso país, há uma longa tradição de valorização dos imigrantes europeus. Em contrapartida, os “novos” imigrantes são muitas vezes recebidos de maneira oposta.

No caminho da promoção da igualdade racial no Brasil, no que diz respeito aos migrantes internacionais e refugiados no contexto da pandemia de Covid-19, estes são submetidos ao agravamento das questões sociais. O momento de crise

com a que estamos vivendo coloca em evidência as manifestações de racismo contra migrantes internacionais e refugiados. Há um preconceito frequentemente associado a propagação da doença por este grupo simbolizado por práticas xenofóbicas. Neste aspecto, a xenofobia simboliza a aversão e o preconceito *contra* pessoas estrangeiras ou de culturas diferentes.

Existe não só em todo o Brasil, como em sua fronteira Norte, um sentimento nacionalista que assume influência decisiva na política conjunta, sobrepondo-se a quase todos os outros sentimentos e motivos coletivos. A menção ao princípio do nacionalismo tem o propósito de mostrar que a concepção de “perigo dos migrantes internacionais e refugiados” é resultante de formas diferenciadas de pensar a nação. Weber (2004), entre outros estudiosos, definiu o nacionalismo como um princípio político que implica na congruência entre unidade política e nacional estabelecida para o Estado-nação. O problema, nesta questão, é que os limites políticos raramente coincidem com limites étnicos e nacionais.

A migração internacional e o refúgio, paradoxalmente, são fenômenos marcados por diferentes apropriações do princípio do nacionalismo. “Nessa concepção de nação, os descendentes de imigrantes nascidos no Brasil precisam esquecer o princípio do direito de sangue e assumir o espírito de brasilidade para então ter reconhecido o seu direito de solo, portanto, de cidadania” (SEYFERTH, 1999, p.114).

A evidência desta explicação de Seyferth (1999) nos mostra um nacionalismo exacerbado que prejudica no acolhimento de migrantes internacionais e refugiados. Isso, sem dúvida, vale para a fronteira Norte do Brasil. O nacionalismo contemporâneo é bastante diferente do nacionalismo do século XX, praticado pela Alemanha nazista e pelo Brasil dos anos 1930⁶. No século XXI, o mundo globalizado está diferente e o nacionalismo traz um pano de fundo étnico, relacionado à crise de refugiados, que buscam abrigo em outros países, por exemplo. Alguns países demonstram medo em receber os migrantes internacionais e os refugiados em decorrência do medo de ter sua cultura extinta por não conseguir preservar suas tradições devido o contato com a cultura de outra nação. Como reflexo deste pensamento, vários países, embora recebam os migrantes internacionais e refugiados, têm sua população contra a essa política, sem falar que outros países sequer abrem suas fronteiras frente a essa constante crise causada pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

6 Conforme os estudos de Seyferth (1982), a teoria étnica das nacionalidades tem como ponto de partida o nacionalismo alemão do período romântico, formalizado por filósofos e pensadores como Herder e Fichte que transformaram a língua e a cultura de um Volk (povo, em sentido étnico) no fundamento primordial da nação.

Neste complexo processo, a conjuntura de crescente xenofobia, racismo, discriminações e generalizações contra migrantes internacionais e refugiados, são recorrentes os questionamentos sobre como mudar esse quadro em tempos de pandemia? Com efeito, consideramos necessário debater mais - no Brasil e em sua fronteira Norte - sobre xenofobia, racismo e intolerâncias com a finalidade de enxergarmos nesta pandemia no novo coronavírus (SARS-CoV-2) uma oportunidade de mudanças nos hábitos sociais. Não há como passar por um momento como este sem tirar aprendizados. Precisamos criar esperança para transformar em aprendizagem todas as mudanças na dinâmica social e de circulação de informações que estão afetando a vida de migrantes internacionais e refugiados, especialmente no que se refere ao acesso às estruturas governamentais. Mas isso só será possível através de uma cooperação de uns com os outros para que realmente seja construído um mundo melhor para todos nós.

Em linhas gerais, o governo brasileiro e organizações da sociedade civil, que já trabalham com a política migratória e de refúgio, precisam cada vez mais desenvolver diversas iniciativas para oferecer, aos migrantes internacionais e refugiados, serviços relacionados às mudanças jurídicas, regularização migratória, assistência social, assistência psicológica, além de outras ações específicas que os apoie em qualquer tipo de situação de vulnerabilidade. Apesar desta preocupação, destacaremos, na seção a seguir, a falta de estratégias governamentais para compensar as desigualdades em função da Covid-19 na fronteira Norte do Brasil a partir do contexto vivenciado por migrantes internacionais e refugiados.

A FALTA DE ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS PARA COMPENSAR AS DESIGUALDADES EM FUNÇÃO DA COVID-19 NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL: AS DEMANDAS SÓCIO-RACIAIS POR PARTE DE MIGRANTES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS

Algumas questões levantadas na seção anterior, demonstraram a intensificação de problemas estruturais que já estão postos à inclusão de migrantes internacionais e refugiados nas políticas públicas. Além disso, cabe aos governos federal e estaduais enfrentarem, em poucos meses, desafios que exigem medidas urgentes, no âmbito estrutural, para promover aos migrantes internacionais e refugiados o acesso a direitos neste momento de pandemia, tais como são expostos por Pereira et al. (2020, p.02).

1) Intensificação de trabalho em rede para alcançar os grupos de migrantes internacionais e refugiados invisibilizados; 2) Simplificação da documentação necessária para regularização migratória; 3) Reforço na formação de trabalhadores de serviços públicos essenciais quanto à documentação exigida a população migrante e refugiada; 4) Ampliação das estruturas de fiscalização de casos de xenofobia e racismo em situações de trabalho análogo à escravidão e 5) Valorização das ações das organizações da sociedade civil e de organizações de migrantes.

Outra forma de abordar os direitos dos migrantes internacionais e refugiados nesta pandemia, consiste em mencionar o Projeto de Lei nº 2425, de 2020, da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas – Lei nº 8.742, de 1993) para assegurar aos estrangeiros residentes no Brasil, sejam migrantes internacionais ou refugiados, o direito ao auxílio emergencial de R\$ 600 para enfrentarem a atual situação de calamidade pública. Entre os requisitos legais para o recebimento do auxílio emergencial destacam-se, entre outras coisas, ser trabalhador informal, microempreendedor individual (MEI), autônomo e desempregado (AGÊNCIA SENADO, 2020).

Embora o Projeto de Lei nº 2425 tratar-se de um benefício de caráter assistencial e temporário que se enquadra como direito fundamental e objetiva a proteção da segurança alimentar e saúde a população estrangeira no Brasil, os migrantes internacionais e refugiados estão encontrando mais dificuldades na obtenção do benefício do que a população brasileira. Chiaretti et al. (2020) explicam que isso é decorrente das exigências ou pelo desconhecimento da lei, por parte da instituição financeira responsável pelos pagamentos, no caso, a Caixa Econômica Federal, e por seus funcionários.

Ao tornarmos evidentes o acesso a direitos que foram expostos, também queremos mostrar que as diferenças de saúde entre grupos raciais e étnicos ocorrem devido as condições econômicas e sociais que são mais comuns entre negros, indígenas, migrantes internacionais e refugiados do que entre as pessoas brancas já estabelecidas na sociedade de destino. Nas prioridades da saúde pública, “essas condições também podem isolar as pessoas dos recursos de que precisam para se preparar e responder a surtos” (SANTOS et al., 2020, p.229).

Na fronteira Norte do Brasil, o governo do estado de Roraima e a prefeitura da capital Boa Vista adotaram, inicialmente, o distanciamento e isolamentos sociais como estratégia de enfrentamento da pandemia, mas atualmente optaram por dar prioridade a economia ao autorizarem a abertura do comércio e outros estabelecimentos. O governo federal, por sua vez, não seguiu, de fato, todas as

recomendações feitas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo seu próprio Ministério da Saúde. Pensamos que essa postura do chefe de governo tem influenciado negativamente o comportamento da população perante as recomendações de distanciamento e isolamento social, o que acarretou, em todo o país, no crescimento de forma acentuada o número de infectados, as hospitalizações e mortes causadas pelo vírus.

Nessa abordagem, Santos et al. (2020, p.230) apontam a necessidade de “mudança paradigmática na implementação das ações para a prevenção e controle da pandemia a partir do reconhecimento que estamos vivenciando um momento de crises econômica, política, ideológica e moral transversalizadas pelo racismo”. Em geral, os desdobramentos da pandemia de Covid-19, numa sociedade estruturada pelo racismo, como é o caso da sociedade brasileira, penaliza os grupos sociais vulneráveis em que estão os migrantes internacionais e os refugiados. Esse cenário crítico influencia e direciona as decisões políticas e a elaboração de estratégias de proteção social, como políticas públicas na área social e da saúde.

A propósito, o Sistema Único de Saúde (SUS), organizado a partir das redes de atenção à saúde, deve garantir a integralidade do cuidado das pessoas diagnosticadas com Covid-19 (SANTOS et al., 2020, p.230). Trata-se, na verdade, da contribuição das Equipes de Saúde da Família no acompanhamento da população mais vulnerável economicamente, com iniciativas de educação em saúde sobre medidas de prevenção, testagem para a Covid-19, assistência aos casos mais leves e o monitoramento de grupos de risco (idosos, portadores de doenças crônicas e imunossuprimidos).

Mediante a situação posta pelo novo SARS-CoV-2, Santos et al. (2020, p.230-231) fazem o seguinte esclarecimento: “a vigilância dos casos e óbitos por Covid-19 deve ser pautada por dados fidedignos sobre as características dos indivíduos, especialmente o quesito raça/cor que tem sido sistematicamente negligenciado em alguns formulários e sistemas de informação em saúde”.

Outro ponto crítico, específico da fronteira Norte do Brasil, diz respeito à ausência de diferentes estratégias para a redução da vulnerabilidade social das comunidades migrantes e refugiadas, principalmente as pessoas que vivem em situação de rua. Embora não tenha dados oficiais sobre as pessoas em situação de rua em Roraima, estratégias governamentais precisam ser pensadas para este segmento. É esse cenário, marcado por uma profunda crise econômica e aumento dos índices de desemprego, que faz da Covid-19 uma doença perpetuadora das condições de pobreza.

No que se refere à população migrante internacional e refugiada residente na fronteira Norte do Brasil, a propagação do vírus responsável por esta pandemia como as medidas desigualmente eficazes tomadas pelos Estados para proteger as suas populações somam-se as vulnerabilidades social e física, que dificultam a obtenção dos direitos básicos de que são titulares. Como já foi ressaltado, este não se trata de problema novo, mas esta pandemia tem deixado lições às sociedades e seus governantes ao apontar a necessidade de planejamento e construção de cidades e metrópoles de forma mais justa, democrática, humana e com solidariedade social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos estas observações finais com o propósito de indicar rapidamente que a crise, em seus mais diversos âmbitos, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) converge para nos desafiar tanto teórica quanto politicamente. Temos, na verdade, uma crise de teorias migratórias e racistas inspiradas no economicismo liberal ou no economicismo estruturalista, que desconhecem a violência como fator relacionado às práticas de migração e refúgio tanto no país de origem quanto no país de destino. E também ignoram o espaço migratório como um espaço político, ou seja, de exercício do poder.

Neste sentido, podemos afirmar que a pandemia do novo SARS-CoV-2 nos revela que migrantes internacionais e refugiados, que estão entre os grupos populacionais que historicamente foram negligenciados, estão entre os mais atingidos pelos impactos desta pandemia pela baixa proteção ao emprego e por não terem acesso adequado a cuidados de saúde.

Por conseguinte, o que se pode concluir com o cenário vivenciado pela fronteira Norte do Brasil é que a gestão pública tem mantido uma administração conservadora com agendas políticas neoliberais, que negligenciam os serviços públicos, enfraquecem a capacidade de solidariedade da sociedade civil, além de ampliarem as vulnerabilidades de migrantes internacionais e refugiados, populações historicamente discriminadas não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Com isso, é essencial que as medidas voltadas ao combate à pandemia garantam os direitos fundamentais aos migrantes internacionais e refugiados. Não deve haver discriminação a este grupo, que necessita cada vez mais de um acolhimento humanitário por parte do Estado e da sociedade.

Essa experiência recente da Covid-19 demonstra a importância da existência de um arcabouço normativo internacional e interno, que além de garantir a proteção aos migrantes internacionais e refugiados, possa contribuir com a desconstrução do racismo contra eles. Esta também é uma tarefa que, certamente, não incumbe apenas as autoridades de Estado, sociedade civil, economistas, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, historiadores, advogados, geógrafos, entre outros. Os próprios migrantes internacionais e refugiados também têm uma enorme contribuição a dar. Temos, enfim, que refletir sobre a ciência e a democracia em um mundo em que, com isolamento social ou não, precisamos estar conectados para superarmos as formas da lógica hegemônica do sistema capitalista, que é injusta e desigual, e se perpetuou nas instituições e lugares da memória.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Directrices sobre Protección Internacional**. La Aplicación de las cláusulas de exclusión: El artículo 1F de la Convención de 1951 sobre el Estatuto de los Refugiados. Documento HCR/GIP/03/05. Ginebra: 4 de setembro. 2003.

_____. **Acnur explica significado de status de refugiado e migrante**. Publicado em 05/10/2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-explica-significado-de-status-de-refugiado-e-migrante/>. Acesso em: 06/08/2020.

AGÊNCIA SENADO. **Mecias de Jesus pede reforço na fronteira para impedir chegada de coronavírus**. 04/02/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/04/mecias-de-jesus-pede-reforco-na-fronteira-para-impedir-chegada-de-coronavirus>. Acesso em: 10/08/2020.

_____. **Projeto garante auxílio emergencial para estrangeiros residentes no Brasil**. 08/05/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/08/projeto-garante-auxilio-emergencial-para-estrangeiros-residentes-no-brasil>. Acesso em: 20/08/2020.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido

de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

BORBA, Camila; D'ANGELO, Isabele. Ainda mais vulneráveis: um estudo comparado da questão do covid-19 e dos trabalhadores migrantes e informacionais no Brasil e em Portugal. **Revista Impacto Acadêmico**. n.222 – mai/jun. 2020 – bimestral – Ano XX – ISSN 1519.6186.

BRASIL. Portaria n.º120, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. **Diário Oficial da União**, seção: 1, Brasília, DF: 18 mar. 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marcode-2020-248564454>. Acesso em: 20/08/2020.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACÊDO, M; PEREDA, L. Resumo Executivo. **Imigração e Refúgio no Brasil**. A inserção dos imigrantes, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública / Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2019.

CHIARETTI, Daniel; LUCHINI, Daniel; CARVALHO, Laura Bastos. Mobilidade humana internacional em tempos de pandemia: Reflexos da Covid-19 nos direitos dos migrantes e refugiados. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**. v. 24, n. 48, mar./jun. 2020, p. 59-90.

JENKINS, Richard. **Rethinking ethnicity: arguments and explorations**. Londres: Sage, 1997.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Ed. Da UnB, 2002. (Série Antropologia, 322).

LUCENA, Francisco Carlos de. **Negros misturados: um estudo de caso sobre identidade em Mossoró-RN**. Dissertação. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Natal: UFRN, 2007.

MONSMA, Karl. **Racialização, racismo e mudança**: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal: UFRN, 22 a 26 de julho de 2013.

_____; TRUZZI, Oswaldo. Amnésia social e representações de imigrantes: consequências do esquecimento histórico e colonial na Europa e na América. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez 2018, p. 70-108.

MARTINS, Jéssica Melo. **Seletividade na aceitação entre os imigrantes no Brasil**: à luz da análise do Racismo Institucional e os Direitos Humanos Universais. XVI Congresso Internacional FoMercó: Integração Regional em Tempos de Crise: Desafios Políticos e Dilemas Teóricos. Salvador: UFBA, 27 a 29 de setembro de 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 04/08/2020 e 04/09/2020.

MONTEIRO, Cristiano Sobroza. **Do Quilombo à Serra**: migração, identidade e alteridade no RS. Santa MARIA: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2015.

MONTES, Maria Lúcia. **Raça e identidade**: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, Lília M.; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp/Estado Ciência. pp.47-75.

PÊGO, Bolívar et al. **Pandemia e fronteiras brasileiras**: análise da evolução da Covid-19 e proposições. Nota técnica nº 16. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR). Brasília: IPEA, 2020.

PEREIRA, Alexandre Branco et al. **Imigrantes e refugiados também contam**: acirramento da invisibilidade em tempos de pandemia. Estadão. 28 de julho de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/imigrantes-e-refugiados-tambem-contam-acirramento-da-invisibilidade-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 31/08/2020.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre o racismo e saúde. **Estudos Avançados**, 34 (99), 2020.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade étnica**. Florianópolis Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

_____. Etnia, Nação e Raça: considerações sobre as relações conflituosas entre teutos e luso-brasileiros. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Antônio da (Orgs.). **Coletânea de Textos do Simpósio Internacional Migração: nação, lugar, e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 103-114.

SILVA, Sidney Antônio da. Etnia, Nação e Regionalismos no jogo identitário entre imigrantes bolivianos em São Paulo. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Antônio da (Orgs.). **Coletânea de Textos do Simpósio Internacional Migração: nação, lugar, e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 123-136.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (Org.) **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 182-8.

VENTURA, Deisy. Pandemias e Estado de Exceção. In: CATONI, Marcelo Catoni; MACHADO, Felipe. (Org.). **Constituição e Processo: a resposta do constitucionalismo à banalização do terror**. Belo Horizonte, MG: Del Rey/IHJ, p. 159-181, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 2. Vol. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa São Paulo: Editora UnB, Imprensa Oficial, 2004.

PRECARIEDADE DA INFORMAÇÃO, DESIGUALDADE DIGITAL E A PROLIFERAÇÃO DE VULNERABILIDADES ENTRE REFUGIADOS VENEZUELANOS DURANTE A PANDEMIA

Julia Camargo¹
Amanda Paz Alencar²

INTRODUÇÃO

Com a chegada da pandemia, uma das soluções encontradas para se viver o “novo normal” foi a virtualização das relações humanas em suas diversas experiências. Entretanto, as disparidades de acesso, domínio e utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), no Brasil, descortinaram o quadro da desigualdade digital entre grupos sociais vulneráveis (SAMPAIO, 2020), como o de pessoas em situação de deslocamento forçado. No contexto do alastramento da covid-19 e considerando as necessidades de acesso à comunicação/informação, o presente capítulo, baseado em pesquisa de campo virtual e presencial, analisa as principais vulnerabilidades digitais - e seus efeitos - vivenciadas por refugiados venezuelanos em Roraima.

Desde 2016, o estado de Roraima tem sido a porta de entrada de venezuelanos em situação de deslocamento forçado. De acordo com dados da Polícia Federal, foram mais de 262 mil entradas até janeiro de 2020. Roraima possui treze abrigos, que acolhem mais de 6 mil venezuelanos. Em Boa Vista, capital do estado, mais de 3.822 mil migrantes/refugiados estão em situação de rua. Em ocupações espontâneas são mais 2.894 pessoas (OIM, 2020). A governança migratória foi institucionalizada por meio da Operação Acolhida, composta por atores do governo local, agências internacionais da ONU, OINGs e sociedade civil, que atuam sob a organização e em parceria às Forças Armadas Brasileiras.

De acordo com o ACNUR (2018), refugiados têm 50% menos probabilidade do que a população em geral de ter um telefone com acesso à Internet e 29% das famílias de refugiados não têm telefone. Enquanto 90% dos refugiados

1 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Contato: julia.camargo@ufr.br.

2 Doutora em Comunicação Audiovisual e Jornalismo pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Associada do Departamento de Mídia e Comunicação da Universidade Erasmus de Rotterdam. Contato: pazalencar@eshcc.eur.nl.

localizados em ambientes urbanos vivem em locais com cobertura móvel 2G ou 3G, cerca de um quinto dos que vivem em áreas rurais não tem conectividade. Ao considerarmos que 85% dos refugiados do globo encontram-se em países em desenvolvimento, muitos dos quais em situação de extrema pobreza (ACNUR, 2018), é possível entender a preocupação do alto comissário da ONU para refugiados, Filippo Grandi, ao afirmar que “conectividade não é um luxo, é um salva-vidas para refugiados” (WEFORUM, 2017, tradução nossa).

Assim como para muitas pessoas em situação de refúgio, o acesso à conectividade de boa qualidade ainda é um artigo raro em muitas partes do mundo. De forma concisa, há uma grande diversidade de realidades de acesso e distribuição de recursos digitais. Em capitais de vários estados brasileiros, há nichos de acesso e inclusão digital comparáveis ao Norte Global. De acordo com Parreiras e Macedo (2020), ainda que, nos últimos 15 anos, sejam consideráveis as melhorias na infraestrutura e no acesso à tecnologia, o país continua registrando altos índices de desigualdade digital, destacando inequidades nas formas de conexão à internet, conforme demonstra os dados do TIC Domicílios (2018).

Ao observarmos os dados sobre conectividade dos refugiados no mundo e a situação geral no Brasil, é quase intuitivo entender porque um a cada dois venezuelanos não se sente suficientemente informado e 69% não tem acesso a Wi-Fi no contexto de deslocamento para o Brasil (R4V, 2020). As experiências subjetivas dos venezuelanos, na fronteira do extremo norte brasileiro, no que diz respeito às necessidades e aos usos das TICs, sugerem que não é possível refletir sobre o digital na migração sem considerar marcadores socioeconômicos, geográficos, de classe e gênero.

Levando esses fatores em consideração, destaca-se que o impacto desproporcional da covid-19 para pessoas em movimento, de acordo com o ACNUR (2020), se apresenta em três crises interligadas entre saúde, proteção e fator socioeconômico. Para os refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil por Roraima, as primeiras restrições, consequentes da pandemia, foi o fechamento das fronteiras brasileiras como medida sanitária, em março de 2020. A modalidade de visto humanitário foi excluída e ressalvas adicionais para venezuelanos foram impostas, não permitindo, por exemplo, que aqueles que estejam fora do Brasil, mesmo com visto de residência, possam entrar em território brasileiro (JUBILUT; JAROCHINSKI, p.422, 2020).

Este episódio é apenas um entre tantas contradições e distorções que o governo brasileiro vem, sucessivamente, adotando ao lutar contra uma doença

pouco conhecida. No momento em que escrevíamos o presente capítulo, o Brasil contabilizava a perda de mais de 100 mil vidas para a covid-19 e alcançava o patamar de segundo país do mundo mais afetado pela pandemia. A falta de transparência na divulgação de dados pelo Ministério da Saúde e de testagem populacional adequada (EL PAÍS, 2020) impossibilita o conhecimento público de quantos refugiados venezuelanos foram infectados ou faleceram na pandemia.

De acordo com o ACNUR, a agência tem conhecimento de dezenove refugiados venezuelanos que perderam suas vidas para o coronavírus no Brasil, entre eles nove são refugiados indígenas (ACNUR, 2020). No mesmo período, dados informados, via e-mail pessoal, pela Operação Acolhida, apontam 834 atendimentos a venezuelanos no Hospital de Campanha e Área de Proteção e Cuidados em Roraima e 8 óbitos de pessoas nacionais da Venezuela, incluindo povos originários desse país, como os Warao, Pemon, Eñepa e Kariña.

Nesse cenário de imprecisões, a partir de entrevistas virtuais e presenciais realizadas com venezuelanos em situação de deslocamento forçado em Boa Vista, identificamos cinco áreas de vulnerabilidades digitais concernentes ao acesso à comunicação/informação, sob o alastramento do coronavírus: (1) Deterioração da conectividade na Venezuela; (2) Redução da comunicação transnacional desde o Brasil; (3) Obstáculos para obter informações sobre serviços e proteção; (4) Exclusão social pelo digital; (5) Exposição à notícias falsas, informações perigosas e discurso do ódio. Por meio dessas áreas refletimos como a precariedade digital entre refugiados venezuelanos expõe ainda mais essa população a riscos de exploração/marginalização e ponderamos sobre a tendência de atores da resposta humanitária oferecerem soluções digitais ideais e generalizadas nesse momento.

O capítulo está dividido em cinco tópicos, incluindo essa introdução. Na segunda parte, à luz dos estudos sobre migração digital, discutimos os conceitos desigualdade digital e precariedade da informação e os relacionamos, no terceiro tópico, com os dados sobre acesso à informação/comunicação de venezuelanos que chegam ao Estado de Roraima. Na quarta sessão apresentamos a metodologia da pesquisa e, posteriormente, analisamos os dados obtidos por meio da identificação de cinco categorias de vulnerabilidade digital experimentadas por venezuelanos durante a pandemia. Nas considerações finais, entendemos que o atual momento desafiador é também uma oportunidade para reimaginar o futuro da mobilidade humana e o papel das TICs nesse processo, a partir de um projeto coletivo, pensado a partir da inclusão e agência das pessoas em deslocamento forçado.

DESIGUALDADE DIGITAL E PRECARIIDADE DA INFORMAÇÃO: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS A PARTIR DOS ESTUDOS DE MIGRAÇÃO DIGITAL

À luz dos processos que se formam, mutuamente, entre a tecnologia e a sociedade, este artigo se baseia nos estudos sobre Migração Digital, definido por Leurs e Smets (2018) como um campo que visa compreender o uso de tecnologias digitais nas migrações forçadas, especificamente, por refugiados. Trata-se de um conceito que possui tantas interpretações e objetivos, quantos são os diferentes grupos de atores que compõem a governança digital migratória, ou seja, como os atores utilizam a tecnologia enquanto tática para alcançarem seus objetivos em contextos de deslocamento (LEURS; SMETS, 2018, p. 3).

Na última década, uma literatura em expansão explorou as maneiras como os refugiados utilizam as tecnologias de comunicação móvel para permanecer em contato com uma comunidade mais ampla e para acessar informações e serviços relevantes em seus novos lugares (ALENCAR, 2020b). Nesse sentido, alguns estudos, por exemplo, demonstram que as mídias digitais facilitam a obtenção de informações sobre empregos, educação, saúde e bem-estar na sociedade de acolhida (ALENCAR, 2018); formação de novas conexões sociais (TUDSRI; HEBBANI, 2015), aprendizado da língua e da cultura no novo país, assim como formação de identidades culturais (LEURS, 2018). Outros estudos mostram que o não acesso às TICs, assim como o desconhecimento do uso efetivo das mídias digitais podem gerar desinformação, vigilância digital por parte dos governos e outros atores (WALL; CAMPBELL; JANBEK, 2017). Gillespie et al (2016) argumentam que os smartphones, por exemplo, podem ser considerados uma salvação e ao mesmo tempo uma ameaça para os refugiados.

Pauta de destaque nesses estudos é a necessidade de des-ocidentalizar, decolonizar e deslocar a subjetividade masculina hegemônica nas experiências acadêmicas sobre migração digital. No nível global, onde os países do sul acolhem experiências cada vez mais intensas de refúgio/migração (BAENINGER, 2018), é fundamental uma reorientação das políticas digitais a partir das vivências das pessoas em situação de deslocamento forçado.

Em estudo sobre inclusão digital com migrantes no Rio Grande do Sul e Barcelona, as pesquisadoras Cogo, Brignol e Fragoso (2015) destacam, criticamente, a prerrogativa quase obrigatória de utilização das TICs como aspecto de inclusão social. E sublinham as discordâncias entre os modos como

populações migrantes compreendem as TICs em relação às suas próprias necessidades e às expectativas dos criadores de políticas e ações de inclusão: *essas disparidades tendem a criar desapontamento e frustração para os dois pólos das iniciativas de inclusão digital* (p.165, 2015).

Considerando que 85% dos refugiados encontram-se em países em desenvolvimento, muitos dos quais em situação de extrema pobreza (ACNUR, 2018) é preciso refletir sobre quem usa, como se usa e para que se usa o digital no contexto migratório. Em um cenário de isolamento social, onde proliferam projetos que visam soluções digitais para refugiados, é fundamental estar atento para que o (não) acesso às TICs sirva para ampliar ainda mais as assimetrias de poder e desigualdades sociais.

A partir de uma perspectiva local do campo estudado, pode-se observar que parte dos desafios digitais enfrentados pelos venezuelanos são, igualmente, comuns à comunidade de acolhida em Roraima, que compartilha a falta de políticas públicas relacionadas à conectividade de qualidade. A restrição de oferta de banda larga impulsionou o projeto “Roraima, Estado Digital”³, apresentado pelo governo do estado com o objetivo de criar uma infraestrutura capaz de oferecer conectividade mais acessível para a população⁴. Ressalta-se que o estado é o único da federação que não participa da rede de transmissão energética que conecta o Brasil e, até 2019, dependia da importação de energia da Venezuela (ESTADÃO, 2019).

Contrariamente ao objetivo de ampliar o acesso à conectividade, em 2019, a prefeitura municipal de Boa Vista suspendeu a internet pública das praças da cidade. A ação foi noticiada por jornalistas locais como forma do município coibir a presença de refugiados venezuelanos nas praças (SOUZA, 2019). Em abril de 2020, o órgão municipal cortou também a iluminação das praças alegando medidas de promoção de distanciamento social devido à pandemia.

Para compreender o acesso à informação/comunicação por refugiados venezuelanos, em tempos de covid-19, utilizamos dois conceitos: desigualdade digital e precariedade da informação. Para Parreiras e Macedo (2020), desigualdades digitais se referem a:

3 Ver: <http://www.rr.gov.br/index.php/agencia-roraima/tv-agencia/projeto-roraima-estado-digital>

4 O estado sofre com quedas de energia, não possui pólos tecnológicos públicos e a qualidade da banda larga é precária. A tecnologia 4G, por exemplo, chegou a Pacaraima (cidade fronteiriça com a Venezuela) no ano de 2018, por iniciativa social da empresa de telecomunicação Ericsson, em parceria com projeto de extensão Português para Acolhimento, da Universidade Federal de Roraima.

Processos não igualitários de acesso, domínio (referido na literatura também como digital literacy) e utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs), tornando-se fundamental considerar marcadores sociais da diferença como classe social, gênero, raça e geração, bem como outros contextos e contingências (2020, p.1).

Baseadas em Oyedeme (2012), as autoras defendem a hipótese de que as desigualdades digitais espelham, “replicam” e reproduzem desigualdades sociais mais amplas. As pesquisadoras chamam atenção para o uso considerável, no Brasil, dos telefones celulares e das conexões móveis, ambos de custo mais baixo se comparados aos computadores e às conexões residenciais: “Se cruzarmos os dados de acesso aos dispositivos tecnológicos com a variável renda familiar, as discrepâncias se tornam muito relevantes” (2020, p.2).

Nessa mesma linha de pensamento, para Sey e Hafkin (2019), a inclusão digital vai além da possibilidade de acesso e considera a literacia e o domínio de uso das práticas virtuais, bem como utilização significativa das competências digitais para um potencial de transformação pessoal. Ao abordar o tema equidade de gênero no acesso digital, as autoras consideram a variável propriedade e controle para o uso de celulares. De tal forma, acesso básico para elas obedece aos seguintes pontos: (a) uso de computador; (b) uso da internet; (c) uso de um celular e (d) propriedade de um celular (2019, p.27, tradução nossa).

Já o termo “precariedade da informação” (WALL; CAMPBELL; JANBEK 2017) foi elaborado a partir das experiências digitais de refugiados sírios, em um campo na Jordânia, onde os altos custos dos serviços de comunicação são o principal fator que torna as tecnologias inacessíveis aos refugiados, impondo-os a uma dinâmica que implica decidir entre colocar crédito no celular ou comprar comida (p.241).

De acordo com as autoras (2017) a precariedade da informação é definida como: “um estado em que o acesso a notícias e informações pessoais é inseguro, instável e não confiável, levando a possíveis ameaças ao bem-estar” (p.247, tradução nossa). A inspiração do conceito vem de Butler (2004), que sustenta que a precariedade, uma condição relacional, pode ser induzida pelo fator econômico e político, criando assim, um cenário propício para situações assimétricas de violência, enfermidade, migração forçada e até morte. Determinadas comunidades são privadas das condições necessárias à minimização de suas vulnerabilidades, suas vidas recebem um valor diferenciado e seus sofrimentos e perdas não são dignos de serem lamentáveis (BUTLER, 2009, p.25).

De forma resumida, o encontro entre os estudos de migração/refúgio e uso da tecnologia, proporciona reflexões sobre as práticas digitais diárias dos

refugiados, dos provedores de serviços migratórios e da sociedade de acolhida. Avaliar ética e criticamente para quem e para que os estudos sobre migração forçada e tecnologia servem, é essencial nesse cenário.

(NÃO) ACESSO À COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO POR VENEZUELANOS EM SITUAÇÃO DE DESLOCAMENTO FORÇADO EM RORAIMA

Nessa conjuntura sobre desigualdades e precariedades digitais, em Roraima, Alencar (2020a) identificou venezuelanos que venderam seus celulares para custear suas viagens ao Brasil ou que enfrentavam limitações de acesso à internet, devido às condições financeiras. Dois relatórios produzidos por agências da ONU e organizações internacionais, envolvidas na resposta humanitária, apontam dados significativos sobre a desigualdade digital e precariedade no acesso à comunicação/informação dos refugiados venezuelanos no Brasil.

O documento *Evaluación sobre Necesidades de Información y Comunicación* (R4V, 2019) criou uma base comum para identificar as necessidades de informação e comunicação de venezuelanos em situação de deslocamento forçado em 15 países, entre a América Central e América do Sul. No Brasil, os dados apresentados pelo relatório revelam que 65% dos venezuelanos tem acesso a um telefone móvel, mas não indica se é próprio ou se trata de um aparelho inteligente. 69% não tem acesso a WI-FI e 50% tem dificuldade de encontrar um ponto de internet. Mais da metade dos entrevistados não escutam rádio (59%), não veem TV (55%) e não leem meios impressos de comunicação (66%). E 56% não possuem um cartão SIM registrado em seus nomes (R4V, 2019).

E o segundo relatório, *Venezuelan Migration in Northern Brazil: Information Needs Assessment* (REACH, 2018), específico sobre o Estado de Roraima e a cidade de Manaus (AM), revelou uma ausência geral de informações precisas e confiáveis sobre diversos temas, que de acordo com o relatório, expõe essa população a riscos de exploração e marginalização, bem como gera impacto no acesso a serviços básicos, como educação, saúde e abrigo. Os participantes relataram frustração por terem contactado atores humanitários que não proveram soluções às suas dúvidas e solicitam aumento na quantidade e qualidade dos canais de comunicação.

Entre os dados mais significativos, destacamos: 75% da população migrante/refugiada se baseiam em fonte de informação informal, o que gera

mal-entendidos e frustração. Informações oficiais e confiáveis são difíceis de encontrar e não alcançam suas comunidades. Existe uma preferência por informações boca a boca. Questões básicas do processo migratório, como as diferenças entre os tipos de registro (refúgio ou residência), são desconhecidas por 77% dos participantes. Quase a mesma proporção, 74%, não sabem como ter acesso à apoio jurídico caso os seus direitos sejam violados e não sabem como e onde obter informações sobre serviços como educação, saúde, abrigo e assistência humanitária (REACH, 2018).

De tal forma, a partir dos dados dos relatórios é possível compreender as múltiplas camadas que promovem o quadro de desigualdade digital e precariedade da informação vividas por pessoas em situação de deslocamento forçado no extremo norte brasileiro. Observamos que a precariedade da informação/ desigualdade digital sofrida pelos refugiados venezuelanos são motivadas não somente pela falta de acesso, consequência da vulnerabilidade socioeconômica que muitos se encontram. Porém, também é motivada pela incapacidade dos atores que participam da resposta humanitária criarem uma dinâmica alinhada de acesso amplo e confiável à informação e outros meios de conectividade. Somado a essa dinâmica, encontram-se os desafios locais de infraestrutura tecnológica que limita, encarece e oferece um serviço de baixa qualidade para a população.

Considerando os estudos sobre Migração Digital, as diferentes experiências entre o sul e norte globais parecem convergir em um ponto comum, que é a crescente utilização das TICs por atores do contexto migratório. Tal tendência deve ser analisada a partir das experiências, condições e estruturas locais de acesso, tanto dos refugiados, quanto da comunidade de acolhida.

METODOLOGIA

Os dados qualitativos apresentados neste capítulo são parte da pesquisa conduzida pelas autoras denominada “Novas tecnologias, conectividade digital e a adaptação de migrantes/refugiados venezuelanos em Roraima - Brasil”⁵. A pesquisa vem sendo conduzida desde o início 2019, tanto de forma presencial, por meio de entrevistas, em diversos pontos da cidade de Boa Vista, quanto online, com 18 participantes venezuelanos em situação de deslocamento forçado.

5 A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Roraima e cadastrada na Plataforma Brasil.

A faixa etária dos participantes situa-se entre 18 e 64 anos, há equidade entre número de homens e mulheres, variações significativas no nível escolar e seus locais de habitação (aluguel, moradia cedida, abrigo, ocupação, situação de rua).

Os integrantes da faceta online do projeto receberam um celular, cartão SIM e créditos mensais para uso livre da internet. Foi criado um grupo de WhatsApp chamado “Conexion Sin Fronteras” por meio do qual os participantes, semanalmente, respondem a um bloco de perguntas enviadas pelas pesquisadoras a respeito do tema investigado, sendo um desses blocos “comunicação/informação em tempos de pandemia”, especificamente formulado para compor o presente artigo.

Além da forma virtual de pesquisa, o projeto contempla entrevistas e realização de grupos focais sobre utilização das TICs em diversos contextos do processo de deslocamento. Este último método foi interrompido no início da pandemia, sendo realizado apenas um campo presencial, durante uma ação de extensão universitária, promovida pelo projeto de extensão Conectate -UFRR⁶, Pastoral dos Migrantes e Organização Internacional das Migrações (OIM), cujo objetivo foi oferecer dispositivos conectados e assessoria para cadastro do auxílio emergencial do Governo Federal. A ação foi voltada para pessoas sem acesso à aparelhos tecnológicos e conectividade ou que não conseguiam realizar o cadastro a partir de seus dispositivos. A ação extensionista obedeceu às regras de proteção, incluindo a distribuição de máscaras, luvas, disponibilidade de álcool em gel, marcação de atendimento com distanciamento social e local aberto e ventilado.

Na ocasião, foram realizadas seis entrevistas, sobre a relação entre comunicação/informação e a pandemia, com venezuelanos/venezuelanas em situação de deslocamento forçado sem acesso às TICs. As entrevistas foram conduzidas pela primeira pesquisadora, coordenadora do projeto Conectate, que após realizar o atendimento para o auxílio emergencial, solicitou voluntários para participar da entrevista. Todos os nomes apresentados neste texto são fictícios para proteger a privacidade dos participantes.

O estudo apresenta limitações importantes quanto à amostragem reduzida, devido aos desafios e às responsabilidades éticas de se fazer pesquisas, mesmo de forma digital, com pessoas em situação de vulnerabilidade social, agravada nos tempos atuais. Mesmo com extensão limitada de dados, as vozes ouvidas

6 Internet livre e gratuita para pessoas em situação de deslocamento forçado - Universidade Federal de Roraima.

ampliam o intuito acadêmico e político para que a vida das pessoas em situação de vulnerabilidade seja digna e que sistemas robustos de proteção sejam fortalecidos, urgentemente, nesse momento. Seguimos as reflexões de Turton (1996), relacionadas aos seus estudos com pessoas em situação de deslocamento forçado: “Não há justificativa para conduzir pesquisas em situações de extremo sofrimento humano, se não tivermos o alívio do sofrimento como objetivo explícito de nossa pesquisa” (p. 96, tradução nossa).

Antes de apresentarmos as cinco áreas de vulnerabilidade relacionadas ao (não) acesso digital no contexto da pandemia é importante destacar que quase a totalidade dos participantes compartilharam a arduidade do momento atual, que sofreram abalos emocionais, impactos significativos nos meios de vida e envio de remessas para familiares. Muitos perceberam, sensivelmente, o aumento da xenofobia na vida diária, como relata Angelina (42) que perdeu seu emprego como diarista:

As pessoas estão com desconfiança da gente, como se nós estivéssemos enfermos, nos olham com rechaço, ficam longe. Mesmo quando eu estou igual agora, com máscara. Olha eu tenho álcool em gel na minha bolsa, eu também estou com medo, só que do coronavírus.

Em um mundo onde as fronteiras entre a vida real e a vida digital são cada vez mais tênues, as vulnerabilidades sociais sofridas por venezuelanos que chegam ao Brasil possuem chances significativas de se estenderem ao ambiente digital.

VULNERABILIDADES DIGITAIS VIVENCIADAS POR REFUGIADOS VENEZUELANOS DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

A partir da pesquisa de campo, identificamos cinco categorias de vulnerabilidades digitais experimentadas por pessoas em situação de deslocamento forçado durante a pandemia: (1) Deterioração da conectividade na Venezuela; (2) Redução da comunicação transnacional desde o Brasil; (3) Obstáculos para obter informações sobre serviços e proteção; (4) Exclusão social pelo digital; (5) Exposição à notícias falsas, informações perigosas e discurso do ódio.

(1) DETERIORAÇÃO DA CONECTIVIDADE NA VENEZUELA

Com o advento da pandemia, alguns entrevistados relataram piora nos serviços online e, conseqüentemente, na comunicação com o círculo afetivo no país de origem. Foram apontadas possíveis causas relacionadas a essa deterioração, como por exemplo, a piora da qualidade do sinal da internet estatal:

Eu acho que com a pandemia a internet do governo da Venezuela piorou bastante, o sinal está ruim, está mais difícil de se comunicar. Quando eu consigo um celular para falar com minha família por WhatsApp, a internet de lá está fraca e não dá para falar (Dolores, 52).

É muito difícil encontrar um estado na Venezuela em que você tenha luz e internet o tempo inteiro, a não ser que você seja de uma família de classe muito alta. Tem pessoas que compram uma antena de internet por satélite. A operadora CANTV (Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela), do governo, é muito ruim, vira até meme na internet (Bruno, 31).

Somado ao agravamento da baixa conectividade, foi relatado também constantes quedas de energia no país, que afetam além da comunicação, o envio de recursos. Alguns venezuelanos acreditam que está ocorrendo um aumento da vigilância governamental sobre o envio de remessas internacionais⁷, incentivando-os a criar táticas engenhosas de resistência, que envolvem desde a compra de uma antena de internet própria, como visto no relato acima, até o envio de remessas por canais não formais:

A gente não consegue mais transferir por banco valores em reais para nossos familiares receberem em bolívares, temos que fazer por meio de pessoas que fazem esse serviço. E a situação piorou com a pandemia, agora demora muito mais porque a Venezuela há muito tempo não faz manutenção de suas redes e com muita gente em casa por causa da covid, a internet está pior. Muitas vezes não tem energia também. Tem muita coisa a melhorar, tem recurso mas eles não fazem nada, por isso eu acho que piorou, minha família está há mais de dois meses sem a internet do governo em casa e não tem telefone (Benjamin, 33).

⁷ Desde 2018, a Superintendência de Instituições do Setor Bancário da Venezuela solicita que os clientes de bancos privados e públicos notifiquem suas viagens ao exterior para poderem acessar suas contas bancárias em bolívares. Caso não informem o país de destino e o tempo de estadia, os proprietários da conta sofrem um bloqueio “preventivo” e não podem fazer transferências de dinheiro pela Internet nem outras operações a partir de um endereço de IP no exterior. Os bancos são obrigados a revisar e notificar o Governo sobre as conexões de seus clientes fora do país (CASTRO;SINGRE, 2018).

(2) REDUÇÃO DA COMUNICAÇÃO TRANSNACIONAL DESDE RORAIMA

Os principais serviços locais de comunicação, oferecidos pela resposta humanitária em Roraima, suspenderam suas ações durante a pandemia. Entre eles estavam o programa Restabelecimento de Laços Familiares (Comitê Internacional da Cruz Vermelha) e o Projeto de Extensão da Universidade Federal de Roraima, Conectate. O primeiro oferecia três minutos de chamada (não sendo permitido falar sobre questões políticas), acesso à internet e recarga de bateria, em 17 postos de atendimento em Boa Vista e Pacaraima. Contava também com um serviço móvel para os abrigos do estado, faltosos de Wi-Fi para os usuários. E o segundo oferecia conectividade livre e gratuita, por meio de tablets no Centro de Referência ao Refugiado e Imigrante (CRI).

É importante ressaltar que embora os projetos de comunicação em momentos de emergência pretendam auxiliar, principalmente, as pessoas em situação de maior vulnerabilidade, eles também reforçam a falta de controle dos refugiados sobre sua própria comunicação ao limitarem tempo, tema e espaço (WALL; CAMPBELL; JANBEK 2017). A experiência de Leandro mostra como os serviços eram vitais, mesmo oferecendo pouco tempo de fala, para a manutenção dos laços transnacionais:

A última vez que me comuniquei com minha mãe que está na Venezuela, foi na universidade (UFRR - Serviço Estabelecimento de Laços - Cruz Vermelha) quando ainda não tinha fechado por causa da pandemia. Eu ligava para ela toda semana desde que cheguei ao Brasil, a gente falava muito rápido, por poucos minutos. Já faz dois meses que não tenho mais notícias dela (Leandro, 32).

Uma das formas encontradas para superar esse obstáculo é a tática de compartilhamento de celulares, que foi notada com frequência durante a pesquisa. Refugiados acessam serviços móveis de maneiras criativas, dependendo de seu contexto, compartilham aparelhos e adquirem vários cartões SIMs (CASSWELL, 2020). Além de ser uma forma coletiva e solidarística de suprir a demanda por comunicação, o compartilhamento pode ser um exemplo base para repensar um sistema de serviço de comunicação humanitário pautado pela autonomia e privacidade das pessoas em situação de refúgio:

Eu vivo na ocupação Criança Feliz e lá nunca ofereceram os serviços de comunicação, mas eu usava os tablets na universidade. Agora as pessoas que tem telefone onde eu moro, me emprestam e eu falo rapidamente para saber se todos estão bem de saúde e se estão se protegendo do vírus (Merlina, 29).

(3) OBSTÁCULOS PARA OBTER INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS E PROTEÇÃO

Com o alastramento do coronavírus, o empenho comunicacional com a comunidade migrante e refugiada em Boa Vista, concentrou seus esforços no Grupo de Trabalho de Gestão da Informação, organizado pela força tarefa, que envolve os membros da Operação Acolhida, sociedade civil, Ongs e agências da ONU. Foram criadas campanhas em espanhol e línguas indígenas, com distribuição de folhetos, palestras de conscientização, carros de som com mensagens de cuidado e prevenção da doença para os venezuelanos em abrigos, situação de rua ou moradores de ocupações espontâneas⁸.

O desafio de repensar a comunicação na pandemia junto a uma comunidade que já se caracterizava pela necessidade de acesso à informação segura, somado à falta de um canal aberto (número de telefone, WhatsApp ou rede social de atendimento direto) e o fechamento dos centros de referência resultou em uma proliferação de desinformações entre a população acolhida.

Refugiados relataram dúvidas sobre diversos assuntos como, por exemplo, fechamento da fronteira; mecanismos de denúncia; e necessidade de canais abertos de comunicação, conforme as experiências abaixo:

A empresa que nos ofereceu um emprego não cumpriu o que ofereceu no processo de interiorização. Nunca assinamos um documento e agora eles nos disseram que, por causa da pandemia, trabalharemos somente até o final de maio. Eles nos trouxeram para Boca do Acre (AC). Eu preciso de um contato da ACNUR, OIM ou do exército, eu gostaria de dizer isso a eles, eu queria que eles ouvissem a história da minha família, muitos venezuelanos podem ser enganados (Marcos 37).

Eu pertenci um tempo no grupo de WhatsApp da Plataforma Help (ACNUR) depois eu saí porque aqui o saldo do celular não dura muito e eu preciso escolher o que eu faço download e também porque ninguém podia escrever mensagem só o administrador do grupo e não me pareceu bom, porque a gente precisa saber de um monte de coisa e quer perguntar para eles, ainda mais agora na pandemia (Luci, 54).

(4) EXCLUSÃO SOCIAL PELO DIGITAL

A virtualização das relações humanas durante a pandemia pede cautela em relação aos diferentes contextos sociais em que refugiados se situam, sob o

⁸ Ver como exemplo o Projeto Orinoco - Caritas Diocesana de Roraima: <http://caritas.org.br/noticias/caritas-disponibiliza-produtos-de-limpeza-e-instalacao-de-pias-em-ocupacoes-de-migrantes-em-rr>. Acesso em: 07/08/2020.

risco de acirrar ainda mais os processos de exclusão social. Em outras palavras, medidas de preservação da normalidade, pensadas a partir das condições de grupos sociais não vulneráveis, que dominam habilidades digitais, podem ser soluções inoperantes para outros grupos (PARREIRAS;MACEDO, 2020).

As experiências compartilhadas pelos participantes da pesquisa, expõem de que forma ações oficiais, pautadas no digital, podem ser privativas, caso não seja feito um esforço prévio de inclusão digital. Os exemplos incluem desde o acesso ao cadastro no aplicativo de auxílio emergencial do Governo Federal, às oportunidades de cursos de profissionalização e educação básica:

Eu vou na escola pegar o material para meu filho estudar e lá no abrigo às vezes eu peço para alguém emprestar o celular para ver que aula que ele está. Ele não tem o WhatsApp da professora para tirar dúvidas, e eu não consigo ajudar porque meu português não é bom. Está muito mais difícil para ele, ele está triste com isso (Glivory,33).

Nós viemos aqui fazer o cadastro para o auxílio emergencial do Governo Brasileiro. Mas como não temos telefone, tivemos que comprar o chip por R\$10,00, é caro. Depois do cadastro vamos colocá-lo no celular de uma amiga para ver o código e sacar o dinheiro. Se eu não tivesse que gastar o dinheiro com comida, eu compraria um telefone (Eduardo, 44).

Eu vi um curso de administração para refugiados oferecido pelo Serviço Jesuíta, mas eu não tenho telefone inteligente ou computador. Acho que muita gente ficou interessada no curso, mas por causas desses inconvenientes também não vão fazer. Alguns tem telefone, mas não tem internet, outros tem internet mas não tem um telefone bom. Fica chato, eu estava com bastante vontade, mas não tenho condição (Leonansky, 23).

Mesmo entre os entrevistados que possuem um *smartphone*, uma das questões apontadas foi a dificuldade em realizar, de forma eficaz, os cadastros em sites e aplicativos relacionados aos auxílios governamentais. A literacia digital, entendida como “capacidade que uma pessoa tem para desempenhar, de forma efetiva, tarefas em ambientes digitais – incluindo a capacidade para ler e interpretar os media” (LOUREIRO; ROCHA, p.22, 2012) é agravada pelo fato dos serviços online serem apresentados unicamente em língua portuguesa:

Eu tenho telefone com internet mas não entendo como fazer o cadastro do auxílio emergencial, acho que é porque eu não sei português muito bem e fico bastante perdida nos formulários, por isso que eu vim hoje aqui, para vocês me ajudarem (Mia, 39).

(5) EXPOSIÇÃO A NOTÍCIAS FALSAS, INFORMAÇÕES PERIGOSAS E AO DISCURSO DO ÓDIO

A contenção ao discurso do ódio, que atinge principalmente grupos religiosos, migrantes, refugiados, mulheres, negros e pessoas LGBTQ+ foi tema de discurso do Secretário Geral da ONU, Andres Guterres, que chamou a atenção da comunidade internacional para a utilização das mídias sociais como fontes de disseminação de intolerâncias (GUTERRES, 2019).

Igualmente à disseminação do discurso do ódio nas redes sociais, outras ameaças contendo riscos graves são direcionadas aos refugiados em suas vivências digitais. Participantes da pesquisa relataram terem sido alvos de notícias falsas; informações perigosas e golpes virtuais, via Facebook e WhatsApp, relacionados ao contexto da pandemia.

As experiências dos entrevistados envolvem, por exemplo: visualização de memes xenófobos no Facebook, com conteúdo ostensivo ao direito dos refugiados receberem auxílio emergencial; postagens no Facebook acusando venezuelanos de congestionarem o sistema de saúde público brasileiro e de disseminarem coronavírus; notícias falsas via WhatsApp, em nome da ONU, OMS, Banco Mundial, oferecendo auxílio alimentação, em dólares, para venezuelanos ou receitando remédios e dietas caseiras contra o coronavírus; grupos de WhatsApp com temática de correntes e pirâmides financeiras, que no Brasil são configuradas como práticas ilegais; e grupos de WhatsApp que oferecem informações e taxas pela travessia entre Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Pacaraima, (Brasil) por meio de “las trochas”, como é chamada a rota não oficial para atravessar a fronteira entre os dois países. Abaixo, seguem três descrições de experiências sobre notícias falsas e notícias perigosas relacionadas ao contexto da pandemia:

Quase todos os dias eu recebo mensagens por WhatsApp sobre comida e remédios caseiros para não pegar coronavírus e também de remédios da farmácia se a gente pegar. Eu acho que alguns são bons e ajudam a gente a se proteger, eu, por exemplo, vi que quem come muito açúcar está mais suscetível ao vírus, então parei de comer muito açúcar. (Diana,19).

Eu vi uma notícia de ajuda em dólares para comprar comida. É muito frustrante receber uma notícia falsa como essa nesse momento, porque se você está precisando de ajuda para comprar comida, mesmo que pareça que é mentira, você fica em dúvida e quer que seja verdade do fundo do seu coração. Não consigo entender porque as

pessoas gostam de enganar quem está passando por necessidades (Karina, 41). Meu marido ficou no Brasil e eu vim para a Venezuela deixar meus filhos com minha mãe porque perdemos o emprego com a pandemia. Meu auxílio do bolsa família saiu, mas meu marido não pode sacar o dinheiro. Eu não sei para quem eu tenho que explicar minha situação para deixarem eu passar com meus filhos pela fronteira. Eu recebi mensagens por WhatsApp que oferecem serviços de passar pelas trochas a pé, mas tem que ter no mínimo R\$ 600,00. Dizem que é confiável, mas também perigoso, mas a gente passa. Eu preciso voltar para o Brasil com meus filhos (Ana, 26).

As cinco formas de vulnerabilidades apresentadas evidenciam, entre outros fatores, a necessidade de cautela na adoção de medidas de exceção momentâneas, sobre o digital que, subitamente, podem tornar-se duradouras⁹. Observa-se que o advento da pandemia agravou o acesso à informação/comunicação precisas e confiáveis sobre temas diversos, ampliando, conseqüentemente, os riscos de exploração, violência, marginalização, vigilância e desgastes emocionais de venezuelanos em situação de deslocamento forçado em Roraima.

Para além de um “tecnotimismo” ou “tecnopessimismo” na crescente adoção de medidas digitais em contextos de refúgio, é basilar que tais medidas não sejam catalisadoras de desumanização, controle e desigualdade. A pandemia e seus inúmeros desafios, possibilita repensar as políticas de inclusão digital, conforme as relevantes considerações de Cogo, Brignol e Fragoso:

...acreditamos ser necessária uma mudança de foco na concepção das políticas de inclusão digital de um modo geral: da análise do que as pessoas deveriam estar fazendo com a tecnologia para a compreensão das práticas cotidianas ou táticas empreendidas para ganhar acesso à internet e das formas espontâneas de uso das TIC. Isso nos permitiria uma percepção mais ampla da variação dos modos nos quais a tecnologia é significada e pode ser incorporada em favor de indivíduos e grupos sociais (p.178, 2015).

Ressalta-se, por fim, que vulnerabilidades e precariedades entre refugiados venezuelanos são questões pré-pandêmicas e reflexos de problemas estruturais da governança mundial migratória e forças tarefas locais. A pandemia que agrava ainda mais essa crise é a mesma que pede mobilizações de resistência contra velhos caminhos excludentes e sugere um “reimaginar” coletivo sobre como a conectividade pode funcionar, eticamente, para populações vulneráveis, incluindo refugiados.

9 Um exemplo de política digital que precisa ser repensada em áreas de emergência é a solicitação de refúgio somente por meio online (Sisconare). Implantado pelo Governo Federal Brasileiro em 2019, o solicitante precisa ter acesso a um aparelho digital conectado para preencher um formulário disponível somente em Língua Portuguesa. Em contexto de precariedade digital, como o caso de Roraima, o sistema reforça ainda mais a marginalização de pessoas em vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de uma política central de informação dos provedores de serviços migratórios, somada à dificuldade de acesso às TICs por parte dos refugiados venezuelanos e questões da infraestrutura tecnológica local afetam diretamente essa população, que fica exposta a uma ausência geral de informações precisas e confiáveis em diversas áreas como: direitos legais e trabalhistas, mecanismos de proteção e denúncia, educação, saúde, moradia. O resultado é a exposição dessa comunidade à maiores riscos de exploração e marginalização (R4V,2019).

Com o advento da pandemia, essa situação foi agravada devido à cessão de serviços de comunicação e a diminuição de atendimentos presenciais, como, por exemplo, o fechamento do Centro de Referência ao Refugiado e Imigrante e demais serviços digitais. Tais medidas promoveram e/ou revelaram uma série de vulnerabilidades digitais relatadas por venezuelanos em situação de deslocamento forçado na cidade de Boa Vista, que identificamos nas cinco categorias que destacamos nesse capítulo: (1) Deterioração da conectividade na Venezuela; (2) Redução da comunicação transnacional desde o Brasil; (3) Obstáculos para obter informações sobre serviços e proteção; (4) Exclusão social pelo digital; (5) Exposição à notícias falsas, informações perigosas e discurso do ódio.

Os efeitos dessas vulnerabilidades podem indicar uma governança digital migratória “desplugada”, com propostas de soluções a partir de experiências, cosmologias de grupos e espaços geográficos com outras realidades tecnológicas. Refugiados e pessoas em situação de deslocamento forçado enfrentam inúmeros desafios e também criam táticas habilidosas para obter notícias e informações confiáveis. Falhas na comunicação podem ter consequências ainda mais graves para essa população, por isso, boas práticas digitais são componentes críticos frente à proteção dos refugiados.

Para mitigar as desigualdades digitais entre pessoas em situação de deslocamento forçado, é fundamental repensar os imaginários sobre a conectividade, considerando dinâmicas pessoais, bem como os locais onde estão a maior parte dos refugiados do mundo. É importante que as intervenções de conectividade sejam moldadas e informadas pelas necessidades, valores, condições, experiências e perspectivas dos refugiados (KAURIN, 2020). E esse movimento pode considerar as vivências digitais desde o país de origem até a chegada ao novo destino.

Uma vez que as tecnologias funcionam a partir de padrões pré-existentes, por meio de sistemas edificados em modelos do passado, ou seja baseados em nosso histórico de desigualdades de raça, gênero e classe (EUBANKS,2020), democratizar os acessos e os espaços digitais para a criação de uma conectividade poliglota, representativa, segura e ética é um exercício de “reimaginação”, que esses tempos duros de pandemia e pós-pandemia, urgentemente, nos intimam/intimarão. Estudos futuros podem esboçar um esforço coletivo, que envolve a comunidade de acolhida, em parceria com governos locais, organizações internacionais, empresas privadas e sobretudo, as expectativas digitais das pessoas em situação de deslocamento forçado.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Amanda. Refugee integration and social media: a local and experiential perspective. **Information, Communication & Society**, v. 21, n. 11, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1369118X.2017.1340500?needAccess=true>>. Acesso em: 23 out. 2019.

_____. Digital Place-Making Practices and Daily Struggles of Venezuelan (Forced) Migrants in Brazil. In K. Smets, K. Leurs, M. Georgiou, S. Witterborn and R. Gajjala (Eds), **Handbook of Media and Migration**, Sage, 2020a.

_____. Mobile communication and refugees: An analytical review of academic literature. **Sociology Compass** published by John Wiley & Sons Ltd, 2020b. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/soc4.12802>> Acesso em:jun.2020.

BAENINGER, Rosana. Contribuições da academia para o pacto global da migração: o olhar do sul. In: BAENINGER et al. (Org.). **Migrações Sul-Sul**. Nepo/Unicamp, 2018. Disponível: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_fronteiricas.pdf> Acesso em: 25 nov. 2019.

BORGES, André. Sem energia da Venezuela e isolada, distribuidora de Roraima já acumula dívida de 286 milhões. **Estadão**,17 out. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,privatizada-distribuidora-de-roraima-ja-acumula-divida-de-r-286-milhoes,70003052775>. Acesso em: 15 abr.2020.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. New York: Verso, 2004.

CASTRO, Maolis; SINGRE, Florantonia. Escassez de dinheiro e controle das contas bancárias levam Venezuela a um ‘corralito’. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/internacional/1535573705_601136.html> Acesso em: 15 abr.2020.

CASSWELL, J. The digital lives of refugees: How displaced populations use mobile phones and what gets in the way. **GSMA**, 2019. Disponível em: < <https://www.gsma.com/mobilefordevelopment/wp-content/uploads/2019/07/The-Digital-Lives-of-Refugees.pdf>> Acesso em: 1 jul.2020.

COGO, Denise; DUTRA-BRIGNOL, Liliane; FRAGOSO, Suely. Práticas cotidianas de acesso às TIC: outro modo de compreender a inclusão digital. **Palavra Chave**, Chia, v. 18, n. 1, pág. 156-183, janeiro de 2015. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-82852015000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 16 de agosto de 2020.

EUBANKS, Virginia. Automatizando as desigualdades. **Digilabour**. Entrevista concedida, 01/09/2019. Disponível em:<https://www.google.com/search?q=como+citar+entrevista&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjbvcoenbvrAhUWKLkGHdqvqB1MQ_AUoAAnoECA0QBA&biw=1366&bih=657#imgrc=pK8KqS1qaybpSM> Acesso em: 3 jan.2020.

GILLESPIE, M.; AMPOFO, L.; CHEESMAN, M.; BECKY, F.; ILIADOU, E.; ISSA, A.; OSSEIRAN S.; SKLEPARIS, D. (2016). Mapping Refugee Media Journeys. Smartphones and Social Media Networks. **Research Report The Open University** / France Medias Monde, 2016.

GUTERRES, Andres. As chamadas do discurso do ódio. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/06/as-chamadas-do-discurso-do-odio.shtml>>. Acesso em 21.ago.2020.

JUCÁ, Beatriz. **El País**. Próximo centro global da pandemia Brasil resume sua gestão a guerra de dados. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-12/proximo-centro-global-da-pandemia-brasil-resume-sua-gestao-a-guerra-de-dados.html>> Acesso em: 15 abr.2020.

KAURIN, Dragana. Space and imagination: rethink refugees. **UNHCR**, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/innovation/wp-content/uploads/2020/04/Space-and-imagination-rethinking-refugees%E2%80%99-digital-access_WEB042020.pdf>. Acesso em: 5 ago.2020.

LEURS, K.; SMETS, K. Five questions for digital migration studies: Learning from digital connectivity and forced migration in (to) Europe. **Social Media+ Society**, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305118764425>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

LOUREIRO, Ana; ROCHA, Dina. **Literacia digital e literacia da informação**: competências de uma era digital. Congresso internacional tic e educação. Santarém, 2012, p. 2727.3.

OYEDEME, Toks Dele. Digital inequalities and implications for social inequalities: A study of Internet penetration amongst university students in South Africa. In: **Telematics and Informatics** . Vol. 29, n.3, ago 2012. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0736585311000888>> Acesso em jun.2020.

PARREIRAS, Carolina; MACEDO, Renata Mourão. **Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas**. **Boletim Cientistas Sociais, N.36**. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2753-publicacoes/boletim-cientistas-sociais/2350-boletim-n-36-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>> Acesso em: 28 mai ,2020.

REACH. **Venezuelan Migration in Northern Brazil**: Information Needs Assessment .2018. Disponível em:<<https://data2.unhcr.org/en/documents/details/69160>> Acesso em: dez. 2018.

R4V - **Information and Communication Needs Assessment**. 2020. Disponível em: <<https://r4v.info/en/documents/details/73683>>. Acesso em 02 fev.2020.

SAMPAIO, Mariana. Bem-vindos ao Brasil, o país da desigualdade digital. **Estadão**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/bem-vindos-ao-brasil-o-pais-da-desigualdade-digital/>> Acesso em 22 ago.2020.

SEY, A.; HAFKIN, N. (Org.) **Taking stock**: Data and evidence on gender equality in digital access, skills and leadership. United Nations University Institute on Computing and Society/International Telecommunications Union: Macau,2019. Disponível em: <https://i.unu.edu/media/cs.unu.edu/attachment/4040/EQUALS-Research-Report-2019.pdf>Acesso em 05 out. 2019.

SOUZA, Jessé. Prefeitura Viola direito coletivo ao retirar internet de praças em vez de garantir segurança. **Roraima1**. 27 out.2019. Disponível em: <<https://www.roraima1.com.br/2019/09/27/prefeitura-viola-direito-coletivo-ao-retirar-internet-de-pracas-em-vez-de-garantir-seguranca/>> Acesso em: 24 jul. 2020.

TIC Domicílios.2018. Disponível em: < http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM> Acesso em: 8 de fev.2020.

TUDSRI, P.; HEBBANI, A. ‘Now I’m Part of Australia and I Need to Know What Is Happening Here’: case of Hazara male former refugees in Brisbane strategically selecting media to aid acculturation. **Journal of International Migration and Integration**, v. 16, 2015. Disponível em:< https://www.researchgate.net/publication/267927414_’Now_I’m_Part_of_Australia_and_I_Need_to_Know_What_Is_Happening_Here’_Case_of_Hazara_Male_Former_Refugees_in_Brisbane_Strategically_Selecting_Media_to_Aid_Acculturation > Acesso em: 1 mai. 2020.

TURTON, D. Allen T. **Migrants and Refugees**: a Mursi case Study, in search of cool ground: war, flight and homecoming in Northeast Africa. London James Currey,1996.

WALL, M.; CAMPBELL, M.O.; JANBEK, D. Syrian refugees and information precarity. **New media & society**, v. 19, n. 2, p. 240-254, 2017. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/333486550_Information_Precarity_and_Refugees > Acesso em: 18 jan. 2019.

WEFORUM (**World Economic Forum**).Connectivity is not a luxury for refugees it is a lifeline. 2017. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2017/01/connectivity-is-not-a-luxury-for-refugees-it-is-a-lifeline/>> Acesso em: 15 jan 2020.

AS FRATURAS CAUSADAS PELA COVID-19 NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Luis Renato Vedovato¹
Daniel Francisco Nagao Menezes²

INTRODUÇÃO

As disciplinas acadêmicas de Relações Internacionais e Direito Internacional têm como uma de suas certezas a probabilidade de mudança, seguindo à risca a máxima de Heráclito de Éfeso. A mudança, mais que uma variável, é uma constante ao examinar a dinâmica global; essas mudanças podem ser graduais ou abruptas; no entanto, sempre implicam estratégias de adaptação às novas dinâmicas que dela derivam. A chegada do COVID19 gerou uma ruptura no que entendemos como a “normalidade” de nossas vidas, levantando questões sobre se haverá um retorno a um estágio anterior ou se devemos esperar uma nova forma de coexistência, tanto no subjetivo quanto no social, nas relações sociais em suas diversas escalas, da comunidade à internacional.

De uma perspectiva das tendências globais, a situação de pandemia não pode ser considerada inesperada, o que não significa que as sociedades nacionais e internacionais estavam preparadas para uma resposta eficaz. Desde 2005, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, destacou em seu relatório “A broader concept of freedom”, que doenças infecciosas mortais poderiam pôr em risco a segurança e a paz internacionais, e que para o enfrentamento, seria necessária uma resposta internacional coordenada, alertando para a importância de equipar a Organização Mundial de Saúde para Alerta e Resposta a Surto, para

1 Graduado, mestre e doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pós-Doutorando em Direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente é professor MS-3 da UNICAMP, lecionando na Faculdade de Ciências Aplicadas e no Instituto de Economia. Professor da Faculdade de Direito da PUC-Campinas. lrvedovato@gmail.com

2 Graduação em Direito (PUC-Campinas), Especializações em Direito Constitucional e Direito Processual Civil (PUC-Campinas), em Didática e Prática Pedagógica no Ensino Superior (Centro Universitário Padre Anchieta), Mestre e Doutor em Direito Político e Econômico (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Pós-Doutor em Direito (USP). Pós-Doutorando em Economia (UNESP-Araraquara). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. nagao.menezes@gmail.com

citar um exemplo. E nesse mesmo ano, no âmbito da União Europeia, a maioria de seus países tinha planos contra pandemias (ECDC, 2007).

O século XXI pode ser caracterizado pela presença de surtos epidemiológicos, os quais, por sua vez, expressam desigualdades sociais e de saúde na arena global no momento de seu enfrentamento. Os casos de gripe aviária (H5N1) podem ser destacados, com picos em 2003 e uma taxa de mortalidade de 60% (CDC, 2015); gripe suína (H1N1) detectada em humanos em 2009; a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS) relatada em 2012 com uma taxa de mortalidade de casos de 35% (CDC, 2019), ou Ebola, que é um vírus descoberto desde 1976, mas cujo surto entre 2014-2016 gerou um grande impacto especificamente na África. Essa dinâmica estabeleceu um novo precedente quando, em 2014, o Conselho de Segurança das Nações Unidas considerou o Ebola uma ameaça à paz e à segurança internacional através da Resolução 2177, a primeira vez que um problema de saúde pública foi considerado como uma ameaça, especialmente por sua rápida disseminação e alta letalidade (Svicevic, 2020).

Estima-se que o ebola tenha infectado cerca de 28.000 pessoas ao longo de dois anos, mas a COVID-19 alcançou esse número em pouco menos de dois meses (Svicevic, 2020) e, na verdade, é quase cem vezes o número de infecções por Ebola. De acordo com uma pesquisa do Pew Research Center sobre a situação americana, a COVID19 se tornou a primeira ameaça aos Estados Unidos, acima do terrorismo ou da proliferação de armas nucleares. Do ponto de vista das relações internacionais, a COVID19, como a ameaça global que definiu 2020, pode ser analisado analiticamente em três grandes fraturas: a primeira entre o indivíduo e o coletivo; o segundo entre inclusão e exclusão e o terceiro entre vencedores e perdedores.

Nossa sociedade globalizada mostra descaradamente a ameaça potencial a suas espécies, tanto vegetais quanto animais. A disseminação descontrolada de uma doença sem precedentes: COVID-19, está produzindo consequências para o desenvolvimento humano que ainda são impossíveis de prever. Percepções e realidades de um fenômeno recente em plena expansão. Uma nova afronta que provoca e impulsiona a sociedade como um todo. Quais são as condições de contexto e as ações implementadas? Que riscos e oportunidades anuncia? O que acontece nos espaços de fronteira? A resposta a essas perguntas pretende refletir teoricamente a dimensão espacial do Corona vírus e seu impacto na sociedade humana. Para responder a estas questões, o texto analisará três grandes fraturas: a primeira entre o indivíduo e o coletivo; o segundo entre inclusão e exclusão e o

terceiro entre vencedores e perdedores. Vale mencionar a natureza provisória deste ensaio, dada a validade temporal e espacial do processo que está sendo tentado.

PRIMEIRA FRATURA: INDIVIDUAL-COLETIVO

A crise causada pela disseminação da COVID19 provocou uma série de tensões que abrangem respostas individuais (unilaterais ou centradas no Estado) versus respostas coletivas (multilaterais e cooperativas). Como o Secretário-Geral das Nações Unidas mencionou desde 2005, a disseminação de doenças infecciosas mortais exigiu o fortalecimento de instituições internacionais e uma ação coordenada entre os países. No entanto, a pandemia atual expôs comportamentos de “autoajuda” em que alguns estados colocaram o nacional contra a comunidade/internacional.

Como exemplos concretos, temos os Estados Unidos quando, por meio da Lei de Produção para Defesa, datada da década de 1950, queria que a empresa 3M não vendesse máscaras para outros países (New York Times, 2020). No caso da Europa, também foram levantadas tensões entre o projeto regional e as aspirações nacionais; assim, no início da crise, alguns estados membros da União Europeia tomaram a decisão de restringir ou proibir as exportações - em um caso de até 1.324 produtos, incluindo paracetamol e dispositivos médicos - contribuiu para o risco de deficiências em outros Estados-Membros (El País, 2020a), além do fechamento de fronteiras externas, que considerou um revés para o espaço Schengen que afeta as pessoas turistas partes no acordo (El País, 2020b).

Essa fratura viu o ressurgimento do estado moderno e sua “armadilha territorial” nas palavras de Agnew (2015), quando a divisão entre interno e externo é restabelecida a partir dos limites da fronteira e do suposto controle estatal sobre tudo o que ocorre dentro de sua jurisdição. Por sua vez, esse retorno do Estado alimentou ainda mais o questionamento do multilateralismo, devido à sua incapacidade de agir ou de se perceber tendencioso em favor de alguns interesses em detrimento de outros. Apesar do fato de que em 2014 o Conselho de Segurança nomeou o Ebola como uma ameaça internacional, facilitando o fortalecimento dos sistemas de saúde; canalizando recursos; estratégias para promover o comércio e a economia; e estabelecer padrões de ação; no caso da COVID19, a consulta ao mais alto nível em questões de segurança foi paralisada. Como razão fundamental da inação, existem persistentes diferenças políticas entre seus membros; entre

os Estados Unidos e a China, está relacionado ao interesse do primeiro em caracterizar a COVID19 como um “vírus chinês”, o que é inaceitável; e, no caso da Rússia, procuraria aliviar as sanções que caem sobre seus ombros para enfrentar a pandemia, o que implicaria questões de nidificação que não estão necessariamente conectadas entre si (Asharq Al-Awsat, 2020). Além dessa situação, os Estados Unidos decidiram suspender o financiamento da Organização Mundial de Saúde, acusando-o de má gestão e encobrindo a disseminação do Corona vírus, além de beneficiar os interesses da China (DW, 2020).

SEGUNDA FRATURA: INCLUSÃO-EXCLUSÃO

Essa fratura da inclusão-exclusão é entre o “nós” e “eles”. Com o retorno do Estado moderno, a dinâmica das fronteiras ganha nova relevância, uma vez que uma das principais medidas contra a disseminação da COVID-19 tem sido o fechamento de fronteiras para o trânsito de pessoas, mantendo essencialmente o intercâmbio comercial. Segundo a CEPAL, o impacto econômico associado à pandemia afetará significativamente a região da América Latina, estimando um aumento do desemprego em dez pontos percentuais, aumentando o número de pessoas pobres de 185 para 220 milhões, de um total de 620 milhões de habitantes, como também, a extrema pobreza que passará de 67,4 para 90 milhões (CEPAL, 2020), e em relação ao turismo, calcula-se que, se a proibição de viagem devido ao vírus durar um, dois ou três meses, a atividade o turismo no Caribe, por exemplo, em 2020, contrairia 8%, 17% e 25%, respectivamente (CEPAL, 2020).

A restrição à mobilidade humana é considerada uma das medidas mais efetivas para impedir a disseminação do vírus, no entanto, várias reflexões chamam a atenção para o fato de que o risco de contágio pode afetar mais pessoas com baixos níveis de renda; enquanto a população com renda mais alta pode ter mais estratégias para reduzir seu contato social. Para o Programa Mundial de Alimentos, as populações que vivem em países com déficits severos de desenvolvimento, capacidade governamental limitada e, mais importante, baixa infraestrutura de saúde, apresentam maiores riscos, entre eles a população de refugiados ou deslocados (WFP, 2020). O Secretário Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, destaca que as mulheres estarão entre as mais afetadas, especialmente o grande número de famílias chefiadas por mulheres em situação de conflito (2020). Outra tensão proporcionada pelo renascimento do estado moderno é a caracterização do

vírus com traço étnico, causando grande controvérsia. Quando o “vírus chinês” é apontado, uma população é estigmatizada, gerando conflitos que vão desde o bem-estar físico do povo asiático, que pode estar sujeito a atos violentos, até o nível diplomático e político, dificultando a possibilidade de diálogo.

As pessoas que vivem em países com sistemas de saúde mais precários enfrentam maiores desafios para transitar para países com sistemas de saúde mais robustos, levando ao uso de meios irregulares em sua jornada ou a evitar instalações de saúde devido a temores de deportação devido ao seu status migratório. Além disso, uma estigmatização do estrangeiro é gerada com o fechamento das fronteiras, vendo-o como suspeito devido à sua origem étnica. Além disso, a divisão gerada pela estrutura social, onde as populações mais vulneráveis, por gozarem de menor estabilidade econômica, devem enfrentar situações de maior exposição ao vírus, como ocorre nos Estados Unidos, onde a população latina e afro sofre altas taxas de infecção devido ao tipo de trabalho que realizam (BBC, 2020).

TERCEIRA FRATURA: GANHADORES-PERDEDORES

Algumas décadas atrás, Susan Strange denunciou que a estrutura econômica internacional funcionava como uma roleta, onde todos os atores econômicos podiam ser prejudicados, mas poucos tinham a oportunidade de apostar e definir as regras do jogo. Na economia política internacional, há vencedores e perdedores e, no caso da pandemia da COVID19, não há exceção. Uma primeira reflexão está relacionada aos limites da globalização, como mencionado na primeira fratura, na dinâmica do comércio, os países estavam dispostos a usar medidas nacionais para afetar o comércio global, restringindo especificamente as exportações de produtos sensíveis. Isso leva a questionar os benefícios da alta dependência e assimetria comercial, especialmente quando as regras do jogo são observadas a partir de uma lógica da segurança nacional, e não da interdependência.

Outro aspecto que foi considerado nessa lógica foi o equilíbrio da eficácia das respostas em função dos sistemas políticos, onde a resposta chinesa para conter a disseminação do vírus é apreciada, apesar de restringir a liberdade e o bem-estar de sua população, diferente dos Estados Unidos, onde as políticas foram baseadas nos preconceitos do presidente Trump e em um sistema de saúde enfraquecido e exclusivo. Essa tensão está enquadrada no profundo

questionamento enfrentado pela ordem liberal internacional, e especialmente no retrocesso democrático característico do século XXI. Assim, em agosto de 2020, os Estados Unidos eram o país com mais contágios, atingindo 5 milhões de infectados e mais de 150.000 pessoas mortas, questionando sua capacidade de exercer liderança e ser exemplar (John Hopkins University, 2020). Nesse sentido, é necessário um equilíbrio mais amplo, houve casos de democracias com gestão bem-sucedida da pandemia, como a Costa Rica, com uma taxa de mortalidade de 1%, com um dos melhores desempenhos da América Latina.

A competitividade global vai além da COVID19, em resposta à luta subjacente à hegemonia na ordem mundial. Para Boaventura de Sousa Santos, no momento atual, os Estados Unidos precisam “neutralizar a liderança da China em quatro áreas: fabricação de telefones celulares, telecomunicações de quinta geração (inteligência artificial), carros elétricos e energia renovável” (2020, pp. 25-26), daí seu interesse em associar o Coronavírus à China para gerar uma falta de confiança no gigante asiático e justificar sua guerra comercial. Essa luta pela ordem mundial continuará nas próximas décadas, pois está prevista uma maior centralidade asiática no futuro econômico mundial (Méndez-Coto, 2016), que terá contrapartida em outras áreas temáticas sensíveis, como segurança ou instituições internacionais. Nesse cenário, a China tem mudado sua tática de passividade e introspecção, desafiando cada vez mais os Estados Unidos e o Ocidente no plano comunicacional, incluindo o tratamento ofensivo de sua diplomacia digital para defender e promover seus interesses (BBC, 2020b).

Como se percebe, os grandes vencedores, no contexto da pandemia, são empresas baseadas em tecnologia e produtos eletrônicos. A limitação do contato físico levou a ajustes nos modelos de consumo e entretenimento, de acordo com Joshi (2020), foi observada uma aceleração na mudança de pagamentos em dinheiro para pagamentos digitais, também a tendência emergente de trazer para o local - working own device - fortalecendo a posição de empresas de produtos eletrônicos como a Microsoft, além disso, o teletrabalho exige soluções tecnológicas, daí a decolagem de plataformas como a ZOOM. No campo da saúde, a competitividade é transferida para a produção da vacina contra o vírus causador da COVID19, onde o privado versus o público briga, existem iniciativas para divulgar as descobertas médicas, que conflitam com os interesses das grandes empresas, enquanto a competição pela produção e fornecimento de suprimentos médicos continua constante. Outro dos grandes vencedores foram as plataformas de vendas on-line, especialmente o caso da AMAZON.

Em termos de perdedores, devido ao impacto da COVID19, há uma multidão de empresas e setores da economia. Para começar, no campo da energia, houve uma luta no âmbito dos países produtores de petróleo, especialmente entre a Rússia e a Arábia Saudita, que aumentou sua produção juntamente com a desaceleração econômica, que levou ao colapso dos preços. Nessa lógica, as restrições de viagens afetaram significativamente as companhias aéreas, colocando grandes empresas regionais como a AVIANCA em uma situação falimentar. O setor de turismo enfrenta sérios desafios, especialmente para os países que estavam na alta temporada quando a pandemia ocorreu, como os localizados em áreas tropicais, como é o caso da Costa Rica, onde representa até 6,3% de seu Produto Interno Bruto (La República, 2020).

IGUALDADE DIANTE DA PANDEMIA?

Voltando aos referenciais teóricos iniciais, fica claro que a doença se espalha sem distinção de classe, raça ou outra condição, situação que tem efeito equalizador para o corpo social como um todo. A doença não apenas homologa socialmente, mas também desterritorializa, comprometendo a população de qualquer latitude do planeta. Nesse sentido, seria ingênuo atribuir a doença a certos atores sociais ou confiná-la a limites geográficos apreensíveis.

No entanto, as diferenças são notáveis dentro das fronteiras nacionais, onde o atendimento de emergência depende dos respectivos sistemas de saúde e outras políticas públicas, gerando as 3 fraturas discutidas acima. O grau de vulnerabilidade dos grupos sociais está associado às possibilidades reais das administrações locais de enfrentar efetivamente a emergência de saúde. Ao contrário da própria doença, as possibilidades de seu tratamento distinguem e localizam.

Agora, a atual crise mundial reproduz o paradoxo de origem da globalização planetária. As práticas econômicas globais desconstroem sistematicamente as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo em que os estados-nação constroem paredes físicas ou simbólicas para conter a intensa mobilidade humana, para a qual a economia global contribuiu.

No mesmo sentido, a doença não reconhece limites espaciais e se expande profusamente na superfície de todo o planeta, enquanto o controle exercido pelos estados nacionais reconstrói fronteiras, a fim de salvaguardar seus próprios e, na melhor das hipóteses, casos, para outros. Vivemos e pensamos universos

paralelos que se complementam e se contradizem, enlouquecem e transbordam para se reconciliar de tempos em tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões em torno de um fenômeno em rápida expansão não podem ser conclusivas, muito menos definitivas. Goffman (1970), Foucault (2008) e Harvey (2017), entre muitos outros, contribuem com sociologia, filosofia, psicologia, história, geografia e antropologia, visões simultâneas que explicam a presença sempre viva de espaços heterotópicos na evolução da existência humana.

A situação sem precedentes em escala global hoje vivida, converte toda a superfície do planeta em heterotopias, utilizando novas formas de produção e organização do espaço para se adaptar às novas condições de possibilidade de existência. Clivagens sociais, demarcações espaciais e entre elas a porosidade das fronteiras são modificadas.

A gestão emergencial das administrações locais oscila entre dois extremos. De um extremo do exercício pleno do livre arbítrio pelos cidadãos, confiando em sua responsabilidade no cuidado de sua própria saúde e da de outros. Nesse caso, o Estado se refere a dar recomendações e mantém liberdades individuais no espaço coletivo.

A outro extremo da imposição de medidas estritas de confinamento pelo Estado, cujo cumprimento é garantido por meio de controles de segurança e sob aviso prévio. O poder central fecha o espaço público em detrimento das liberdades civis. Nesse caso, é importante lembrar a importância do medo positivo, que inspira uma vigília cidadã voltada à manutenção de democracias, resistindo à tentação de um Estado autoritário de perpetuar medidas de controle além da emergência declarada e que a justifica temporariamente.

Em desacordo com Castel (2013), os tempos da pandemia, sem dúvida, nos confrontam com uma sociedade de risco completa. A escala global da doença, a velocidade de sua propagação e a incapacidade dos governos (até agora) de contê-la, isso é evidente. Direitos internacionais e universais se confrontam no campo de batalha dos governos locais. Um futuro incerto, cujo presente é responsável pela ameaça de novos perigos no horizonte distante de uma solidariedade global concertada.

A resposta, ainda que provisória, para superação das três fraturas indicadas no início do texto é complexa e de longo prazo, passando por dois eixos centrais. O

primeiro é a transformação das responsabilidades do Estado - já iniciadas alguns anos atrás - e da sua relação com a sociedade, significa que segundo o modelo de ação do Estado que se impõe, que varia entre um Estado maior ou outro mais reduzido, embora ambas estejam vinculadas a processos de descentralização, a Administração e a gestão pública serão afetadas em sua autonomia, capacidade e âmbito de atuação, e em suas formas tradicionais de planejamento do trabalho, vez que, diante da pandemia a insuficiência do Estado foi explicitada.

O segundo, talvez mais difícil, é a superação do modelo individualista que prevalece na sociedade, especialmente a brasileira, onde a satisfação de interesses particulares prevalece sobre os interesses públicos e coletivos. Exemplo é questão do migrante que se vê duplamente abandonado, de um lado pelas políticas estatais pois os Estados fecham suas fronteiras para tentar barrar o vírus e, pelos cidadãos dos países receptores, que se voltam exclusivamente ao interesse nacional, esquecendo do outro.

REFERÊNCIAS

AGNEW, John. **Geopolítica: una re-visión de la política mundial**. Madrid: Trama Editorial, 2015.

AL-AWSAT, Asharq. **Tunisia Presses Security Council to Call COVID-19 a Threat to Peace**, 2020. Disponível em: <https://english.aawsat.com/home/article/2212316/tunisia-presses-security-council-call-covid-19-threat-peace>. Acesso em 06/08/20.

BBC. **El temor a que los dejen morir: los indocumentados que se resisten a pedir ayuda** médica en la crisis de COVID-19, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-52333214>. Acesso em 06/08/20.

BBC. **“Guerreros lobo”, el nuevo ejército de diplomáticos que defiende a China en el mundo durante la pandemia**, 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-52671311>. Acesso em 06/08/20.

CASTEL, Robert. Políticas de riesgo y sentimiento de inseguridad. in CASTEL, R.; KESSLER, G., MERKLEN, D.; MURARD, N. (orgs.).

Individuación, precariedad, inseguridad ¿Des-institucionalización del presente? Buenos Aires: Paidós.

CENTROS PARA EL CONTROL Y LA PREVENCIÓN DE ENFERMEDADES (CDC) **Influenza aviar A(H5N1) de origen asiático altamente patógena en personas**, 2015. Disponível em <https://espanol.cdc.gov/flu/avianflu/h5n1-people.htm>Editorial. Acesso em 06/08/20.

CENTROS PARA EL CONTROL Y LA PREVENCIÓN DE ENFERMEDADES (CDC) **Middle East Respiratory Syndrome (MERS)**, 2015. Disponível em: <https://wwwnc.cdc.gov/travel/yellowbook/2020/travel-related-infectious-diseases/middle-east-respiratory-syndrome-mers>. Acesso em 06/08/20.

CEPAL. **COVID-19 tendrá graves efectos sobre la economía mundial e impactará a los países de América Latina y el Caribe**, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/covid-19-tendra-graves-efectos-la-economia-mundial-impactara-paises-america-latina>. Acesso em 06/08/20.

DEUTSCHE WELLE (DW). **Trump suspende financiamiento de Estados Unidos a la OMS**, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/es/trump-suspende-financiamiento-de-estados-unidos-a-la-oms/a-53127307>. Acesso em 06/08/20.

ECDC. **Pandemic Influenza Preparedness in the EU. Technical Report, 2007**. Disponível em: https://www.ecdc.europa.eu/sites/portal/files/media/en/publications/Publications/0701_TER_Pandemic_Influenza_Preparedness.pdf. Acesso em 06/08/20.

EL PAÍS. **La UE cierra sus fronteras por primera vez en su historia y no dejará entrar a ciudadanos de terceros países**, 2020. Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2020-03-17/europa-se-blinda-hacia-fuera-y-se-resquebraja-por-dentro.html>. Acesso em 06/08/20.

EL PAÍS. **Bruselas propone prohibir la entrada de ciudadanos de fuera de la UE durante 30 días**, 2020. Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2020-03-16/bruselas-propone-prohibir-la-entrada-de-ciudadanos-de-fuera-la-ue-durante-30-dias.html>. Acesso em 06/08/20.

FOUCAULT, Michel. Topologías. **Fractal** n° 48, jan-mar, 2008, ano XII, vol XIII, pp. 39-62.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. La identidad deteriorada**, 1970. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=es&as_sdt=0%2C5&q=goffman+estigma+&btnG=). Acesso em 06/08/20.

HARVEY, Dayvid. **El cosmopolitismo y las geografías de la libertad**. Cidade do México: Akai, 2017.

LA REPÚBLICA. **Turismo en Costa Rica: un afectado más por la pandemia COVID-19**, 2020. Disponível em: <https://www.larepublica.net/noticia/turismo-en-costa-rica-un-afectado-mas-por-la-pandemia-covid-19>. Acesso em 06/08/20

MÉNDEZ-COTO, Marco Vinicio. Multilateralismo, gobernanza y hegemonía en la estructura económica internacional del G7 al G20. **Relaciones Internacionales**, vol. 31, pp. 13-32, 2016.

NEW YORK TIMES. **Trump invokes Defense Production Act, and criticizes 3M**, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/02/world/coronavirus-live-news-updates.html#link-711303f6>. Acesso em 06/08/20

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SVICEVIC, Marko. COVID-19 as a Threat to International Peace and Security: What place for the UN Security Council? **EJIL:Talk! Blog of the European Journal of International Law**, 2020. Disponível em: <https://www.ejiltalk.org/covid-19-as-a-threat-to-international-peace-and-security-what-place-for-the-un-security-council/>. Acesso em 06/08/20

UNIVERSIDADE JOHN HOPKINS. **COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU)**, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em 06/08/20

TRANSPARÊNCIA DEMOCRÁTICA NA GOVERNANÇA PÚBLICA: O DIREITO À INFORMAÇÃO E AS TENSÕES JURÍDICAS NA COVID-19¹

Otávio Morato de Andrade

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem sido cada vez maior a pressão pelo implemento e efetivação de marcos regulatórios que garantam o acesso às informações governamentais no Brasil. Esse esforço para avançar na transparência é impulsionado por setores políticos à esquerda e à direita, pela imprensa e pela sociedade civil de modo geral, seguindo uma tendência internacional de engajamento para que a prestação de contas por parte do Estado ocorra de forma periódica, completa e acessível. O mercado financeiro global e os países doadores também têm reivindicado dados governamentais mais abertos, que possibilitem incrementar os prognósticos a respeito do ambiente político e econômico onde seus recursos serão aplicados.

A Constituição de 1988 deu ampla guarida à divulgação de dados de interesse público, assegurando, em vários dispositivos, a publicidade e a transparência no âmbito da Administração. Após a sua promulgação, seguiram-se marcos como a Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a Lei Capiberibe (LC nº 131/2009) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), com a intenção de promover a gestão transparente da informação e ampliar o acesso dos cidadãos aos dados governamentais, oferecendo à sociedade melhores condições de fiscalizar e avaliar as condutas dos agentes públicos.

Todavia, a literatura científica (Bernardes, Rover e Santos, 2015; Contreras, Michener e Niskier, 2018) tem apontado a dificuldade em se garantir o pleno acesso às informações governamentais no Brasil, mesmo com a existência de diretrizes que determinam e regulamentam a sua divulgação. Apesar da legislação em vigor, a prestação de contas em todas as esferas públicas tem sido feita de maneira inadequada, imprecisa ou incompleta, o que enfraquece a capacidade do cidadão e das instituições de avaliar as políticas públicas, fiscalizar os governantes e exigir seus direitos.

¹ Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-graduado em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. *otaviomorato@gmail.com*

No contexto da Covid-19, o debate sobre a falta de transparência em relação aos dados públicos no Brasil tem se intensificado desde o início da crise sanitária. Entre as poucas certezas que há sobre o novo vírus até agora, uma delas é a de que seu enfrentamento precisa se dar de maneira coordenada, baseando-se, sobretudo, em números e indicadores que medem o avanço da pandemia em cada região. Não à toa, países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha têm se servido de modelos matemáticos e estatísticas diárias para antever tendências de contágio e avaliar o sucesso ou o fracasso das medidas de enfrentamento adotadas. No caso do Brasil, que no momento ostenta um dos cenários de contaminação mais preocupantes, a controvérsia sobre a divulgação dos dados relativos à pandemia tem acirrado as disputas políticas e suscitado tensões jurídicas acerca da transparência na divulgação de informações.

Com efeito, a informação de qualidade é uma aliada da sociedade não apenas no combate aos vírus, mas também no monitoramento dos agentes públicos envolvidos na tomada de decisões durante a crise. Não obstante, o Brasil detém o recorde mundial de desinformação sobre a pandemia, vivendo uma guerra de narrativas e confusão de dados, estimulada pelos acirramentos políticos e pelas *fakenews* (Moraes, 2020). Para piorar, o governo federal está envolvido em polêmicas sobre a divulgação dos dados relativos ao número de casos e mortes em decorrência da doença, principalmente depois que os registros oficiais sofreram um “apagão” e que algumas autoridades passaram a defender a recontagem de casos, alegando uma suposta supernotificação (UOL, 2020).

Este artigo faz uma leitura dessas controvérsias em conformidade com o ordenamento jurídico, submetendo alguns acontecimentos ligados à Covid-19 no Brasil à luz de importantes institutos e marcos legais, como o princípio da publicidade e a Lei de Acesso à Informação. O objetivo principal é analisar se o comportamento da Administração Pública durante a crise do coronavírus tem contemplado as diretrizes legais sobre transparência na governança pública. Subsidiariamente, discutem-se a importância da transparência nos regimes democráticos e a evolução do direito à informação no Brasil. Conforme a taxonomia proposta por Vergara (2000, p. 46), o estudo terá como suporte: a) pesquisa bibliográfica, que fornecerá o arcabouço teórico para a determinação dos institutos jurídicos pertinentes; b) pesquisa jurisprudencial, que visa demonstrar a aplicação prática destes institutos e c) pesquisa documental em revistas e jornais da atualidade, que permitirá traçar um panorama atual e quantitativo a respeito das informações sobre o Covid-19.

Para integrar os assuntos propostos e alcançar o resultado final, o trabalho estruturou-se em três partes. A primeira visa demonstrar os marcos legais e princípios existentes em favor da transparência na Administração Pública, assim como as principais garantias ao acesso de informação no Brasil. Em seguida, será formulada uma síntese do desenvolvimento da pandemia no país até o presente momento, apresentando as principais decisões do governo federal a respeito da divulgação de dados. Por fim, serão examinadas as questões jurídicas engendradas por essas decisões, especialmente no que concerne à divulgação exames do Presidente da República, ao artigo 1º da Medida Provisória nº 928 (que suspendeu os prazos de resposta à pedidos de acesso à informação durante à pandemia) e aos problemas de divulgação de dados sobre óbitos e casos da Covid-19 por parte do Ministério da Saúde.

Esta pesquisa apresenta uma limitação importante a ser considerada, na medida em que foi elaborada durante o surto de Covid-19 no Brasil, entre maio e junho de 2020. Os resultados desta análise, portanto, podem vir a ser superados por novos fatos jurídicos ou sociopolíticos. Se a proximidade temporal da análise retira do pesquisador a oportunidade de fazer uma leitura dos fatos com um distanciamento histórico salutar, por outro lado, confere-lhe a chance de observar e relatar os acontecimentos com maior precisão, dada a proximidade temporal e geográfica com essas ocorrências, além das fartas fontes documentais disponíveis neste momento.

O trabalho conclui que o governo federal não tem prestigiado, em sua plenitude, o direito de acesso à informação garantido pelo ordenamento jurídico, mormente nos casos da Medida Provisória 928 e do “apagão” de dados no site do Ministério da Saúde. Sendo a transparência um fator imprescindível ao bom funcionamento das democracias, faz-se necessária a efetivação dos princípios e leis que asseguram o pleno acesso à informação, possibilitando a avaliação e o monitoramento contínuo dos agentes públicos pela sociedade.

A IMPORTÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA PARA A DEMOCRACIA

Em 1963, Gabriel Almond (1911-2002) e Sidney Verba (1932-2019) publicaram um dos grandes clássicos da ciência política: *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries* (A cultura cívica: atitudes políticas e democracia em cinco países). Este estudo faz uma análise comparada dos hábitos

políticos em diferentes nações para determinar as condições que favorecem o estabelecimento da democracia e a sua manutenção.

Um dos achados de Almond e Verba é que tanto a cultura política como a trajetória da democracia em cada país são moldadas pelas atitudes ou “orientações” do indivíduo em relação ao sistema político. Ao lado da orientação cognitiva (que é o grau de conhecimento sobre os mecanismos políticos) e afetiva (relação emocional do cidadão com o sistema), os pesquisadores detectaram a *orientação avaliativa*, que se refere ao julgamento e às opiniões do indivíduo sobre o sistema político. Assim, a avaliação dos governos é um componente fundamental no modo como os indivíduos interagem e moldam o sistema democrático (Almond e Verba, 1963).

Numa democracia saudável, as ações dos agentes públicos e os resultados de suas decisões devem estar constantemente sujeitos ao escrutínio da sociedade, de modo a permitir a avaliação dos governantes pelos governados. Nesse sentido, é indispensável que o Estado disponibilize o acesso a dados e estatísticas de forma transparente, permitindo que a comunidade examine a condução das políticas públicas e exija o cumprimento dos seus direitos.

Pode-se dizer, portanto, que o processo de governar é mais legítimo quando incorpora princípios democráticos como transparência, pluralismo, participação cidadã na tomada de decisões, representatividade e prestação de contas. A publicidade de informações possibilita que o controle social seja exercido de forma efetiva pelos cidadãos, os quais podem, assim, acompanhar, avaliar e controlar a gestão levando em consideração o interesse público (Kreutz e Santos, 2016, p. 115). Por outro lado, a ausência de informação dificulta o controle e a participação qualificada da população, na medida em que atrapalha a avaliação das políticas públicas.

Ao redor do mundo, a transparência e o acesso à informações de interesse público têm sido progressivamente sedimentados como direitos fundamentais. Nas últimas décadas, tratados internacionais dos quais o Brasil foi signatário reverenciaram o direito à informação e a transparência, como por exemplo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. XIX²), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (artigo 19, inciso 2³), a Declaração Interamericana

2 “Artigo XIX: Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948).

3 Art. 19 - Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza. (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ONU, 1966).

de Princípios de Liberdade de Expressão (Princípio nº 4⁴) e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003 (art. 10⁵). Atualmente, cerca de 90 países possuem leis que reconhecem e regulamentam o direito de acesso às informações mantidas pelos órgãos públicos. Além disso, as transformações tecnológicas e políticas ocorridas nas últimas décadas reconfiguraram, para o bem ou para o mal, a relação das sociedades com a informação e a comunicação. Nesta esteira, a própria existência de leis de transparência pública é um indicativo do amadurecimento das suas respectivas sociedades democráticas (Guerra & Morais, 2015, p. 4).

No Brasil, o acesso à informação pública também se consolida como um dos direitos fundamentais do cidadão, sendo previsto expressamente na Carta Maior de 1988, em seus artigos 5º (incisos XXXIII e XIV), 37 (inciso II do §3º) e no parágrafo segundo do artigo 216. Como se verá adiante, tais dispositivos adquiriram maior efetividade e consistência com a promulgação de importantes marcos legais, como por exemplo a Lei de Acesso à Informação e a regulamentação do *habeas data* pela Lei nº 9.507 de 1997.

O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NA GOVERNANÇA PÚBLICA

A Constituição de 1988 inovou ao fazer expressa menção a alguns princípios aos quais se sujeita o Poder Público, como a legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa e a publicidade, insculpidos no caput do artigo 37. O princípio da publicidade impõe a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, ressalvadas as exceções de sigilo previstas em lei. De acordo com a lição de Odete Medauar:

O segredo, invisível, reinante na Administração, mostra-se contrário ao caráter democrático do Estado. A publicidade ampla contribui para garantir direitos dos administrados; em nível mais geral, assegura condições de legalidade objetiva porque atribui à população o direito de conhecer o modo como a Administração atua e toma

4 Princípio 4 - O acesso à informação em poder do Estado é um direito fundamental do indivíduo. Os Estados estão obrigados a garantir o exercício desse direito. (Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2000)

5 Artigo 10, caput: Tendo em conta a necessidade de combater a corrupção, cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de sua legislação interna, adotará medidas que sejam necessárias para aumentar a transparência em sua administração pública [...] (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, 2003).

decisões; abate o muro secreto da cidadela administrativa, possibilitando o controle permanente sobre suas atividades [...] com a publicidade como regra, tem-se o diálogo em lugar do mutismo, a transparência em lugar da opacidade, e suscita-se a confiança do administrado na Administração (MEDAUAR, 2003, p. 235).

Existem, na própria Carta Magna, outros preceitos que ou estendem ou limitam o princípio da publicidade. O artigo 5º, inciso XIV, resguarda a todos o acesso à informação, desde que assegurado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; o inciso XXXIII do mesmo artigo estabelece que a sociedade tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; ainda no artigo 5º, o inciso LX determina que só pode haver restrição da publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem. De tal maneira, a não ser que o sigilo seja estritamente necessário, por interesse público ou por questões de privacidade, o Poder Público deve assegurar o acesso à informação, disponibilizando dados que possibilitem a fiscalização institucional e o controle popular da Administração Pública (Brasil, 2016).

A Carta Maior de 1988 também esboçou a criação de mecanismos para que o cidadão possa fazer valer seu direito à informação. O *habeas data*, previsto no artigo 52, inciso LXXII, pode ser proposto para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. Além disso, inciso XXXIV do artigo 5º previu, independente do pagamento de taxas, “o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder” e a “obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direito e esclarecimento de situações pessoais”. Por fim, é necessário destacar o §2º do artigo 216 da Constituição Federal, que determina que compete à administração pública “a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (Brasil, 2016).

Portanto, a Administração Pública tem o compromisso formal de absoluta transparência na condução dos negócios públicos, sob pena de desrespeito a vários dispositivos da Carta Magna, uma vez que como destacado pelo Ministro Celso de Mello, “o modelo político-jurídico, plasmado na nova ordem constitucional, rejeita o poder que oculta e o poder que se oculta” (Brasil, 1995). A eminente Professora Maria Sylvia Zanella di Pietro (2019, p. 68) corrobora a importância do agasalho constitucional

ao direito de informação do cidadão, não apenas em face de interesse particular, mas, igualmente em face dos interesses coletivos ou gerais, como forma de aumentar a eficiência do controle popular sobre a Administração Pública.

MARCOS LEGAIS DO ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL

Após o advento da Constituição, alguns marcos legais vieram a sedimentar o direito de acesso à informação no Brasil, facilitando a disponibilização dos dados públicos ao cidadão e agregando maior transparência às ações de governo. Uma das primeiras legislações nesse sentido foi a Lei nº 8.159/91 (Lei de Arquivos), que regulamentou a organização e administração documental, bem como o acesso da sociedade aos arquivos públicos. A Lei de Arquivos assegura o direito do cidadão “a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral” (art. 4º), com exceção daquelas cujo sigilo seja imprescindível à privacidade do indivíduo ou à segurança nacional (Brasil, 1991).

Com a regulamentação, em 1997, do instituto constitucional do *habeas data* pela Lei nº. 9.507/97, concretizou-se o direito de que o cidadão possa conhecer dados relativos à sua pessoa, que estejam nos bancos de dados governamentais ou públicos, bem como atualizar ou corrigir a referida informação, caso necessário. Dois anos depois, a Lei nº. 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo), trouxe a exigência de divulgação oficial dos atos administrativos (art. 2º, inciso V), e a garantia de acesso aos processos administrativos, conferindo às partes interessadas o direito de obter vista dos autos, ter acesso às cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas (art. 3º, inciso II). Desta forma, a lei veio a facilitar o conhecimento de dados relativos à diversos expedientes no setor público, como por exemplo: processos de gestão (como licitações e concursos públicos), processos de controle (relativos à prestação de contas e fiscalização), processos disciplinares, processos punitivos, processos tributários, etc. (Brasil, 1999).

Em 5 de maio de 2000 foi sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101), que, além de apresentar diferentes normas para a organização e o equilíbrio das finanças públicas, prestigiou a transparência na gestão fiscal, ao exigir a ampla divulgação das prestações de contas e das diretrizes orçamentárias (art. 48, caput). Entre outros dispositivos, a LRF incentivou a participação popular durante o processo de elaboração do orçamento (art.

48, §1º), obrigando também a disponibilização das contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo (art. 49), para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade (Brasil, 2000).

Em 2009, promulgou-se a Lei da Transparência ou Lei Capiberibe (LC nº 131), que estabeleceu como obrigatória a divulgação dos gastos da União, estados e municípios em tempo real, através da internet. Com isso, a sociedade passou a ter a chance de acompanhar a execução do orçamento público, o que aperfeiçoou o exercício do controle social e a detecção de irregularidades no trato da coisa pública (BRASIL, 2009). No mesmo ano, houve o julgamento histórico, pelo Superior Tribunal Federal, da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 130, que solicitava a não-recepção, pela Constituição de 1988, da Lei nº 5.250/1967 (Lei de Imprensa). Sete dos onze Ministros entenderam que a Lei de Imprensa, decretada em plena ditadura militar, deveria ser revogada, haja vista ser incompatível com o atual Estado Democrático de Direito.

Em novembro de 2011, foi sancionada a Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527), consolidando as garantias constitucionais de acesso dos cidadãos às informações públicas. A LAI estipula a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção (art. 3º, inciso I), determinando que “*é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação*”, devendo esta ser franqueada “*mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão*” (art. 5º). O diploma também fornece uma série de diretrizes e instruções para a gestão responsável da informação, além de estipular sanções para condutas ilícitas, como nos casos em que os agentes públicos que se neguem a divulgar informações, ou as forneçam de “*forma incorreta, incompleta ou indevida*” (art. 32).

A partir da Lei nº 12.527/2011, inaugura-se novo entendimento sobre acesso à informação no país, que, como regra, passou a ser considerada pública. Desta forma, todo e qualquer tipo de dado ou registro em poder de órgãos e agentes da administração direta e indireta, assim como toda e qualquer informação produzida ou custodiada por entidades privadas ou pessoas, a partir de um vínculo com o Poder Público, é considerada de interesse e acesso público, à exceção daquelas fundamentadamente demonstradas como “privadas” ou “sigilosas” (Czeczko, 2019, p. 36).

BRASIL E COVID-19: TENSÕES SOBRE TRANSPARÊNCIA

NEGATIVA DE DIVULGAÇÃO DOS EXAMES DO PRESIDENTE

No dia 7 de março, quando a então epidemia já era uma preocupação mundial, o presidente Jair Bolsonaro encontrou-se oficialmente em Washington com o mandatário norte-americano Donald Trump. Após o retorno ao Brasil, vinte e três integrantes da comitiva que acompanhou Bolsonaro nos Estados Unidos testariam positivo para a Covid-19, fato que levantou a indagação de que o próprio presidente brasileiro também poderia ter sido infectado (Benites & Betim, 2020). Veículos de comunicação passaram a aventar essa hipótese, sobretudo depois que Bolsonaro participou de atos políticos no dia 15 de março e após declarar que havia testado negativo para o Covid-19, sem, contudo, apresentar publicamente o resultado de seus exames (Coletta & Uribe, 2020).

Isso fez com que o Jornal Estado de São Paulo “Estadão” ajuizasse Ação Ordinária de nº 5004624-79.2020.4.03.6100 sob a alegação de que, ao negar acesso aos laudos de exames do Presidente da República, a União ofendeu o art. 11⁶ da Lei de Acesso à Informação. Para parte da imprensa, o esclarecimento do tema passou a ser considerado fundamental levando-se em conta o possível risco à saúde que o presidente poderia impor às pessoas em seu entorno caso estivesse contaminado (BBC Brasil, 2020). No dia 21 de março de 2020, o pedido liminar do Estadão foi deferido pelo Juízo da 14^a Vara Cível Federal de São Paulo sob o fundamento de que *“a recusa no fornecimento dos laudos dos exames é ilegítima, devendo prevalecer a transparência e o direito de acesso à informação pública”*.

No TRF3, a liminar foi mantida em sede de Agravo de Instrumento (nº 5010203-13.2020.4.03.0000) e de Suspensão de Liminar (nº 010220-49.2020.4.03.0000), o que levou a Advocacia Geral da União (AGU) a recorrer novamente, desta vez ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), sustentando que decisão gera grave lesão à ordem pública, *“pois se está a exigir que a administração pública federal invada a esfera privada de pessoa física mediante a divulgação de dados personalíssimos referentes a sua saúde”*. Acolhendo os argumentos da AGU, o Ministro João Otávio de Noronha determinou, no dia 08 de maio de 2020, a suspensão da liminar no STJ, nos autos do Agravo de Instrumento n. 5010203-13.2020.4.03.0000.

6 Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível (Lei de Acesso à Informação, Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Inconformado com a decisão, o “Estadão” formulou, no dia 12 de maio, Reclamação (Rcl 40574) para restabelecer os efeitos da liminar concedida, alegando que decisão do STJ representava censura prévia e ofendia a autoridade do entendimento do STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 130, em que se garantiu a liberdade de manifestação do pensamento. No mesmo dia em que a Reclamação foi distribuída no Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, a União encaminhou ao gabinete do Relator, de forma espontânea, os laudos de todos os testes de coronavírus realizados pelo Presidente da República. Com a apresentação dos exames, a Reclamação foi julgada prejudicada pelo Ministro Lewandowski, que determinou a divulgação dos documentos. Em 13 de maio, os exames apresentados pela União vieram a público, indicando resultado negativo para Covid-19.

Muito embora existam aspectos da vida da pessoa que exerce o cargo de presidente da República que podem ficar fora do escrutínio da sociedade, tradicionalmente a condição médica dos Chefes de Estado é de interesse público, sobretudo no caso de uma doença pouco conhecida e potencialmente letal, como o Covid-19. Uma enfermidade severa poderia não apenas afetar o exercício de suas relevantes funções públicas, como atingir, inadvertidamente, políticos e pessoas próximas que tiveram contato com o mandatário. Inclusive, o próprio Presidente da República reconheceu o interesse público do tema, ao discutir recorrentemente o assunto com a imprensa, com negativas reiteradas de que estaria infectado.

Acrescente-se ainda que a divulgação espontânea do resultado pelo Presidente, não traria à tona aspectos da sua vida íntima ou da sua privacidade, sendo, portanto, inócua do ponto de vista da violação de sua integridade ou de sua honra.

A MP 928 E AS TENTATIVAS DE MUDANÇAS NA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Em 23 de março de 2020, a Presidência da República apresentou ao Congresso a Medida Provisória 928/2020 (MP 928), com o propósito de alterar o artigo 6-B da Lei de nº 13.979/2020, suspendendo os prazos de resposta previstos na Lei de Acesso à Informação. O dispositivo estabelece ainda que as solicitações pendentes referentes à pandemia deverão ser reiteradas em 10 dias a partir do fim do estado

de calamidade pública, ou seja, 31/12/2020, acrescentando ainda que não serão aceitos recursos contra negativa de resposta a pedido de informação negados.

No dia 25 de março de 2020 o Superior Tribunal Federal (STF) recebeu Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 6347 e 6351) questionando as mudanças introduzidas pela medida provisória. As ações foram distribuídas ao ministro Alexandre de Moraes, que concedeu, em 26/03/2020, medida cautelar determinando a suspensão da MP 928. O relator ponderou que o dispositivo questionado não estabelece situações excepcionais e concretas impeditivas de acesso à informação. No dia 30 de abril de 2020, o Plenário do Supremo Tribunal Federal referendou, por unanimidade, a liminar concedida por Moraes, confirmando a necessidade de garantir ao cidadão o pleno acesso às informações solicitadas, sob pena de responsabilização política, civil e criminal, salvo nas hipóteses constitucionais de sigilo.

Com efeito, uma análise do dispositivo trazido pela MP 928 à luz da legislação vigente, mostra que a prorrogação do prazo para pedidos de informações em relação à pandemia poderia transformar a regra da transparência em exceção, ao arrepio do princípio da publicidade e da Lei de Acesso à Informação. Neste sentido, é certo que a medida limitaria o direito à informação do cidadão, ao possibilitar que o agente público não atenda aos pedidos da sociedade relacionados à pandemia. Outrossim, a efetivação da MP obstaría a fiscalização e avaliação dos atos governamentais relacionados à crise sanitária, uma vez que só é possível conhecer a efetividade e as consequências das medidas tomadas pela Administração com base em estatísticas e informações precisas sobre a pandemia.

O “APAGÃO” DE DADOS NO SITE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

O Brasil começou o mês de junho com números dramáticos: mais de 30 mil óbitos e quase 290.000 infectados, com curvas de contágio demonstrando tendência de aumento nas infecções (Worldometers, 2020). Com a média diária nacional próxima a 1.000 mortes, muitas cidades brasileiras tiveram que abortar planos de flexibilização e retomar as medidas de isolamento social. O Ministério da Saúde, que estava sem titular desde 15 de maio, quando ocorreu a saída de Nelson Teich, sofria severas críticas da imprensa por reduzir as coletivas de imprensa e por apoiar o afrouxamento progressivo do distanciamento social em meio a números alarmantes.

Foi neste cenário em que, no dia 3 de junho de 2020, o Ministério de Saúde alterou o horário de divulgação do número de casos e mortes provocadas pela doença. O horário de divulgação, que era às 17h na gestão do ministro Luiz Henrique Mandetta (até 17 de abril), passou para as 19h e depois para as 22h, comprometendo a divulgação dos dados em telejornais e veículos impressos. Dois dias depois, o Ministério da Saúde também deixou de publicar, em seu website, o total de casos e mortes acumulados desde o começo da pandemia, limitando-se a informar os casos confirmados nas últimas 24 horas. De acordo com informações do Jornal O Globo, o próprio Presidente da República teria determinado o atraso na divulgação do balanço diário (SOUZA, 2020). Ao ser questionado sobre o retardamento na divulgação, o chefe do Poder Executivo afirmou, no dia 5 de junho de 2020: *“Acabou matéria do Jornal Nacional”*, dando a entender que o atraso era proposital.

Em 5 de junho de 2020, o portal do Ministério da Saúde (MS) com dados sobre a pandemia de coronavírus no país, hospedado no endereço *“covid.saude.gov.br”* ficou fora do ar. O site só voltou a funcionar no dia seguinte, mostrando apenas os casos registrados no dia, deixando de fora o número total de mortos e contaminados pela doença e o histórico dos dados. O Jornal Estado de São Paulo registrou que no dia 7 de junho, o site oficial do governo ainda apresentava informações conflitantes (Macedo & Ortega, 2020).

As mudanças feitas pelo Ministério da Saúde na publicação de seu balanço da pandemia mitigaram a quantidade e a qualidade dos dados. O portal no qual o MS divulgava o número de mortos e contaminados foi retirado do ar no dia 5 de junho. Quando retornou, depois de quase 24 horas, passou a apresentar apenas informações sobre os casos “novos”, quais sejam, aqueles registrados no próprio dia. Não constavam os números consolidados e o histórico da doença desde seu começo. Ademais, foram excluídos do portal os endereços para downloads de estatísticas em formato de tabela, imprescindíveis para análises de pesquisadores e jornalistas, e que alimentavam outras iniciativas de divulgação. Alguns itens passaram a ser omitidos, como por exemplo: curva de novos casos; cumulativo de casos; mortes por data de notificação e por semana epidemiológica e óbitos acumulados (Valor Econômico, 2020).

O sumiço dos dados provocou reações rápidas. O Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), divulgou nota afirmando que *“a tentativa autoritária, insensível, desumana e antiética de dar invisibilidade aos mortos pela Covid-19, não prosperará”*. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) afirmou que *“as medidas contrariam a Constituição Federal, a Lei de Acesso à Informação, as boas*

práticas de transparência pública reconhecidas internacionalmente” destacando o “espírito antidemocrático” do governo Bolsonaro. O periódico espanhol El País afirmou que “Governo Bolsonaro impõe apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes”. O britânico The Guardian afirmou que “Bolsonaro esconde número de mortes por coronavírus no Brasil e total de casos”. O Ministro do STF Gilmar Mendes, usou o Twitter para rechaçar a falta de transparência: “Tenta-se ocultar os números da #COVID19 para reduzir o controle social das políticas de saúde. O truque não vai isentar a responsabilidade pelo eventual genocídio.”

Em 4 de junho de 2020 os partidos Rede Sustentabilidade, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizaram a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 690 no Supremo Tribunal Federal contra o que chamaram de *“sequência de atos do Poder Executivo Federal que restringiram a publicidade dos dados relacionados à covid19, em clara violação a preceitos fundamentais da Constituição Federal”*. O Ministro Alexandre de Moraes acolheu a liminar, exigindo que o MS restabeleça a divulgação diária dos dados epidemiológicos acerca da pandemia.

De fato, o status constitucional da publicidade e da transparência culmina na obrigatoriedade do Estado em fornecer as informações necessárias à sociedade. Neste diapasão, salvo situações excepcionais, a Administração Pública tem o dever de absoluta transparência na condução dos negócios públicos, sob pena de desrespeito aos já mencionados artigos 37, caput e 5º, incisos XXXIII e LXXII. Sendo um dever do Estado fornecer as informações necessárias à sociedade com transparência, a omissão dessas informações fere não apenas a Constituição, mas também inúmeras leis que versam sobre transparência estatal. Neste caso, fica patente que Ministério da Saúde alterou, de modo injustificável, a forma de divulgação dos dados referentes ao novo coronavírus, comprometendo o acompanhamento do avanço da contaminação, e colocando em risco as políticas de controle e prevenção da doença, que dependem destes dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transparência é imprescindível para a consolidação e manutenção do equilíbrio democrático. Neste sentido, as sociedades que são regular e adequadamente informadas a respeito dos atos governamentais possuem maior capacidade de avaliar e monitorar continuamente seus representantes eleitos.

De forma inovadora, a Carta de 1988 conferiu agasalho constitucional à divulgação dos dados de interesse público, assegurando, em vários dispositivos, a publicidade e a transparência no âmbito da Administração. Na esteira das tendências e tratados internacionais, surgiram, no Brasil, diversos marcos regulatórios, com o objetivo de promover a gestão transparente da informação e ampliar o acesso dos cidadãos aos dados governamentais.

No contexto da crise sanitária ensejada pela Covid-19, verifica-se que o governo federal brasileiro não tem prestigiado, em sua totalidade, o direito de acesso à informação cristalizado no ordenamento jurídico. No caso da polêmica sobre a divulgação de exames de Jair Bolsonaro, verifica-se que as informações sobre o estado de saúde do mandatário da nação são de interesse público, sendo ilegítima a recusa no fornecimento dos laudos. Igualmente problemático é o caso da MP 928, que, ao permitir a negativa de pedidos de acesso à informação pertinentes à Covid-19, tentou transformar a regra da transparência em exceção, desafiando o princípio da publicidade e a Lei de Acesso à Informação. No que tange ao desaparecimento de dados e à possível distorção nas informações divulgadas pelo Ministério da Saúde, devem ser apuradas os reais desígnios por trás do “apagão de dados”. Se confirmada a intenção do órgão em ocultar informações e subtrair clareza e precisão dos dados relativos à pandemia, pode-se estar diante dos crimes de prevaricação ou improbidade, caso em que será fundamental apurar as responsabilidades com o devido processo administrativo.

Sendo a transparência um fator fundamental para o bom funcionamento do Estado Democrático de Direito, a sociedade deve manter vigilância permanente sobre as ações governamentais relativas à informação, combatendo atos da Administração que afrontem as premissas legais e representem ameaças à transparência governamental. Dada a evolução e consolidação dos marcos jurídicos existentes, a sociedade deve lutar pela sua efetivação, exigindo o cumprimento, na prática, dos princípios e leis que asseguram o pleno acesso à informação.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton University Press, 1963. JSTOR.

BENITES, Afonso; BETIM, Felipe. *Bolsonaro rompe isolamento e vai a atos contra o Congresso em meio à crise do coronavírus*. El País. 15 mar. 2020.

BERNARDES, Marciele Berger; SANTOS, Paloma Maria; ROVER, Aires José. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. *Rev. Adm. Pública* vol.49, n.3, pp.761-792, 2015.

BBC BRASIL. *Exames de covid-19 de Bolsonaro entregues pela AGU ao STF têm resultado negativo*. 13 mai 2020. Disponível: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52599935>>

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Pleno, RHD n. 22/DF, Red. p/ Acórdão Min. Celso de Mello, DJ, 01 set. 1995.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6351. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, 26 mar. 2020.

BRASIL. *Lei Complementar nº 101 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Brasília, DF: 4 de maio de 2000.

BRASIL. *Lei Complementar nº 131*. Brasília, DF: 27 de maio de 2009.

BRASIL. *Lei nº 8.159*. Brasília, DF: 8 de janeiro de 1991.

BRASIL. *Lei nº 9.784 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal*. Brasília, DF: 29 de janeiro de 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal, 2016.

COLETTA, Ricardo Della; URIBE, Gustavo. *Bolsonaro se nega a mostrar exames que, segundo ele, deram negativo para coronavirus*. Folha de São Paulo, 20 mar. 2020.

CONTRERAS, Evelyn; MICHENER, Gregory e NISKIER, Irene. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. *Rev. Adm. Pública*. vol.52, n.4, pp.610-629, 2018.

CZECKO FILHO, Nicolau Gregori. *Inovação no serviço de acesso à informação na Administração Pública Federal direta*. Dissertação de Mestrado na Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Manual de Direito Administrativo*. 32ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

GUERRA, Lenin Cavalcanti Brito; MORAIS, Marize Garcia de Medeiros. Lei de acesso à informação: uma análise dos portais e sítios eletrônicos oficiais das prefeituras do RN. *EmpiricaBR*, Ano 1, vol. 2, 2015.

KREUTZ, Rafael Rudolfo; SANTOS, Carlos Honorato Shuch. *Transparência em projetos públicos: o caso das obras de mobilidade urbana da cidade de Porto Alegre*. *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, v. 17, n. 1, p. 107-125, jan./abr. 2016

MACEDO & ORTEGA, 2020. *AGU pede revogação de liminar de Moraes que exige dados totais sobre Covid-19*. Agência Estado. 12 jun 2020.

MEDAUAR, Odete. *O Direito administrativo em evolução*. 2.ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MORAES, Maurício. *Brasil lidera desinformação sobre número de casos e mortes por Covid-19 no mundo*. Agência de Jornalismo e Checagem Lupa. Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, André de. *Covid-19: oposição reclama de falta de transparência e pede convocação de ministro da Saúde*. *Jornal O Globo*. 6 jun 2020.

UOL, 2020. *Eduardo Bolsonaro questiona casos nos EUA e diz que há 'supernotificação'*. Website Universo Online. Especial Coronavírus. Disponível: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/05/13/eduardo-bolsonaro-supernotificacoes-eua.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

VALOR ECONÔMICO. *Brasil registra 1.180 mortes por covid em 24h e total soma quase 55 mil*. *Jornal Valor Econômico*. 25 jun 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000

WORLDOMETERS.INFO. *Coronavirus Updates*. Dover, Delaware, 2020. Disponível: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

**DESTERRITORIALIZAÇÕES METODOLÓGICAS
E SABERES AMAZÔNICOS:
COMUNICADORES INDÍGENAS NA CRIAÇÃO MIDIÁTICA
EM CONTEXTO DE PANDEMIA**

Ariene dos Santos Lima¹

Luan Correia Cunha Santos²

Lisiane Machado Aguiar³

Vângela Maria Isidoro de Moraes⁴

RESUMO

Nosso objetivo, nesse trabalho, é problematizar como investigadores e intelectuais podem reclamar propriedades sobre os modos de saber das comunidades indígenas a partir dos modelos de investigação institucionalizados, dos sistemas coloniais e de suas sociedades científicas normatizadas (TUHIWAI, 2017). Dessa forma, a experiência do pesquisar não é um caminho até um objetivo e uma meta que se conhece de um mesmo modo, mas uma abertura para a diferença. No cenário amazônico, onde o incentivo a atividade garimpeira e ao extrativismo predatório em plena pandemia vem se fazendo presente, a criação de outras narrativas comunicacionais pela perspectiva indígena torna-se uma ação urgente a incitar pesquisas por meio de iniciativas como as que se propõem os comunicadores indígenas com a criação de conteúdos midiáticos. Desse modo, a pesquisa favorece uma contribuição acadêmica de reforço à diversidade, por meio da co-produção de investigação com os saberes amazônicos.

Palavras-chave: comunicadores indígenas, comunicação, desterritorializações metodológicas.

1 Ativista e aluna indígena com bolsa de ação afirmativa no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela UFRR.

2 Mestrando em comunicação no Programa de Pós-graduação em Comunicação na Universidade Federal de Roraima.

3 Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Roraima.

4 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Roraima.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o contexto de pesquisa que se faz no momento atual não pode negligenciar a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) que vem transformando radicalmente o cenário mundial, as ações humanas e institucionais. Logo, o processo diário e incerto de atravessamento desse momento histórico desterritorializa⁵ nossas produções de subjetividades já normatizadas.

A perspectiva indígena e as estratégias comunicacionais em contexto de pandemia promovem uma desterritorialização da produção de informações de interesse indígena, criando possibilidades de visibilidade e de protagonismo. Essas são estratégias de cidadania que raramente são praticadas no modelo hegemônico das mídias tradicionais. Igualmente, nos meios acadêmicos precisamos descolonizar as metodologias e as investigações sobre os povos indígenas (TUHIWAI, 2017). Nosso objetivo orientador, nesse trabalho, se apresenta a partir da seguinte problematização: como é possível que comunicadores, investigadores e intelectuais possam reclamar propriedades sobre os modos de saber das comunidades indígenas a partir dos modelos de investigação institucionalizados, dos sistemas coloniais e de suas sociedades científicas opressoras?

No momento em que o contexto político e sociocultural brasileiro impõe fortes desafios aos povos indígenas, por meio de medidas restritivas aos seus direitos constitucionais, a comunicação não hegemônica torna-se um instrumento de apropriação coletiva na defesa de causas que historicamente são alavancadas por esses povos, a exemplo de sua territorialidade.

No cenário amazônico, onde o incentivo⁶ à atividade garimpeira e ao extrativismo predatório vem se fazendo presente no início desta segunda década do século XXI, a criação de outras narrativas na perspectiva indígena torna-se uma ação urgente a incitar pesquisas que indiquem o estágio da nossa civilização, por meio de iniciativas como as que se propõem os comunicadores indígenas.

Essa composição, aliada à temática, intenta assegurar uma forma mais colaborativa, aproximativa e dialógica com parâmetros não exclusivos da ciência ocidental. Com

5 “O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 323).

6 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49147160> Acesso em: 30 ago. 2020.

isso, a pesquisa favorece uma contribuição acadêmica de reforço à diversidade, por meio da co-produção de investigação com os conhecimentos indígenas.

Todavia, as condições objetivas de acesso à internet e as tecnologias digitais nas comunidades indígenas de Roraima são entraves na produção, circulação e recepção dos conteúdos elaborados pelos comunicadores. Isso suscita a necessidade de complementação por outros formatos midiáticos e ações de envolvimento comunitário, em defesa da comunicação como um direito elementar em sintonia e fortalecimento às causas coletivas.

A representatividade das populações indígenas em Roraima foi atualizada em números no dia 24 de abril de 2020. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tradicionalmente levanta e consolida dados demográficos a cada década, por conta do coronavírus, adiou o processo de coleta para 2021, mas antecipou esta divulgação sobre o quantitativo de indígenas por municípios brasileiros sob o argumento dos dados subsidiarem políticas de enfrentamento ao Covid-19 junto às populações indígenas⁷.

Em 2016, segundo o caderno temático sobre indígenas do Atlas Nacional Digital do Brasil/IBGE, Roraima é o estado brasileiro que detém o maior percentual de indígenas em terras demarcadas (83,2%). Portanto, parte-se de uma relevância quantitativa para adentrar nos sentidos qualitativos de desenvolver estudos sobre essa parcela significativa da população regional.

As comunidades indígenas vivem em constante processo de resistência, num lastro que remete à contínua reinvenção dos modos coloniais, de ameaça às suas formas de vida, seus aspectos culturais, sociais e econômicos. Esses sinais mais problematizados pela literatura acadêmica são esporadicamente abordados nos meios convencionais de comunicação.

Diante disso, e considerando a política de ingresso e indígenas no ensino superior, notadamente pelo papel desempenhado pelo Instituto Insikiran⁸ e o Processo Seletivo Específico para Indígena (PSEI) na Universidade Federal de Roraima (UFRR), tem-se intensificado ao longo dos últimos anos, uma frente de pesquisa desenvolvida por alunos de diferentes etnias indígenas no curso

7 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?edicao=27481&qt=253&tipo=0-que-e&t=downloads>. Acesso em: 3 ago. 2020.

8 O Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena é uma unidade administrativa e acadêmica da Universidade Federal de Roraima, implantado inicialmente em 2001 como Núcleo Insikiran, atendendo à demanda dos povos indígenas de Roraima, representados por suas organizações, com o objetivo de viabilizar a formação profissional, de modo específico, diferenciado e intercultural.

de graduação em Jornalismo, e mais recentemente, no curso de mestrado em Comunicação. As temáticas circundam situações de preconceito, de discriminação e ameaça aos direitos assegurados pela Constituição Federal, num ininterrupto processo de construção social da realidade, aparelhado pela mídia hegemônica. Paralelo a isso, as pesquisas apontam para uma tendência à invisibilidade dos próprios indígenas como sujeitos-fonte, ou seja, como interlocutores ou protagonistas das coberturas jornalísticas.

No trabalho de conclusão de curso, a jornalista indígena da etnia Wapichana, Mayra Celina Pereira, ressalta: “Na perspectiva dos movimentos sociais indígenas não tem havido da parte dos meios tradicionais de comunicação, especialmente da cobertura local, um esforço em traduzir as necessidades e os direitos das diferentes etnias que vivem em Roraima” (PEREIRA, 2016, p. 12).

A condição em não se dispor de uma presença frequente ou mais qualificada no espaço convencional dos meios de comunicação tem provocado outras estratégias para a criação e circulação de informações sobre os povos indígenas e suas demandas. Desse modo, tem-se na presente proposta um esforço valorativo de partida, ao suscitar estudos que analisem a comunicação como espaço de expressão da cidadania, reconhecimento e o fortalecimento étnico, por meio da apropriação do ciberespaço, das redes sociais digitais e outras formas alternativas de comunicação.

Para debatermos esse estudo, organizamos o texto em quatro partes. Primeiramente, apresentamos pesquisas de indígenas realizadas no âmbito do curso de comunicação da Universidade Federal de Roraima. Observamos que muitos desses pesquisadores indígenas formados em jornalismo foram protagonistas em criar estratégias inovadoras de comunicação para o Conselho Indígena de Roraima (CIR) nesse contexto de pandemia. Em segundo, propomos desterritorializações metodológicas associadas a saberes Amazônicos. Em terceiro, materializamos as discussões propostas por meio de uma análise de metodologias indígenas como estratégias de comunicação buscando uma contextualização das ações tomadas pelo CIR desde o início da pandemia em Roraima. Por último, buscamos contemplar algumas considerações sobre o processo estudado.

A PESQUISA INDÍGENA NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO NA UFRR

A temática indígena, de acordo com o repositório de monografias do curso de Comunicação (Jornalismo da UFRR), com dados disponibilizados até o ano de 2016, esteve presente em pouco mais de 6% dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Por este recorte, dentre o total de 167 monografias digitalizadas, apenas dois trabalhos resultaram de pesquisas desenvolvidas por autores auto afirmados indígenas.

A validade desses indicadores cresce em relevância quando são associados a dados contextuais já apresentados sobre a posição que ocupa Roraima ao ser, no interior da Amazônia brasileira, o estado proporcionalmente mais indígena do país. Todavia, essas discrepâncias apontam para um arranjo de possibilidades, de maneira que o baixo índice de pesquisas voltadas às questões indígenas tende a ser mais uma dimensão da invisibilidade que entrecorta outras tantas relações institucionais e sociais locais, onde o Estado brasileiro, com a colaboração da própria agenda midiática, polariza a realidade entre os que causam entraves e os que facilitam o desenvolvimento pela ótica dos interesses econômicos e militares na região.

Ao nos determos sobre a produção de dois Trabalhos de Conclusão de Curso por acadêmicos indígenas até o ano de 2016, a reflexão remete inicialmente à política diferenciada e inclusiva da Universidade Federal de Roraima ao instituir vagas extras no Processo Seletivo Específico para Indígenas (PSEI) em 2007. O curso de Comunicação - Jornalismo só veio a destinar vagas e a aderir ao processo em 2010 quando ingressaram os primeiros alunos indígenas pelo PSEI.

A pesquisa inaugural foi realizada por Mayra Celina da Silva Pereira, da etnia Wapichana, com o título “Etnojornalismo, estratégias de comunicação e o protagonismo indígena: um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima”. Neste trabalho, estão reunidos os primeiros registros da comunicação indígena pelos próprios indígenas, as possibilidades e os desafios desse protagonismo, situados como campo estratégico e potência política em reforço e valorização à diversidade e à luta por direitos indígenas, a partir da histórica atuação do CIR.

A crítica à própria construção do conhecimento é marcada pela ideia desse “novo cenário”, em que a autora destaca a oportunidades de estar na academia como uma conquista resultante de um longo processo de organização social, política e cultural dos povos indígenas (PEREIRA, 2016). A referência crítica ao pensamento ocidental também está presente na medida em que o saber construído por seu povo, portanto, fora da racionalidade hegemônica

das instituições educacionais no Brasil, é um saber marginalizado, diminuído, classificado como de qualidade inferior, pois operado em outras lógicas. Como uma entrelaçada costura de sua pesquisa, está a concepção de que, para além de organizar no tempo e no contexto sociocultural as ferramentas comunicacionais desenvolvidas pelos indígenas, o seu trabalho é um apanhado coletivo que evidencia a valorização da identidade indígena, assim como o direito à autonomia de produzir, registrar e construir a sua própria história.

Essa feitura indica estar conectada ao que Boaventura de Souza Santos (2000) denomina de conhecimento-emancipação, tanto por destacar as margens em que se encontram outras epistemologias quanto por confrontar essa tradição do conhecimento moderno com outros princípios construídos em bases de conhecimento-reconhecimento e solidariedade.

Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem que é difícil imaginar um conhecimento que funcione pelo princípio da solidariedade. É o desafio, não devemos nos contentar com um pensamento de alternativas, mas um pensamento alternativo de alternativas (SANTOS, 2000, p. 30).

A segunda monografia é de autoria de Reraldo Ramos Trajano, da etnia Macuxi, que pesquisou sobre a “Agenda midiática e a visibilidade indígena no Portal G1RR”. O recorte temporal da análise deu-se de abril a novembro de 2015, com uma ampla agenda de movimentos em decorrência dos eventos “Abril Indígena” e a greve dos professores estaduais, com intensa participação dos professores indígenas. O estudo chama a atenção para as diferenças étnicas e os riscos de uma cobertura midiática que adote uma percepção única sobre os povos indígenas, principalmente quando deixam de analisar os interesses e os valores que envolvem as organizações indígenas locais e os modos de ver a sua própria realidade. “Essa generalização do índio e do indígena na mídia seria o ponto mais frágil do trabalho da mídia” (TRAJANO, 2016, p. 82).

A partir de 2016, a pesquisa protagonizada por indígenas obteve um impulso, três alunas da etnia Wapichana que ingressaram pelo PSEI se dedicaram a estudar aspectos de sua realidade étnica, gênero e memória. Assim é que Helena Leocádio da Silva pesquisou os “Conflitos representacionais sobre indígenas em postagem viral no facebook” (2017), com base em texto e imagem publicados por um jornalista, ao satirizar, durante manifestação indígena, a provável negativa de entrevista de um Yanomami (por não falar português), ao tempo em que o mesmo manuseava um suposto smartphone; Márcia Fernandes elaborou

monografia e apresentou o “Vídeo-experimental: mulher, indígena e feminista (2018), ao destacar o protagonismo da professora Inara do Nascimento Tavares do Instituto Insikiran e Ariene dos Santos Lima (2019) se dedicou a pesquisar as diferentes expressões da comunicação, da fala à internet, em sua própria comunidade indígena, Truaru da Cabeceira.

Em comum, todos esses trabalhos foram metodologicamente entrelaçados, em algum momento de seu desenvolvimento, por uma narrativa autobiográfica, se tornando um lugar de reiteração étnica, pertencimentos, traduções. Há na elaboração desses *corpus* descritivos e analíticos a sugestão de enfrentamento epistemológico que nos faz compreender a importância e a validade de outros fundamentos, outras subjetividades capazes de articular efetivas mudanças pelo exercício indissociável entre o saber e as práticas concretas das suas vidas em comunidade, em sociedade.

DESTERRITORIALIZAÇÕES METODOLÓGICAS

Propor desterritorializações metodológicas associadas a saberes Amazônicos nos convida a problematizar normatizações do espaço acadêmico, às violências implícitas nestes padrões, assim como suas subversões. Pensamos o sujeito pesquisador enquanto imerso em um sistema social, cultural, político, econômico, geograficamente e historicamente situado. Ele é detentor de conhecimentos e competências construídos em uma trajetória de vida que configura seu modo de sentir, pensar e se relacionar com o mundo. O conhecimento científico é produto de um sujeito, que no processo investigativo, não caminha sozinho. Ele estabelece relações na construção de conhecimentos com outros sujeitos, relacionando-se com o mundo, seus pares, e com os conhecimentos acumulados no campo científico. Por isso, é necessário uma perspectiva crítica neste processo investigativo e nas interações entre sujeito - mundo - campo científico.

Uma proposta que busca descolonizar as metodologias de investigação nos convida a colocar em perspectiva também quais os saberes acumulados no campo científico da comunicação (TUHIWAI, 2017). Se a ciência é produto dos sujeitos pesquisadores, o conjunto científico é fruto das interações entre estes e os sistemas sociais, culturais, políticos, econômicos delimitados em um espaço e tempo. Um sujeito pesquisador indígena em processo de investigação em 2020 no Brasil, irá interagir com que campo científico acumulado? Em quais condições

sociais, culturais, políticas e econômicas este se insere? Uma prática decolonial científica não pode se debruçar apenas em clássicos europeus de delimitações divergentes de seu contexto, sem que haja uma perspectiva crítica neste acionamento. Pode-se problematizar também o diálogo com os pares. Quantos negros e indígenas ocupam o espaço acadêmico Brasil adentro, dialogando com pessoas que pesquisam sobre sujeitos negros e indígenas?

As interações entre sujeito pesquisador e sujeitos sociais de sua contemporaneidade são urgentes para práticas acadêmicas decoloniais, para efetivar perspectivas de ciência no processo de emancipação dos povos, mas também para possibilitar uma própria atualização do campo científico e seus acúmulos.

Maldonado (2013) e Bonin (2018) reconhecem que existem “senso comuns” acadêmicos que precisam ser problematizados e desconstruídos, a favor de uma crítica aprofundada que se relacione com as realidades comunicacionais contemporâneas. Também reconhecem que existem saberes tradicionais milenares e de senso comuns esclarecidos com os quais a ciência deve dialogar, para que “se construa uma razão mais ampla e multifacetada, menos arrogante e mais sensível e empenhada em construir um conhecimento aprofundado e comprometido com a vida em múltiplas dimensões” (BONIN, 2018, p. 16).

Embora implícito nesta perspectiva, é fundamental aqui ressaltar que este diálogo deve se realizar em uma ação e conjuntura dialógica: trabalhar com atualizações de uma ciência mais abrangente, mas que se permita e estimule a diversidade, especialmente de seus sujeitos pesquisadores. Desse modo, podemos questionar: a quem serve esta ciência produzida a partir deste diálogo multifacetado? Quem tem acesso a essa produção? Quais as formas de comunicar esta ciência para outras vivências fora dos paradigmas acadêmicos?

Em alinhamento com as perspectivas epistêmicas críticas, consideramos que nossas investigações não podem expulsar de sua episteme a questão dos fins da ciência, do seu papel e do seu sentido. E este sentido tem como um dos seus pontos cruciais a possibilidade de contribuir para a emancipação humana (BONIN, 2018, p. 16).

Tais concepções dialogam com o conceito de “ecologia dos saberes” de Boaventura Sousa Santos, em que o autor defende que o pensamento pós-abissal deve apresentar uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação, confrontando assim a monocultura da ciência moderna, reconhecendo a pluralidade de conhecimentos heterogêneos e suas interações dinâmicas e sustentáveis entre eles (SANTOS, 2010).

Essa concepção pós-abissal só se faz prevê uma emancipação quando esta perpassar por todos os sujeitos, que sofrem com diferentes marcações abissais de exclusão, compreendendo que existem diversas formas visíveis e invisíveis de exclusão. Não há emancipação enquanto existirem grupos “sub-humanos” (SANTOS, 2010).

A pesquisa necessita ter em sua concepção seus fins sociais, porém consideramos que o conhecimento produzido nesta relação já se constitui na própria relação, através das vivências de seus sujeitos, e não apenas na experiência daquele postulado como pesquisador. A ciência não deve ser pensada apenas como devolutiva em seu produto, mas como devolutiva na constituição da pesquisa junto aos sujeitos, abrindo assim a possibilidade de múltiplos autores. Ou, de múltiplos narradores de um fazer científico que se dá nas interações.

As metodologias para uma ciência como ferramenta de emancipação social se configuram na estilização pedagógica do processo em que o homem constitui e conquista, historicamente, a sua forma. Esta lógica está contida em um campo dinâmico, fluído, que ao mesmo tempo que cria obstáculos, incentiva a superação de uma lógica binária entre dominação e libertação. Uma metodologia decolonial só se faz inserida em uma lógica sistêmica de dominação.

METODOLOGIAS INDÍGENAS COMO ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

No mês de março de 2020, a organização do Conselho Indígena de Roraima (CIR) emitiu um comunicado por meio do departamento de comunicação aos parentes indígenas nas comunidades, através das redes sociais, com a orientação para que todos ficassem de quarentena, de acordo com a Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde. A coordenação executiva comunicou a todos os colaboradores a ficar em casa, e a sede ficaria fechada por tempo indeterminado.

Após as recomendações para as comunidades, o CIR, preocupado com a saúde dos povos indígenas, iniciou uma grande campanha emergencial nas redes sociais para arrecadar recursos. O material de divulgação foi publicado no site da instituição⁹,

9 Site: www.cir.org.br

além das páginas do *Facebook*¹⁰, *Instagram*¹¹ e *Twitter*¹². Após a divulgação da campanha, além dos parceiros que já eram apoiadores, outros também contribuíram.

Figura 1 – Campanha em solidariedade aos povos indígenas de Roraima durante a Covid-19



Fonte: Print da página do Conselho Indígena de Roraima no Facebook.

O departamento de comunicação é fundamental no suporte às comunidades no período de pandemia, tanto escrevendo matérias como divulgando a campanha emergencial. A jornalista Márcia Fernandes, da etnia Wapichana, acompanhou a equipe na maioria das viagens às comunidades. O objetivo era fazer vídeos, entrevistas com as lideranças que recebiam as doações, e também demonstrar a realidade vivenciada pelos indígenas em meio à COVID-19, além de tornar visíveis as ações do CIR para os que estavam fazendo as doações.

10 <https://web.facebook.com/conselhoindigena.cir>

11 Cir-conselhoindigenaderoraima

12 <https://twitter.com/ConselhoRoraima?s=12>

Figura 2 – Produção de notícia durante visita de equipe do CIR aos Wai Wai, em julho de 2020



NOTÍCIAS

**CIR LEVA AJUDA AO POVO WAI WAI E REAFIRMA COMPROMISSO
DE LUTA FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19**

Fonte: Print do site do Conselho Indígena de Roraima.

Desde o início da pandemia, o departamento de comunicação também esteve respondendo à imprensa local, nacional e internacional. Rádio, TV, redes sociais solicitavam as entrevistas dos coordenadores executivos e a assessoria realizava essa ponte entre os coordenadores. Repassavam as fotos, vídeos, seguidos de informações.

Durante os primeiros cinco meses de pandemia, também houve a tarefa de construir notas de repúdio em parceria com o jurídico, sendo que o trabalho mais difícil foi com a elaboração das notas de pesar dos parentes, pois para os jornalistas indígenas têm sido muito doloroso e desafiante escrever as histórias das lideranças que partiram. Lamentavelmente, usamos o tempo passado do verbo apenas como recurso para demarcar o período observado, entre março e agosto de 2020. De fato, esse processo ainda segue em curso, com toda a complexidade e incerteza que se apresenta o contexto pandêmico.

Para alcançar de forma mais abrangente possível às pessoas das comunidades indígenas foram construídos folders e banners informativos sobre o coronavírus em seis línguas: Macuxi, Wapichana, Taurepang, Wai Wai, Ingarikó e Yekuana. Foram distribuídos mais de 10 mil exemplares nas 246 comunidades que integram o CIR, além de outras externas ao Conselho. Essa ampliação de cobertura informacional tem sido uma iniciativa estimulada pela urgência e necessidades de preservar a vida das mais diferentes etnias na pandemia. Houve paralelamente a divulgação desse mesmo material nas redes sociais digitais.

Figura 3 – Registro da distribuição de folders com informações sobre a Covid-19 em língua indígena



Fonte: Print de publicação no Instagram do Conselho Indígena de Roraima.

Para aprofundar as informações, considerando ainda o desafio de esclarecer dúvidas diante da circulação de fake news, outra estratégia de comunicação feita pela equipe de comunicadores indígenas do CIR foi a realização de *lives* no *facebook* da instituição. O intuito foi de informar as lideranças sobre o que estava acontecendo, pois muitas comunidades estavam com acesso fechado devido ao *lockdown* que a maioria aderiu. Também foram elaborados 2.000 cartazes em que a mensagem central era o cuidado com a saúde individual e coletiva. Já para

ampliar a comunicação com os parceiros, foi feito um vídeo documentário sobre toda a ação do Conselho Indígena nesse recorte de abril a agosto que irá ser lançado no início de setembro de 2020.

Figura 4 – Divulgação de live sobre ameaças do garimpo e da covid-19



Fonte: Print de postagem do Conselho Indígena de Roraima no Facebook.

Ao analisar que as informações sobre o coronavírus pudessem ainda não alcançar uma grande parte da população indígena, no início de junho, a equipe de comunicação retornou a apresentar o programa de natureza educativa: “A voz dos povos indígenas”, na rádio 107,9 FM Monte Roraima, um espaço concedido aos povos indígenas pela Fundação José Allamano. Desde então, o programa que conta com a participação de convidados por meio de entrevistas pelo celular, e que vai ao ar todos os sábados no horário das 13h às 14h, também atualiza, por meio de boletins, os dados sobre os casos de Covid-19 em Roraima.

Figura 5 – Card de divulgação do programa radiofônico A voz dos povos indígenas



Fonte: Fanpage do Conselho Indígena de Roraima.

Desse modo, a comunicação em diferentes formatos (digitais ou não) foi assumindo um espaço importante nesse cenário de ameaça à vida, a partir da reflexão sobre que modalidade de comunicação melhor se aplica às particularidades de cada comunidade indígena, considerando, por exemplo, a distância, o acesso à internet, a língua materna.

Segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) leste de Roraima e o DSEI Yanomami, até o dia 31 de agosto de 2020 foram registrados 2.599 casos de indígenas infectados pela Covid-19, com a ocorrência de 46 óbitos. No entanto, desde o início da pandemia, os números tanto de infectados quanto de óbitos informados pelos distritos que integram a Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, têm sido diferentes dos dados das organizações indígenas. O Conselho Indígena de Roraima segue os dados da

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) que no dia 28 de agosto de 2020 registrou o total de 2.684 indígenas infectados em Roraima e 80 óbitos¹³.

Os comunicadores são muito importantes nesse momento difícil em que Roraima ocupa o terceiro lugar em número de indígena infectados pelo coronavírus no Brasil. Alguns desses atores estão fazendo vídeos sobre os trabalhos realizados nas comunidades no combate ao Covid-19, contribuindo na distribuição de folders e fazendo um registro fotográfico, denunciando o garimpo ilegal em seus territórios. A região Serra da Lua, Região Raposa e a região Tabaio são as mais atuantes nesse processo. Infelizmente alguns comunicadores não têm celulares, o que dificulta em muitos momentos o compartilhamento das informações.

Após dois encontros online com os comunicadores foi criado o *Wakymai*¹⁴, uma rede de comunicadores indígenas de Roraima que atualmente conta com a participação de 30 jovens indígenas de seis regiões. O principal objetivo de toda articulação enquanto comunicação é o de salvar vidas.

Considerações finais

Ao buscarmos desterritorializar as metodologias não estamos desmerecendo o processo acadêmico de pesquisar, mas reivindicamos novas possibilidades de descobrir, de conhecer, de pensar a investigação com as comunidades indígenas. Conectando as práticas de produção de conhecimento científico com ativismo indígena. De acordo com Tuiwai (2017, p. 391), o ativismo começa localmente e com os questionamentos que assediam as comunidades indígenas. “A lo largo de años de activismo indígena, la comunidad activista ha desarrollado sus propios protocolos o códigos de conducta y sus redes, puesto que los activistas locales son también globales, forman parte de una red global”.

Um exemplo disso, é a rede de comunicadores indígenas, vinculada ao Departamento de Comunicação do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que foi

13 A COIAB levou em consideração os indígenas que moram na cidade. Assim, muitos acabam sendo tratados e outros falecidos no Hospital Geral de Roraima, que fica na capital Boa Vista, sem que seja esclarecido no boletim de saúde a etnia indígena. As organizações indígenas optam por dar visibilidade a esses números diante da máxima reiterada nesse contexto de que “cada vida importa”.

14 A expressão significa “Nossa notícia” na língua Wapichana.

idealizada no início de 2019. A ideia da rede¹⁵ ao ser criada era de fomentar o uso das novas tecnologias da informação para assegurar a conexão dos povos indígenas, visando a partilha de suas experiências, a criação de estratégias comunicacionais para o fortalecimento de suas demandas e a visibilidade de sua expressão identitária e cultural. Entretanto, no contexto de pandemia essa rede ganhou uma potencialidade ainda maior ao desenvolver uma campanha emergencial.

Desse modo, a compreensão do papel desempenhado pela rede de comunicadores indígenas, por meio da ampla produção de conteúdos nesse contexto de pandemia, faz-nos destacar o princípio da comunicação alternativa que é o protagonismo indígena como uma expressão coletiva para a comunidade. De acordo com Tahiwai (2017, p.392), uma das habilidades indígenas é a comunicação.

una de las habilidades que abundan muchos activistas indígenas que trabajan en primera línea es la de comunicar. Los activistas indígenas poseen esa habilidade adicional de comunicación apesar de las brechas lingüísticas, culturales y de alfabetización. Outra habilidade que poseen es la de alentar a otros, la de movilizarlos para que pasen a la acción.

A atuação dos comunicadores indígenas é recente e se pauta, principalmente, pelo repasse de informações através de vídeos, áudios e fotografias sobre o que está acontecendo nas comunidades para o Conselho Indígena de Roraima, além de alguns membros da rede gerirem páginas no Facebook com a produção de conteúdo sobre sua comunidade e região. O CIR não dispõe ainda de um levantamento quantitativo e qualitativo sobre as comunidades indígenas de Roraima com acesso à internet, condição elementar para subsidiar o uso das redes digitais. Esta é uma das tarefas da própria rede de comunicadores. Segundo Ariene dos Santos Lima (que coordenou a comunicação do CIR até entrar no mestrado em comunicação da UFRR em 2020), nas comunidades indígenas que se situam mais próximas aos centros urbanos já se utilizam com regularidade os serviços digitais. Persegue-se assim o que se pode denominar de “territorialidade digital” dos povos indígenas da Amazônia que, a exemplo de algumas experiências já existentes na América Latina, adotam o ciberespaço como estratégia de comunicação em reforço à resistência e à afirmação de suas identidades culturais.

Estes processos de emancipação e protagonismo dentro de um campo acadêmico, pode ser analisado na conhecida perspectiva de Paulo Freire (2005):

15 Um passo importante para a atuação da rede foi a realização do I Seminário Estadual de Comunicadores Indígenas de 28 a 30 de janeiro de 2020 na comunidade Pium, região Tabaió. Com o tema “Escrevendo as nossas próprias histórias”, o Seminário reuniu 30 comunicadores indígenas de sete regiões de Roraima. Dentre os membros, quatro cursam Jornalismo na UFRR.

a) movimentos internos que unificam elementos de uma metodologia e que os excede em amplitude de uma outra metodologia humanista; b) este movimento reproduz e manifesta um processo histórico em que os sujeitos se reconhecem, onde se dá a tomada de consciência; c) os rumos possíveis deste processo são viáveis projetos, e por consequência, a conscientização não é apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão e compromisso.

Isso não significa que somos contrários a uma perspectiva empática e solidária, mas problematizamos que a empatia e a solidariedade não cabem apenas materializadas nas pesquisas e estéticas acadêmicas, mas devem também se estender a buscar práticas emancipadoras na própria concepção da pesquisa e na interação entre os sujeitos. Propõem-se então um rompimento entre uma lógica “pesquisador-pesquisado”, sendo um ativo da ação pesquisar e outro passivo na pesquisa, mas sim uma relação entre sujeitos em posição de igualdade, pesquisador e seus colaboradores, todos atuantes no processo de constituição do objeto da pesquisa, e que nesses casos é a própria interação dos sujeitos e não condições sociais ou cotidianas de sujeitos marginalizados.

Observamos que a lógica colonialista “pesquisador-pesquisado” não torna o sujeito pesquisado passivo em suas relações sociais, mas sim passivo na produção da narrativa de suas vivências. É como estes sujeitos não fossem letrados da possibilidade de se biografarem, de constituírem suas histórias em uma perspectiva acadêmica. A academia, por sua vez, reconhece suas ações, mas não reconhece suas reflexões autorais, ela apropria-se delas e torna a figura do “pesquisador” responsável pela narrativa do outro, inserido do lado de fora das práticas de construção de saber.

Desse modo, podemos perceber que a reflexão em torno das interações adquire seu sentido no processo da pesquisa quando pensadas juntamente ao polo da teoria, ganhando assim uma dimensão abstrato-concreta. Esta constatação demonstra uma urgência crescente em que o campo teórico se traduza e se materialize para fora das estéticas e estruturas da acadêmica, para que esse campo teórico deixe de ser privilégio de uma elite intelectual e uma ferramenta de dominação à serviço de uma lógica colonial, e possa se efetivar no cotidiano dos sujeitos, de forma a possibilitar sua emancipação.

REFERÊNCIAS

BONIN, Jiani Adriana. **Processos e Percursos de Construção de Pesquisas em Recepção**: algumas reflexões epistêmico-metodológicas. In: *Conexão: Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 17, n. 34, p. 13-25, jul-dez de 2018.

FERNANDES, Márcia Elizabeth. **Vídeo-experimental: mulher, indígena e feminista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação – Jornalismo) – Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais, Universidade Federal de Roraima, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

LIMA, Ariene (Susui) dos Santos. **Da fala à internet: as práticas comunicacionais dos indígenas da comunidade Truaru da Cabeceira em Roraima**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação – Jornalismo) – Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais, Universidade Federal de Roraima, 2019.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: _____. BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins. **Perspectivas metodológicas em comunicação: novos desafios na prática investigativa**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013.

PEREIRA, Mayra Celina dos Santos. **Etnojornalismo, estratégias de comunicação e o protagonismo indígena: Um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação – Jornalismo) – Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais, Universidade Federal de Roraima, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência**. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume 1. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010. pp. 23 a 57.

SILVA, Helena Leocádio da. **Conflitos representacionais sobre indígenas em postagem viral no facebook**. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Comunicação – Jornalismo) – Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais, Universidade Federal de Roraima, 2017.

TRAJANO, Reraldo Ramos. **Agenda midiática e a visibilidade indígena no Portal G1RR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação – Jornalismo) – Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais, Universidade Federal de Roraima, 2016.

TUHIWAI, Linda. **A descolonizar las metodologias: investigación y pueblos indígenas**. Nova Zelândia: Txalaparta, 2017.

EMERGÊNCIAS, ACOLHIMENTOS E TRANSDISCIPLINARIDADES: AS AÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

Camila do Nascimento Cultri¹
Maria Lúcia Teixeira Machado²

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2020 um inédito capítulo constará na história da humanidade, momento em que 189 países sofreram direta ou indiretamente consequências causadas pelo SARS- CoV-2, o coronavírus causador da doença COVID-19. A pandemia impactou fortemente a economia de todos os países e trará consequências ainda por muitos anos. Dados mundiais³, registram que até o dia 20/10/2020 foram contabilizadas 40.564.075 pessoas contagiadas pelo novo coronavírus entre os 189 países afetados, chegando a 220.940 mortes. Deste total, as ocorrências de pessoas contaminadas no Brasil estão na ordem de 5.273.954 casos, registrando 154.837 óbitos (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY, 2020).

Com a pandemia o mundo mudou, cidadãos e entidades tiveram que se reorganizar em suas comunidades, quilombos, universidades, escolas, empresas, organizações governamentais e não-governamentais. Muitos ainda estão vulneráveis ao vírus e suas consequências, pois até o momento não há vacina disponível. Frente às altas taxas de letalidade e de infecções causadas pela doença COVID-19, principalmente, se observarmos o alastramento no primeiro semestre deste ano, novas necessidades globais e medidas de prevenção à saúde coletiva fizeram e ainda se fazem presentes.

1 Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Estadual Paulista. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, Brasil. E-mail: camilacultri@ufscar.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9459-1272>.

2 Doutora em Saúde Coletiva e docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, Brasil.
E-mail: mmachado@ufscar.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5114-9601>.

3 JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE). EUA: Johns Hopkins University, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 20 out. 2020, 21:41pm.

As agendas e os atendimentos de organizações que prestam atendimentos públicos (por exemplo: creches, escolas, universidades, bibliotecas, entre outras) tiveram que se adequar emergencialmente à contenção do vírus. Medidas de distanciamento social e paralisação das atividades não essenciais, como o fechamento de escolas e comércio, ainda são utilizadas como políticas públicas em muitos países. Estas medidas são fortemente recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020) para todos os países, inclusive o Brasil.

Uma corrida aos medicamentos, vacinas e campanhas de prevenção são observadas, ao mesmo tempo em que os efeitos socioculturais e ambientais se apresentam requerendo antigas soluções. Ações transdisciplinares são essenciais nesse contexto. Na perspectiva de direitos humanos, vulnerabilidade, mobilidade e fronteiras geográficas, podemos encontrar um efetivo desempenho social nas pesquisas e projetos transdisciplinares.

Universidades brasileiras colocam seus serviços e conhecimentos à disposição da sociedade. São diversas redes de colaboração entre pessoas e organizações para suprir muitas das necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e da rede privada de saúde no Brasil. Nestes grupos estão pesquisadores, professores, servidores, incluindo os técnicos de laboratórios e administrativos, assim como alunos de graduação, mestrado e doutorado, que estão se engajando para encontrar soluções de âmbito local, regional e até global para o problema.

Um exemplo atual, enquanto estratégia, que pode auxiliar na construção de melhores condições socioeconômicas são as formações de redes de compartilhamento de dados, ou as chamadas redes abertas. Atualmente, várias universidades do mundo estão participando de redes, inclusive partilhando em plataformas de colaboração de dados, protocolos e materiais que vem sendo produzidos com conhecimento científico. Pautam-se assuntos que registram informação, integridade da pesquisa científica, bioética e ética em situações de pandemia. Deste modo, os dados ficam “abertos” nestes tipos de banco de dados compartilhados, disponibilizando conteúdo como redação científica, experiências clínicas, entre outras.

Redes de colaboração surgiram durante a pandemia e estão se fortalecendo. Como, por exemplo, a “COVID-19 Collaboration Platform”. Esta plataforma reúne pesquisadores da Johns Hopkins Department of Biostatistics, Harvard Data Science Institute, Swiss Data Science Center, International Forum for Acute Care Trialists (INFACT), Drexel University Dornsife School of Public

Health, University of Utah, McGill Department of Epidemiology, Biostatistics and Occupational Health, Society for Clinical Trials, Harvard Pilgrim Health Care Institute e do Vivli Center for Global Clinical Research Data.

Muitos resultados desses e de outros grupos de trabalho são divulgados em periódicos científicos e na mídia em geral. Alguns ficam disponíveis em bancos de dados públicos, de forma que os “achados”, ou melhor, as experiências clínicas e patológicas que estão sendo testados, bem como as orientações de melhores práticas em saúde tem sido amplamente compartilhadas.

Com todo esse contexto, o presente estudo teve o objetivo de identificar como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está adotando medidas de infraestrutura, comunicação, inovação e prestação de serviços à comunidade interna e externa neste período de pandemia. Um olhar sobre as redes de cooperação desta universidade foi lançado, no sentido de buscar compreender como os serviços presenciais, remotos e *on-line* estão chegando para alunos, servidores e para a população geral.

Cabe destacar que em todo o Brasil, as aulas e atividades de ensino foram suspensas e, no caso da UFSCar, desde 16 de março de 2020 conforme orientações da Portaria GR N° 4370, de 14 de março de 2020 as atividades de aulas presenciais estão suspensas. No entanto, esforços estão sendo realizados em alguns departamentos ou unidades da UFSCar. Se percebeu ao longo da pandemia que uma das primeiras medidas adotadas foi a migração para a modalidade de trabalho conhecida como “*home office*”, modalidade em que servidores levaram os serviços para casa. Além dessa mudança, de imediato, identificamos que alguns professores, pesquisadores e estudantes atuaram diretamente em campanhas de apoio social ou de combate ao vírus.

METODOLOGIA

Esta foi uma pesquisa quali-quantitativa que utilizou da técnica de estudo de caso. Esta “técnica é utilizada para interpretar fenômenos, ocorre por meio da interação constante entre a observação e a formulação conceitual, entre a pesquisa empírica e o desenvolvimento teórico, entre a percepção e a explicação” (BULMER, 1977 apud TERENCE, ESCRIVÃO FILHO, 2006, p.02). A pesquisa qualitativa foi aplicada para enfatizar o processo e seus significados e a de abordagem quantitativa preocupada em medir quantidade e frequência.

Esta técnica foi selecionada para se estabelecer com mais objetividade, critérios de seleção/inclusão de notícias relacionadas à COVID-19 e ao Coronavírus nas mídias oficiais e sociais de comunicação da UFSCar.

Os autores que nos embasaram foram: Yin (2015), Faria (2015) e Alejandro e Norman (2005). Com este embasamento, foram selecionadas notícias de veículos oficiais e de redes sociais. A amostra foi composta pelo site oficial⁴; Rádio⁵; TV⁶; Revista⁷; Facebook⁸; releases⁹; página da TV UFSCar no *YouTube*¹⁰ e Repositório Institucional (RI)¹¹.

Para as análises, os dados foram coletados entre os dias 22 de abril e 04 de maio de 2020 e as buscas filtraram as palavras: “COVID”, “COVID-19”, “COVID19” e “CORONAVÍRUS” nos meios de comunicação citados anteriormente. Os registros foram organizados em planilhas, contabilizados e exibidos em gráficos gerados pelo programa Excel. Salvo destaque para a limpeza dos dados, de maneira que foram excluídos links repetidos e notícias não relacionadas.

Os resultados serão apresentados em uma Figura e dois Quadros. A Figura 1 para ilustrar as informações sobre a COVID-19, difundidas em diferentes meios de comunicação desta universidade e dois quadros com medidas e atividades desenvolvidas pela UFSCar, assim distribuídas: Quadro 1 com ênfase nas medidas de gestão e ações administrativas implementadas ou ajustadas no período de pandemia e Quadro 2 com atividades que foram noticiadas pela UFSCar sobre o Hospital Universitário (HU) e a Unidade Saúde Escola (USE).

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Site UFSCar**. Disponível em: www.ufscar.br. Acesso em: 04 mai. 2020.

5 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Rádio UFSCar**. Disponível em: www.radio.ufscar.br. Acesso em: 04 mai. 2020.

6 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **TV UFSCar**. Disponível em: <http://tv.ufscar.br/>. Acesso em: 04 mai. 2020.

7 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Revista UFSCar**. Disponível em: <http://revista.ufscar.br>. Acesso em: 04 mai. 2020.

8 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Facebook @reitoriaufscar**. Disponível em: www.facebook.com/reitoriaufscar. Acesso em: 04 mai. 2020.

9 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Releases**. Disponível em: www.ccs.ufscar.br/pautas. Acesso em: 04 mai. 2020.

10 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **TV UFSCar YouTube**. Disponível em: www.YouTube.com/channel. Acesso em: 04 mai. 2020.

11 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Repositório Institucional**. Disponível em: repositorio.ufscar.br. Acesso em: 04 mai. 2020.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Com grande presença nas áreas de pesquisa e tecnologia do país, a UFSCar possui uma diversificada composição de estudantes e servidores ao longo dos seus 52 anos de história. Na sua estrutura de unidade federal de ensino, pesquisa e extensão existem políticas, ações afirmativas, secretarias para assuntos de diversidade e equidade, assuntos comunitários e estudantis, Educação a Distância, entre outros serviços de monitoramento para garantia da permanência estudantil.

Em todos os cursos a UFSCar cumpre integralmente o disposto na Lei nº 12.711/2012 de, 29 de agosto de 2016, referente à reserva de 50% de suas vagas para estudantes que tenham feito o ensino médio em escola pública, sendo parte destinada para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita e parte para autodeclarados 60 pretos, pardos ou indígenas e, a partir de 2018, parte destinada para pessoas com deficiências (PcD) estritamente em acordo com as Portarias Normativas do MEC (UFSCar, 2018, p.59-60).

As diversas políticas públicas implementadas nas universidades federais geram grandes influências em seu entorno e para o país. Alguns estudantes saem de longe (percorrem milhares de quilômetros) para estudar nestes locais. Assim, a UFSCar registra a presença de alunos de todos os estados do Brasil. Nestas instituições o intercâmbio internacional também se faz presente. São motivos que ressaltam como as instituições públicas de ensino são fundamentais para o desenvolvimento de um país.

A UFSCar possui quatro campi localizados na cidade de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino, todas no Estado de São Paulo. Fundada em 1968, foi a primeira Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) instalada no interior do Estado de São Paulo. Dados próprios (UFSCar, 2020) reportam que em 2018 ela estava composta por 26.935 alunos matriculados e 2.354 servidores docentes e técnico-administrativos.

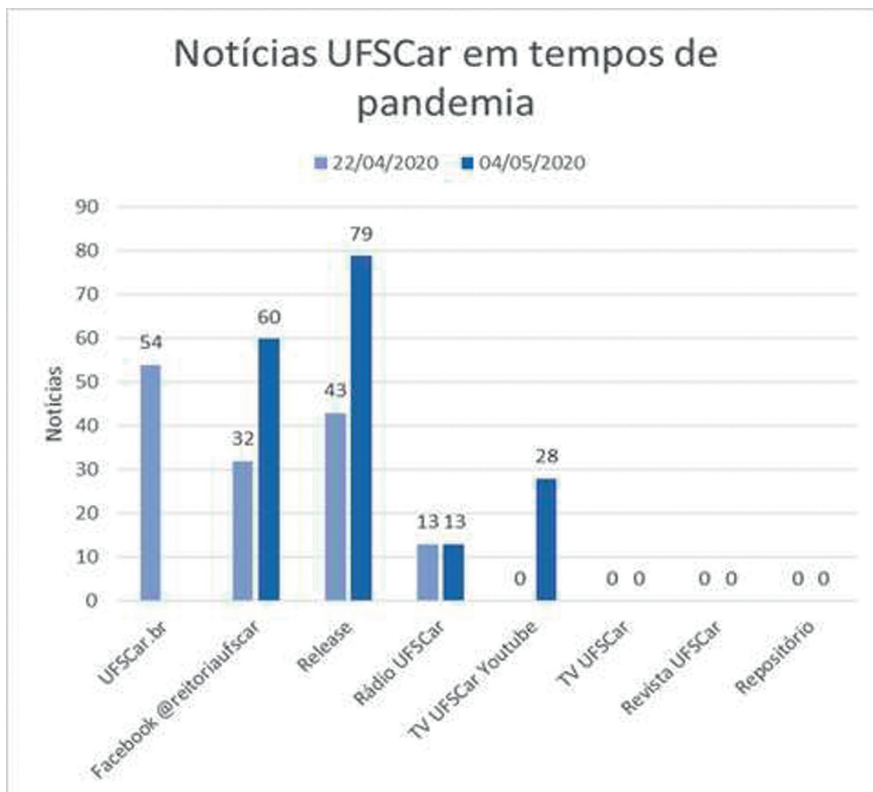
DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Os meios de comunicação selecionados para investigação têm características diferentes, contudo possuem abrangência complementar.

- O site “ufscar.br” pode ser compreendido como o principal canal da universidade, com mais notícias.
- O *Facebook @reitoriaufscar* é um canal direto de comunicação com a reitora.
- Os *releases* são publicações oficiais da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS).
- A Rádio é uma emissora de programas educativos e culturais, operando na cidade de São Carlos e região com transmissão via internet.
- A página da TV UFSCar do *YouTube* transmite programas jornalísticos e registrava 297.129 visualizações em 04 maio de 2020.
- A TV UFSCar e a Revista UFSCar são iniciativas conjuntas da UFSCar e da Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Federal de São Carlos (FAI).
- E o Repositório Institucional que corresponde a um sistema de informação de acesso aberto produzido pela própria UFSCar que como função armazenar, organizar e disseminar todo conteúdo que contenha a produção intelectual, científica, tecnológica, didática, artístico-cultural e técnico-administrativa dos membros da instituição.

Os dados que compuseram a ilustração apresentada na Figura 1, foram gerados computando-se o total de notícias da UFSCar, ou seja, “notícias encontradas” relacionadas com os termos “COVID”, “COVID-19”, “COVID19” e “CORONAVÍRUS”, em cada um dos canais de comunicação investigados. Os números e os títulos dessas notícias foram organizados em uma planilha do programa Excel e os resultados são apresentados a seguir.

Figura 1 – Número de notícias relacionadas a pandemia, publicadas nos meios de comunicação da UFSCar, de abril à maio de 2020.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Pela Figura 1 pode-se observar que são crescentes as notícias publicadas pela UFSCar sobre a COVID-19 e o Coronavírus. Os dados refletem desde as primeiras publicações da universidade com relação às alertas sobre a COVID-19 de março até 22 de abril de 2020, representada pela cor azul claro, e os dados acumulados obtidos no dia 04 de maio de 2020, apresentados em azul escuro.

Nos *releases* e no site localizamos grande parte das ações ou mudanças internas assumidas pela instituição, desde medidas administrativas, de regulamentação ou suspensão das atividades, tais como materiais, projetos e campanhas, servindo também para divulgar informações de terceiros, como estudos e novas descobertas. Os conteúdos da Rádio e TV UFSCar no *YouTube* também apresentam orientações

em tempos pandêmicos, em entrevistas com especialistas e apresentações de campanhas ou pesquisas. Não houve registro recuperado sobre notícias que circularam na TV UFSCar e na Revista UFSCar. Também não foi encontrado material depositado no Repositório Institucional no período referido.

Para apresentar as notícias tornadas públicas nos meios de comunicação da UFSCar, segue o Quadro 1. Sua construção foi baseada em questões de implantação, gestão e coordenação de medidas administrativas e instrucionais ou de apoio prestadas pela Universidade Federal de São Carlos.

Quadro 1 – Serviços e prestação de apoio da UFSCar de abril à maio de 2020.

Notícias relacionadas a pandemia veiculadas nos meios da comunicação
Avisos de portarias e resoluções.
Divulgação do Plano de Contingências para o Controle da COVID-19.
Indicação de <i>links</i> para acesso ao site do Ministério da Saúde.
Informe sobre suspensão de aulas e atividades curriculares.
Informe sobre novas diretrizes para estágios.
Informe sobre atividades remotas, tais como reuniões, palestras, conferências, bancas de qualificação e defesa.
Ampliação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que viabiliza o trabalho remoto, permitindo a digitalização e certificação de documentos, para agilizar processos.
Implantação de Período Letivo Suplementar ou Calendário Suplementar.
Apresentação do Laboratório Aberto de Interatividade para a Disseminação do Conhecimento Científico e Tecnológico (LABI) que produz <i>Podcast</i> diário sobre a COVID-19.
Notícias sobre o funcionamento durante a quarentena, da Biblioteca, Editora, Gráfica e Unidade de Memória.
Notícias sobre a continuidade apoio aos estudantes da UFSCar durante a quarentena (alimentação, moradia, bolsas).
Notícias sobre medidas de proteção e segurança para os estudantes das moradias estudantis.
Notícias sobre Restaurante Universitário adaptado aos padrões de higiene e segurança, servindo por exemplo, marmitas lacradas.
Disponibilização de plataformas <i>on-line</i> para cursos, projetos, informações à saúde (InformaSUS-UFSCar, ACIEPES, etc.).
Disponibilização de assistência com recursos e profissionais para professores que desejam trabalhar remotamente.
Sala virtual de assessoria pedagógica voltada aos professores que aderiram ao Calendário Suplementar.
Realização de eventos <i>on-line</i> (palestras).
Credenciamento do Laboratório de Bioquímica e Genética Aplicada (LBGA) para fazer exames dos testes da COVID-19.
Notícias sobre recebimento de recursos para realizar testes da COVID-19 e contratar profissionais da saúde.
Promoção de ciclo de discussões (em ambiente remoto).
Lançamento de editais em busca de projetos para enfrentamento da COVID-19.
Parcerias com outras universidades e órgãos, como a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI).

Fonte: Resultados da pesquisa.

Para enfrentamento de emergências e acolhimento em saúde pública realizadas pela administração da universidade com relação ao Hospital Universitário e à Unidade Saúde Escola, principalmente, com cuidados contra o SARS-CoV-2 e a doença COVID-19, apresentamos o Quadro 2 com os principais resultados do levantamento de dados que se encontram disponíveis na UFSCar.

Quadro 2 – Disponibilização de infraestrutura, tecnologia e serviços de saúde de abril à maio de 2020.

Serviços em destaque na UFSCar durante a pandemia
O InformaSUS foi criado como uma nova plataforma que agrega conteúdos informativos (como cartilhas, guias e orientações, etc.) para públicos de diversas idades e interesses, contemplando conteúdos em diferentes idiomas dentre os quais se destacam: indígenas, português, espanhol e Libras.
O Portal Coronavírus está disponível para todos e pode ser acessado, inclusive em Libras.
A Plataforma Institucional de Projetos para Enfrentamento da COVID-19 foi criada e está disponível via sistema ProExWeb.
Uma plataforma virtual para desenvolver respiradores artificiais, denominada Respirador Hacker foi criada por alunos e professores voluntários.
Foram criados vários Comitês para tratar destes diversos e novos assuntos com a presença de especialistas de múltiplas áreas. Inclusive da área de saúde, como a instauração do “Comissão de Controle e Cuidados em relação ao Novo Coronavírus”.
Outros Comitês também se destacam congregando pessoas da comunidade interna e externa da UFSCar, que analisam os impactos sociais e sugerem melhorias, incluindo grupos de estudantes, crianças, indígenas, mulheres, idosos, gestantes e o público LGBTQIA+, etc.
O Hospital Universitário e a Unidade Saúde Escola fizeram uma série de adequações para atendimentos públicos, incluindo: Ampliação de medidas de proteção dos servidores com implantação de procedimentos para contenção do vírus; Implementação de novos protocolos de retirada de exames e atendimentos ambulatoriais; Realização de testes COVID-19 e tratamento; Ampliação dos atendimentos e horários de funcionamento; Adoção de campanhas para recebimento de doações de insumos, para aumentar ou melhorar a capacidade de atendimento; Ampliação do quadro de funcionários da área de saúde através da realização de concurso público e contratações temporárias.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Como pode ser observado, várias medidas para aumentar ou melhorar a capacidade de atendimento, no que se refere aos serviços de saúde, estão em andamento na UFSCar. No contexto da transdisciplinaridade, a presença dos Comitês é de grande valia para o planejamento de ações. Tudo isso, acrescido da criação de um ambiente com uma equipe capacitada, formada por diversos setores da universidade e por profissionais de diferentes áreas. Alunos e servidores participam colaborativamente e, em geral, estão preocupados com a população mais vulnerável, disseminando materiais informativos em diversos canais de comunicação (*Facebook, Twitter, YouTube, Instagram* etc.).

São novas medidas dentro do atual contexto, em que para atender ao isolamento social, as universidades como um todo se prepararam para ampliar o uso de tecnologias de informação e comunicação, tal como, os incentivos aos cursos no formato de Ensino à Distância (EaD) ou Ensino Remoto, ou ainda, Ensino Remoto Emergencial. Vale destacar que foi recomendado que, neste período, parte dos servidores técnicos-administrativos da UFSCar passassem ao regime de trabalho remoto, ou seja, aquele que pode ser realizado *home-office* (regulamentado pela Instrução de Serviço N° 008, de 30 de abril de 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o comportamento da UFSCar com relação ao período de abril à maio de 2020, em que ainda, se encontravam suspensas as aulas presenciais, encontramos (nos meios de comunicação oficiais da universidade) notícias sobre portarias, resoluções, medidas, decisões internas da universidade e sobre o funcionamento das unidades que prestam serviços de saúde.

No âmbito da produção e disseminação do conhecimento através de pesquisas e projetos de extensão, pudemos observar iniciativas para a comunidade interna e externa, em prol do desenvolvimento socioeconômico do país. Ações de extensão, manifestações artístico-culturais, produção de conhecimento científico, bem como campanhas para propagação da saúde da população, são exemplos de como a universidade pode interagir com a sociedade.

A ampliação dos atendimentos pelo Hospital Universitário e pela Unidade Saúde Escola, bem como, a ampliação dos investimentos que foram feitos para aumento da especialização no tratamento da COVID-19, estão sendo fundamentais neste período de pandemia. A comunidade interna da instituição, além de desenvolver e aprimorar suas especialidades, cada vez mais estão se articulando aos projetos transdisciplinares, podendo colaborar entre si para um projeto comum. Por tudo isto, existe um reconhecimento, por parte dos alunos e dos servidores, que fazem questão de se manter constantemente organizados e em ativo estado de alerta na busca de adequações aos padrões de saúde e segurança.

Podemos concluir que a Universidade Federal de São Carlos vem intensificando suas ações de prevenção e proteção à saúde, de acordo com recomendações do Ministério da Saúde, da OPAS e da OMS. Os resultados apresentaram

alguns importantes serviços especializados que estão atendendo os usuários e a população. Tais como os que vem sendo oferecidos pelo Hospital Universitário e pela Unidade Saúde Escola da UFSCar, que podem ser examinados, adaptados, aperfeiçoados e até implementados em outras universidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no que tange ao incentivo e contribuição para essa pesquisa. Agradecemos seu financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. E em especial, agradecemos aos professores e coordenadores do curso “Ciência e Covid-19: a importância de análise crítica de evidências durante uma pandemia”, oferecido na modalidade EaD pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, entre abril e julho de 2020, que foi fundamental para as atuais reflexões sobre a pandemia COVID-19 e seus impactos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALEJANDRO, V. A. O.; NORMAN, A. G. **Manual introdutório à análise de redes sociais**: medidas de centralidade. Centro de Capacitación y Evaluación para El Desarrollo Rural S. C, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PAINEL CORONAVÍRUS. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 09 set. 2020.

EUROPEAN CLUSTER ALLIANCE. **COVID19 Collaboration Platform**. Disponível em: <https://www.clustercollaboration.eu/coronavirus>. Acesso em: 08 set. 2020.

FARIA, L. I. L. **Bibliometria**. São Carlos: Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de São Carlos, 2015.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa: COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 09 set. 2020.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, v. 26, p. 1-9, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Relatório anual de atividades 2018**. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2018. 340f.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

PARTE 2

FRONTEIRAS

Diferentes espacialidades e distintos olhares sobre a mobilidade



Estrutura do PETRIG vista de cima.
(MORAIS, Vângela, Pacaraima, RR, Brasil, 2018)

AS FRONTEIRAS DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA¹

Cynthia Mara Miranda²

Vilso Junior Santi³

Lucas Milhomens⁴

INTRODUÇÃO

*“Falar da Amazônia, em qualquer dos aspectos –
fisiográfico, social, intelectual – é aventurar-se alguém a
enfrentar senão o infinito, pelo menos o indefinido”.*
(Djalma Batista)

No presente trabalho pautamos os caminhos e (des)caminhos da pesquisa em Comunicação na Amazônia e buscamos apontar as fronteiras, os movimentos e os desafios da comunidade científica regional na busca da consolidação da pesquisa comunicacional no território amazônico, levando em consideração sua diversidade, complexidade e dimensão.

A Amazônia e suas fronteiras produzem uma miríade de questões sociais que aguçam múltiplos interesses em distintas áreas do conhecimento, campos de estudo que vão desde a Antropologia, Sociologia, Biologia, História, Economia, entre outras. Na área da Comunicação a produção de pesquisas sobre a Amazônia é recente, tendo ganhado força, sobretudo, a partir da implantação de instituições de ensino e pesquisa e cursos de graduação e pós-graduação na região, que possuem entre seus espectros de estudo os “processos comunicacionais”.

1 Versão preliminar do texto já publicada na Revista Comunicação Midiática em julho de 2019. Disponível em: <<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/442>>. Acesso em 20 Ago 2020.

2 Docente do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (UFTI), Doutora em Ciências Sociais (UnB). E-mail: cynthiamara@uft.edu.br.

3 Docente do Curso de Comunicação Social - Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFRR), Doutor em Comunicação Social (PUCRS). E-mail: vjsanti@gmail.com.

4 Docente do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Campus Parintins) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFRR), Doutor em Educação (Unicamp). E-mail: lucasmilhomens@ufam.edu.br.

Conforme Gonçalves (2008) a imagem que normalmente se tem da região amazônica é mais uma imagem “sobre” a região do que “da” região. Tomando isso como pressuposto, buscamos trabalhar aqui uma perspectiva mais abrangente da Amazônia, para além de questões geográficas – que abarca sua trajetória social e a experiência dos povos e dos sujeitos que constituem este particular espaço que engloba quase 60% do território brasileiro.

Historicamente, conforme Miranda Neto (1991), a representação da Amazônia é atravessada por conceitos e imagens antagônicas que oscilam entre “dócil”, “paradisiaca”, “violenta”, “inóspita” e “exótica”. Para Holanda (1959) a Amazônia foi (e ainda é) erroneamente interpretada como o *El Dorado*, lugar que guarda riquezas sem fim. Partimos, no entanto, do pressuposto de que a Amazônia também é uma construção social, forjada desde antes do processo de colonização portuguesa.

É inegável, porém, que os acontecimentos que se dão a partir do contato entre colonizadores e colonizados se estabelecem como marco na tentativa de compreensão da região. Desde as primeiras descrições imaginadas e registradas por viajantes europeus; da escravidão e genocídio indígena ao longo de séculos; da construção do mito das guerreiras indígenas “amazonas” (as icamiabas)⁵; ao batismo do seu maior rio (e todo um subcontinente; até chegar à ideia “comum” de que as riquezas da Amazônia precisam ser “exploradas”, alguns séculos se passaram.

O exemplo do processo colonial intervencionista legado à Amazônia é um dos mais significativos na história recente da humanidade. Ele está envolto pelo conceito desenvolvido por Fanon (1968) que diz que, nestes casos, o colonizado “introjeta a dominação” a partir dos atos do colonizador, fazendo com que seus problemas (e inclusive a dominação empreendida pelo colonizador) sejam encaradas como uma “lei natural”. Uma vez colonizado, povos e regiões passam a ser abordados de forma superficial e periférica, gerando o que o autor denomina de “alienação colonial” – justificativa para o processo de exploração predatória de suas riquezas (humanas e materiais).

Cremos, portanto, que a construção desse discurso acerca da Amazônia reverbera ao longo dos séculos e chega até os nossos dias contaminando (inclusive) as pesquisas em Comunicação, realizadas atualmente neste espaço. Essa memória é acessada e atualizada por novos discursos, inclusive discursos científicos, que

5 Dentro do constructo imagético e exógeno da região (feito pelos primeiros viajantes europeus no final de 1400), as icamiabas teriam sido índias guerreiras, semelhantes em bravura com as amazonas da mitologia grega.

limitam e empobrecem as possibilidades de apreensão e compreensão profunda dos fenômenos comunicacionais sobre (e na) região.

Segundo Miranda (2014, p. 52) “[...] mesmo nas pesquisas contemporâneas os discursos locais são silenciados, desconstruídos, exorcizados e perdem seu valor cultural – resultado de um processo de “alienação colonial” que, conforme Fanon (1968), ainda permanece. Miranda (2014) lembra também que todas as maneiras de olhar a Amazônia carregam pré-concepções e que todo e qualquer entendimento sobre a região ainda é atravessado por essa construção social estabelecida pelo sistema hegemônico, que em grande medida se origina no período colonial.

A Amazônia permanece compreendida (apenas) pelo olhar estrangeiro – que fixa a região como espaço de grande riqueza natural (a ser preservado e/ou explorado); e/ou legítima a necessidade de se atribuir um sentido econômico ao território – já que o espaço amazônico ainda é um lugar onde a modernidade não chegou.

Pinto (2008) denomina essa condição de “produção do atraso” – um conjunto de forças (políticas, econômicas e sociais) que se consolidou ao longo do processo histórico de formação no imaginário da região. Conforme o autor (2008, p.31),

[...] a Amazônia não se tornou uma região atrasada e subdesenvolvida em razão de nenhum tipo de fatalidade. Nosso atraso – o subdesenvolvimento dentro do subdesenvolvimento – é algo que tem sido produzido por forças e razões de possível identificação ao longo da história passada e presente. Existe, portanto, uma produção do atraso, como existe um investimento sistemático e permanente na manutenção e crescimento das desigualdades.

A linha de discussão do presente artigo, ao contextualizar os movimentos e desafios da comunidade científica regional na consolidação do campo comunicacional no território amazônico, pretende problematizar o papel do campo da produção/reprodução de tal atraso e no pronunciamento (ou não) de tais desigualdades. É por isso que aciona a teoria dos campos sociais, a noção de campo científico (BOURDIEU, 2000; 2003) e o conceito de paradigma de Kuhn (1978) para construção da compreensão da Comunicação enquanto campo científico que tem seus particulares movimentos no contexto amazônico.

A seguir discutimos o que significa Pesquisa em Comunicação na Amazônia – a partir das contribuições de autores como Miranda Neto (1991), Cardoso

de Oliveira (1998), Gonçalves (2008), Miranda (2014), e Milhomens e Medins (2017) – e relacionamos tais considerações aos movimentos de institucionalização do campo na região, com a criação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação neste espaço, a partir de 2008.

Por último apresentamos um panorama geral dos movimentos que a comunidade científica tem realizado para o fortalecimento do campo comunicacional amazônico e apontamos os principais desafios para superação de seu “subdesenvolvimento” e necessária consolidação, enquanto campo de conhecimento acerca dos saberes amazônicos e suas especificidades.

CAMPOS SOCIAIS, CAMPO CIENTÍFICO E CAMPO DA COMUNICAÇÃO

Conforme Bourdieu (2000) uma sociedade pode ser definida como resultante da interação de um conjunto de campos sociais, mais ou menos autônomos, atravessados por lutas entre classes. Os campos sociais são para o autor espaços estruturados de posições, cujas propriedades dependem de suas posições nesses espaços e que podem ser analisados independentemente das características de seus ocupantes.

Em termos analíticos isso significa que um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas, conforme Bourdieu (2000), 1) em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições; 2) por sua situação atual e potencial na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital); e, 3) por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.).

Já a noção de campo científico, também trabalhada por Bourdieu (2003), pressupõe a configuração de um todo, de um mundo social que, como tal, faz imposições e solicitações próprias a seus constituintes. Pressupõe a configuração de um espaço de forças e de um campo de lutas necessário para conservar ou transformar esse espaço de forças. Para o autor os agentes (comunidades científicas) criam o espaço e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram.

Tomas Kuhn (1978), por sua vez, partindo de três conceitos fundamentais (paradigma, ciência normal e revolução científica), realizou um exercício ousado de compreensão, que agora movimentamos para tratar da histórica das Ciências da Comunicação na Amazônia.

Segundo Kuhn (1978) o paradigma representa um conjunto de teorias, regras e métodos comumente aceitos por uma comunidade científica. Para ele, cada paradigma tem subjacente uma dada visão do mundo – o que faz corresponder as mudanças de paradigmas à uma alteração dessa visão, que se materializa numa revolução científica.

Aqui é possível notar uma aproximação do conceito de campo científico de Bourdieu (2003) com o de paradigma de Kuhn (1978), na medida em que os paradigmas surgem de realizações científicas universalmente reconhecidas por pares e que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para esse conjunto de problemas à uma comunidade de praticantes da ciência.

Nestes termos, podemos supor que o campo científico, o campo da cultura e dentro dele o campo da comunicação (como todo e qualquer campo) funcionam como um “mercado de bens simbólicos” e contam cada um com seu regime de “oferta” e “procura” (BOURDIEU (2003). Tal discussão lembra que a Cultura não pode ser tomada como simples conjunto de obras, e nem a Comunicação como um conjunto de aparatos, plataformas ou meios. Elas são e/ou estão relacionadas a formas de elaboração da percepção do mundo – uma maneira particular de descrevê-lo e compreendê-lo e um conjunto (específico) de esquemas de percepção.

É verdade, no entanto, que os campos da Comunicação (em geral) e o campo da Comunicação amazônica (em particular) têm fronteiras mal definidas. Para Peruzzo *apud* (WEBER, 2002) a Comunicação trata-se de um campo altamente complexo e movediço e o debate em torno de suas configurações e possíveis fronteiras é controverso.

No campo da Comunicação, o campo dos Media pode ser entendido como um subcampo de produção cultural, como um dos campos da produção cultural e/ou, em nosso tempo, como o campo da produção cultural hegemônica. Além desta importante área de estudos destacamos, para o caso do campo da Comunicação amazônica, suas interfaces com campos Político e Econômico, que cada vez mais estão presentes nas pesquisas comunicacionais da região.

O campo epistemológico no qual a comunicação busca se ancorar, no entanto, é marcado por conflitos. Se por um lado há uma tentativa de construção de um campo disciplinar autônomo sustentado por seus cânones, teorias e objetos de investigação; por outro, observa-se movimentos da comunidade científica defendendo a interdisciplinaridade como marca do campo, em detrimento de uma proposta de matriz disciplinar.

Para Issler *apud* Weber (2002), além da diversidade gerada pelo sentido interdisciplinar da Comunicação, nesta discussão, deve-se levar em conta o dinamismo que afeta tanto a ciência quanto seus conteúdos – sejam eles genuínos, híbridos ou assimilados. Para Martino (2007) a diversidade é uma faculdade inerente ao campo da Comunicação. No entanto, defende ele, a heterogeneidade existente nesse campo não deve ser confundida com “fragmentação de seus estudos”, nem com a “relativização” epistemológica em suas investigações.

Conforme Martino (2007), problematizar o campo da comunicação como uma disciplina é, portanto, fazer uma leitura do seu estado e transformar isso em um problema. Para o autor, se falarmos em disciplina, temos de admitir que tudo ou quase tudo ainda está (teoricamente) por fazer no campo das Ciências da Comunicação – pois, para ele, disciplina exige um grau maior de interação, de sistematização e de rigor entre os conhecimentos aí gerados. No entanto, se falarmos em campo, temos na Comunicação um enorme conjunto de teorias articuláveis entre si, relativas aos vários saberes que aí se encontram.

Diante disso nos parece claro que promover reflexões sobre o Campo da Comunicação na Amazônia, a fim de construir uma identidade própria, em um exercício de construção de um olhar específico, não é tarefa desprovida de tensões – ainda mais se considerarmos as singularidades desses estudos do campo em nível regional (investigações consideradas a margem e entendidas como áreas de pesquisa não prioritárias para o desenvolvimento do conhecimento científico hoje no Brasil).

COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA

Nem todos os pesquisadores de um determinado campo científico estão habilitados a ditarem as regras de sua manutenção ou impulsionar mudanças e revoluções científicas nos moldes de Kuhn (1978). Em uma arena de disputa, as transformações acontecem em um movimento capitaneado por quem está no centro do campo – entendido como espaço metropolitano de onde emergem os conceitos que ocupam posição hegemônica na produção de determinados conhecimentos.

Como bem lembra Bourdieu (2003), quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida numa dada estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites de suas disposições. Desse modo, no que diz respeito às pesquisas em comunicação na Amazônia (e, para a consolidação

do seu campo), nos parece importante interrogar sobre o que/quem comanda seus pontos de vista e quais seus objetos (e objetivos) de maior interesse.

Cardoso de Oliveira (1998) ao discutir o movimento dos conceitos em geral buscou compreender o papel das singularidades a partir de reflexões sobre os espaços periféricos e os de centro. Sem perder de vista a pretendida universalidade que se expressa na matriz disciplinar, o autor defende (para a Antropologia) a existência de diferenças significativas que estão fora da concepção de centro e que não possuem pretensão à universalidade. Como exemplo, ele cita as especificidades dos conhecimentos produzidos na América Latina.

Ao nos apropriarmos das discussões de Cardoso de Oliveira (1998) para propor uma reflexão sobre as singularidades do campo de pesquisa em Comunicação na Amazônia, apontamos, como primeira premissa, que estas são pesquisas produzidas em espaços periféricos e que não ocupam posição hegemônica; e como segundo pressuposto, que tais pesquisas só vêm ganhando corpo em um movimento recente, capitaneado principalmente pela criação dos primeiros Programas de Pós-graduação em Comunicação na região, a partir de 2008.

Como vimos, tensões e desafios se apresentam como uma constante na consolidação da Comunicação enquanto campo de pesquisa na Amazônia. Milhomens e Meldins (2017) ao discutir a comunicação neste espaço destacam que a região abriga uma das piores infraestruturas de bens e serviços (inclusive àqueles ligados às telecomunicações, como a telefonia e a internet) – ferramental essencial para o advento da comunicação (midiática) na atualidade. Esta defasagem estrutural ajuda a consolidar o imaginário de região desabitada, subdesenvolvida e distante – mas, contraditoriamente, um espaço abundante para a pesquisa científica, a produção intelectual e de conhecimentos sobre seus fenômenos socioculturais.

Na Amazônia, assim como em qualquer outro território, organizar um campo de conhecimento requer observação, identificação de problemáticas, pesquisa sistemática e aprofundamento na busca de soluções. Não se vislumbra na região o desenvolvimento científico sem a formação qualificada de quadros de pesquisadores, por exemplo. Pois, é evidente que sem profissionais não há pesquisas e sem pesquisa não há resultados capazes de modificar a conjuntura específica do contexto amazônico ao qual nos referimos.

A mudança mais significativa nas pesquisas em comunicação na região – do ponto de vista institucional e estrutural – aconteceu apenas a partir da implantação dos Programas de Pós-graduação na Universidade Federal do

Amazonas (UFAM) em 2008⁶, e na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2010⁷ – os primeiros cursos *stricto sensu* em estudos comunicacionais da região.

Outro programa que merece destaque neste conjunto, mesmo estando vinculado à Área Interdisciplinar na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA), criado em Belém do Pará no ano de 2009⁸.

Com a implantação desses programas verificamos o crescimento significativo do número de mestres e doutores interessados em pesquisas específicas da área, tendo como objeto de estudo uma série de fenômenos conectados às questões da região e suas especificidades. Rodrigues (2014) lembra que os pesquisadores doutores possuem importância estratégica na cadeia de produção de conhecimentos científicos e captação de recursos para financiamento das pesquisas, uma vez que:

Além da qualificação profissional para o exercício do trabalho docente no mais alto nível de formação, a preparação para a realização de pesquisa e desenvolvimento é basilar para a transformação das próprias instituições e, conseqüentemente, da sociedade [...] Não se pode dissociar a formação de doutores dos investimentos em P&D e C&T, porém, no Brasil, as diferenças em relação à aplicação desses recursos são de extrema notoriedade e contribuem significativamente para esclarecer as dificuldades de formação e fixação de pesquisadores na região amazônica (RODRIGUES, 2014, p. 22).

No âmbito específico da Pós-Graduação em Comunicação, na região Norte, essa situação permaneceu inalterada até 2016. Neste ano, além dos já mencionados Programas Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UFAM e do Programas Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA, foi autorizado o funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT)⁹.

Mesmo assim, conforme dados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, uma organização da sociedade civil vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia

6 Disponível em < <http://www.ppgcom.ufam.edu.br>>. Acesso em 20 Jun 2020.

7 Disponível em < <https://www.ppgcomufpa.com>>. Acesso em 20 Jun 2020.

8 Disponível em < <http://www6.unama.br/ppgclc>>. Acesso em 20 Jun 2020.

9 Disponível em < <https://ww2.uft.edu.br/ppgcom>>. Acesso em 20 Jun 2020.

e Inovação¹⁰, até esta data, os sete Estados da região Norte (Pará, Amazonas, Tocantins, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá) concedem em média (apenas) 1,8% dos títulos de doutorado e 3,8% dos títulos de mestrado emitidos anualmente no País. Este é um indicativo que atesta a persistente carência de possibilidades de formação em nível de pós-graduação na região e a conseqüente reprodução das desiguais regionais, já registradas em outros estudos que embasaram, por exemplo, o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011–2020¹¹.

A partir 2018 esse quadro sofre alterações significativas: o curso de Mestrado pioneiro na região, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UFAM é descredenciado depois de dez anos de atividades. No mesmo ano, porém, o primeiro (e até o momento único) curso de Doutorado da região Norte – ligado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA – tem seu funcionamento autorizado; assim como o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, com ser curso de Mestrado¹².

Na região da Amazônia Legal também foi autorizado o funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz, na modalidade Mestrado Acadêmico¹³; e, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma instituição, na capital São Luís, na modalidade Mestrado Profissional¹⁴.

O Programa de Pós-graduação da UFAM tinha como área de concentração os “Ecossistemas comunicacionais”, com suas pesquisas organizadas em duas linhas de investigação: “Redes, processos comunicacionais e linguagens” e “Representações e estéticas comunicacionais”.

Já o objetivo do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA, foi delimitado para promover a análise dos fenômenos comunicacionais em sua relação com as práticas culturais e sociais contemporâneas e em suas peculiaridades. Suas linhas de pesquisa atualmente são “Comunicação, cultura e socialidades” e “Processos comunicacionais e midiaticização na Amazônia”, direcionadas à investigação do papel da Comunicação nas

10 Disponível em <<https://www.cgee.org.br/home>>. Acesso em 20 Jun 2020.

11 Disponível em <<https://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em 20 Jun 2020.

12 Disponível em <<http://ufr.br/ppgcom>>. Acesso em 20 Jun 2020.

13 Disponível em <<http://ppgcom.ufma.br>>. Acesso em 20 Jun 2020.

14 Disponível em <<https://www.ppgcomprofma.com.br>>. Acesso em 20 Jun 2020.

experiências culturais das sociedades e à análise dos processos comunicacionais no contexto amazônico, em seus aspectos de produção, circulação e recepção.

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFT concentra-se na área de “Comunicação, Mídias e Sociedade” e tem como linhas de investigação “Jornalismo, Mídias e Cultura” e “Comunicação, Poder e Identidades”. A primeira linha foca em temas vinculados ao jornalismo e aos estudos de mídia, cultura e sua interface com as tecnologias na região e a segunda nas relações entre comunicação, identidades culturais e poder, considerando as mediações presentes nos processos comunicacionais e na vida cotidiana.

Já o recém-criado Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRR tem como área de concentração “Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos” tendo como proposta principal trabalhar com estudos aplicados nos campos da comunicação e territorialidades articulados aos saberes circulantes na Amazônia. Duas são suas linhas de pesquisa: “Comunicação, memória e identidades” e “Estudos de mídia, território e processos comunicacionais”. A primeira tem como foco as relações entre a comunicação e as memórias sociais, políticas e culturais atuantes na constituição das múltiplas identidades amazônicas e a segunda aborda temas relativos à estreita vinculação dos processos comunicacionais midiáticos, especialmente os jornalísticos, com as reconfigurações culturais atuais da Amazônia.

Tendo como área de concentração a “Comunicação contemporânea”, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado Acadêmico) da UFMA, campus de Imperatriz, articula-se em duas linhas de pesquisa: “Formas e materialidades da comunicação” e “Processos sociopolíticos na comunicação contemporânea”. A primeira linha debruça-se sobre a configuração expressiva das articulações entre tecnologia e os processos de produção e difusão da comunicação e cultura, enquanto a segunda busca investigar e compreender as relações específicas desenvolvidas no âmbito dos processos sócio comunicacionais decorrentes de usos e apropriações provenientes da experiência midiática contemporânea.

Já o Mestrado Profissional em Comunicação da mesma instituição, com sede na capital São Luís, é o único mestrado profissional da área na região da Amazônia Legal. O programa se articula nas linhas de pesquisa: “Comunicação institucional e mercadológica”, e “Jornalismo, convergência e inovação”. Enquanto a primeira linha estuda os processos e estratégias de comunicação institucional e mercadológica, nas organizações privadas, públicas e do terceiro

setor; a segunda tem como foco as transformações pelas quais passam as redações jornalísticas, a partir dos processos digitais e de convergência dos meios, dentro de uma perspectiva histórica, cultural e tecnológica.

Mesmo com os flagrantes avanços detectados com a implantação desses novos programas é importante ressaltar que os ainda poucos Programas de Pós-graduação em funcionamento na Amazônia estão inseridos no escopo de uma desigualdade regional ampla, compreendida pela distribuição díspare de recursos públicos para a pós-graduação; enfraquecimento ou até mesmo ausência de fundações estaduais de pesquisa; inexistência de Programas de Pós-graduação com conceito acima de 4 nas avaliações da CAPES; ausência de quadros qualificados em nível de doutorado, com produção científica regular; entre outros problemas de estrutura e manutenção que afetam o cotidiano da produção e sistematização de conhecimento científico sobre Comunicação na Amazônia.

Os novos Programas de Pós-graduação na área de comunicação na região, recém criados, ao mesmo tempo em que sinalizam novas possibilidades para o fortalecimento do campo de pesquisa em comunicação na Amazônia, se estabelecem num cenário de falta de investimentos e desigualdade regional, o que demanda esforços extras para uma articulação institucional capaz de garantir sua consolidação e gerar resultados que permitam a manutenção de sua autorização de funcionamento.

Se a luta científica é uma luta entre adversários que possuem amplo capital científico acumulado no e pelo campo, podemos aferir que com apenas (05) cinco Programas de Pós-graduação na área da Comunicação, ainda em busca da consolidação, nosso acúmulo científico regional é incomensuravelmente menor, tendo em vista que a maior parte dos programas consolidados da área estão concentrados na região sul e sudeste do País – onde sempre são realizados os principais eventos acadêmicos e onde estão hospedadas os principais periódicos da área.

Este quadro delineia um cenário desafiador para superação do atraso estrutural e atualização da produção de conhecimentos científicos em comunicação na região. Alguns desses desafios serão destacados na sequência e seus argumentos organizados em torno de duas vertentes: no que se refere ao fortalecimento dos PPGs atuais; e, no que se refere a circulação das pesquisas sobre comunicação da/na região amazônica.

DESAFIOS COMUNICACIONAIS AMAZÔNICOS PARA A FORMAÇÃO DO CAMPO

Sabemos que muitos são os problemas cotidianos enfrentados pela região amazônica (problemas de ordem social, econômica e ambiental). Isso somado a um contexto multifacetado (ignorado), onde as diferenças (também negligenciadas) se inscrevem em cada parte do seu complexo território, contribuindo para a manutenção de certos estereótipos – os quais contaminam inclusive as práticas de produção de conhecimento científico neste espaço.

Para Amaral Filho (2016, p. 82):

Essa estereotipia da Amazônia pode ser vista como um processo de mediação que usa como princípio normativo geral o padrão cultural do estrangeiro, por uma alteridade, que desconhecendo os modos de produção local e a relação com o ambiente, foi referenciando as diferenças como se fossem anomalias. Estas diferenças – que pelas mãos do colonialismo engendrou preconceitos e discriminações partindo da relação entre o colonizador e o colonizado sofre também um processo de homogeneização do discurso quando se fala de desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável já como princípio do pós-colonialismo.

Creemos que na região o problema relatado pelo autor configura-se como um dos desafios que só o investimento na produção científica será capaz de enfrentar. Pensar a Comunicação na Amazônia é, portanto, um exercício que exige olhar a “natureza comunicativa” dos fenômenos sociais, sem perder de vista estes acontecimentos (FRANÇA e OLIVEIRA, 2012).

Neste aspecto concordamos com Miranda (2014, p. 13) quando afirma que estudar a Amazônia é desafiador devido aos diversos elementos que compõe a sua realidade. Problematizar a Comunicação no contexto amazônico trata-se, conforme o autor, de observar a Amazônia que se move e que existe além dos discursos estabelecidos, nas resistências e subversões, existente em nós – os sujeitos em seus deslocamentos – já que os discursos estereotipados silenciam a realidade.

Várias são as adversidades enfrentadas pelos estudiosos que desenvolvem pesquisas por entre os limites geopolíticos da Amazônia: a falta de financiamento somada à magnitude de suas proporções territoriais, por exemplo, dificulta a mobilidade das pesquisas e de seus pesquisadores. O deslocamento para criação de redes e articulações entre os estados amazônicos torna-se quase inviável sem apoio infraestrutural e sem agências de fomento dispostas a promover tais financiamentos.

Por mais que o uso da internet tenha sido ampliado no contexto pandêmico nos Programas de Pós-graduação no país (facilitando a realização de palestras, reuniões e a participação crescente em bancas e trabalhos), é preciso lembrar que o serviço de internet regional ainda é limitado e está longe de ser ofertado em uma dimensão ampla e que viabilize o uso de tais ferramentas de forma efetiva e eficiente.

Também poucos são os editais de financiamento de pesquisas que apresentam um recorte regional. Aqui podemos destacar apenas duas iniciativas lançadas recentemente pela CAPES: o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD Amazônia) e o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica Novas Fronteiras (PROCAD NF).

O PROCAD Amazônia, lançado em 2006, já apoiou 28 projetos de pesquisa, viabilizando a interação entre 34 instituições. Foram investidos pouco mais de R\$ 6 milhões em chamada única de projetos. A segunda edição do programa só foi lançada em 2018 (dezesseis anos depois da primeira edição) com previsão orçamentária de R\$ 93 milhões, algo que até 2020 não havia se concretizado.

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFT foi o único na área de Comunicação e Informação selecionado no referido edital, com o projeto intitulado “Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências locais amazônicas¹⁵”. O projeto contou com as seguintes instituições associadas da proposta: o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA).

Já o PROCAD NF lançado em 2007 com o orçamento de R\$ 32 milhões teve como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos conjuntos de ensino e pesquisa em instituições distintas para estimular a formação em pós-graduação e assim criar condições mais favoráveis para fixação de pesquisadores doutores na Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Além do edital do ano de 2007 foram lançados mais dois editais nos anos de 2008, com orçamento de R\$ 34 milhões, e 2009 com o orçamento de R\$ 36 milhões.

15 Na articulação entre narrativa e acontecimento, o projeto propõe um duplo movimento de caráter epistêmico e metodológico: a apreensão de fenômenos e acontecimentos comunicacionais específicos, via estudos de caso, e reflexão de fundo sobre as formas de saber e os modos de produção de conhecimento na Amazônia. As condições de vulnerabilidade constituem o marco principal na escolha dos casos objeto de investigação.

Estas duas ações ressonaram como iniciativas estratégicas (embora isoladas) para a comunidade científica local. Elas, no entanto, poderiam contribuir de forma mais efetiva se entrassem no calendário anual dos editais de financiamento da CAPES. Pois, a desigualdade regional na ciência brasileira é um problema amplo e complexo que ações pontuais e descontinuadas como estas não serão capazes de resolver. Junta-se a isso a crescente redução (desde 2016) do orçamento nacional para Ciência, Inovação e Tecnologia e a redistribuição dos recursos sistemáticos disponibilizados até então. Temos, assim, a configuração de um cenário nada otimista, para nenhum campo científico no país – especialmente para os que estão em busca de consolidação e reconhecimento.

Em 2019, para agravar ainda mais a situação, já no governo de Jair Bolsonaro, foram contingenciados 41,9% das despesas não obrigatórias do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Dos cerca de R\$ 5,079 bilhões previstos para o órgão na Lei Orçamentária Anual (LOA) com gastos discricionários, foram bloqueados R\$ 2,132 bilhões, o que representa uma redução significativa no orçamento para C&T no País¹⁶. Já em 2020, conforme análise da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o panorama ainda é mais crítico. Foram bloqueados pelo governo, 87,7% do total dos valores previstos para Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)¹⁷, o que praticamente inviabiliza o financiamento da pesquisa e da produção de conhecimento no país.

Para além do (impossível) financiamento, consideramos que o desafio para fortalecer a produção de conhecimento científico na região, também passa pela ampliação da formação *stricto sensu*, o que obrigatoriamente implica em ampliar o espaço para as pesquisas em Comunicação na Amazônia, também nos programas locais de iniciação científica e de extensão. Neste ponto, além das próprias Universidades (também afetadas severamente com os cortes orçamentários nos últimos tempos), tem papel fundamental as agências estaduais de fomento a pesquisa.

Na região Norte, porém, mais uma vez saltam aos olhos as distorções e as discrepâncias. Ao mesmo tempo que merece destaque o trabalho realizado pela

16 Disponível em: <http://www.diretodaciencia.com/2019/03/30/bolsonaro-congela-42-dos-recursos-para-ciencia-e-23-para-meio-ambiente/?fbclid=IwAR32ipPUruSyeKkMEQRAJUr-rVFbOC395rfxbgVsLm9U9Wu34j1w2QffV_E>. Acesso em 30 mar 2019.

17 Disponível em: <<http://www.diretodaciencia.com/2020/02/20/orcamento-de-2020-mostra-reducao-acima-de-80-para-o-fomento-cientifico>>. Acesso em 21 mar 2020.

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)¹⁸, por exemplo, registramos casos onde nem sequer existem órgãos do gênero para apoio ao desenvolvimento científico – esse é o caso do estado Roraima.

Outro ponto necessário de se pensar é a divulgação e o escoamento da produção científica regional, que mesmo diante de tanta adversidade insiste em emergir. Na região as revistas científicas abertas à temática são escassas ou mal qualificadas e as pesquisas produzidas em nível local ainda tem de enfrentar barreiras por vezes intransponíveis para sua circulação. O papel quase pífio das editoras universitárias nos estados que compõe a Amazônia Legal também contribui para levantar interrogações importantes sobre o potencial de circulação do conhecimento científico insistentemente produzido a partir do espaço amazônico. Tais barreiras só são transpostas por iniciativas pessoais, por vezes isoladas, e que não tem potencial transformador orgânico que tal situação exige.

No campo da Comunicação, no que se refere a circulação desses trabalhos científicos, é preciso destacar a atuação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) e sua abertura de espaços de diálogo locais, com a criação dos primeiros Simpósios Regionais de Pesquisa em Comunicação, a partir de 1988. Porém, só em 1995 é realizado o I Simpósio de Pesquisa em Comunicação na Região Norte – o qual serviria de protótipo para os Congressos de Ciências da Comunicação na Região Norte (INTERCOM Norte) realizados a partir de 2009¹⁹.

A abertura dada pela Intercom possibilitou dois movimentos: o primeiro foi permitir que pesquisadores da região tivessem um espaço próprio para apresentar suas pesquisas; e, o segundo, permitir que pesquisadores de outras regiões pudessem conhecer os trabalhos e a produção de conhecimento científico em Comunicação desenvolvidos na Amazônia.

Iniciativas recentes para a circulação das pesquisas de comunicação na Amazônia capitaneadas por pesquisadores da região também podem ser destacadas – selecionamos três delas. A primeira é o Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia (EPCA) promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA²⁰. Em sua quarta edição o encontro caminha para consolidar-se como um espaço de aproximação e intercâmbio

18 Disponível em: < <http://www.fapeam.am.gov.br>>. Acesso em 21 Mar 2020.

19 Disponível em: < <https://portalintercom.org.br/eventos1/congressos-regionais/congressos-regionais1>>. Acesso em 22 Mar 2020.

20 Disponível em: < <https://epcamazonia.com.br> >. Acesso em 21 Jul 2020.

entre pesquisadores da região, relacionados a investigação em comunicação na Amazônia, e tem possibilitado a construção de redes de articulação mais amplas – com os programas e pesquisadores da região Nordeste, por exemplo.

Os desafios da pesquisa em Comunicação na Amazônia foram discutidos na primeira edição do EPCA, em 2017. A segunda edição, em 2018, teve como foco de discussão as tensões e conflitos contemporâneos da Comunicação na Sociedade. A terceira edição, em 2019, tematizou a Comunicação e as Resistências, as ameaças à democracia, as lutas por reconhecimento e as políticas do cotidiano. E, a edição de 2020, prevista para acontecer de forma online, se dispõe a tematizar os desafios de fazer ciência em tempos de crise na Amazônia.

A segunda iniciativa, relacionada a circulação das pesquisas e trabalhos em comunicação na Amazônia, trata-se do projeto editorial da Revista **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**²¹. Criada em 2017, a publicação tem como missão atuar na promoção da discussão acadêmica e de estudos interdisciplinares avançados no campo comunicacional, do jornalismo e da educação.

O propósito da **Aturá** é constituir-se como um periódico acadêmico a fim de apresentar resultados de pesquisas e estimular debates sobre questões teórico-metodológicas, ao mesmo tempo em que se propõe a contribuir para a criação e fortalecimento de uma rede de pesquisadores em nível nacional e internacional, tendo por base os grupos e núcleos de pesquisa no Brasil e no Exterior (principalmente Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, Guianas e Suriname).

Em abril de 2019 a revista publicou um dossiê intitulado “Pesquisa em Comunicação na Amazônia” para abordar questões comunicacionais em interface com as especificidades e temas próprios da região objetivando contribuir para a compreensão da complexidade que cerca o fazer da pesquisa neste território. O dossiê reuniu artigos de pesquisadores e pesquisadoras de cinco universidades: Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade da Amazônia (UNAMA) e Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

21 A Revista *Aturá* surgiu a partir do intercâmbio de pesquisas promovido pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-CNPq) da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Grupo de Pesquisas em Ecossistemas Comunicacionais (COMTATOS-CNPq) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); o Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (AMAZOOM-CNPq) da Universidade Federal de Roraima (UFRR); e Grupo de Pesquisa em Interações e Tecnologias na Amazônia (ITA-CNPq) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Disponível em: < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/index>>. Acesso em 21 Jul 2020.

Já a terceira iniciativa surgiu a partir de uma parceria interinstitucional entre os grupos de pesquisa AMAZOOM – Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (UFRR-CNPq); COMtatos – Grupo de Pesquisas em Ecossistemas Comunicacionais (UNIR-CNPq); OPAJE – Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (UFT-CNPq); e, MEMOAM – Grupo de Pesquisa Comunicação, Linguagens, Discursos e Memórias na Amazônia (UFPA-CNPq). A ação conjunta destes grupos possibilitou o lançamento de um edital de convocação de autores para a composição de volumes de livros digitais da Coleção Tuna'Po'tírí.

A Coleção Tuna'Po'tírí, pensada na Amazônia por um grupo heterogêneo de sujeitos, em diálogo com as mais diferentes áreas do conhecimento, pretende acionar investigadores e investigações que comungam interesses (embora de distintos nuances) e que se encontrem nas ideias de Comunicação e de Amazônia. Foi a criação dos Programas de Pós-graduação em Comunicação na região e os espaços para circulação de pesquisadores oportunizados pelos encontros regionais e nacionais da Intercom e EPCA, por exemplo, tornaram possíveis tais iniciativas.

A consolidação desses espaços recentes para circulação das pesquisas depende, contudo, do esforço da comunidade científica em emprestar visibilidade as produções da região e para além dela, articulando parcerias interinstitucionais que visam ampliar as interlocuções entre pesquisadores dos estados que compõe a Amazônia Legal e a Pan-Amazônia.

Como percebemos, não há uma fórmula pronta acionável para fortalecer as pesquisas em Comunicação na Amazônia. Por isso o que buscamos aqui foi demonstrar um exercício reflexivo preliminar, focado principalmente nos desafios recentes da formação *stricto sensu* na região, para assim compreender melhor as especificidades que a produção acadêmica apresenta neste contexto – quando produzida longe dos grandes centros e nas bordas dos movimentos que a comunidade científica tem realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao indagarmos sobre os movimentos da pesquisa em Comunicação na Amazônia não tivemos a pretensão de abarcar todas as possibilidades emergentes a partir dessa discussão. Nossa intenção foi de problematizar a singularidade potencial que a Amazônia traz para esse campo de pesquisa, observando que

somente uma construção coletiva – capitaneada por meio do diálogo entre os Programas de Pós-graduação – e transdisciplinar – baseada no diálogo entre os distintos campos de saberes – pode ser vista como caminho para o fortalecimento do campo do conhecimento científico na região.

Pensando a partir do campo atestamos que a crescente formação de mestres e doutores, com a criação e consolidação dos programas de Pós-Graduação em Comunicação, sem dúvidas impulsiona a melhor distribuição do capital científico na região. Este crescimento proporciona a (re)valorização dos saberes amazônicos e de uma perspectiva de Ciências da Comunicação (para além dos *media*) que nos autoriza a reelaboramos nossas perguntas – não discutindo mais se estamos mesmo (e apenas) à margem de um centro, mas no centro de uma outra história (RAMIL, 2003).

As condições criadas para os estudos e pesquisas comunicacionais de alto nível na região amazônica não são, portanto, apenas resultado dos processos de colonização e suas diferentes formas e características. Elas são, também, resultado concreto do movimento de luta de seus diversos e heterogêneos atores sociais que vêm amplificando seu espaço no campo científico.

No entanto nos parece evidente que para que o campo de pesquisa em Comunicação da região tenha “êxito”, ele ainda precisa levar em consideração as históricas diferenças regionais que implicam diretamente na falta de apoio e financiamento às pesquisas, bem como a desconsideração da diversidade das “amazônias” existentes e suas peculiaridades – superando, sobretudo, uma formação econômica e sociocultural impulsionada por processos exógenos e predatórios, alheios as reais necessidades do fazer científico deste imenso e complexo território.

Fica evidente, desta maneira, que para além dos históricos desafios institucionais e de ordem econômica, as pesquisas em comunicação na Amazônia podem e devem convergir para a necessária ampliação do conhecimento referente a temática. E, indo além, arregimentar novos aportes teórico-metodológicos sobre o pensar comunicacional em uma das mais complexas regiões do Brasil e do mundo.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia:** o marketing da floresta. Curitiba: CRV, 2016.
- BOLAÑO, César. “**Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo.** A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva”. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 11, p. 79-102, 2002.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu.** Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2003.
- BRITTO, V. C. (Org.). **Comunicação, informação e espaço público:** exclusão no mundo globalizado. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2002.
- CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo.** São Paulo: UNESP, Paralelo 15, 1998.
- BATISTA, Djalma. **Amazônia:** Cultura e Sociedade. Manaus: Valer, 2006.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora: UFJF, 2010.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga e OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento; reverberações.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2008.
- HERSCOVICI, A. **A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação:** questões metodológicas e epistemológicas. Revista Eptic Online, v. 5, n. 3, Set-Dez. 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso:** os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

KUHN, Tomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MARTINO, Luiz C. (Org.) **Teorias da Comunicação: muitas ou poucas?** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

MILHOMENS, Lucas e MEDINS, Gleilson. **Amazônia, Comunicação e Direitos Humanos: atividades e práticas acadêmicas**. In: Espaço e Tempo Midiáticos, Vol 2, N. 1 - Jan/Jul, 2017.

MIRANDA, Diogo Silva Miranda de. **Palafitas digitais: comunicação, convergência cultural e relações de poder em Afuá**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, 2014.

MIRANDA NETO, Manoel José de. **O enigma Amazônia: desafio ao futuro**. Belém: CEJUP, 1991.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das ideias**. Manaus: Valer, 2008.

RAMIL, Vitor. **A estética do frio**. Pelotas, RS: Satolep Livros, 2003.

RODRIGUES, Ronaldo de Oliveira. Pós-graduação na Amazônia: o desafio de formar (em) redes. **RBPG**, Brasília, v. 11, n. 23, p. 19 - 45, 2014.

WEBER, Maria Helena et al (Orgs). **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

ESPAÇOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DE FRONTEIRA E ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA CRIANÇAS IMIGRANTES¹

Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro²

Clarice Nadir von Borstel³

INTRODUÇÃO

Quando se considera somente a cartografia como o âmbito que marca os limites físicos entre os territórios, a fronteira é vista apenas como o lugar que estabelece o início ou fim de um território. Mesmo que o faça de maneira simbólica, estes espaços são representativos, pois permitem que cada sujeito se comunique e se afirme em relação ao outro, definindo-se como, por exemplo, brasileiro, paraguaio, argentino, guairense, entre outros. Essa linha imaginária determina condições de circulação e controle por parte do Estado, evidenciando a transgressão, no caso dos “movimentos migratórios de ocupação social e política; [e a] contenção pelos mecanismos de limitações, de vigília e de controle” (STURZA, 2006, p. 19).

Além deste limite físico-político que delimita o espaço, determinando condições de poder, “a vida da fronteira, o habitar a fronteira [significa] para quem nela vive, muito mais, porque ela já se define em si mesma como um espaço de contato, um espaço em que se tocam culturas, etnias, línguas, nações” (STURZA, 2006, p. 26 – grifos da autora).

Portanto, quando se observa ou se vivencia a fronteira mais de perto, “vemos uma gama de fenômenos sociolinguísticos, identitários e políticos que decorrem das interações das várias comunidades linguísticas em ambiente de multilinguismo”

1 Este artigo corresponde a um acréscimo teórico-reflexivo aplicado aos dados coletados no transcórre do estudo desenvolvido pelas pesquisadoras, em Guairá, Paraná entre 2013-2014, e objetiva refletir e discutir sobre um aspecto mencionado na tese de doutoramento de Ribeiro (2015), mas que não foi aprofundado naquele momento, por não ser o foco em investigação: o acolhimento linguístico-cultural dos discentes imigrantes e o ensino da Língua Portuguesa como Língua Adicional.

2 Doutora em Letras. Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: simonebcr@yahoo.com.br

3 Doutora em Linguística. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: clavonborstel@gmail.com

(OLIVEIRA, 2016, p. 68), como é o caso do município de Guaíra, situado no oeste do Paraná, às margens do Rio Paraná e que faz fronteira com as cidades de Salto del Guairá, Paraguai e Mundo Novo, Mato Grosso do Sul (Brasil).

Desse modo, Ribeiro (2015), no transcorrer da pesquisa de doutorado, investigou os falares fronteiriços que envolviam a Língua Portuguesa e a Língua Espanhola na relação de contato propiciado pela divisa de Guaíra com Salto del Guairá, objetivando refletir sobre a presença e/ou a viabilidade de inserção da Língua Espanhola na matriz curricular das escolas desta cidade paranaense, haja vista a situação de fronteira com o país vizinho, bem como a presença de paraguaios e seus descendentes no município guairense, demonstrando a relação de contato linguístico-cultural emergente daquela região.

Por conseguinte, foi possível observar ainda, a partir dos dados gerados pelas visitas às escolas e pelas entrevistas realizadas por Ribeiro (2015), que as instituições de ensino recebiam alunos vindos do Paraguai e que não dispunham de uma abordagem de ensino de Português como Língua Adicional aplicada a esses discentes imigrantes, cuja Língua Materna, geralmente, não era a Língua Portuguesa.

Nesse sentido, este texto, ao relacionar tanto os estudos de Ribeiro (2018) realizados em Foz do Iguaçu, Paraná, localizada na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, como os dados coletados por Ribeiro (2015) no espaço enunciativo de fronteira de Guaíra, delinea-se a partir da proposta de sugestão de um ensino de línguas que envolva o processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa como Língua Adicional aos discentes imigrantes, em sua maioria, paraguaios, tendo em vista que quando esta diversidade linguística não é bem administrada, ao se considerarem as políticas de manutenção e incentivo de línguas fronteiriças, corre-se o risco de incorrer no apagamento linguístico, especialmente, ao inibir ou proibir as trocas e/ou alternâncias de línguas e de culturas em/de contato em espaços sociolinguísticos escolares de fronteira.

Para tanto, busca-se suporte nas concepções da Linguística Aplicada que, dado a sua natureza indisciplinar e transgressiva (MOITA LOPES, 2006 e PENNYCOOK, 2006) tem-se mostrado muito efetiva na resolução de conflitos linguísticos, haja vista a sua relação com outras áreas; assim como, nos pressupostos da Sociolinguística e das Políticas Linguísticas (OLIVEIRA, 2016, e VON BORSTEL, 2013); e do Ensino de Línguas em regiões de fronteiras (STURZA, 2006 e 2008, VON BORSTEL, 2013, RIBEIRO, 2015, 2017 e 2018, OLIVEIRA e RIBEIRO, 2016).

Assim, na primeira seção é apresentado o percurso investigativo do estudo de campo desenvolvido em Guaíra e o processo de definição do instrumento de coleta de dados empregado para realizar as entrevistas. Enquanto isso, a segunda seção desenvolve-se por meio da discussão teórico-reflexiva sobre o conceito de fronteira, de fronteira geográfica enunciativa (RIBEIRO, 2015), e de predisposições sobre políticas linguísticas e ensino de línguas em espaços sociolinguísticos de fronteira.

Por fim, na terceira seção são dispostas as reflexões e percepções levantadas a partir das enunciações dos Entrevistados sobre a presença de alunos vindos do país vizinho, bem como da necessidade e da urgência de se desenvolver um planejamento linguístico que resulte em uma política linguística consoante com a situação de contato nesta região de fronteira geográfica enunciativa com o Paraguai, com vistas a proporcionar às crianças imigrantes, um ensino de Português como Língua Adicional.

Sendo assim, a partir da pesquisa de campo e das entrevistas realizadas em Guaíra entre 2013 e 2014, teceu-se este artigo, que, por meio de um acréscimo teórico, procurou identificar, refletir e propor uma transformação da realidade de ensino e de aprendizagem vivenciada pelos alunos imigrantes que frequentam as escolas municipais guairenses, no âmbito do Ensino Fundamental I.

O PERCURSO INVESTIGATIVO DA PESQUISA IN LOCO

A sociedade contemporânea, ao mover-se por posturas e anseios plurais, sugere e vivencia ações e experiências das mais variadas, cuja multiplicidade de sentidos propiciada na e pela globalização apresenta contextos sociolinguísticos super diversificados em que teorias estáticas e desconexas das relações sociais cotidianas não são mais suficientes. Portanto, abordagens envoltas em únicas verdades e que consideram o mundo como algo “objetivo e independente das pessoas que o conhecem” (SANDÍNTEBAN, 2010p. 54) não são mais suficientes para responder às necessidades emergentes de sujeitos e espaços multiculturais.

Dessa maneira, em razão das variadas especificidades de agentes temporais e situacionais, a pesquisa precisa ser interdisciplinar e relacionar-se com o ambiente ao qual está inserida, pois é “através da vivência dentro desse mundo que nós temos que pensar, [...] não há teoria que seja [...] uma teoria pronta para qualquer situação. Toda realidade, toda circunstância exige novas complexões teóricas”

(RAJAGOPALAN em entrevista concedida a SILVA, SANTOS e JUSTINA, 2011, p. 2⁴).

Para tanto, elaborou-se um roteiro de entrevista semiestruturado⁵, composto inicialmente de 34 questões que foram distribuídas em três campos. O campo “A – Dados pessoais e socioculturais” foi destinado à coleta de dados referente à idade, ao local de nascimento, à escolaridade, à Língua Materna, entre outras informações sociais; o item “B – Função” estava relacionado ao uso e ao entendimento da Língua Espanhola, cujas anotações envolveram a escala de bem, regular e mal; já em “C – Atitudes” os participantes expressaram suas percepções sobre as diferentes práticas linguísticas realizadas em Língua Espanhola e em circunstâncias sociolinguísticas específicas.

Por conseguinte, baseado no caráter semiestruturado do roteiro de entrevista e a liberdade de elaboração de questionamentos no transcorrer da interação comunicativa, foram acrescentadas cinco perguntas aos representantes das equipes pedagógicas, perfazendo um total de 39 perguntas com a inclusão dos seguintes questionamentos:

1. Não no sentido de considerar uma língua melhor que a outra, porque todas as línguas são e têm sua importância, mas, em sua opinião, qual ou quais línguas deveriam ser ensinadas na escola?
2. Vocês recebem alunos vindos do Paraguai nesta escola?
3. Você acha que o município deveria oportunizar um programa ou um curso para os professores ou para a equipe pedagógica relacionado à Língua Espanhola ou a outra Língua Estrangeira?
4. A escola tem alguma autonomia para decidir qual Língua Estrangeira gostaria de ofertar ou para solicitar mudanças ou readequações no currículo escolar?
5. Você saberia informar se esta escola já ofertou a Língua Espanhola? (Se sim, por que parou?).

4 As citações com as referências SILVA, SANTOS e JUSTINA (2011) correspondem a uma entrevista realizada com Kanavilil Rajagopalan.

5 Esse tipo de entrevista é denominado como semiestruturada porque consente o chamamento de outras questões relevantes à pesquisa ou, ainda, admite a reelaboração dos questionamentos ao se perceber, por parte do Entrevistado, o desvio do assunto ou a relutância em responder sobre determinada temática.

As entrevistas foram realizadas com 33 (trinta e três) sujeitos definidos de forma aleatória e que foram distribuídos em dois grupos. O primeiro grupo, composto por quinze (15) Entrevistados, sendo um representante da Secretaria Municipal de Educação e um representante de cada uma das catorze escolas municipais; e o segundo grupo, composto por dezoito (18) Entrevistados, representando a sociedade guairense em geral.

Nesse processo de interação comunicativa, os Participantes contribuíram com suas percepções e conhecimentos sobre a Língua Espanhola, a presença de alunos vindos do Paraguai, a situação fronteiriça com o Paraguai, as festividades locais oriundas das atitudes linguísticas e culturais das tradições do país vizinho, bem como a respeito da relevância do ensino da Língua Espanhola no município. Estes dados passaram por análise quantitativa, qualitativa e crítica, obtidas através de inter-relações com a cultura local e estrangeira, tendo em vista o contexto de contato linguístico propiciado pela relação fronteiriça entre Guairá, Brasil e Salto del Guairá, Paraguai.

OS ESPAÇOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DE FRONTEIRA

Nesta seção propõe-se refletir sobre os espaços sociolinguísticos fronteiriços, em uma perspectiva de fronteira geográfica enunciativa⁶, cujo contato linguístico-cultural contribui para a promoção do multilinguismo enquanto as atitudes (mono)linguísticas reforçam o apagamento de línguas. Assim, considera-se o ensino de línguas de fronteira no âmbito de uma educação em línguas e que valorize o contexto sociocultural dos discentes, contribuindo para que reflitam e sejam críticos perante a sua própria língua.

Desse modo, na perspectiva de fronteira geográfica enunciativa, a situação linguística se desenvolve por meio da comunicação enquanto um representativo de vozes que entram em contato e conflito pela expressão de línguas e de culturas existentes em ambos os lados da fronteira física (RIBEIRO, 2015). Logo, no processo de interação linguístico-cultural existente na fronteira, “as relações entre duas ou mais nacionalidades e entre várias culturas que se misturam [...] formam ‘espaços compartilhados’” (ALMEIDA, 2018, p. 260), que se caracterizam como

6 A perspectiva de fronteira geográfica enunciativa consiste em uma junção das qualidades física e enunciativa da fronteira, cuja configuração se delinea a partir de histórias de vida, limites cartográficos, culturas, etnias, linguagens e políticas que, em contato e em conflito, reelaboram-se em condições híbridas de interação e enunciação (RIBEIRO, 2015).

lugares de trânsito, pois configuram um ir e vir de pessoas, culturas e línguas que, embora cotidiano, é acrescido de marginalização e de preconceitos.

Assim, a fronteira apresenta-se como um mosaico de identidades, culturas, línguas e povos que, em contato e em conflito, ao transitarem, cotidiana e naturalmente entre essas linhas imaginárias que os separam e diferenciam, levam e trazem consigo histórias de vida, costumes e práticas diversas, como, por exemplo, as sociolinguísticas. Portanto o “espaço de enunciação é um espaço configurado por uma relação de línguas e de falantes” (STURZA, 2008, p. 2538).

Logo, a fronteira considerada como espaço de enunciação enfraquece a visão de Estado soberano e controlador, uma vez que as fronteiras sociais se fortalecem em detrimento de “uma nova ordem mundial, regulada pelas relações econômicas e pelas necessidades de mercado” (STURZA, 2006, p. 29), que sob uma abordagem pós-moderna possibilita um “espaço supranacional, determinado por todos os tipos de relações além de suas margens territoriais” (STURZA, 2006, p. 31).

A esse respeito, Oliveira (2016) esclarece que

Ser da fronteira, portanto, é pertencer a uma comunidade de prática: em muitos casos aquela que usa, em maior ou menor grau, diferentes línguas em contextos adequados, alternando-as, ou conversando em mais de uma língua concomitantemente, mesmo que às vezes apenas passivamente, e mesmo que às vezes a contragosto. É pertencer, portanto, a mais de uma comunidade linguística (OLIVEIRA, 2016, p.64 – grifos nossos).

Diante disso, é necessário, quando se trata de estudos sobre o ensino e a formação continuada de professores, que se investiguem os falares utilizados na esfera regional ou local como práticas de ensino e de aprendizagem, uma vez que vem a ser quase que impossível para o sujeito separar o conhecimento cognitivo de seu contexto, quando da construção de significados no ato de falar, com relação aos fatores sociais, econômicos e políticos que transformam a prática social de locais fronteiriços.

Dessa forma, é preciso um debate que vise a “um plano de políticas que considere uma visão de educação condizente com os desafios da sociedade atual” (MÓR, 2013, p. 233), para que o conhecimento já produzido e aquele ainda a ser produzido, sejam “adaptados para cada região, cada lugar, cada realidade. Cada um de nós, apesar de vivermos no mesmo país, temos realidades imediatas diferentes. Assim, como nossas circunstâncias são diferentes, nossas situações são diferentes” (RAJAGOPALAN em entrevista concedida a SILVA, SANTOS e JUSTINA, 2011, p. 3).

Para tanto, é preciso unir o planejamento linguístico e o ensino de línguas considerando as realidades locais e as situações sociolinguísticas específicas que, no caso deste estudo, estão intrinsecamente relacionadas com a condição de fronteira geográfica enunciativa vivenciada em Guaíra. Longe de ser uma obrigação e uma imposição, o ensino e a aprendizagem de línguas devem ser prazerosos, motivadores, criativos e críticos, haja vista que exigem, tanto do discente quanto do docente, dedicação, planejamento, dinamismo, interação e respeito.

Ou seja, como a globalização tem suscitado novas propostas de educação bi/multilíngue e de abordagens sociolinguísticas quanto à valorização do multilinguismo, da diversidade, dos direitos linguísticos e, principalmente, de atitudes socioculturais que favoreçam as regiões fronteiriças, destaca-se a relevância de uma perspectiva de cunho aplicado e que envolva toda a problemática advinda da contemporaneidade, orientada não por teorias inquestionáveis, mas sim por problemas e ações que ultrapassem as fronteiras da comunicação e do contexto situacional linguístico e cultural, no qual se vivencia o caráter social da linguagem.

ATTITUDES (MONO)LINGUÍSTICAS E APAGAMENTO LINGUÍSTICO

Magalhães (2013, p. 251) alerta que “não podemos ensinar como fomos ensinados simplesmente porque o mundo em que vivíamos não existe mais”. Esta visão de transformação e mudança defendida pela pesquisadora corrobora a perspectiva dialética de transformação e instabilidade argumentada por Heráclito, na Grécia Antiga, em que “um homem não toma banho duas vezes no mesmo rio” (KONDER, 1985, p. 8), uma vez que ambos, rio e homem, já não serão os mesmos.

Desse modo, refletindo sobre o acolhimento linguístico-cultural e o ensino da Língua Portuguesa destinado aos alunos vindos do Paraguai, entende-se que:

Discutir esse assunto é importante para que todos possam estar cientes de que estamos em um contexto multicultural e que a escola é um reflexo muito claro de nossa sociedade, buscar entender os desafios que existe dentro das paredes da escola é necessário para que possamos pensar sobre nossos atos e a respeitar as diferenças que existem e como a educação é um direito de todos, trabalhar de forma inclusiva e integradora com todos que ali estão é um caminho que deve ser seguida para que possamos remodelar conceitos e entendimento de sociedade. E discutir sobre assunto, mostrará de uma forma geral qual é o papel que o profissional professor que atua nessas áreas de fronteira, o que eles fazem para mediar o que o conhecimento ali com

um aluno paraguaio que muitas vezes não entende o que ele fala quais as ações que esse professor toma para poder melhorar a vida daquele educando com o que ele quer transmitir (LIMONGE, et al., 2016, p. 30).

Diante disso, é justamente nessa perspectiva de equidade linguística, de inclusão, de integração, de respeito e de reciprocidade, que se desenvolve a presente reflexão ao discutir-se sobre o ensino de Português como Língua Adicional para as crianças imigrantes, principalmente paraguaias, que frequentam as instituições municipais guairenses. Desta forma, inicia-se esta reflexão discursiva enunciativa a partir de uma questão que foi adicionada posteriormente ao roteiro de entrevista: Vocês recebem alunos vindos do Paraguai nesta escola?

Das catorze (14) escolas municipais, doze (12) confirmaram que recebem alunos estrangeiros, principalmente vindos do Paraguai, como exemplificam os enunciados dos Entrevistados 13 e 07, a seguir:

ENTREVISTADO.13 – R: 01

[...] Temos muitos alunos que vem de lá [Paraguai], [...] (Entrevista em 17/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

ENTREVISTADO.07 – R: 01

Muitos, muitos [alunos vindos do Paraguai]. [...] a gente tem muitos alunos aqui que vem do Paraguai. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

No transcorrer das atividades de campo desenvolvidas durante a pesquisa, constatou-se que as escolas recebem dois grupos de crianças vindas do Paraguai. O primeiro grupo, conforme esclarecimentos dos Entrevistados 04, 06, 07, 10 e 15, caracterizadas por alunos que fixaram residência em Guaíra:

ENTREVISTADO.07 – R: 02

[...] Eles vem de mudança mesmo. Eles vêm transferidos mesmo [...]. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

ENTREVISTADO.06 – R: 01

Moram aqui [alunos vindos do Paraguai]. Eles vêm de fora pra cá e ficam morando aqui. [...] filhos de paraguaios com brasileiras. Tem muito paraguaio que mora aqui agora. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

ENTREVISTADO.04 – R: 01

Eles moram aqui. Daí eles vem do Paraguai [...] e a gente recebe essas crianças. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

ENTREVISTADO.15 – R: 01

Sim. Crianças que moravam no Paraguai e se mudaram para Guaíra. Hoje temos 6 alunos, mas já tivemos mais. (Entrevista em 12/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

ENTREVISTADO.10 – R: 01

Paraguai bastante. [...] Mas alunos nós tínhamos um aluno ano passado que vinha de van. Os outros já são moradores aqui. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

É possível observar, ainda, nas enunciações dos Entrevistados que, em alguns casos, os alunos vindos do Paraguai vêm e voltam todos os dias, como exemplificou o Entrevistado 10, no recorte anterior, e confirmam os Participantes 02 e 03, nos recortes seguintes:

ENTREVISTADO.03 – R: 01

A gente tem um aluno que vai e volta todo dia..., que vem de van, no período da tarde. Os pais são brasileiros [...]. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

ENTREVISTADO.02 – R: 01

Tem várias, são crianças bilíngues. Aqui assim, não sei se é por ser uma escola mais central, mas já tivemos alunos dos Estados Unidos, essa semana chegaram dois do Japão nascidos lá, [...] E do espanhol vem vans, vem uma van cheia. [...] Nós tivemos também um aluno... ano passado que veio da Espanha. [...]. (Entrevista em 10/04/2014 – grifos das pesquisadoras).

Esse cruzamento fronteiro diário se dá por meios alternativos, como, por exemplo, o uso de transporte por Vans e caracteriza o segundo grupo de alunos vindos do Paraguai, ou seja, os que são moradores do país vizinho e que frequentam as escolas localizadas na região central do município guairense. Já os discentes que fixaram residência em Guaíra estão matriculados em escolas mais afastadas do centro da cidade, inclusive algumas estão situadas em regiões interioranas de fronteira. Apesar de não ter sido realizado um levantamento socioeconômico, pode-se inferir que o complexo habitacional central, por exigir um custo de manutenção mais elevado que os bairros que a ele se distanciam, apresenta estudantes que cruzam a fronteira cotidianamente, ao contrário do que se evidencia nos espaços mais periféricos.

Durante a pesquisa *in loco*, percebeu-se ainda que na comunidade atendida pela escola, a que faz referência o Entrevistado 07, há uma presença considerável de moradores de classes menos favorecidas. Essa observação deu-se tanto pelas características da escola que, se não for a menor, é a que apresenta uma das menores edificações, se comparada com as outras instalações de ensino municipais, principalmente às do entorno central, assim como, não dispunha de elementos físicos que a circundavam ou de um espaço apropriado para a permanência das crianças enquanto aguardavam o início das aulas, isto é, ao redor da edificação escolar não havia um gramado ou pátio de piso revestido,

apenas terra e pequenos morros. As moradias em sua maioria eram bem simples e pequenas, sendo muitas edificadas em madeira e algumas se assemelhavam a barracos. A rua principal era de paralelepípedos e as demais de cascalho. No que se refere às três escolas localizadas na região rural de Guaira, as mesmas também contavam com uma estrutura física menor, sendo que uma possuía turmas interseriadas, em virtude da pouca quantidade de salas de aula, e as outras duas dividiam o espaço com colégios estaduais.

Ainda em complemento à discussão dos dois grupos de alunos vindos do Paraguai, agrega-se a questão da descendência e da nacionalidade brasileiras, tendo em vista que alguns Entrevistados mencionaram que tinham discentes que eram filhos de brasileiros e/ou de brasileiros com paraguaios:

ENTREVISTADO.10 – R: 02

Paraguai bastante. Olha... no caso... os nossos alunos, a maioria das vezes são filhos de brasileiros, nascidos no Paraguai, que estudaram é... uma... uma boa parte lá e que são transferidos para o nosso município e aqui pra nossa escola. [...] Mas alunos nós tínhamos um aluno ano passado que vinha de van. Os outros já são moradores aqui. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

ENTREVISTADO.12 – R: 01

Nós temos um que mora no Paraguai. Só que... ele foi... ele nasceu em Guaira, então devido a algumas circunstâncias ele está morando no Paraguai, mas ele fala o português, ele não fala o espanhol, ele fala o português. (Entrevista em 17/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

Geralmente, quando os pais são brasileiros ou brasileiros com paraguaios, as crianças vindas do Paraguai para estudar nas instituições de ensino guairense falam português. Condição que de certo modo facilita o processo de aprendizagem como um todo. Contudo, quando essas crianças são imigrantes paraguaias e não falam o português a situação se complica, gerando conflitos linguísticos e socioculturais. De um lado, porque somente falam e escrevem em espanhol, como declaram os Entrevistados 04 e 07, a seguir:

ENTREVISTADO.04 – R: 02

[...] eles [alunos] vem do Paraguai e as mães... é, é dizem que lá é bem diferente, então é daí onde se tem a controvérsia, porque eles falam espanhol e escrevem e eles vem pra cá e não entendem o que a gente, a gente fala com eles. Então, aí a dificuldade nossa também de ensinar, porque eles já vêm aprendendo espanhol, né [...]. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

ENTREVISTADO.07 – R: 03

[...] pra gente dá bastante trabalho porque o documento que eles [alunos vindos do

Paraguai] vêm é totalmente diferente do Brasil, a gente tem que adaptar pra nossa realidade, [...] a gente tem que fazer toda uma conversão pra ver qual é a série que esse aluno está, e depois fazer um trabalho pra esse aluno, porque ele não fala uma palavra do português, e quando ele aprende ele ainda mistura, então é bastante complicadinho [...]. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

E, de outro, porque o corpo pedagógico e docente desconhece a Língua Materna desses discentes paraguaios, principalmente a Língua Espanhola, e não consegue se comunicar com essas crianças, conforme acrescenta o Entrevistado 07, no recorte seguinte:

ENTREVISTADO.07 – R: 04

[...] tanto nossos alunos vindos do Paraguai como nossos indígenas, [...] nós não temos base nenhuma da língua deles, né, então talvez se a gente tivesse uma base, tivesse um conhecimento, talvez fosse até mais fácil ajudar a essa criança [...]. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

Como os professores e as equipes pedagógicas entrevistadas mencionaram não dominar a Língua Espanhola, não conseguiam se comunicar adequadamente com essas crianças imigrantes vindas do Paraguai que não têm o português como Língua Materna. A esse respeito, Oliveira e Ribeiro (2016) esclarecem que

Não tem professores qualificados para trabalhar com essas crianças falantes de outra língua, o certo seria nas escolas ter profissionais capacitados para, além de alfabetizar a criança na língua portuguesa também alfabetizá-la em sua língua materna, porém não temos, e o método usado para alfabetizar, apenas tentando inserir na vida deles a língua portuguesa, assim deixando de lado a realidade da criança e sua cultura (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2016, p. 35).

Desse modo, sem conhecimento da Língua Espanhola ou da Língua Guarani, bem como de uma abordagem de Português como Língua Adicional, os agentes escolares acabavam “forçando” esses alunos a aprenderem a Língua Portuguesa por meio de metodologias de ensino de Português Língua Materna, corroborando para a prática e para a manutenção de ações pedagógicas de ensino de línguas inadequadas e que conduzem ao apagamento linguístico:

ENTREVISTADO.07 – R: p. 05

[...] Então o professor não tem muito conhecimento da língua dele pra tá auxiliando, a gente força ele a falar o português. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

No discurso do Entrevistado 07, recorte 05 fica evidente a dificuldade e o despreparo da equipe pedagógica em auxiliar e ensinar esses alunos que não dominavam a Língua Portuguesa, uma vez que a sua Língua Materna era outra. O enunciado do Participante 07 corrobora o relato coletado por Limonge et al. (2016, p. 31) em que uma docente responde sobre quais considera “os maiores desafios na alfabetização de alunos paraguaios”:

Quando me formei, pensei em certo momento que o desafio era enfrentar as crianças que ao menos sabem falar a língua portuguesa, porém com o passar dos anos fui vendo que na verdade nós mesmo colocamos barreiras sobre nosso caminho, com o passar do tempo vi que estas crianças muitas vezes não tem outra opção e seus pais só querem o melhor à elas, então os trazem para o lado brasileiro para poder estudar, no início do meu caminho pelo trabalho, sim teve algumas barreiras, como não tínhamos muita ideia do que fazer, não tínhamos amparo da coordenação então basicamente ensinávamos a nossa língua à eles (LIMONGE et al., 2016, p. 31).

Assim, ao obrigar as crianças imigrantes a se comunicarem em português ou simplesmente ensinar-lhes o português como se fosse a sua Língua Materna, o professor alfabetizador desconsidera o contexto social desses alunos e, conseqüentemente, não permite uma reflexão crítica da linguagem que se está aprendendo. Portanto, é “de extrema importância que se invista na educação multicultural, que busquem integrá-las e não apenas conhecer, respeitando assim a diversidade cultural, étnica e linguística dos nossos educandos” (HORST, 2009, p. 82).

Logo, tanto uma educação em línguas aplicada aos discentes como uma capacitação em línguas destinada aos docentes poderiam minimizar e/ou extirpar os prejuízos advindos de processos de ensino e de aprendizagem inadequados e que estavam em curso até aquele momento, tendo em vista que:

ENTREVISTADO.03 – R: 02

[...] Sempre é a criança que vai sair perdendo. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

ENTREVISTADO.04 – R: 03

Sim, eu acho que todos os profe..., nós deveríamos ter [capacitação em línguas], [...] acho que falta isso... para os professores também. Porque [...] a gente às vezes vai falar com uma criança, já aconteceu isso aqui na escola, de a gente ter crianças indígenas, que agente ia conversar e eles não entendiam, aí o que a gente fazia? Tinha que chamar outra criança, outra criança maior, falar assim: oh, traduz pra ele. Aí ele traduzia e a gente conseguia responder pra ele [...]. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

Diante disso, em virtude do contexto de fronteira geográfica enunciativa existente neste espaço sociolinguístico fronteiriço, a ação do alfabetizador deveria ser a de “valorizar a língua materna dos alunos ‘paraguaios’ que atravessam a linha de fronteira para serem alfabetizados no Brasil, tendo que se adequar a uma nova língua que é o português e ao método utilizado na alfabetização” (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2016, p. 39). Conseqüentemente, esses educandos, por não entenderem a comunicação em português e por não usufruírem de um método de ensino de língua condizente com a sua realidade bi/multilíngue, não conseguiam avançar no processo de alfabetização como um todo e acabavam reprovando:

ENTREVISTADO.04 – R: 04

[...] a gente ia conversar e eles não entendiam [...] a criança repete, reprova, perde um ano, por causa que eles não entendem o português. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

Ou muitas vezes, eram remanejados às turmas iniciais, cuja incompatibilidade de idade era acentuada:

ENTREVISTADO.03– R: 02

[...] aqui é pra ser trabalhado assim, nós temos essa orientação: se vir sem ser alfabetizado em português, mesmo que tem onze anos ele vai estar pro primeiro ano. Então, daí no caso tem, teve uma, que agora já está no terceiro ano, ela era... tinha onze anos e ela teve que entrar no primeiro ano, porque ela não sabia nada de português, aí começou lá com o ba-be-bi-bo-bu com ela. Matemática ela já sabia, só que o problema dela era o português. Como daí aqui ela tem que ser alfabetizada em português, foi, começou lá do início, igual ao primeiro ano. A gente faz assim. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

Assim, indiferente da sua idade e da série que cursavam no Paraguai, eram inseridos na primeira série do Ensino Fundamental I, simplesmente porque não entendiam e não dominavam a Língua Portuguesa. A situação descrita é ainda mais preocupante, visto que não se restringia apenas a uma conversão documental e de uma adaptação serial, mas, principalmente, da desvalorização dos conhecimentos que essas crianças trazem consigo e que foram obtidos no transcorrer da escolarização no país vizinho, evidenciando como a “desigualdade é naturalizada na sociedade brasileira” (MOITA LOPES, 2006, p. 93).

Os enunciados dos Entrevistados em destaque comprovam, também, que não havia um atendimento ou um ensino diferenciado aos discentes paraguaios que não falavam em português, reforçando a necessidade de reflexão sobre as

ações pedagógicas presentes em espaços escolares fronteiriços e permeados pela multiculturalidade, tendo em vista que a “escola é um espaço de participação, mas sobretudo de integração e de diálogos que influenciam as diferentes pessoas que transitam por ele” (SANTANA, 2018, p. 85).

Faz-se necessário, portanto, que se desenvolvam condições de acesso à língua, à cultura e ao saber institucionalizado em conjunto com o conhecimento já adquirido, com as línguas já praticadas pelos sujeitos envolvidos e com os conhecimentos a serem compartilhados, uma vez que, neste estudo sociolinguístico de fronteira, tanto a ausência de um ensino de Português como Língua Adicional destinado a essas crianças imigrantes, como a falta de conhecimento da Língua Espanhola por parte do corpo pedagógico-alfabetizador da escola, contribuem significativamente para acentuar as desigualdades socioculturais e intensificar a marginalidade⁷.

Neste contexto, Oliveira e Ribeiro (2016) acrescentam que os docentes não sabem como lidar adequadamente com essa realidade, em que os alunos não entendem o professor e em que este não entende aqueles, pois “não se sentem preparados para receber estas crianças, os mesmos sentem-se de mãos atadas, pelo fato de não terem aprendido como lidar com esta realidade em seus cursos de formação profissional” (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2016, p. 36).

Assim sendo, a crença de que o professor não precisa saber ou dominar a língua de seus discentes, acrescida da ausência de uma abordagem de ensino de Português como Língua Adicional, trazem inúmeros prejuízos e problemas de aquisição linguística e identitária aos alunos que, nesta perspectiva, são vistos como seres que nada sabem:

ENTREVISTADO.07 – R: 06

Ajudaria claro [conhecer a língua do outro]. A gente tem aluno aqui dentro, alunos que vem aqui sem falar uma palavra em português, daí você tem que começar do zero, zero, zero, zero, como se tivesse com um bebê ensinando pra ele o que é uma caneta, fazendo ele repetir caneta, aí pedindo pra ele como é na língua dele, aí ele fala, aí a gente fala caneta de novo para ele compreender que aquilo que ele compreendeu na língua dele é uma caneta. Então é um retorno da infância, tem que aprender a falar tudo de novo. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

⁷ Segundo Ribeiro (2017, p. 2) “O termo marginalidade está associado a conceitos sociais representando quem está afastado da sociedade ou fora da lei. No contexto transfronteiriço de sala de aula que se aplica neste texto, entende-se marginal enquanto um sujeito excluído e fora de determinados padrões institucionais estabelecidos em uma comunidade de fala. No caso do aluno estrangeiro [ou imigrante] que frequenta as escolas brasileiras, o fato de ter a sua língua materna diferente do português já é um fator que lhe conduz à margem”.

Esse “retorno” à infância para aprender a falar novamente, presente no discurso do Entrevistado 07, reforça a perspectiva apresentada por Oliveira e Ribeiro (2016) sobre a carência de formação intercultural, por parte do corpo pedagógico escolar, voltada ao acolhimento linguístico de crianças imigrantes. Dessa maneira, com o emprego de uma metodologia de ensino de línguas incoerente com a realidade linguística dos discentes, neste caso, paraguaios, tendo em vista a ausência de uma política linguística de Língua Adicional no município de Guaira, prejudicam o processo de aprendizagem do educando que pode passar a experimentar uma sensação de inferioridade, frustração e baixa autoestima, simplesmente porque não há o estabelecimento de uma relação dialógica entre alunos e professores.

A colocação do Entrevistado 07 suscita, ainda, reflexão, discussão e posicionamento, visto que ensinar simplesmente por ensinar ou conforme as condições permitem e sem uma metodologia adequada de ensino de Língua Adicional não traz nenhum benefício ao discente atendido, ao contrário, coloca-o sob a condição de assujeitado nesse espaço sociolinguístico de fronteira:

ENTREVISTADO.07 – R: 07

[...] Porque na realidade a gente sempre fala assim, tanto nossos alunos vindos do Paraguai como nossos indígenas, é, a gente sempre preconiza assim, não fomos nós que viemos da sua cultura, então é vocês que tem que se adaptar ao português. Mas porque, porque nós não temos base nenhuma da língua deles, né, [...]. Mas a gente sempre preconiza, você está numa escola de português, então tem que aprender a língua portuguesa, né. Então é uma exigência do aluno quando ele está aqui, as provas deles são em português, a leitura é em português, então é difícil você colocar pra ele uma, ah você vai fazer na sua língua. Não, se está aqui no Brasil fala-se o português, então você vai se adaptar ao português [...]. (Entrevista em 19/11/2014 – grifos das pesquisadoras).

Sobre este enfoque, Horst (2009, p. 82) assevera que “esse desconhecimento da língua materna e da cultura dos educandos, por parte dos educadores, gera desprezo e a proibição do uso da variedade em sala de aula”. Assim, nessa relação, “não se trata de colocar a criança em contato com um novo código ou um novo modo de dizer as coisas, mas um modo diferente de significar as coisas” (PICANÇO, 2013, p. 278 – grifos do autor). Por conseguinte, somente com uma pedagogia de educação em línguas que respeite, aceite e valorize a diversidade linguístico-cultural (VON BORSTEL, 2013; RIBEIRO 2017 e 2018), é que situações como a descrita pelo Entrevistado 07 deixarão de ser praticadas.

Para tanto, a sociedade precisa cobrar dos setores educacionais por políticas linguísticas e educacionais que atendam efetivamente as demandas das regiões de fronteira, assim como, exigir que em sua implementação seja considerada a realidade sociolinguística local vivenciada por essas escolas localizadas em contextos linguísticos diversificados, pois se verificou que, embora o aluno paraguaio ou brasiguaiou estivesse em contexto de imersão, lhe é ensinada a Língua Portuguesa a partir de abordagens de ensino de Língua Materna porque o mesmo não estava frequentando um curso de Português Língua Adicional⁸.

Assim, com vistas a contribuir na melhoria da qualidade de ensino, bem como no respeito e na reciprocidade linguísticos, a Língua Portuguesa deveria ser trabalhada como Língua Adicional, isto é, como uma segunda língua. Logo, enquanto um acréscimo linguístico, ademais de agregar outra língua ao repertório linguístico do falante, permite-se que se reconheça como bilíngue e/ou multilíngue, visto que ao aprender outra língua o sujeito desenvolverá uma “melhor consciência sobre a sua própria língua, isso permitirá que essa criança aprenda também sobre criticidade” (FERREIRA, 2013, p. 13).

Para tanto, a sala de aula deve apresentar-se como um ambiente em que as crianças possam conhecer e ter sucesso, ao passo que ampliam e agregam novos saberes em correlato à “manutenção da sua cultura e da sua Língua Materna” (RIBEIRO, 2018, p. 962). Do contrário, podem experimentar “uma atitude de inquietação, de insegurança, cuja consequência pode ser de amar e de odiar uma das línguas de seu repertório em uma atitude abertamente antagônica” (PEREIRA e COSTA, 2011, p. 49).

Nesse sentido, reforça-se que o ensino de Português como Língua Adicional colaboraria tanto para que o aprendiz do português não se sentisse assujeitado, como para a valorização do multilinguismo e, conseqüentemente, proveria pelo plurilinguismo⁹, pois “as crianças bilíngues/multilíngues têm muito a contribuir em nossa sociedade e não devem ser vistas como problemas em sala de aula” (HORST, 2009, p. 81). Portanto, “nota-se o quão importante é a interação e o

8 Conforme o disposto por Rodrigues, o “termo Língua Estrangeira está intrinsecamente ligado à noções de FN [falante nativo] e FNN [falante não-nativo], [...] Língua Adicional” consiste no “acréscimo de uma língua a outras que o aluno tenha em seu repertório e se reconhece” (RODRIGUES, 2013, p. 17). Embora muitos falantes estrangeiros acabem perdendo o vínculo com a sua Língua Materna, seja pelo desuso e falta de contato com outros falantes, a Língua Portuguesa passa a ser a sua Segunda Língua.

9 “Plurilinguismo, em contraste, seria o termo que aponta para uma valorização positiva deste multilinguismo, a sua utilização como efetivo recurso para a vida das pessoas envolvidas nas práticas comunicativas em questão, para as instituições e para o país: somente neste caso falamos de plurilinguismo” (OLIVEIRA, 2016, p. 69 – grifos do autor).

papel do professor alfabetizador nesta questão do multiculturalismo presente nas escolas da fronteira, para que a criança não perca sua identidade cultural e sinta-se incluída no contexto escolar” (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2016, p. 39).

Ou seja, uma abordagem de Português como Língua Adicional levaria em consideração, por exemplo, aspectos comparativos e divergentes entre o par linguístico português e espanhol, como também investiria em trocas enunciativas entre as duas línguas, valorizando a Língua Primeira das crianças, assim como, propõe Horst (2009, p. 81) ao esclarecer que o docente pode auxiliar os discentes “a continuarem usando as suas variedades linguísticas, na medida em que, por exemplo, pesquisem e incentivem o multilinguismo dos alunos em sala de aula, compartilhando as línguas através de exemplos práticos trazidos pelas crianças”. Mas para que haja consonância, a postura do professor deve ser a de mediador e incentivador, demonstrando empatia e respeito pela diversidade (RIBEIRO, 2017).

É possível observar, ainda, a ausência, por parte dos envolvidos, de uma relação entre o fracasso escolar e a metodologia de ensino da Língua Portuguesa aplicada nas escolas, pois se acreditava que o fator dificultoso, referia-se somente ao deslocamento linguístico contextual do sujeito:

ENTREVISTADO.33 – R: 01

Bem mais complicado... trabalhei anos alfabetizando crianças, é muito mais complicado você alfabetizar uma criança que é a língua materna dela o espanhol, ela demora muito mais para aprender do que... porque é fora do contexto dela, é bem mais difícil para ela, muito mais, agente tem que usar... muito mais mecanismos para a criança chegar naquele..., dá um dó. [...]. (Entrevista em 07/04/2014 – grifos das pesquisadoras).

Porém, observou-se que a problemática maior não se restringe apenas ao fator deslocamento, mas principalmente pelo emprego da metodologia de ensino de língua inadequada. Diante disso, pensando na integração e na inclusão desses estudantes, faz-se necessário um ensino de Português como Língua Adicional enquanto acréscimo de saberes, para que as crianças possam experienciar e sentir-se reconhecidas, uma vez que “as línguas são a própria expressão das identidades de quem delas se apropria. Logo quem transita entre diversos idiomas está redefinindo sua própria identidade” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 69).

Para tanto, considerando o cidadão emergente que é multilíngue, para utilizar os termos de Rajagopalan (2003), procurou-se demonstrar, a partir dos enunciados dos Entrevistados, representantes das instituições de ensino, nível Fundamental I, de Guáira, como a ausência de uma abordagem condizente com a realidade

escolar vivenciada reforça as desigualdades e promove o monolinguismo, visto que, a Língua Portuguesa, ao invés de ser acrescentada ao repertório de línguas dos falantes, é trabalhada por meio de uma perspectiva que a faz substituir a Língua Materna desses imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do contexto educacional observado em Guaíra por Ribeiro (2015) e as discussões estabelecidas a partir dos dados gerados pelas entrevistas realizadas, faz-se a ressalva da viabilidade e a aplicabilidade do ensino de Português como Língua Adicional destinado às crianças imigrantes, especialmente as paraguaias, que frequentam as instituições de ensino municipais nesta Comunidade de fala bilíngue.

Desse modo, a falta de uma abordagem pedagógica de ensino de Português como Língua Adicional, como se verificou nesta reflexão e em referenciais teóricos relacionados a esta temática, somada ao pouco ou nenhum conhecimento da Língua Espanhola pelo corpo docente e pedagógico das escolas (RIBEIRO, 2015), tornaram-se um fator condicionante e amplificador das dificuldades de comunicação entre os alunos imigrantes e a instituição educativa, contribuindo ainda mais para acentuar as dificuldades de aprendizagem dos discentes, bem como para o fracasso escolar.

Essa situação demonstra também que as políticas linguísticas vigentes nesta região fronteiriça não dão conta, de maneira satisfatória, das necessidades linguísticas vivenciadas pelos cidadãos guairenses. Consequentemente, acredita-se que faz parte da função da escola proporcionar um ensino de qualidade. Para isso, é fundamental a participação ativa da Comunidade em parceria com a Secretaria Municipal de Educação na elaboração e na aplicação de políticas linguísticas que atendam a realidade vivenciada no município de Guaíra, pois não há como negar a diversidade linguística e cultural de seus alunos que, indiferentemente de serem brasileiros, paraguaios ou descendentes, são crianças em processo de alfabetização e letramento, com competências comunicativas bi/multilíngues em/de contato fronteiriço.

Neste sentido, é preciso pensar sim, em ações políticas advindas do Estado em parceria com a Comunidade, para que todos possam usufruir das mesmas oportunidades de ensino, dirimindo as diferenças refletidas tanto na língua como na cultura e no acesso ao saber institucionalizado, visto que a conjuntura analisada

reforça a urgência de uma política linguística condizente com este espaço sociolinguístico de fronteira, assim como a elaboração de um planejamento linguístico que considere as especificidades da região em foco.

Para tanto, de acordo com von Borstel (2013) e Ribeiro (2018), é preciso que o docente tenha conhecimento linguístico de línguas em/de contato e que se respeite os fatores históricos, socioculturais e econômicos no planejamento e implementação do multilinguismo nas escolas a partir do uso de alternâncias linguísticas de dois ou mais códigos, sob uma real atividade de ensino e de aprendizagem vivenciada na Comunidade e na Escola por uma Língua Adicional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. Fronteiras culturais: metáforas ou realidade? P2P & Inovação, v. 5, n. 1, p. 260-275, set/fev. 2018. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/9489>. Acesso em: 28 fev. 2020.

FERREIRA, A. de J. Prefácio à 2ª edição: Ensino de Língua Estrangeira para crianças e a formação de professores. In TONELLI, J. R. A; CHAGURI, J. de P. (Orgs.). O ensino de língua estrangeira para crianças: o ensino e a formação em foco. 2. ed. Curitiba: Appris, 2013, p. 11-14.

FERREIRA, I. K. de S; SANTOS, L, F. dos. A aprendizagem de língua estrangeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Revista Letrônica, v. 3, n. 1, jul. 2010, p. 128-141, 2010. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/6930/5468. Acesso em janeiro de 2015.

HORST, C. A situação da alfabetização dos falantes de línguas de imigração no contexto brasileiro. Revista Contingentia, v. 4, n. 2, nov. 2009, p. 73-84, 2009. Disponível em: seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/download/11417/6762 Acesso em ago. 2018

KONDER, L. O que é dialética. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LIMONGE, G; et al. Alfabetização de alunos paraguaios no âmbito escolar brasileiro. Revista Magsul de Educação da Fronteira, v. 1, n. 1, dez. 2016, p.27 -33, 2016. Disponível em: bibmagsul.kinghost.net/revista2016/index.php/educfronteira/article/download/.../124 Acesso em ago. 2018

MAGALHÃES, V. B. O perfil e a formação desejáveis aos professores de língua inglesa para crianças. In TONELLI, Juliana R. A; CHAGURI, Jonathas de P. (Orgs.). O ensino de língua estrangeira para crianças: o ensino e a formação em foco. 2. ed. Curitiba: Appris, 2013, p. 239-260.

MOITA LOPES, L. P. Da. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In MOITA LOPES, Luiz P. da. (Org.). Por uma linguística aplicada INdisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006, p. 85-107.

MONTE MÓR, W. As políticas de ensino de línguas e o projeto de letramentos. In NICOLAIDES, C. et al. (Orgs.). Política e políticas linguísticas. Campinas, SP: Pontes, 2013, p. 219-236.

OLIVEIRA, G. M. de. Línguas de fronteira, fronteiras de línguas: do multilinguismo ao plurilinguismo nas fronteiras do Brasil. GeoPantanal. 21,11: 59-72, 2016. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/2573/2347>. Acesso em 3 jun. 2018.

OLIVEIRA, J. D. de O; RIBEIRO, S. V. Desafios encontrados pelos professores no processo de alfabetização de alunos paraguaios em escolas brasileiras da região de fronteira. Revista Magsul de Educação da Fronteira, v. 1, n. 1, Dez. 2016, p.34-40, 2016. Disponível em: <http://bibmagsul.kinghost.net/revista2016/index.php/educfronteira/article/view/140/125> Acesso em ago. 2018

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In MOITA LOPES, Luis P. da. (Org.). Por uma linguística aplicada INdisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006, p.67-84.

PEREIRA, M. C; COSTA, R. V. Políticas linguística: o caso dos cenários bi(multi) língües. In VON BORSTEL, Clarice N. e COSTA-HÜBES, T. da C. (Orgs.). Linguagem, Cultura e Ensino. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011, p. 49- 66.

PICANÇO, D. C. de L. Para quê queremos ensinar LE às nossas crianças. In TONELLI, Juliana R. A; CHAGURI, Jonathas de P. (Orgs.). O ensino de língua estrangeira para crianças: o ensino e a formação em foco. 2. ed. Curitiba: Appris, 2013, p. 261-280.

RAJAGOPALAN, K. Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

RIBEIRO, S. B. C. Acolhimento Intercultural e Ensino de Português como Língua Adicional nas Escolas Municipais de Foz do Iguaçu. *Revista Domínios de Linguagem*. v. 12; n. 1, março de 2018, p. 940-973, 2018.

_____. A Marginalidade em Detrimento da Interculturalidade em Regiões de Fronteira Geográfica Enunciativa. In *RELACult*.v. 3. Edição Especial, dez. de 2017, artigo nº 510, p. 1-23, 2017.

_____. Língua(s) de fronteira: o ensino da língua espanhola em Guaíra, Paraná. 2015. 259 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel, 2015.

RODRIGUES, B. C. Ensino de português como língua adicional para hispanofalantes: uma proposta de material didático para o ensino de leitura e escrita em níveis iniciais. Porto Alegre, 2013. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. 2013.

SANDÍN ESTEBAN, M. P. Pesquisa qualitativa: fundamentos e tradições. Trad. Miguel Cabrera. São Paulo: Artmed, 2010.

SANTANA, M. L. da S. Práticas pedagógicas na região de fronteira: uma olhar a partir de escolas de Ponta Porã. *Revista Educação*, v. 43, n. 1, jan./mar. 2018, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/23299/pdf> Acesso em ago. 2018

SILVA, K. A.; SANTOS, L. I. S.; JUSTINA, O. D. Entrevista com Kanavillil Rajagopalan: ponderações sobre linguística aplicada, política linguística e ensino-aprendizagem. **Revista de Letras Norte@mentos** – Revista de Estudos Linguísticos e Literários. Edição 08 – Estudos Linguísticos 2011/02. Disponível em: http://projetos.unemat-net.br/revistas_eletronicas/index.php/norteamentos Acesso em 10 mar. 2014.

STURZA, E. R. Línguas de Fronteira e Políticas de línguas: uma história das idéias linguísticas. Campinas, 2006. Tese de Doutorado. Campinas. UNICAMP, 2006.

_____. A Interface Português/Espanhol: a Constituição de um Espaço de Enunciação Fronteiriço. IV Congresso Brasileiro de Hispanistas, 2008, Belo Horizonte: UFMG, v. 1. p. 2537-2545, 2008.

VON BORSTEL, C. N. Políticas lingüísticas e educacionais em situações

de língua em/de contato. LLJornal, v.8, n. 1, jan./mar. 2013, p. 1365-1452. Disponível em: <http://ojs.gc.cuny.edu/index.php/lljornal/article/view/1365/1452/pdf> Acesso em ago.2020.

A PANDEMIA DA COVID-19 E OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A MOBILIDADE DE HAITIANOS E VENEZUELANOS EM RONDÔNIA

Marília Lima Pimentel Cotinguiba¹
Roziane da Silva Jordão²
Maquézia Suzane Furtado dos Santos³

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo analisar os impactos da doença Covid-19 para os imigrantes, sobretudo haitianos e venezuelanos, nas regiões fronteiriças do estado de Rondônia, além de dialogar sobre os desafios provocados pela interdição da mobilidade durante a pandemia de coronavírus, bem como refletir sobre as múltiplas formas de exclusão, negação de direitos básicos e enfrentamentos da crise pela comunidade de imigrantes. A análise está pautada em discussões teóricas de áreas interdisciplinares quais sejam, a Antropologia, a Psicologia e a Linguística Aplicada, bem como a partir das recomendações oficiais da Organização Mundial de Saúde. A amostra etnográfica que utilizamos neste artigo foi recortada de duas pesquisas que encontram em andamento no âmbito do Observatório das migrações em Rondônia de do Grupo de Pesquisa Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira – MIMCAB da Universidade Federal de Rondônia. Ainda que muito cedo para apresentar conclusões formadas sobre a totalidade dos impactos e desdobramentos da pandemia de coronavírus frente a comunidade de imigrantes em Rondônia, neste trabalho, levantamos hipóteses, discutimos dados e consideramos que a doença Covid-19 tal como se apresenta sob contágio desenfreado, atropela as fronteiras políticas, geográficas e sociais não respeitando os projetos pessoais e individuais dos imigrantes, instaurando, desse modo, o caos e a crise atuais.

Localizada no Norte do Brasil, Rondônia é uma região de fronteiras diversas, tanto nacionais como internacionais, ao norte do estado está o Amazonas; mais

1 Doutora em Linguística e professora da Universidade Federal de Rondônia, marhil@unir.br

2 Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas, Mestra em Letras pela Universidade Federal de Rondônia, rozianejordao@gmail.com

3 Cientista social, mestre em Psicologia pela Unir, maqueziafurtado@gmail.com.

ao Leste, o Mato Grosso; seguindo ao oeste, uma parte do Acre, além do país boliviano que divide as divisas políticas e geográficas com a cidade rondoniense de Guajará-Mirim. Por se tratar de uma zona de congruências e incongruências tanto físicas quanto simbólicas e culturais, Rondônia tem sido palco para entrada e saída de atores diversos ao longo de todo o processo de formação e consolidação do Estado.

Na última década, 2010-2020, tendo em vista a inserção do Brasil como rota migratória para os processos de mobilidade internacional haitiana e mais recentemente venezuelana, houve uma intensificação na quantidade de entrada e saída de pessoas no estado de Rondônia. Essa movimentação foi percebida pela sociedade civil por alterar a paisagem local e colocar em destaque relações de ordem étnico-raciais, transnacionais, bem como o exercício das múltiplas formas de alteridades. É bem certo que esse processo não ocorre de maneira regular e pacífica em todas as suas dimensões, há que se pensar nos aspectos de conflitos, de violências, de negação de direitos, de preconceitos velados ou declarados, enfim.

Desde então, o Grupo de Pesquisa MIMCAB- Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira e o Observatório das Migrações em Rondônia, do qual fazemos parte, adotaram essa demanda como pauta de investigação acadêmica e social, registrando e analisando as maneiras como ocorrem as inserções, assim como as exclusões diversas desse contingente de imigrantes na sociedade rondoniense.

Como parte das ações de investigação acadêmica e social do Grupo de Pesquisa MIMCAB, está o Projeto de Extensão *Migração Internacional na Amazônia Brasileira: linguagem e inserção social de imigrantes em Porto Velho*⁴. Dentre os trabalhos realizados pelo Grupo de Pesquisa, Samora (2015) identifica os discursos das mídias virtuais “buscando as regularidades discursivas presentes nos textos veiculados sobre o processo migratório dos haitianos no Brasil”; por outro lado, Ribeiro (2016) verifica “de que modo a mobilidade e as características da diáspora impactam a religiosidade dos imigrantes haitianos residentes na cidade de Porto Velho”; e Jordão (2017) volta o olhar investigativo para o fluxo de mulheres haitianas que migraram em direção ao estado de Rondônia e verifica “o processo de inserção social relativa” dessas imigrantes na sociedade portovelhense; enquanto Santos (2018) analisa os processos de escolarização e inserção educacional das crianças e jovens imigrantes.

4 Coordenado pela Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba/ UNIR- Universidade Federal de Rondônia, o projeto teve início em 2011 e atendia inicialmente uma demanda majoritária de migrantes haitianos, com poucos alunos de outras nacionalidades, mais recentemente, em meados de 2019, houve uma grande demanda por parte do público de imigrantes venezuelanos.

Em meados de 2019, após conflitos políticos internos ocorridos na Venezuela, o Brasil abriu as “portas” do estado de Rondônia para receber uma grande quantidade de imigrantes venezuelanos o que ocasionou a chegada de uma nova face da migração internacional no estado rondoniense. Assim, ao processo de inserção socioeconômica de imigrantes haitianos que já estava em curso foi adicionado esse novo contingente de Venezuelanos com demandas próprias e muito variadas daquelas existentes. Para esse grupo de pessoas também foram ofertadas vagas de estudo no Projeto de Extensão Universitária supramencionado.

Nesse contexto de entrada, permanência e saída de pessoas, em maior número, haitianos e venezuelanos no estado de Rondônia, surge a propagação massiva do novo coronavírus e as atuais recomendações de quarentena pela OMS- Organização Mundial de Saúde. Os impactos, tanto da medida protetiva quanto do não cumprimento das restrições e recomendações de distanciamento social, são agravantes do caos instaurado. De um lado, os leitos lotados nas unidades de saúde públicas e privadas, de outro lado a crise econômica, a falta de recursos financeiros e a dor da perda de entes queridos vítimas da doença.

O fato é que o vírus, como anunciado no título deste texto, não respeita fronteiras simbólicas e físicas, ele transita livremente de um lado ao outro provocando perdas irreparáveis, danos incalculáveis e suscitando muitos questionamentos existenciais e políticos. Mesmo que tenha precedentes históricos de igual ou maiores proporções, a pandemia de coronavírus é uma situação esporadicamente nova para a geração atual e, como tal, chegou de improviso, dividindo opiniões e encontrando sociedades inteiras em total e absoluto despreparo para lidar com o enfrentamento do contágio.

Em Rondônia, a situação da pandemia tem muitos agravantes, dentre eles o fato das sociedades locais estarem em meios a processos de recepção/inserção de grandes quantidades de imigrantes num curto espaço de tempo. Esses processos, como sabemos, são longos e conflituosos e, em certa medida, foram interrompidos ou pausados pelas recomendações de distanciamento social.

Ao longo deste texto, voltamos então o nosso olhar para a comunidade de imigrantes haitianos e venezuelanos nesse contexto de pandemia na sociedade rondoniense, sobretudo na capital do estado. É de nosso interesse pensar aqui as múltiplas formas de re-significação e re-existências individuais e coletivas dessa comunidade, bem como os protagonismos exercidos pelos imigrantes frente a atual crise.

Destarte, o capítulo foi dividido em duas partes, a saber, “A pandemia em Rondônia: vulnerabilidades econômicas e sociais de imigrantes” onde apresentamos

os dados oficiais sobre o número de casos, as formas como as autoridades estão conduzindo a situação, bem como reverberam as demandas atuais; já no segundo tópico tecemos algumas considerações etnográficas sobre os “Protagonismos de imigrantes haitianos e venezuelanos no enfrentamento da pandemia”.

APANDEMIA EM RONDÔNIA: VULNERABILIDADE ECONÔMICAS E SOCIAIS DE IMIGRANTES

O estado de Rondônia tem atualmente, conforme o boletim 166 da Secretaria Estadual de Saúde - SESAU/RO, 55.153 casos confirmados da covid-19 e 1.148 óbitos. Além disso, na média móvel de mortes o estado se configura como estável. A capital, Porto Velho, concentra o maior número de casos e é também o município que mais recebeu e ainda recebe migrantes internacionais.

Trata-se de um grave problema de saúde pública que atinge a todos, brasileiros e imigrantes, com problemas sociais diversos, “como o desemprego e a redução de mobilidade” (COTINGUIBA-PIMENTEL, COTINGUIBA, DIAS, et al, 2020, p. 407). Especificamente, no caso da população imigrante em Porto Velho, o isolamento e as restrições de mobilidade fizeram emergir dificuldades extremas que aumentaram a vulnerabilidade social e econômica dessas pessoas. No caso dos indígenas *Warao*, por exemplo, que começaram a chegar em Porto Velho em meados de 2019, houve um agravamento nos problemas de saúde. A estratégia utilizada pelos *Warao* em Porto Velho de pedir ajuda nos semáforos fora interrompida com as medidas de isolamento imposta pelos decretos estaduais em decorrência da covid-19. Com isso, esses imigrantes passaram a viver situações de extrema vulnerabilidade, sem comida e sem uma moradia salubre.

A Secretaria de Assistência Social e Família – Semasf em parceria com o Programa de Extensão *Migração Internacional na Amazônia brasileira: linguagem e inserção social de imigrantes em Porto Velho*, da Universidade Federal de Rondônia, vêm realizando desde outubro de 2019 um acompanhamento dos *Warao* em Porto Velho. Desenvolver uma política pública ou uma ação pontual com os *Warao* que se encontram na cidade de Porto Velho é um desafio para as autoridades governamentais e para profissionais de diferentes áreas. Segundo dados de um relatório elaborado pelos pesquisadores da Unir e pela equipe da Semasf (ainda em processo de finalização), foram realizadas de outubro de 2019 até o presente momento ações para os *Warao* tais como: visitas nas moradias, realização do Cadastro

Único no sistema, Cadastro para auxílio aluguel, retiradas e renovações de carteiras de trabalho, orientações de saúde, consultas com clínico geral, atendimentos farmacêuticos, realização de exames, entrega de cestas básicas, dentre outras ações.

No mês de novembro de 2019 foi assinado um termo de compromisso mútuo entre a Semasf e o Grupo de pesquisa MIMCAB da Universidade Federal de Rondônia por meio do Programa de Extensão *Migração internacional na Amazônia brasileira: linguagem e inserção social de imigrantes em Porto Velho*, com vigência de 24 meses. Essa parceria, que ainda está em curso, tem como objetivo produzir estudos e pesquisas para subsidiar a adoção de políticas públicas para a população migrante e refugiada, além de contribuir com a promoção de ações voltadas para garantia de assistência social básica e especial para imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade e risco social na cidade de Porto Velho. De acordo com nossas observações etnográficas sobre imigração internacional em Rondônia, bem como a partir da observação participante que realizamos em campo juntamente com a equipe da Semasf, percebemos e afirmamos que com o agravamento da saúde, em decorrência da pandemia da covid-19, o povo *Warao* ficou em condições ainda mais precárias, alguns apresentaram doenças como tuberculose, infecções diversas. Tivemos notícia de três pessoas que testaram positivo para o coronavírus. A Semasf continua com as ações para essa população, mas não conseguirá dar conta da demanda sem uma gestão integrada e em rede com outras instituições governamentais e não governamentais. É preciso, portanto, que haja uma articulação entre as instituições, para que possam trabalhar numa perspectiva intersetorial, com gestão integrada e em rede.

Além disso, o panorama geral da situação dos imigrantes haitianos, venezuelanos e outros migrantes internacionais em Rondônia não é muito diferente. Conforme Cotinguiba-Pimentel, Cotinguiba e Jordão (2020)⁵, muitos não conseguiram solicitar o auxílio emergencial do governo federal, outros realizaram o cadastro e não receberam e poucos conseguiram receber efetivamente esse benefício. Alguns ficaram sem emprego e mesmo os que estavam realizando trabalho informal, tiveram que paralisar as atividades e ficar praticamente sem nenhuma renda. Conforme será escrito na segunda parte deste capítulo, alguns migrantes se reinventaram e conseguem sobreviver graças ao protagonismo próprio.

5 Pesquisa realizada nos meses de maio a julho de 2020 coordenada pela PUC-Minas e pelo NEPO/Unicamp. Ver e-book completo com os dados da pesquisa no link: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/impactos_pandemia/COVID%20NAS%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20INTERNACIONAIS.pdf

Afora todos esses desafios enfrentados por essa população, sublinhamos a importância de algumas iniciativas que estão sendo realizadas neste momento de pandemia, como o curso de português como língua de acolhimento e o pré-enem para imigrantes e refugiados ofertados pela equipe do Programa de Extensão já citado neste capítulo. São ações extremamente desafiadoras e que nos fazem refletir a todo momento sobre o papel da língua e da cultura como mediação social e inserção dessa população pelos meios tecnológicos. Nos encontros presenciais, face a face, ao vivo já era desafiador, mas agora sem o contato próximo, presencial é difícil, sobretudo pelo fato das interações se darem de forma diferente do que estávamos habituados. Atender a essa população na perspectiva do acolhimento exige, não raro, uma proximidade para uma escuta atenta e ética, pautada no ouvir, no olhar nos olhos. Assim, a equipe de professores do Programa também se depara com a falta dessa interação que o presencial possibilita, há uma falta constituinte desses sujeitos envolvidos no processo como um todo. (COTINGUIBA-PIMENTEL, COTINGUIBA, DIAS, et al, 2020, p. 411).

Por outro lado, temos tido bons resultados com a *lives*, os grupos de *whatsapp* e outras ferramentas que estamos utilizando, pois outras possibilidades de interação e aprendizado mútuo vão se construindo por meio de estudos, reflexões, discussões e tentativas, sem medo de errar, mas com o mesmo compromisso ético com os sujeitos envolvidos que sempre tivemos.

É fato que a população imigrante no ambiente socioespacial brasileiro se encontra envolta em um contexto de dificuldades e vulnerabilidades produzidas pela própria condição migratória. Sobre essa condição, Velasco (2014) afirma que o imigrante e a imigração se mantêm como um sistema social, alicerçados em um tipo de dominação, ainda que simbólica no país alvo da imigração, como no caso do Brasil. Dessa forma, segundo Sayad (1998), o que define o imigrante é sua posição na hierarquia social, e esta hierarquia determina, portanto, situações frequentemente vivenciadas por esse público, como o racismo, a xenofobia e demais vulnerabilidades ocasionadas pela experiência migrante.

Nesse ínterim é importante compreender que existe uma diferença básica entre imigrantes e estrangeiros, pois o que determina “é a sua relação com o Estado, enquanto estrangeiro ele é responsabilidade do seu Estado, já imigrante é o status social e político que se recebe quando este inicia sua relação com o Estado receptor.” (SILVA; ALVES, 2017, p.115). No entanto, não há consenso entre os estudiosos da migração sobre as diferenças entre imigrantes e refugiados, uma vez que a definição desse último se ampara na vulnerabilidade social e na

grave violação de direitos em que se encontram. Assim, ao abordamos nesse texto o termo imigrante nos apoiamos na compreensão do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) de que refugiados também são imigrantes, porém “[...] se encontram em condição de fundado temor de perseguição política, por envolvimento em movimentos sociais de qualquer ordem, que estejam impedidos, ou não queiram retornar ao país de origem” (BRASIL, 1997, p.1).

Dessa forma, é pertinente também abordarmos que o conceito de vulnerabilidade tem sua origem etimológica nos verbos em latim *vulnerare* e *bilis*, e que significa algo como “suscetível a danos”. Nesse sentido, indivíduos podem estar sujeitos à vulnerabilidade por inúmeros fatores. Entre os mais comuns estão os econômicos, ambientais e aqueles causados pelas regras sociais típicas de determinadas sociedades, e pode afetar grupos inteiros, principalmente em países subdesenvolvidos ou emergentes.

Assim, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) também classifica a vulnerabilidade dos povos latino-americanos como uma incapacidade de resposta a contingências e dificuldades frente a situações que colocam os indivíduos em risco, sobretudo no caso das populações economicamente defasadas e dos imigrantes (CEPAL, 2002).

Dessa forma, entre os fatores que contribuem para a vulnerabilidade migratória estão as condições de classe, pois é sabido que uma parcela da população imigrante vive em condições materiais piores no seu país de origem do que em relação à população do país de destino (MORTARI, 2020). Além disso, a dificuldade linguística, as diferenças culturais e o tempo de adaptação necessário para o processo de inserção no país de destino são características comuns no indivíduo imigrante.

Isso ocorre tanto no campo material, pois as condições financeiras também sofrem mudanças estruturais, como por exemplo não encontrar trabalho compatível com a função que desempenhava no país de origem ou com o diploma que possui; como também no campo psicológico, uma vez que a mudança, a adaptação e solidão também se fazem presentes nessa experiência. Por isso, de acordo com Dias e Gonçalves (2007), o agravamento da saúde psicológica faz com que os migrantes possam apresentar maior vulnerabilidade a doenças como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, esquizofrenia e outros distúrbios mentais.

Em um contexto de pandemia mundial, no qual as mobilidades, as interações sociais, o direito de ir e vir, o acesso a serviços de saúde e as condições materiais como um todo, encontram-se no bojo de uma crise agravada, sobretudo pelas

dificuldades governamentais em lidar com uma situação atípica como esta, os entraves para os imigrantes aumentaram ainda mais, principalmente no que tange às circunstâncias econômicas, sociais e de mobilidade, ocasionando o agravamento das vulnerabilidades vivenciadas por esse público.

Os imigrantes passaram a sofrer com o aumento e o surgimento de novos desafios frente à pandemia, principalmente em relação à mobilidade e as condições financeira ocasionadas pela falta de emprego e renda. Sobre isso, Neto e Menacho (2020, p.55) afirmam que “trabalhadores migrantes e suas famílias, em todo o mundo, tendem a estar mais exposto à perda de empregos e salários, durante uma crise econômica, em comparação aos nacionais”. Segundo os autores, isso ocorre principalmente pelo fato de os imigrantes estarem inseridos em trabalhos dos setores de construção, comércio e serviços e estes, por sua vez, são os mais atingidos durante uma crise.

No Brasil, o impacto da pandemia somados aos problemas produzidos pelas desigualdades sociais também aumentaram. Diante disso, algumas ações governamentais foram tomadas para tentar sanar as dificuldades advindas com a perda de emprego e renda, entre eles a implantação de um auxílio emergencial (Lei nº13.982/2020), direito conquistado, após intenso debate entre setores políticos, em abril de 2020 e que garante o pagamento do valor de seiscentos reais para a população de baixa renda e que se encaixam no pré-requisitos solicitados:

- Ser maior de 18 anos de idade
- Não ter emprego formal ativo
- Não ser titular de benefício previdenciário, assistencial, beneficiário do seguro de desemprego ou de programa de transferência de renda federal, exceto se for o bolsa família.
- Possuir renda familiar mensal per capita seja de até ½ (meio) salário mínimo ou renda familiar mensal total seja até 3 salários mínimos
- Que não tenha recebido no ano de 2018, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos)

Nos requisitos acima citados e na redação da Lei, não há a prerrogativa de nacionalidade, permitindo que imigrantes residentes em solo brasileiro possam obter o auxílio. No entanto, conforme aponta Perlingeiro (2020), alguns entraves fazem com que muitos deixem de receber, pois há ainda outros condicionamentos para que os imigrantes não tenham acesso aos serviços básicos de instituições, como os bancos, os postos de saúde etc.

Entre os fatores condicionantes podemos citar: a dificuldade linguística e a vergonha de se expressar em lugares formais; o receio de se apresentar estando com documentação irregular e serem denunciados; ou de estarem buscando esses benefícios junto à população nacional e serem vítimas de racismo e xenofobia pelo fato de serem imigrantes; dificuldade de locomoção, uma vez que para se dirigir até esses lugares eles precisam perder um dia de trabalho, ou precisar e não ter com quem deixar os filhos, ou ainda por cima pelo fato de o transporte público ser de difícil acesso para eles, o que foi ainda mais agravado com a proibição de aglomeração durante a pandemia (MARTINO, 2020).

Assim como as dificuldades econômicas e de trabalho, as vulnerabilidades evidenciaram-se também na vida dos imigrantes que estudam. Isso porque o acesso às aulas remotas, implantadas pelas escolas e instituições de ensino, por meio da utilização de recursos digitais dificultou a vida daqueles que não possuem recursos tecnológicos, e para os pais de crianças imigrantes que não conseguem acompanhar os filhos com as atividades escolares, sobretudo por conta da língua. Nossas observações de campo e pesquisas que estão em curso mostram que o prejuízo no processo de escolarização necessita ir além dos recursos tecnológicos ao permitir uma total interação desses estudantes com a vida escolar.

Martino (2020) acentua que além da educação, outro aspecto está relacionado à habitação dos imigrantes em situação de vulnerabilidades socioeconômicas, pois as condições precárias de habitação e de isolamento não permitem que o isolamento social e as medidas de sanitização recomendada pelos agentes de saúde sejam realizadas por eles de forma adequada.

Desse modo, as dificuldades maiores estão também relacionadas à saúde, uma vez que a epidemia agravou os já precários sistemas de saúde pública e privada no Brasil, o que está intimamente relacionado às vulnerabilidades dos imigrantes produzidas e relacionadas diretamente com a pandemia. Outra variável que evidencia as vulnerabilidades dos imigrantes é que a proibição de mobilidade ou diminuição desta, fez com eles pudessem ter menos acesso aos serviços de acolhida e assistência específico aos imigrantes, acarretando em terem que deixar de receber auxílio as suas necessidades básicas e aquelas características da migração, como o aprendizado da língua para conseguir emprego e escola para os filhos, ajuda com os documentos, o envio de remessas a familiares que ficaram em seus países de origem, entre outros.

Tudo isso somado a um cenário de incertezas e insegurança tem relação direta com a o aumento da vulnerabilidade socioeconômica na pandemia, pois

acima de tudo, o imigrante que vem pelo e para o trabalho ou no caso dos imigrantes oriundos de imigração forçada continuam tendo a necessidade de realizar a mobilidade devido a sua situação e ao se encontrarem em uma situação de fechamento de fronteiras, estes, por sua vez, acabam buscando formas alternativas para a mobilidade, aumentando ainda mais as vulnerabilidades (MARTINO, 2020).

Assim, podemos observar que a conjuntura ambientada pelos imigrantes, sobretudo os que se encontram em um contexto de vulnerabilidades próprias da sua condição sofrem grandes impactos da propagação da covid-19 em suas vidas. Isso piora no caso dos imigrantes residentes em solo brasileiro, principalmente porque de acordo com Lalane (2020), no Brasil há uma insuficiência no que se refere aos dados sobre as comunidades imigrantes, potencializando sobremaneira as vulnerabilidades sociais e econômicas desses indivíduos e nos seus projetos migratórios.

No entanto, é preciso pensar as vulnerabilidades desse grupo social para além do assistencialismo e das necessidades básicas, que no caso do Brasil, são garantidas a qualquer pessoa, independentemente de sua origem, pois esse tipo de pensamento destina o imigrante a um único lugar possível: o de alguém muito vulnerável que precisará sempre de assistência (KNOBLOCH, 2015), não dando a ele a oportunidade necessária para constituir-se enquanto sujeito modificador de sua própria história.

PROTAGONISMOS DE IMIGRANTES HAITIANOS E VENEZUELANOS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

O contexto atual em Rondônia é de crises diversas, as vulnerabilidades a que estão sujeitos os imigrantes são tanto de ordem econômica quanto sociais, isso é fato. Mesmo no meio desse cenário, ao ajustar nosso olhar para as trajetórias de vida e de mobilidade que já estávamos analisando e acompanhando antes da pandemia, percebemos que há no meio da crise múltiplas formas de resistência, enfrentamento e ações de protagonismos entre os imigrantes internacionais.

Ajustar o foco para esse aspecto específico da pandemia em Rondônia tem sido um exercício difícil que requer, além das habilidades teóricas, sensibilidade e tato humanos. Isso, no sentido de perceber a pandemia a partir de um olhar mais antropológico, tendo em vista, conforme sugere Clifford

Geertz (2008, p. 17), que fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas e que o momento atual pelo qual passam os nossos interlocutores não pode ser observado como numa chávena, isolado de todo o resto.

As maneiras como os imigrantes internacionais enfrentam a pandemia estão muito relacionadas com os objetivos que traçaram para si mesmos nos momentos mais ou menos conscientes de elaboração e re-elaboração contínuas de seus projetos migratórios. E, nesse ponto, estamos de acordo com Pierre Bourdieu (2006) para ver como “o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, imprevisível, fora de propósito, aleatório”. Há seis meses os imigrantes internacionais cogitam e formulavam planos de ações para 2020 sem se dar conta de que aconteceria uma pandemia com proporções como essa. O acontecimento imprevisível e fora de propósito desvia o curso das pretensões iniciais fazendo com que esses imigrantes reformulem caminhos para chegar ao objetivo previamente estabelecido.

Pièrre Jean, cujo nome aqui é fictício, é um dos nossos principais interlocutores no processo de coleta de dados de uma das duas pesquisas etnográficas em andamento que mencionamos na introdução constante no início deste capítulo. Ele, como muitos outros imigrantes com os quais temos contato, veio para o Brasil com o objetivo principal de buscar qualificação acadêmica e profissional. “Sabe, doutora, eu costumo dividir minha vinda para o Brasil em duas etapas” relata Pièrre; ele chegou pela primeira vez na capital de Rondônia em outubro de 2012 e aqui esteve até dezembro de 2015, custeado e amparado por uma ordem religiosa cuja denominação ele prefere que seja mantida em sigilo. O objetivo de Jean em Porto Velho era concluir as etapas de missões designadas pela ordem para tornar-se sacerdote. Antes de fixar residência em Rondônia, ele havia passado por outros estados brasileiros, incluindo São Paulo e Porto Alegre. Nesse primeiro período de migração para o Brasil, Jean cursou graduação em Filosofia.

Uma vez vencido o prazo de validade do visto para estudos, Pièrre Jean retornou ao Haiti em dezembro de 2015 para renovar os prazos. Seguindo o planejamento inicial ele deveria retornar tão logo estivesse com o novo visto em mãos, mas a vida é corrente permeada por acontecimentos aleatórios, sem razão aparente, flexível, volátil. Por razões que o interlocutor descreve como razões pessoais, Pièrre mudou de objetivos. O retorno para o Brasil foi adiado e ele passou o ano de 2016 intercalando entre Haiti e República Dominicana com novos projetos e outros objetivos. Só em 31 de maio de

2017 que o nosso interlocutor retorna ao Brasil em uma segunda etapa com outras bagagens e outros sonhos/projetos.

Desde 2017 está em Rondônia dando continuidades aos seus objetivos de qualificação acadêmica. E foi no meio dessa pandemia e todo o caos adjacente que Jean defendeu sua Dissertação de Mestrado. A principal fonte de renda de Pièrre Jean provém das aulas particulares de francês e dos serviços de tradução que ele executa. De acordo com ele, o valor recebido pelas aulas que ministra não é muito, mas somado às economias de que dispunha está mantendo as despesas e gastos pessoais de sobrevivência nesta quarentena.

Nem todos os imigrantes residentes em Rondônia podem contar com reservas econômicas para usar em momentos de escassez, mas de uma ou de outra forma estão resistindo e encontrando maneiras de re-existir no meio da crise seja vendendo frutas e refrescos no intervalo dos semáforos, seja ministrando aulas virtuais de francês ou até mesmo fornecendo alimentos da culinária do país natal à *delivery* via aplicativos.

Ao escrever este capítulo, assim como os outros textos que escrevemos durante esta quarentena temos ajustado o olhar para além das vulnerabilidades que não são poucas, mas também procurando perceber e mapear as múltiplas formas de resistência e ações de enfrentamento dos imigrantes nesse contexto de crises diversas. Essas ações desenvolvidas pelos imigrantes internacionais tanto são de ordem individual como são também coletivas e organizadas, como por exemplo por meio de grupos de estudos e associações.

Em Porto Velho, a ASSHAPO- Associação dos Haitianos em Porto Velho, têm organizado diversas atividades com o intuito de somar forças dos imigrantes nesse contexto de pandemia. De acordo com o Presidente da Associação, Philippe Dieugrand, que também é estudante no curso de graduação em Filosofia da UNIR- Universidade Federal de Rondônia, “devido a falta de compreensão da língua portuguesa, nem todos os haitianos/haitianas na capital de Porto Velho - RO têm acesso às informações divulgadas pelo governo do Estado”. Pensando nisso ASSHAPO organizou eventos online de divulgação e esclarecimento das legislações adotadas e implementadas pelo governo nesse contexto da pandemia de coronavírus, sobretudo para que a comunidade de imigrantes pudesse realizar a solicitação do auxílio emergencial.

Em 12 de junho de 2020, Charlot Jn Charles que é membro da Asshapo e mestrando em Geografia pela UNIR e Philippe Dieugrand, presidente da Asshapo participaram da roda de conversa intitulada: “Os desafios dos

imigrantes no processo de aprendizagem durante a pandemia” em parceria com o Gepcultura da UNIR.

De acordo com os imigrantes a roda de conversas foi realizada “com o intuito de mostrar ao público em geral a realidade dos imigrantes em Porto Velho, pois estão cheios de expectativas, sonhos e vontade de estudar, mas enfrentam os desafios ocasionados pela pandemia”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos da doença Covid-19 para os imigrantes, sobretudo haitianos e venezuelanos, nas regiões fronteiriças do estado de Rondônia são muitos e perpassam questões de ordem econômica, social e de saúde pública. Neste capítulo a partir do diálogo que estabelecemos sobre os desafios provocados pela interdição da mobilidade durante a pandemia de coronavírus, pudemos refletir sobre as múltiplas formas de vulnerabilidades e de exclusão, bem como negação de direitos básicos, mas, sobretudo de enfrentamentos da crise pela comunidade de imigrantes de maneira individual ou coletivamente organizada. Além de evidenciar iniciativas importantes em favor dessa população imigrante e refugiada, tanto por parte de instituições governamentais, como pelas próprias organizações de migrantes.

Conforme já mencionamos ao longo deste texto, o momento não é propício para tecermos considerações conclusivas sobre a totalidade dos impactos da pandemia de coronavírus para os nossos interlocutores imigrantes internacionais no estado de Rondônia. Isso, porque estamos no curso dos efeitos e reações da quarentena. Nesse momento, o que podemos mencionar são as múltiplas formas de resistência e re-existências que se configuram no interior dos projetos e objetivos dos nossos interlocutores direcionando suas trajetórias para tomadas de ações que dantes não estavam previstas, mas que se fazem necessárias frente à pandemia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRASIL, **Lei nº13.982/2020**. Altera a Lei 8.742/1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (PBC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, 2 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do

Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF, 1997.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **Vulnerabilidadsocio-demográfica: viejos e nuevosriesgos** para comunidades, hogares e personas. Santiago - Chile: LC/G, 2002. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/13051/S2002632_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 ago. 2020.

COTINGUIBA-PIMENTEL, Marília Lima; COTINGUIBA, Geraldo Castro; DIAS, Weidila Nink et al. Mobilidade e migração em Rondônia em tempos de pandemia da covid-19. In: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, L. R. (Org.); NANDY, S. (Org). **Migrações Internacionais e a Pandemia de Covid-19**. 1. ed. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2020. v. 1. 633p.

COTINGUIBA-PIMENTEL, Marília Lima; COTINGUIBA, Geraldo Castro; JORDÃO, Roziane da Silva. Imigrantes internacionais no estado de Rondônia. In: BAENINGER, Rosana; FERNANDES, Duval. (Coordenadores). **Impactos da Pandemia da Covid-19 nas migrações**

internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2020.

DIAS, S.; GONÇALVES, A. Migração e saúde. In: DIAS, S. (Org.). **Revista Migrações, Número Temático Imigração e Saúde**, Setembro 2007, n. 1, Lisboa: ACIDI, p. 15-26.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro, LTC: (1973) 2008.

KNOBLOCH, F. Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, ago. 2015, p. 169-174. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642015000200169&lng=pt&nrm=so. Acesso em: 21 ago. 2020.

LALANE, J.B. **Migração e saúde. Aliança Pró-Saúde da População Negra.** 29 maio 2020. Disponível em: <https://aliancaprospn.org/2020/05/29/migracao-e-saude/> Acesso em: 23 ago. 2020.

MARTINO, A. A. Processos migratórios e saúde: articulações Possíveis para se pensar o contexto de pandemia de covid-19 em São Paulo. In: SILVA, C. R. *et al.* **Emergências epidemiológicas e mobilidade humana.** Programa Brasil Profissionalizado, PRONATEC, 2020. p. 102-117.

MORTARI, P. A. C. Migração e Saúde. Determinantes Socioeconômicos e Transição Epidemiológica: aportes iniciais para se pensar na relação entre migração e saúde no contexto da pandemia da Sars-Cov-2 (2020). In: SILVA, C. R. *et al.* **Emergências epidemiológicas e mobilidade humana.** Programa Brasil Profissionalizado, PRONATEC, 2020. p. 74-102.

NETO, S. B.; MENACHO, B. B. Covid 19 e a vulnerabilidade socioeconômica de migrantes e refugiados a luz dos dados das organizações internacionais. In: BAENINGER, R. *et al.* **Migrações internacionais e a pandemia da Covid-19.** Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2020, p. 49-61.

PERLINGEIRO, M. L. S. Empreendedorismo e migração. In: SILVA, C. R. *et al.* **Emergências epidemiológicas e mobilidade humana.** Programa Brasil Profissionalizado, PRONATEC, 2020. p. 162-169

SAYAD, A. **A Imigração - Ou os paradoxos da alteridade.** Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, J.C.J; ALVES, L.A. Categorização, exclusão e criminalização das migrações internacionais. RIDH, Bauru, v.5, n.1, p.111-126, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/469>. Acesso em 03 mar.2020.

VELASCO, S.S.L. Cidadania, nação e segurança: o imigrante como ameaça à identidade centrada no Estado. *In*: VELASCO, S.S.L. **Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexó entre securitização, cidadania e identidade transnacional.** Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 23-64. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/czm3m>. Acesso em: 23 ago.2020.

IMIGRAÇÃO E TRABALHO: UMA BREVE EXPOSIÇÃO A PARTIR DO CASO DOS (AS) TRABALHADORES/TRABALHADORAS HAITIANOS NA FRIMESA COOPERATIVA EM MEDIANEIRA – PR.

Keit Viviane de Souza¹

Pedro Marcelo Staevie²

INTRODUÇÃO

Ante o crescimento do contingente de imigrantes chegando ao Brasil nos últimos anos, em busca de novas condições de vida e munidos de esperanças, há a necessidade de aprofundamento nos estudos referentes a este fenômeno na contemporaneidade. Como se sabe, a migração é um processo social carregado de implicações psíquicas, sociais, econômicas e culturais. Neste sentido, os estudos migratórios contemplam uma gama de possibilidades de análise, sendo um campo nomeadamente propício ao exercício da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade.

O movimento migratório é um fenômeno que ocorre desde os primórdios da humanidade e, vem crescendo nas últimas décadas, sobretudo os fluxos internacionais, a partir do processo de globalização em curso desde os anos 1980/1990, aprofundando ainda mais a divisão internacional do trabalho própria ao sistema capitalista de produção. O deslocamento populacional pode ser considerado um processo histórico e social capaz de influenciar os fatores que compõe uma sociedade, além de, exercer influência na estrutura econômica e cultural de um país (MACHADO, 2018). O deslocamento influencia em várias áreas, tais como na estrutura econômica, cultural, social e demográfica, tanto no país de origem quanto no país de acolhimento dos imigrantes. Obviamente, também leva a transformações de ordem psíquica aos atores envolvidos no

1 Possui graduação em Direito pela União Dinâmica de Faculdades Cataratas. Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho pela União Dinâmica de Faculdades Cataratas. Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino Americana. Pós-graduanda em Relações Internacionais e Contemporâneas pela Universidade Federal da Integração Latino Americana. Professora de Direito do Trabalho nas Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (UNIFOZ).

2 Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA/Universidade Federal do Pará. Professor dos cursos de graduação em Ciências Econômicas e Administração Pública e Políticas Públicas e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, ambos da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA).

processo. Lima *et. al.* (2017) ao falarem do deslocamento, entendem que os mesmos se originam de diferentes formas, ocasionando reflexos em uma sociedade complexa. Os reflexos ocorrem em sociedades marcadas por desequilíbrios socioeconômicos, pela violência e pela intolerância, e não pela igualdade e dignidade humana. A reestruturação capitalista pós crise dos anos 1970, retrato das condições históricas-estruturais do capitalismo, amplia e aprofunda as relações desiguais entre trabalho e capital. Neste sentido, como se abordará mais a frente, que se entende o movimento migratório de haitianos para o Brasil. O terremoto ocorrido em 2010 acelera, mas não explica estruturalmente o fenômeno.

Cabe destacar, que, independente da motivação que faz com que o emigrante deixe seu país de origem, o mercado de trabalho se apresenta como uma possibilidade de prosperidade econômica/financeira. Ainda que hodiernamente sejam vários os motivos que possam levar aos deslocamentos populacionais, em particular os migratórios, a incorporação ao mercado de trabalho no país de acolhimento se torna, se não o único, mas um dos principais objetivos dos imigrantes. Nesse sentido, o movimento trazido pelo deslocamento de imigrantes altera diversos setores, inclusive a dinâmica do mercado de trabalho.

O presente estudo analisa a incorporação dos(as) imigrantes haitianos(nas) no mercado de trabalho local e delinea um perfil e a trajetória migratória dos mesmos até seu atual local de residência. Especificamente, este artigo constitui-se em apenas uma pequena parcela do estudo maior realizado. Mesmo que atualmente o fluxo de haitianos não seja tão intenso como o observado alguns anos atrás, ainda assim acredita-se ser importante a análise proposta, por serem os haitianos amplamente empregados em cooperativas agroindustriais do oeste paranaense, nossa região de estudo. Ao entrevistarmos um gerente da cooperativa em questão, nos foi dito que, apesar de atualmente o número de venezuelanos empregados na cooperativa ser muito maior, nos últimos tempos houve um crescimento no número de haitianos, o que ratifica a importância da investigação. É importante destacar que este artigo se refere a resultados parciais da investigação realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino Americana. Como dito, a pesquisa delimitou-se em trabalhar o fluxo migratório haitiano na região Oeste do Estado do Paraná, especificamente avaliar a incorporação destes imigrantes no mercado de trabalho local, a partir de um estudo de caso na FRIMESA Cooperativa Central, localizada na cidade de

Medianeira, que acolheu grande parte dos imigrantes que aportaram na região. Como uma primeira análise parcial, buscou-se com este trabalho tão somente traçar um rápido perfil e uma primeira aproximação da trajetória de vida de imigrantes haitianos que trabalham na referida cooperativa. Ainda que saibamos da importância de estudos mais críticos referentes às condições de trabalho de haitianos neste setor industrial, tais como os de Magalhães (2017) e de Mamed e Lima (2015), este escopo (fundamental) de discussão não foi nosso foco central.

Nunca é demais ressaltar que o Haiti, mesmo antes da catástrofe natural ocorrida em 2010, onde parte da população foi dizimada ou deslocada, já era considerado um dos países mais pobres do mundo, com baixíssimo índice de desenvolvimento humano. Esta situação só se agravou após o terremoto, o que fez com que o Brasil fosse visto pelos haitianos, mesmo por aqueles que não residiam na área atingida, como um país “possível” para melhoria da condição de vida, aumentando consideravelmente os fluxos migratórios daquele país em direção ao Brasil. Também torna-se imperioso destacar que o governo brasileiro criou o visto humanitário para os haitianos, que acabou contribuindo sobremaneira para o referido fluxo. Tal visto se torna um mecanismo que ajuda a imagem do país “possível” para os imigrantes, talvez o mais desejado, como afirma a professora Rosana Baeninger, do NEPO/UNICAMP.

Considerando a necessidade da implantação de políticas públicas relacionadas ao trabalho e o grande número de imigrantes haitianos empregados nas grandes cooperativas da região Oeste do Paraná, fez-se necessário compreender o processo de integração dos imigrantes no mercado de trabalho local/regional.

A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO PARANÁ, O OESTE PARANAENSE E O COOPERATIVISMO

A região Oeste do Estado do Paraná é uma região considerada um polo cooperativista, abrigando diversas cooperativas agroindustriais com um leque de atividades que variam desde a produção de grãos até industrialização de produtos que atendem os mercados interno e externo, como, carne de frango e suínos.

As cooperativas demandam mão-de-obra para suprir toda sua cadeia produtiva, seja nas lavouras, nas granjas e aviários, seja nas indústrias de processamento. O Oeste do Paraná é uma região de tríplice fronteira, que além de empregar pessoas nacionais, também emprega mão-de-obra dos países vizinhos, como paraguaios,

por exemplo. Consequentemente, essa maior participação dos imigrantes no mercado de trabalho e o seu “habitar a cidade” causa reflexos no comércio local, no cotidiano de toda uma sociedade, inclusive nas políticas públicas locais e regionais, além de trazer implicações sociais e psíquicas aos próprios imigrantes. O “aceite” da sociedade de acolhimento é, em muitos casos, um processo extremamente doloroso, marcado, não raramente, por manifestações racistas e xenófobas. A termos de exemplo, em 2016, um estudante haitiano da UNILA foi agredido no centro da cidade de Foz do Iguaçu, por sua condição migrante (e, no caso, racial).

Em 2018, Cardoso, Prado e Alvarenga produziram uma pesquisa sobre as políticas públicas para os migrantes e refugiados haitianos na cidade de Curitiba, as quais observaram “a importância de políticas públicas que atendam os imigrantes, que garantam seus direitos, não só durante o acolhimento, mas para que não fiquem as margens da sociedade, em situações de vulnerabilidade ou que passem por situações de xenofobia” (CARDOSO, PRADO, ALVARENGA, 2018, s/p).

Nesta linha, ainda que não no âmbito das políticas públicas, destaca-se o papel da igreja e ONG’s no acolhimento e defesa dos direitos do migrante, pois em grande maioria são elas que detêm uma maior proximidade com essas pessoas ao chegarem ao país. Carvalho (2015) abordou em sua pesquisa o trabalho da Igreja Católica na defesa dos direitos humanos e na inserção no debate da migração, afirmando que,

(...) os trabalhos desenvolvidos pela igreja no âmbito da assistência social e da filantropia, da educação para cidadania, e todo o diversificado leque de ações de solidariedade puderam ser abordados a partir de uma nova linguagem, tendo em vista que a igreja não precisava mais alocar, em um único discurso, perspectivas políticas e sociais. (...)A questão da migração permeou as preocupações da Igreja Católica em diversos momentos da história. No entanto, nos últimos anos, diante do crescimento da mobilidade humana de forma acelerada, ela vem demarcando seu posicionamento de forma mais incisiva, como forma de apelo para uma ação conjunta dos países no acolhimento humanitário. Da mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2015, destaca-se: A sua solicitude, especialmente pelos mais vulneráveis e marginalizados, a todos convida a cuidar das pessoas mais frágeis e reconhecer o seu rosto de sofrimento sobretudo nas vítimas das novas formas de pobreza e escravidão. Diz o Senhor: “Tive fome e destes-me de comer, tive sede e destes-me de beber, era estrangeiro e recolhestes-me, estava nu e destes-me que vestir, adoeci e visitastes-me, estive na prisão e fostes ter comigo” (Mt 25, 35-36). Por isso, a Igreja, peregrina sobre a terra e mãe de todos, tem por missão amar Jesus Cristo, adorá-lo e amá-lo, particularmente nos mais pobres e abandonados; e entre eles contam-se, sem dúvida, os migrantes e os refugiados, que procuram deixar para trás duras condições de vida e perigos de toda a espécie (CARVALHO, 2015, p. 56-57; 62).

Já no que tange um aparato institucional referente à questão migratória, Brito (2015) evidencia que o Estado do Paraná é um dos únicos que detêm um Comitê específico para atendimento da demanda de migrantes, para tanto expõe que,

Já o estado do Paraná, um dos únicos entes subnacionais brasileiros a implantar um Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (CERM) e possuir um Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas, foi escolhido para iniciar o projeto-piloto “Mobilidade Regional e Inserção Socioeconômica de Refugiados”, proposto pelo Ministério da Justiça e pelo ACNUR. A ideia do projeto é ampliar as perspectivas de integração local como uma solução duradoura aos refugiados que, apesar de não se encontrarem em situação de vulnerabilidade prolongada, ainda buscam autossuficiência e estariam aptos a trabalhar logo após sua chegada ao Brasil. Assim, será formada uma rede no Paraná, composta por instituições dos setores públicos, privado, universidades e sociedade civil, que trabalhará em conjunto para criar condições de integrar cerca de 200 refugiados colombianos até meados de 2016 (BRITO, 2015, s/p).

O autor trouxe à tona que o Estado Paranaense se diferencia dos demais por ser um dos únicos entes Subnacionais que iniciou os trabalhos com os Comitês Estaduais. Para esclarecer as diretrizes e suas lacunas o autor complementa seus dizeres evidenciando que,

Na lacuna de diretrizes nacionais que estabeleça conexões entre as ações executadas pelos diferentes atores envolvidos na integração de migrantes no Brasil, iniciativas como a do governo do Paraná, por buscarem contemplar a totalidade dos atores, objetivam implantar um sistema integrado de atendimento ao migrante, englobando as estruturas de regularização, a nível federal, e as estruturas de bem estar social e cidadania, integrando as esferas federal, estadual e municipal e impactando positivamente a vida nas cidades (BRITO, 2015, s/p)

Com a afirmação do autor acima, observa-se que o Paraná se tornou precursor na formulação de políticas públicas para atender os migrantes que aqui chegam, e para desenvolver estas políticas utilizou eixos importantes que demandam diversas áreas afim de proporcionar ao ser humano o mínimo de dignidade para sobreviver.

O Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas com a proposta de orientar o estrangeiro e, com vínculo à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho os orienta e faz encaminhamentos necessários.

Segundo a Agência de Notícias do Estado do Paraná, os estrangeiros recebem orientações para diversas áreas sociais, sendo elas,

Educação - O migrante pode revalidar no Paraná, por meio do Ceim-PR, o ensino fundamental e médio, além de se matricular no ensino regular. Na sequência, realizar processo seletivo para cursos técnicos subsequentes. Também pode fazer a carteirinha da Biblioteca Pública para as aulas de português e a verificação de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil. **Trabalho** - Ainda há a possibilidade de encaminhamento para o mercado de trabalho. Para isso, é feito o cadastro no portal do Ministério do Trabalho; verificação de vagas disponíveis; elaboração e impressão de currículos; organização de documentação para contratação; orientação profissional e informações sobre cursos de qualificação profissional e agendamento de atendimento para emissão da carteira de trabalho. **Justiça** - No campo jurídico, é feito todo o acompanhamento legal para que seja possível regularizar o status migratório, distribuição de informações sobre o acesso à justiça gratuita, regularização documental, tipos de vistos, autorização de residência e solicitação de refúgio. **Assistência Social** - Na assistência social, são prestados atendimentos com a interlocução dos órgãos, como Centros de Referência e Centros Especializados de Assistência Social (Cras e Creas), bem como Centros POP; com entidades da sociedade civil referente a casos de acolhimento e recepção de migrantes, encaminhamentos para o cadastro único para verificação de benefícios eventuais e a intermediação de acolhimento institucional (PARANÁ, 2019, s/p).

O Centro de Informação, através da Agência de Notícias do Estado do Paraná, elenca as nacionalidades atendidas: Afeganistão, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Chile, Colômbia, Congo-Brazzaville, Costa do Marfim, Cuba, Egito, Espanha, El Salvador, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Iêmen, Itália, Japão, Jordânia, Líbano, Marrocos, Mauritània, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Portugal, República Democrática do Congo, República Dominicana, Senegal, Serra Leoa, Síria, Tunísia, Uruguai e Venezuela (PARANÁ, 2019, s/p).

Verifica-se que os haitianos são uma das nacionalidades atendidas no âmbito das políticas públicas do estado do Paraná. Entretanto, em pesquisa bibliográfica não fora encontrada nenhuma lei municipal, ou políticas públicas desenvolvidas pelo município especificamente para os imigrantes haitianos. No entanto, quando de entrevista realizada com a Assistente Social que labora junto ao Centro de Referência de Assistência social do Município, tivemos conhecimento de que Medianeira adota as políticas públicas ofertadas a nível nacional e estadual, incluindo os programas existentes e dirigidos aos cidadãos brasileiros e estendido ao estrangeiro.

Por outra parte, também no município de Medianeira, segundo Santos (2019), ocorreu um levantamento das condições sociais dos imigrantes haitianos, realizado em 2018, servindo como retrato da situação dos mesmos, visando políticas públicas voltadas a este público migrante. Para se entender a necessidade

destas políticas, Santos (2019) estimou que naquele ano viviam em Medianeira aproximadamente 120 haitianos, ainda que “difícil ser precisa a declaração desses dados” (p.83). Este número é um pouco maior do que o contabilizado por um levantamento realizado pela Secretaria de Assistência Social em 2018 (SANTOS, 2019), que apontava um total de 84 haitianos residindo no município. Santos (2019) afirma ainda que em rodas de conversa que realizou com imigrantes que residiam no município, estes afirmavam que o número de haitianos já fora bem maior e que havia diminuído devido às dificuldades encontradas pelos mesmos, como falta de trabalho e não conhecimento do idioma português, gerando, assim, dificuldades em manter as suas necessidades básicas de subsistência. Estas dificuldades, em particular, lingüísticas, foram apontadas também por alguns dos entrevistados para a presente pesquisa na Cooperativa FRIMESA. No tocante as dificuldades encontradas pelos imigrantes, são esclarecedoras as palavras de Santos (2019):

Muitos vêm para o município de Medianeira com a ideia de já encontrar um trabalho, por possuir agroindústrias e estar passando por uma crescente expansão na construção civil, e também por estar entre os dez municípios do Paraná que mais geram empregos (BESSA, 2017). Essa escolha se dá também devido aos primeiros haitianos que chegaram aqui por volta dos anos de 2011 e 2013 e já conseguirem trabalho, melhores condições de sobrevivência, mesmo sem falarem o idioma português, o que fez criar expectativas para que novos imigrantes aqui viessem.

Para melhor compreensão do fenômeno analisado, é importante a abordagem realizada por Baeninger e Peres (2017), que, ao analisarem os movimentos migratórios contemporâneos, em particular o processo de emigração haitiana, o consideram uma migração de crise. Sob a afirmação de uma emblemática migração de crise, dentro do campo social, as autoras (2017, s/p) afirmaram que

em um campo de forças e disputas que perpassam espaços migratórios entre origem-etapas-destino-trânsito, agentes e atores institucionais, relações socioeconômico-políticas transacionais-processos estes engendrados na conformação social dessa migração internacional.

No tocante à trajetória migratória, crucial para a presente análise, Castro (2014) expõe a rota utilizada pelos imigrantes haitianos de sua terra natal até o Brasil.

Durante a viagem realizada até chegarem ao Brasil, e durante o trajeto no interior do país até chegarem ao destino final, em que de fato esses imigrantes irão se estabelecer, múltiplas transformações culturais, espaciais, sociais e econômicas ocorrerão no percurso, mostrando a rica dimensão de análise do fenômeno migratório. O percurso realizado pelos haitianos até chegarem ao Brasil está marcado por uma série de dificuldades e contratempos. Fugindo de uma situação degradante encontrada em seu país, o haitiano muitas vezes se sujeita a “atravessadores” que cobram valores altíssimos para trazê-los até o Brasil, e o que é pior, em uma situação completamente degradante (...)a maioria dos haitianos entrevistados pela pesquisa gastam em média USD 2.000 a 3.000 para chegar ao Brasil. Esse valor, em dólares, é extremamente alto para os padrões haitianos e a soma é conseguida a partir de empréstimos com familiares ou endividamento com agiotas, logo o caminho percorrido pelos imigrantes já se dificulta logo no início do trajeto. As cidades haitianas onde ocorrem à saída da maioria dos migrantes rumo ao Brasil podem ser consideradas as mais dinâmicas e economicamente ativas do país, cidades de Porto Príncipe, Gonaive e Cap Haitien são os principais pontos de embarque dos haitianos para o Brasil (CASTRO, 2014, p. 32-33).

Santos (2014, p. 30) observa “que a maioria dos haitianos entra no Brasil pelos estados do norte, que possuem tríplice fronteira: Acre e Amazonas”. Manaus e Rio Branco ficaram conhecidas como um “mercado” de força de trabalho, atraindo empresários de diversos estados brasileiros, dentre estes paranaenses lotados na região oeste (EBERHARDT *et. al.*, 2018). Mamed e Lima (2015) apontam que inúmeras empresas estiveram no Acre em 2012 e 2013 para recrutar os imigrantes, algumas em mais de uma oportunidade. Segundo as autoras, as empresas que mais se destacaram nesse processo eram do setor agropecuário, especialmente da agroindústria da carne, além da construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e de serviços de limpeza, todas elas estabelecidas sobretudo nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso (MAMED; LIMA, 2015). Ainda que esta informação não tenha sido apurada na presente investigação, acredita-se que alguns dos imigrantes entrevistados possam ter feito esta rota, sobretudo os que se encontram em território brasileiro há mais tempo.

Não obstante o supracitado, a chegada de imigrantes haitianos no Paraná, segundo Eberhardt *et. al* se deu em 2010,

Os haitianos começaram a chegar por ali em 2010, atraídos por empresários locais, com promessa de empregos em abundância e de qualidade – motivo apontado pelos entrevistados para o deslocamento de demais de 4 mil quilômetros. Inicialmente, os haitianos foram inseridos na construção civil, em obras de ampliação de hospitais

e universidades locais. Findadas tais obras, permaneceram na região. A maior parte dele se integrou no trabalho em supermercados e em frigoríficos avícolas e, quando possível, trouxeram famílias e amigos (EBERHARDT et. al., 2018, p. 680).

A região Sul do Brasil, onde se encontra o estado paranaense, é que concentra, segundo Basi (2019) o maior índice de vistos concedidos a haitianos, chegando a um percentual de 44,95% e, nesses números, o estado do Paraná concentra cerca de 15,24%, ficando abaixo apenas do Estado de São Paulo.

Os haitianos que chegaram e chegam ao Paraná em sua maioria buscam a capital para se fixar. Em segundo lugar, aparece o oeste paranaense, muito em função da forte presença do setor agroindustrial, amplo utilizador de mão de obra estrangeira. Basi (2019) estima em sua pesquisa que cerca de seis mil haitianos residem naquela região e que a maioria trabalha em frigoríficos. Sobre a contratação de haitianos nesse seguimento industrial e, na região oeste paranaense Basi (2019) salienta que,

A principal razão que têm levado os haitianos a prioritariamente procurar emprego dos frigoríficos se deve a disponibilidade de vagas no setor que, por sua vez, pode ser explicada pelas características do trabalho realizado na linha de produção. Os frigoríficos estão entre os raros segmentos da economia que não impõem restrições à contratação de haitianos, exceto se alguma inaptidão física inviabiliza a realização das atividades na linha de produção (BASI, 2019, p. 234).

Nunca é demais lembrar as análises feitas por Magalhães (2017) e Mamed e Lima (2015) sobre as condições laborais nestas empresas agroindustriais, sobre as quais estas últimas autoras afirmam que “*o trabalho fragmentado, (...), reduzido a ações mecânicas, repetitivas e intensas, (...) é a condição marcante na seção de abate e corte desse setor*” (p.51). Como já dito anteriormente, este não foi um foco da presente investigação, entretanto, é fundamental o registro destas análises acerca das condições de trabalho dos imigrantes, para que se possa ter uma visão mais ampla sobre a o fenômeno abordado. Estas são, dentre tantas, pesquisas de extrema relevância para uma abordagem crítica acerca da relação migração e mercado de trabalho.

OS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DA COOPERATIVA FRIMESA EM MEDIANEIRA

Como mencionado, a região Oeste do Paraná detém um número expressivo de imigrantes haitianos que se inserem no mercado de trabalho. A pesquisa aqui realizada visou demonstrar como ocorreu essa inserção junto a Cooperativa Frimesa, localizada no município de Medianeira, além de verificar a trajetória migratória destes haitianos, no sentido de uma maior compreensão do fenômeno. Assim, passou-se à análise do material levantado (através de entrevistas) junto aos imigrantes haitianos trabalhadores/trabalhadoras da Cooperativa. Foram entrevistados 10 trabalhadores/trabalhadoras e não a totalidade dos mesmos (13% do total). Ainda assim acredita-se que este número de entrevistados, mesmo sendo uma amostra não probabilística, nos dá uma boa margem para avaliações, não comprometendo a análise do fenômeno estudado.

A partir das entrevistas realizadas na sede da Cooperativa FRIMESA Agroindustrial, no município de Medianeira, chegou-se a um quadro síntese de informações dos (as) imigrantes. Apesar de uma gama expressiva de informações, analisou-se apenas algumas delas para o presente trabalho. Portanto, com os objetivos descritos anteriormente, passou-se a analisar pormenorizadamente as informações obtidas nas entrevistas realizadas. Como dissemos, para fins deste artigo específico, buscou-se tão somente traçar um perfil dos imigrantes trabalhadores (as) da cooperativa, suas trajetórias migratórias, compreender - ainda que de forma não definitiva - as respectivas inserções no mercado de trabalho e por fim, compreender algumas das dificuldades encontradas pelos imigrantes na sua vida social/laboral no local de acolhimento. É importante destacar que, em função da situação pandêmica, um maior contato da investigadora com os imigrantes se tornou prejudicada.

No que tange a média de idade dos imigrantes, observou-se que esta situou-se em 27,6 anos, configurando um contingente imigrante relativamente jovem. No tocante à idade por sexo dos/das entrevistadas, as mulheres apresentaram uma média de idade superior à média geral, 29 anos. Já as pessoas do sexo masculino apresentaram uma média etária de 25,5 anos de idade. Não obstante, é importante verificar a média de idade na chegada ao local atual de residência, que ficou em 23,8 anos. As mulheres apresentaram uma idade média na chegada de 21,6 anos, ao passo que os homens, ao chegarem a Medianeira, possuíam a idade média de 21,7 anos, muito próximo ao das mulheres. Esta média etária caracteriza uma

imigração jovem, um pouco acima dos 20 anos de idade. Não podemos concluir que haja uma relação direta, mas de todas as mulheres entrevistadas (6), cinco (5) eram casadas e uma era noiva, o que nos pode levar a inferir que eram casadas já na chegada. Inclusive algumas entrevistadas (2) só se deslocaram para o oeste paranaense depois que seus maridos já se encontravam na região. Segundo estas entrevistadas, os respectivos companheiros se deslocaram primeiro para encontrar emprego e, somente após obterem a vaga no mercado de trabalho, é que elas acabaram por migrar para a região.

Outro ponto que se buscou abordar foi o nível de escolaridade do/da imigrante, que, mesmo que não se possa considerar elevado, também não se pode afirmar que seja extremamente baixo, haja visto que quatro entrevistados apresentaram o equivalente ao ensino médio completo, três o ensino médio incompleto, dois o ensino fundamental completo e um o ensino fundamental incompleto. Este ponto é importante no sentido de se pensar nas políticas de acolhimento, pois alguns manifestam o desejo de poder continuar estudando, mas uma das maiores dificuldades é justamente a linguística, nem tanto o que tange a compreensão da fala e o próprio falar, mas aprofundamento linguístico para a compreensão de textos a nível mais avançado, como, por exemplo, no ensino superior. Ainda que haja políticas e atores sociais/organizações que contribuam para este aprimoramento, ainda há necessidade de um maior alcance destas políticas.

Outra questão relevante refere-se à trajetória migratória destes haitianos, tendo em vista que apenas dois deles (um do sexo masculino e uma do sexo feminino) chegaram a Medianeira diretamente do Haiti. Dito de outra forma, apenas dois dos dez entrevistados realizaram uma migração direta de seu país de origem – no caso o Haiti – para Medianeira, seu local de residência atual. Os demais entrevistados (oito) realizaram uma (ou mais) etapas migratórias em suas trajetórias, isto é, residiram em outra localidade antes de morarem em Medianeira. Quatro deles(as) apontaram como último local de residência São Paulo, um (1) Santa Catarina, um (1) Pato Branco (Paraná), um (1) na cidade de Cascavel, e uma (1) outra Toledo, ambas no oeste paranaense. Importa destacar ainda que os imigrantes chegaram ao oeste paranaense anos depois do terremoto, muito em função de terem vivido anteriormente em outras localidades, inclusive em outros estados da federação. Estes realizaram o que se chama de imigração indireta, residindo em outro local antes do atual local de residência. Pelo último local de residência, pode-se inferir (ainda que isto não tenha sido investigado)

que tenham trabalhado nestes locais em atividades semelhantes à atual, dado serem regiões com forte presença agroindustrial. Cabe salientar que todos os entrevistados residem na cidade de Medianeira, cidade onde se localiza seu local de trabalho, a cooperativa FRIMESA.

Outrossim, destaca-se o papel das redes sociais na trajetória migratória e na inserção no mercado de trabalho, mais especificamente na cooperativa FRIMESA Agroindustrial. Boa parte dos entrevistados aponta que teriam se deslocado para a região com parentes ou amigos, além também da já prévia existência de parentes e conhecidos residindo na região. A termos de exemplo, duas entrevistadas relatam que os maridos/parentes “vieram primeiro” e somente depois elas emigraram para Medianeira. No que diz respeito a conseguir uma vaga na empresa em que trabalham, nove dos dez entrevistados relatam ter sido através de um amigo ou parente que já trabalhava na empresa. Somente uma (1) entrevistada relatou que alcançou a vaga de trabalho através de um anúncio de emprego.

Este ponto é fundamental na compreensão dos movimentos migratórios, aqui no caso, de haitianos para o oeste paranaense, além da inserção dos mesmos no mercado de trabalho local. As redes sociais de parentesco, amizade e conterraneidade são fundamentais para o sucesso do “empreendimento”. Em muitos casos, mesmo não havendo parentesco ou amizade, há uma ajuda mútua entre os conterrâneos haitianos. Um haitiano ajuda o outro. As redes se constituem e se expandem continuamente.

Em termos de dificuldades, os entrevistados relatam que as maiores se relacionavam às questões linguísticas, entretanto, elas ocorreram nos primeiros momentos de suas estadas no país. Ainda que a maioria houvesse passado por outros locais antes da chegada a Medianeira, a dificuldade com a língua continuava a ocorrer. Também relataram a demora em conseguir uma vaga no mercado de trabalho como um dos principais problemas. Alguns deles somente conseguiram uma vaga com dois anos na cidade. Este é um ponto crucial na investigação proposta.

É importante destacar ainda, a partir da análise das entrevistas, que os imigrantes não conseguiram nenhum tipo de progressão funcional dentro da empresa, nem mesmo recebem incentivo para se tornarem cooperativados, o que talvez poderia lhes conferir algum tipo de vantagem remuneratória. Tal situação nos dá uma pista da forma da inserção laboral dos imigrantes no mercado de trabalho local, o que pode caracterizar uma inserção não plenamente decente, já que aos imigrantes não lhes são conferidas tais possibilidades.

Por fim, ainda que não se possa fazer considerações acerca do tema na presente pesquisa, por não ter sido objeto de análise, é importante frisar que vários trabalhos (Mamed e Lima, 2015; Magalhães, 2017, por exemplo) apontam o setor agroindustrial, sobretudo o de abate de animais, como um espaço de superexploração do trabalho, o qual tem utilizado amplo contingente de imigrantes por, muitas vezes, não conseguir mão de obra nacional pela grande precariedade laboral no “chão de fábrica”. Aproveitando-se da situação do imigrante, os abatedouros acabam por recrutar esta mão de obra, que, são levados a condições de trabalho extremamente desumanas. Não à toa, observa-se atualmente, um amplo contingente de venezuelanos trabalhando neste setor industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, buscou-se apresentar, inicialmente, uma sucinta história da imigração haitiana para o Brasil e, em particular, para o Oeste paranaense. Tal exercício subsidia o objetivo principal, ou seja, apresentar um breve perfil de trabalhadores/trabalhadoras imigrantes haitianos que laboram na Lar Cooperativa Agroindustrial, em Medianeira, cidade inserida na mesorregião referida, além da análise do processo de integração laboral destes (as) imigrantes no mercado de trabalho a partir desta experiência. Mostra-se um perfil de imigração relativamente jovem, com um nível de escolaridade baixo, ainda que não extremamente baixo e uma trajetória de imigração indireta, onde se verificou que a maior parte dos imigrantes entrevistados realizou uma ou mais etapas migratórias no Brasil antes de chegar ao seu atual local de residência. No que se refere ainda a incorporação no mercado de trabalho, o papel das redes sociais foi muito importante. Ainda que não tenha sido objeto de análise nesta investigação, é importante destacar que muitas pesquisas apontam uma superexploração do trabalho neste setor industrial, o qual se utiliza amplamente da mão de obra imigrante nos setores mais desgastantes do processo produtivo. Como dito, tal aspecto não foi investigado, entretanto, todos os trabalhadores/trabalhadoras entrevistados (as) não obtiveram nenhuma progressão funcional na empresa, tampouco algum incentivo/informação para se tornarem cooperativados da Cooperativa, o que nos dá uma pista acerca da forma de inserção laboral destes imigrantes.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. **Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil.** Revista Brasileira de Estudos de População. V.34, n.1. São Paulo: Jan/Apr., 2017. Scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100119>. Acesso em: 03 jul. 2020.

BASI, Antonio de Pádua. **Trabalho e imigração: os haitianos empregados nos frigoríficos do Oeste do Paraná.** Revista de História Regional 24 (2): 228-251, 2019.

BRITO, Andrey Pereira. **Políticas para migrantes no Brasil: avanços locais recentes, improvisos e grandes entraves.** Artigo. MigraMundo. Disponível em: <<https://www.migramundo.com/politicas-para-migrantes-no-brasil-avancos-locais-recentes-improvisos-e-grandes-entraves/>>. Acesso em: 02 jul, 2020.

CARDOSO, Carolina de Andrade; PRADO, Eliane Cristina do Nascimento de Freitas; ALVARENGA, Rodrigo. **As políticas públicas para migrantes e refugiados haitianos na cidade de Curitiba.** III Congresso Internacional de Direitos Humanos e Políticas Públicas: Democracias, desigualdades e lutas sociais. Humanitas. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/humanitaspucprdh/121389-as-politicas-publicas-para-migrantes-e-refugiados-haitianos-na-cidade-de-curitiba/>>. Acesso em: 02 jul, 2020.

CARVALHO, Hellen Oliveira. **Os emaranhados institucionais constituídos a partir da coexistência entre políticas públicas e ações desempenhadas por grupos ligados à igreja católica frente ao fenômeno da migração.** Monografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2015/08/Monografia-Hellen-Oliveira-Carvalho.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CASTRO, Renan Fernando de. **A migração haitiana para o Brasil: perspectivas de um fluxo migratório recente.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, 2014. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/TCC-vers%C3%A3o-final-PDF.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2020

EBERHARDT, Leonardo Dresh et. al. **Imigração haitiana em Cascavel, Paraná:** ponto de convergência entre história(s), trabalho e saúde. Artigo. Saúde e Debate. Rio de Janeiro, v.42, n. 118, p. 676-686, jul/set, 2018. Scielo. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2018.v42n118/676-686/pt>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

LIMA, João Brigido Bezerra; MUNÔZ, Fernanda Patrícia Fuentes; NAZARENO, Luísa de Azevedo; AMARAL, Nemo. **Refugiados no Brasil:** Caracterização de perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). 2017. Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8061/1/Ref%C3%BAgio%20no%20Brasil_caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20perfis%20sociodemogr%C3%A1ficos%20dos%20refugiados_1998-2014.pdf>. Acesso em: 04 Ago. 2019.

MAGALHÃES, Luiz Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti.** Tese (Doutorado em Demografia). Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MAMED, Leticia H. ; LIMA, Eurenice O. de. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos Cadernos NAEA, Belém, v.18. n.1., p.33-64,** 2015.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Paraná já recebeu mais de dois mil estrangeiros em 2016.** Artigo. Publicado em: 15/02/2019. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=101163&tit=Parana-ja-recebeu-mais-de-dois-mil-estrangeiros-desde-2016>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SANTOS, Mauro Augusto dos. **Migração:** uma revisão sobre algumas das principais teorias. Texto para discussão n. 398. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf>>. Acesso em: 04 Ago. 2019.

SANTOS, Rosane A.B dos. **A inserção dos invisibilizados:** um estudo sobre o ensino de língua portuguesa à criança haitiana e a gestão de línguas na educação básica em Medianeira. Programa de Pós Graduação (Mestrado) em Ensino. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2019.

GERMINAIS FRONTEIRIÇOS: MIGRAÇÕES E ESPACIALIDADES¹

Marco Aurélio Machado de Oliveira²

Jéssica Canavarro Oliveira³

Wanessa Pereira Rodrigues⁴

INTRODUÇÃO

Entendemos que dois dos elementos mais importantes da construção da vida fronteiriça sejam: sua posição e sua condição enquanto tal. Fazemos tal diferenciação por conta de um entendimento, no qual limite, sua posição, e fronteira, sua condição, não são sinônimos. Enquanto o primeiro trata de uma linha imaginária que é fruto de acordos internacionais, definindo soberanias e demarcando territórios, e por vezes materializadas sob formas de muros, a segunda é considerada como o resultado de vivências construídas nos ambientes limítrofes, portanto, pertencente aos povos que a compõe (FOUCHER, 1991; MACHADO, 1998). Enquanto a posição fronteiriça lhe confere status de vigilância, fiscalização, repressão às atividades ilícitas e, portanto, tensões, que implicam em construções de visões estereotipadas, frutos dessa posição, a condição fronteiriça lhe acrescenta em magia, permitindo sociabilidade, flexibilidades, oportunidades e permissividades inerentes à sua condição.

Nesses espaços, cuja condição fronteiriça aflora, o comércio e a migração internacional são elementos constitutivos e inseparáveis. Trânsito de pessoas, animais domesticados, veículos, mercadorias lícitas ou não, fugas ou reencontros, são parte da paisagem fronteiriça. Da mesma forma, os discursos xenófobos ou integracionistas, as medidas administrativas, as obras de infraestruturas e a violência também são elementos de seu cotidiano. Assim, na fronteira, em

1 Este texto se fundamenta no Capítulo 1 do livro **Corumbá entre ruas e cemitério: o tempo e o silêncio**, dos mesmos autores.

2 Professor Titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Docente do Programa de Pós Graduação em Estudos Fronteiriços, Doutor em História Social (USP). Cofundador do coletivo **Circuito Imigrante**. E-mail: marco.oliveira@ufms.br

3 Professora de História na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, Mestre em Estudos Fronteiriços CPAN/UFMS. E-mail: jessicaoliveira.hist@gmail.com

4 Produtora e promotora Cultural, Especialista em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico (UnB), mestranda em Estudos Fronteiriços CPAN/UFMS. E-mail: sociologawanessa@hotmail.com

sua paisagem ou em seu cotidiano, a migração e o comércio aparecerão como siameses, sem que seja possível passar despercebidos.

Desta forma, este texto tem como objetivo analisar aspectos germinais da vida fronteiriça em Corumbá, ao final do século XIX e princípio do XX sob o prisma da migração internacional, do comércio e de algumas espacialidades construídas naquela cidade. Para tentar dar conta de nosso objetivo, uma das etapas mais importantes foi a de definição de procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Nossos passos iniciais foram em direção àquilo que Said (1998) denominou por **preparo estratégico**, ou seja, as formas encontradas pelo estudioso para se engendrar no enfrentamento aos pensamentos construídos a respeito de seus objetos e que denotam elevados riscos de serem ‘esmagados’ por eles. O mesmo autor nos ensina que devemos obter uma **posição estratégica** perante o objeto a ser analisado, o que permitirá elaborar meios de fazer frente ao pensamento que as autoridades sobre dado assunto fazem uso. Em ambos os aspectos, a revisão bibliográfica deve estar muito além de um procedimento de seleção do que será utilizado no correr da investigação (OLIVEIRA, 2018).

UMA FRONTEIRA EM ELABORAÇÃO

Corumbá é uma cidade localizada em Mato Grosso do Sul, no centro do continente Sul-Americano, às margens do rio Paraguai e na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Ladeada na atualidade por Ladário, na porção brasileira da fronteira, e Puerto Quijarro e Puerto Soarez, na boliviana, Corumbá é portadora de centralidades muito relevantes no contexto de organização espacial e de hierarquização entre as cidades envolvidas. Tais centralidades foram construídas em um processo que pode ser marcado a partir dos fins da Guerra com o Paraguai (OLIVEIRA; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020). Contudo, a história dessa fronteira possui raízes mais profundas.

A história de Corumbá é, em grande medida, decorrente da confluência das frentes das Coroas Portuguesa e Espanhola em direção à porção central do continente (ESSELIN, 1998), especialmente após a descoberta de ouro no centro-norte do antigo Mato Grosso, no século XVIII. A notícia sobre a existência desse metal precioso inseriu aquela vasta região em uma espécie de mapa político que a definia como estrategicamente importante (CORRÊA, 1985). Sua história diz respeito, diretamente, à própria história da formação e

consolidação territorial do Brasil, uma vez que essa precedência permitiu Portugal ampliar seus domínios quando do Tratado de Madrid (1750). Após este, a Coroa lusa seguiu a lógica ocupacional humana e militarizada, que obedecia ao sentido de proteção do território contra possíveis ataques da Coroa Espanhola.

Deste processo resultou a construção do Forte Coimbra (1775), que para nós é um importante elemento constitutivo da vida fronteiriça em questão, pois se trata, da primeira ocupação estatal da fronteira em estudo. Sua existência trouxe como uma de suas decorrências a criação de Albuquerque, povoado às margens do rio Paraguai, em 1776, mas que não prosperara por falta de gente (MELLO, 1966). As razões de criação desse povoado divergem os historiadores, pois alguns acreditam que o objetivo seria a construção de um novo presídio, enquanto outros afirmam ter sido escolhido como ponto de apoio ao Forte na criação de gado e cultivo de alimentos.

O marco oficial de 21 de setembro de 1778, como sendo a fundação de Corumbá, sob as ordens de Luís de Albuquerque, Governador e Capitão-Geral da Província de Mato Grosso, também necessita de revisões. Precedendo a este acontecimento, também oficialmente, ocorreu a fundação de Ladário, situada cinco quilômetros distante daquela cidade, sendo que ambas receberam a denominação de Albuquerque, em seus respectivos atos. Alguns historiadores afirmam que Corumbá teria sido fundada como ponto de apoio àquele Forte, tanto em suprimento quanto em ocupação de uma porção limítrofe (SOUZA, 2004). O mais importante em nossos estudos é constatar que, desde suas fundações até a Guerra com o Paraguai (1864-1870), Corumbá, da mesma forma que Ladário, não recebera investimentos que lhes dessem estrutura urbana significativa, tampouco possuía significativo estoque populacional, estimado em 1861, em pouco mais de 1.300 pessoas, entre libertos e escravizados (CORREIA, 1985).

Ao final da Guerra com Paraguai (1864-1870), a fronteira oeste brasileira estava sob impasses, principalmente no que concerne aos riscos para a integridade territorial que aquele conflito revelara: baixa densidade e enormes vazios demográficos. Adicionado a isso, havia um contexto de intensa migração internacional, promovida pelo fim do conflito, onde brasileiros retornados e paraguaios em busca de outras possibilidades de sobrevivência impunham aos pequenos núcleos urbanos que existiam respostas para suas duríssimas demandas.

Nos anos 1870 o médico militar João Severiano da Fonseca realizou uma extensa jornada pelo território brasileiro, buscando coletar informações a respeito das bordas do Império. Nos capítulos em que ele trata dos espaços platinos, podemos

verificar que se tratava-se de uma viagem, evidentemente, de avaliações a respeito do território nacional no período pós-guerra com o Paraguai. Nessa sua jornada, Corumbá constou de seu trajeto, e suas opiniões sobre aquele vilarejo, e tudo que significava em sua espacialidade, são bastante relevantes para nossos estudos.

Um dos primeiros pontos a ser observado está em suas menções demográficas, especialmente, quando ele informou que entre maio e julho de 1876 a vila de Corumbá teria recebido mais de cinco mil pessoas. Evidentemente, esta informação tratava de desdobramentos, sob a forma migratória, do fim daquele conflito. Esse movimento consistia, predominantemente, de brasileiros retornados da Guerra, além de paraguaios, homens e mulheres, que os seguiam em busca de outras oportunidades (SEVERIANO DA FONSECA, 1880). Não eram todos os que permaneciam naquela vila, muitos seguiam viagem, outros morriam de fome ou de peste, havia aqueles que pereciam pela violência (OLIVEIRA; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020).

Nesta sua passagem por Corumbá, Severiano da Fonseca (1880) descreveu as margens do rio Paraguai como áreas de intensa presença de pessoas em extrema pobreza, famintas e mendigas. É sabido que o cenário de pós-guerra costuma produzir reflexos imediatos da violência que os povos envolvidos sofreram, e, neste período, em Corumbá é possível perceber o quanto essas duras realidades a atingiram. O desamparo, as faltas de oportunidades em uma vila de proporções modestas para receber tal contingente, as doenças graves que os acompanharam ao longo da jornada, e, portanto, suas epidemias, expunham as vulnerabilidades que esses grupos de migrantes estavam expostos, bem como as mínimas, ou nenhuma, estruturas que aquele povoado tinha para oferecer.

O Império buscava se equilibrar após o conflito, sofrendo graves crises econômicas e políticas. E, no que diz respeito à fronteira em estudo, seus esforços se concentraram nas tratativas de fomentar atividades econômicas que pudessem atrair contingentes populacionais. O centro da questão estava na retomada da liberação de taxas e impostos para mercadorias que transitassem pelos rios platinos em terras mato-grossenses. Esse acordo, datado de 1856, franqueava o rio Paraguai e partia, portanto, de reciprocidades em território paraguaio. A Guerra pôs fim a essas tentativas, justamente quando alguns poucos negócios começavam a prosperar.

Tais retomadas dessas medidas alfandegárias foram potencializadas após aquele conflito por um componente novo e, de certa forma, surpreendente: o movimento emigratório de europeus em direção, principalmente, às Américas

(BRITO, 1995). As migrações internacionais, assim como as internas a cada país, são constituintes do desenvolvimento do capitalismo. Hobsbawm (1977) estima que no período entre 1850 e 1914, aproximadamente 30 milhões de pessoas saíram da Europa em direção às Américas, tendo como principais destinos os Estados Unidos e os países da Bacia Platina, incluindo o Brasil. As raízes deste movimento estão na reestruturação produtiva do capitalismo, vista através das espetaculares modificações nos transportes e comunicação, potencializando a movimentação de um ‘excedente demográfico’ europeu (BRITO, 1995).

Essas transformações alcançaram o Brasil de diversas formas. Luz (1978) esclarece que apesar de algumas iniciativas do Império, o Brasil, durante o curso do século XIX, teve imensas dificuldades de superar um modelo mercantilista de desenvolvimento e de comércio exterior. Isso levou a um esforço de industrialização que estava pautada na manutenção de um modelo de tempos coloniais que consistia na monocultura e um sistema escravista, o que levou ao fechamento de várias indústrias, mesmo as apoiadas pelo governo. Ausência de mão-de-obra especializada, falta de capitais, ambientes desfavoráveis, principalmente em relação às concorrências, permeados pela desconfiança, levaram ao enfraquecimento de iniciativas antes verificadas (LUZ, 1978).

Do ponto de vista demográfico, a Segunda Revolução Industrial chega ao Brasil de forma mais consistente e duradoura do que a transferência de tecnologias e industrializações. Visando a substituição de mão-de-obra escrava nas lavouras de café, o Brasil deflagrou em meados do século XIX uma política de estímulo a migração, essencialmente branca e europeia. Exemplo disso são as colônias de alemães no sul do país, e de italianos no oeste paulista. Contudo, devemos observar que se tratava de uma política de visava promover uma eugenia em uma sociedade marcada por séculos de trabalho escravo. Consideramos, por um lado, que se trata de uma política deplorável, por outro, que trouxe enormes contribuições para a formação da sociedade brasileira. De acordo com Brito (1995), no correr da década de 1890-1899 ingressaram no Brasil em torno de 1 milhão e 200 mil imigrantes, na sua quase totalidade atraídos pelos estímulos governamentais, predominando italianos, mas, também, com destaque aos portugueses e espanhóis. Muitas outras nacionalidades ingressaram no Brasil naquele período, como sírios, libaneses, estadunidenses, alemães etc., construindo um leque de diversidade cultural espetacular.

Os aspectos ligados à modernização da vida urbana, os fluxos de capitais e de pessoas também alcançaram diversos espaços no Brasil, com intensidades

diferentes. Corumbá foi palco dessa transformação de uma vida política e administrativa, desde a Província até o vilarejo, pautada nas heranças coloniais, que designavam e, de certa forma, condenavam as regiões fronteiriças ao quase completo abandono. Sua incorporação ao centro dinâmico mundial exigiu algumas medidas que tornassem os negócios mais estáveis e a cidade mais segura. E o primeiro aspecto a ser observado é a condução política do processo. A associação entre comerciantes e militares no campo político corumbaense (SENA, 2017) proporcionou diversos resultados, e o principal deles foi assegurar uma espécie de estabilidade política que visava dar segurança aos investimentos e a incorporação de elementos da modernidade no cotidiano de parcela da sociedade, especialmente aquela que eles representavam.

CENTRALIDADES FRONTEIRIÇAS

Algumas centralidades que Corumbá exerce na fronteira em que está inserida foram construídas naquele germinal de sua condição fronteiriça. Saúde, educação, geração de empregos e renda, segurança pública são elementos que essa cidade oferece às suas circunvizinhanças, estabelecendo níveis variados de dependências. Essas centralidades foram elaboradas por um complexo sistema de organização e administração das cidades que, associado aos fluxos migratórios e de mercadorias, definiram hierarquias e funcionalidades locais.

Do lado brasileiro da fronteira, além de Corumbá, estava a freguesia de Ladário, fundada em 02 de setembro de 1778, e que fora emancipada, tornando-se município em 1954. Ladário também é constitutiva da condição fronteiriça a que estamos nos referindo, embora seu território não atinja o limite internacional com a Bolívia. Pereira da Cunha, quando de sua estadia em Corumbá em 1913, hospedou-se naquela freguesia, ocasião em que mencionara como sede da flotilha, com ruas largas e sem calçamento, não possuindo esgoto e com captação de água idêntica à de Corumbá, através de baldes e latas, e distribuídas por carroças. A essa vida adiciona-se alguns tipos de abandono, principalmente quanto à inexistência de autoridades ligadas à ordem pública. Exemplo disso está em alguns documentos no acervo da Comarca de Corumbá do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (CCTJMS), onde a autoridade policial que deflagrava os processos crimes era intitulada como segundo-vice-delegado em exercício. Ladário também não contava com párocos permanentes, o que torna a pesquisa sobre aquela freguesia ainda mais difícil.

Desta forma, avaliamos como muito relevante considerar como a posição e a condição fronteiriças foram sendo incorporados à rotina da sociedade e da administração pública, de ambos os lados. Necessário que façamos a ressalva de que as cidades bolivianas nesta fronteira não possuem acervo público que nos permitissem averiguar as medidas que possam ter sido adotadas frente às iniciativas brasileiras em Corumbá. A inexistência de acervos públicos é causadora de lacunas históricas na fronteira em questão, pois não permite que sejam explicadas, não apenas as medidas de cunho administrativo, mas, sobretudo, da vida cotidiana que a cidade experimentava desde sua formação. Desta forma, foi apenas através dos documentos obtidos em acervos em Corumbá que pudemos verificar as transações e impactos administrativos e sociais que a condição fronteiriça pode ter sido registrada. Enquanto alguns documentos obtidos em acervos em Santa Cruz de la Sierra, além de raras bibliografias a respeito dessa fronteira, dificultaram muito a realização de análise sobre esse espaço.

No que diz respeito às migrações internacionais cotidianas de região de fronteira, Corrêa (2016) as tipifica como: os permanentes, aqueles que emigraram oriundos de países vizinhos ou distantes, e lá se estabeleceram; os de passagem, que fazem uso da fronteira como uma instância deliberativa para seu ingresso; e os pendulares, que desenvolvem atividades empreendedoras, laborais ou estudantis no país vizinho, retornando para seu país de origem rotineiramente (CORRÊA, 2016). Consideraremos o migrante internacional de passagem como algo que foi incorporado a posteriori naquela fronteira, uma vez que não obtivemos registros de pessoas que fizeram de Corumbá uma porta de entrada segura e documentada em território brasileiro, embora isso seja possível de ter ocorrido, uma vez que diversos passaram por aquela cidade em direção a outras, como Cuiabá, por exemplo.

Assim, trabalharemos com as tipificações de permanentes e pendulares para ilustrar o quanto a vida fronteiriça foi sendo construída a partir de movimentos migratórios estabelecidos pelas vias platinas e pelo seu país vizinho. Neste aspecto, Corumbá exerce papel central, uma vez que os movimentos pendulares estão estabelecidos naquela cidade em direção a todas as outras e em via dupla (LOIO; MARINI; OLIVEIRA, 2020). Nos registros forenses essa pendularidade foi verificada em processos que envolviam bolivianos que na ocasião dos episódios que levaram aos registros de ocorrências, diziam viver no país de origem. Afirmavam, também, fazer esse trânsito entre os dois lados da fronteira de forma recorrente, atuando como ‘biscates’.

Quanto aos permanentes, ou que pretendiam assim se tornar, a presença de bolivianos no cotidiano foi mencionada em algumas passagens dos relatos de viajantes, como a de Pereira da Cunha (1922) que narrou a presença deles vivendo em acampamentos em uma região entre Corumbá e o Urucum, vivendo em choças, cultivando “[...] uma pequena lavoura e meia dúzia de gado” (PEREIRA DA CUNHA, 1922, p. 20). O fato de estarem cultivando pequenas roças dão a eles a condição de permanentes, não importando o tempo em que estivessem em solo brasileiro.

Porém, tal presença antecede à narrativa de Pereira da Cunha, pois é deste período do pós-guerra com o Paraguai que as relações advindas das condições fronteiriças com a Bolívia foram potencializadas em Corumbá. Consideramos alguns elementos como constitutivos da vida fronteiriça naquele espaço, após aquela Guerra. Um deles foi a fundação de Puerto Suarez, ocorrida em 10 de novembro de 1875, o que é um importante marco nesse processo histórico. Sua criação, a partir de iniciativa de Suarez Aranda, que, com sua Empresa Nacional de Bolívia, saindo de Santa Cruz de la Sierra, alcançou as margens da Laguna Cáceres. Neste local elaborou a Acta de Fundación de Puerto Suarez, e cumpriu a determinação de estabelecer um porto que desse saída para o Atlântico, tarefa que outros já haviam fracassado (ORIAS, 2005). Um ano após ele ter criado o município, comunicava ao Presidente da Bolívia que a estrada ligando a Santa Cruz estava funcionando, ao menos em tempos de estiagem. Poucos meses depois o porto que construía já recebia navios com mercadorias, rebocados pela Marinha brasileira e contando com o armazém da Alfandega em Corumbá, como ponto de apoio logístico (ORIAS, 2005).

A fundação de Puerto Suarez pode ser interpretada como uma política do governo boliviano de consolidar suas fronteiras expressas em práticas de ocupação, através de criação de núcleos urbano. Tal medida visava atender a alguns temores provocados por aquele grave conflito platino. Desta forma, não fazemos a marcação da presença de bolivianos no espaço corumbaense apenas após a Guerra, mas, sim, sua constância e volume passaram a ser mais bem percebidos após aquele período.

Ainda ao final do século XIX, Corumbá testemunhou sua posição fronteiriça passar a ser instrumento de manipulação por parte de escravizados que fugiam do cativoiro, além de alguns criminosos, que cruzavam a linha limítrofe, em uma região conhecida como ‘Pedra Branca’ (MAIA, 2014), estipulando, assim, novas expressões de sua condição fronteiriça. Pedra Branca tem duplo significado

histórico e com espacialidades específicas em território boliviano: como povoado habitado por grupos étnicos chiquitanos; e, como destacamento militar, uma espécie de posto avançado de vigilância (MAIA, 2014).

Tais manipulações por parte de cativos em zonas de interesses internacionais, ocorriam em vasta área do oeste e do norte do Brasil, e mobilizaram desde a justiça local até o corpo diplomático brasileiro em tentativas de reaver escravizados fugitivos. No campo local, as autoridades tentaram de várias formas evitar novas fugas através de proibições de trânsito de pessoas, e instalação de vigilância nas proximidades da Pedra Branca (MAIA, 2014). Com sucesso ou não, os cativos faziam uso da vida fronteiriça, e autoridades, regidas pelos princípios dos limites e da soberania, eram obrigadas a negociar.

Puerto Suarez não pode ser considerada como o único povoamento a ter se constituído como espaço fronteiriço, na perspectiva boliviana, uma vez que o assentamento El Carmen de la Frontera merece destaque. De origem ainda incerta, trata-se de uma comunidade que, segundo registros orais teria sido criada a partir de 1905, quando da chegada de soldados para fazer guarda do território boliviano. Suas atividades eram ligadas a subsistência, sendo que o excedente era vendido ou trocado junto aos brasileiros em Corumbá. Há registros orais que sugerem a presença de ex-cativos do Brasil na formação da comunidade.

Tanto em Puerto Suarez quanto em El Carmen de la Frontera, um dos elementos que nos guiou quanto à ocupação dessa faixa boliviana de fronteira foi a história dos povos das terras baixas da Bolívia. Mencionamos aqui os chiquitanos, habitantes de vasta área que fora, até o século XVIII, palco de dominações por parte dos jesuítas. Esses povos foram alvo de disputas por espanhóis e portugueses, especialmente após a expulsão daqueles padres, em 1767, por serem dotados de diversos domínios laborais, como agricultura, criação de gado etc. Krekeler (1992) assinala que os indígenas chiquitanos adotavam diversas formas de resistência, entre elas a que denominou como resistência passiva, que consistia em retirada do seu espaço, ao mesmo tempo em que o destruía. Tal prática pode ter sido utilizada quando parte dessa população migrou para a fronteira em questão, ao final dos conflitos platinos. Isso, também, pode ter ocorrido como decorrência da fundação de Puerto Suarez, que teria levado ao estabelecimento de novos fluxos migratórios internos na Bolívia (FERNANDEZ, 1972).

Os episódios envolvendo fugas de cativos não eram as únicas preocupações que as autoridades locais tinham em relação à condição fronteiriça de Corumbá. Em 16 de agosto de 1916, o Inspetor da Alfândega daquela cidade, atendendo

à denúncia feita pelo Guarda-mor interino, de que estaria ocorrendo entradas clandestinas de mercadorias vindas da Bolívia, determinou que o referido Guarda percorresse toda a zona fronteiriça, acompanhado de oficial aduaneiro. Tal medida visava coibir o contrabando e o descaminho, preservando, assim, a Fazenda Nacional. Desta forma, a migração, como fuga ou busca de novas alternativas, e o comércio, como contrabando ou elemento de sobrevivência e de desenvolvimento, são marcantes na formação da condição fronteiriça em ambos os lados envolvidos. Como dissemos, são marcas indeléveis e siamesas.

É consolidada na literatura historiográfica a ideia de que Corumbá, após aquele conflito platino, teria se tornado um importante entreposto comercial regional, abastecendo Cuiabá e demais cidades do centro e do oeste do antigo Mato Grosso. São diversos os autores e de variados campos do saber que tratam de Corumbá pelo alcance de suas atividades em um espaço demarcado dentro do território nacional, e utilizam-se do contraponto a inserindo no mercado internacional como fornecedora de peles de animais silvestres, por exemplo. Essa linha de raciocínio conduz a uma análise de sua condição fronteiriça como espaço sem vida nas atividades comerciais. Sendo que essas seriam pontualmente localizadas no Casario do Porto, importante espaço de negociações comerciais e de vigilâncias, uma vez que ali estava instalada a Alfândega. É necessário alargar esse raciocínio.

Em nossos levantamentos realizados no acervo da Fundação de Cultura de Corumbá, junto à documentação alfandegária, foi possível constatar que aquela cidade também era exportadora de diversos produtos em direção à Bolívia. Nos livros da Alfândega, denominados como Termo de Responsabilidades de 1910 a 1916, foram encontrados registros de vinhos, azeites, tecidos e móveis eram rotineiramente exportados para a Bolívia. No sentido inverso, a importação no mesmo período era, basicamente, composta de madeiras, provavelmente, para a construção da ferrovia que chegava de São Paulo, e lenha, que supomos fossem utilizadas nos motores a vapor dos navios.

Isso nos dá uma perspectiva mais ampla do alcance que o comércio internacional obteve em Corumbá. Fosse pelas vias fluviais, partindo ou chegando ao Porto de Corumbá, fosse pelos caminhos utilizados pelos camponeses, ou, ainda, fosse pelas trilhas criadas pelo contrabando, o comércio internacional se estabelecia e dinamizava, mesmo que em forma germinal, a condição fronteiriça daquele largo espaço. E a amplitude a nos referimos está relacionada à vivência, na qual a mercadoria era apenas um dos seus elementos constitutivos.

A proximidade de Corumbá com a Bolívia e, portanto, sua condição fronteiriça chamava a atenção dos viajantes que passavam por ali. Steinen, por exemplo, em 1889 comentou que essa cidade despertava nele “[...] interesse especial pelas suas relações com a Bolívia” (STEINEN, 1942, p. 51). Narrou que havia entrado em contato com um comerciante boliviano que buscava destacar a existência de viagens em direção a Santa Cruz de la Sierra, e que a estrada era transitável fora dos períodos de chuva, o que pode ser entendido como a existência e a permanência dos caminhos criados por Suarez Aranda. Steinen também observou que o comércio internacional já estava estabelecido, e que o contrabando e o descaminho já eram atividades corriqueiras na região (STEINEN, 1942).

Além de estarem interligadas pelo transporte fluvial e terrestre, as relações comerciais entre Corumbá e Puerto Suarez se fortaleceriam ainda mais com a construção de um projeto de expansão da linha telefônica até Puerto Suarez (AYALA; SIMON, 2011). Infelizmente, ainda não tivemos acesso a documentos que comprovassem que o referido projeto tivesse sido executado e as linhas telefônicas tenham se tornado internacionais naquela fronteira. Entretanto, o projeto em si já é capaz de demonstrar o quanto os níveis de conectividades fronteiriças estavam estabelecidos entre ambas as cidades.

A formação da condição fronteiriça de Corumbá, relacionada à Puerto Suarez, ocorreu tanto pelas camadas mais altas da sociedade local, através das práticas comerciais e migratórias que ali estavam estabelecidas e que geraram, mesmo que esparsas, fontes documentais. Enquanto as relações ocorridas pelas camadas mais baixas da sociedade local, também através de práticas comerciais e migratórias, não tiveram a mesma sorte e contaram com raros registros.

SAROBÁ

Os movimentos migratórios, especialmente os internacionais, provocaram acelerada curva de crescimento demográfico em Corumbá. Se ao final da Guerra com o Paraguai o vilarejo que contava com pouco mais de mil habitantes, na virada do século XIX para o XX sua população alcançava números próximos a seis mil moradores. Dentre eles os paraguaios eram majoritários, o que implicou em impactos da vida cotidiana naquela cidade. Neste sentido, ao final do século XIX, se sua posição fronteiriça conduziu Corumbá a um posto de relevância na defesa do território oeste

brasileiro, incluindo as instalações militares e alfandegárias, sua condição fronteiriça levou as autoridades locais a pedirem medidas às estaduais para o restabelecimento da língua portuguesa em seu cotidiano, que estava dominado pelo espanhol e pelo guarani (SOUZA, 2008), em função, principalmente, da presença paraguaia.

Devemos destacar que a composição social de Corumbá no período em que estamos tratando, tem que ser entendida, também, a partir de mudanças estruturais que estavam ocorrendo em todo o Brasil. Falamos aqui da lenta e difícil transição do trabalho escravo para o livre. Ainda permanece firme o discurso de segmentos da chamada elite local, de que teria ocorrido um processo sem traumas, especialmente a partir da utilização da mão-de-obra na modalidade ‘agregado’, ou seja, o ex-escravizado e sua família que, uma vez liberto, passariam a viver sob a tutela da família de seus senhores, gerando dívida de gratidão, entre outras. Corrêa e Brasil (1991) salientam que o fim da escravidão, em 1888, não atingiu de forma satisfatória os interesses dos recém-libertos, ao contrário, em regiões mais distantes do centro imperial a violência e a impunidade eram recorrentes em um processo que acabou gerando novas formas de trabalho compulsório (CORRÊA; BRAZIL, 1991).

Cancian (2007) observa que os espaços públicos das cidades, antes deste movimento de expansão do capitalismo, não eram locais apropriados para a *boa família*, por ser sujo, escuro e desorganizado. Portanto, esse espaço transitado pelos cativos para executar diversas tarefas carregar alimentos e água, levar recados etc. (CANCIAN, 2007). O fim da escravidão coincidiu com a implantação dessa ordem administrativa e urbana que Corumbá experimentava, e um de seus reflexos foi o embranquecimento das ruas proporcionado pelo crescimento econômico, expresso em vias e praças limpas e conservadas, pujantes lojas comerciais e modos europeus de se vestir e andar (CANCIAN, 2007). Desta forma, restava aos negros, ex-cativos e a todos os que se encontravam à margem do processo de desenvolvimento da cidade os lugares escuros, sujos e desorganizados, igualmente como antes.

Foi desse duro processo de exclusão e seleção que surgiu um dos espaços mais condenados ao esquecimento por parte da chamada elite local: o Sarobá. Esse local foi elaborada como uma estratégia de sobrevivência de imigrantes pobres, ex-cativos, marinheiros, etc. Embora ainda não seja possível descrever minuciosamente a localização deste espaço, sua existência é inequívoca. Diversas fontes atestam isso, e trazem preciosas informações sobre as condições em que viviam aquelas pessoas. Em processos crimes no acervo da CCTJMS, o Sarobá aparece como cenário de violências, o que era previsto encontrar nesse tipo de acervos. Porém, nos chamou a atenção a menção que é feita a existência

de um portão na rua Delamare, em um processo relativo a um crime que teria ocorrido antes de seu fechamento. Futuros estudos poderão melhor nos indicar a existência desse instrumento de controle social.

O Fiscal Augusto Verharstrutes, em seu relatório de fim de exercício em 1911, observou a necessidade de a municipalidade ampliar a coleta de lixo, que era feita por carroças, visando atender a população do Sarobá. Segundo o Fiscal, duas coisas estavam aumentando naquele espaço que chamou por ‘suburbano’: o lixo e a população. De fato, a falta de condições salubres para a população era fator que potencializava imensos riscos de contágios em uma cidade que fora forjada pelo amargo das epidemias trazidas pelos mesmos navios que transportavam o progresso e o desenvolvimento da modernidade. Essas duras condições de vida eram pioradas pela completa falta de abastecimento de água, o que os levava a coletá-la no rio e consumir sem cuidados necessários (SOUZA, 2008).

Devemos observar que a municipalidade encontrava dificuldades em executar plenamente aquilo que havia projetado para sua cidade. Estamos tratando de um espaço em que conviviam pessoas de diferentes nacionalidades, com hábitos alimentares e sociais muito distintos, com variações de ocupação de mão-de-obra bastante seletivas, e, principalmente, com abandonos por parte do poder público. Essa ideia de que o Sarobá era habitado, exclusivamente, por ex-cativos precisa ser revista. Uma vez que a principal categoria de trabalhadores na cidade, aqueles ligados à navegação, encontravam no Sarobá um lugar para morar e se divertir, incluindo jogos e bebidas (OLIVERA, 2005). Porém, não era o único espaço que esses trabalhadores ocupavam. O Acampamento de Cima, ou Acampamento São Francisco, era um bairro que havia sido forjado por trabalhadores da navegação, ex-cativos e militares praças, e em sua rotina estavam as fiscalizações e a busca por controle por parte da municipalidade (SENA; NOGUEIRA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do século XIX e início do XX, a região onde está localizada a cidade de Corumbá, passou por importantes modificações em suas estruturas demográficas e dinâmicas estatais. A diversidade de nacionalidades que ali chegava, o deslocamento de ex-cativos para o perímetro urbano, no lado brasileiro, e o adensamento populacional de comunidades e do município de Puerto Suarez, no lado boliviano, promoveram novos desenhos nas configurações sociais e espaciais. Ao mesmo tempo, a circulação de mercadorias, de forma lícita ou não,

alcançava diversos segmentos sociais, com diferentes maneiras de manipular as posições fronteiriças que esse espaço em tempos germinais experimentava.

Falamos, portanto, na formação de um povo, não apenas de um espaço. Novos estudos estão sendo realizados para demonstrar como as camadas inferiores no ordenamento econômico daquelas sociedades criaram estratégias de formação familiar, práticas de sobrevivências e manejos quanto às autoridades locais. Populações indígenas do lado brasileiro, como os Guató, também ali se estabeleceram e foram inseridos de formas diferenciadas nas dinâmicas laborais, espacialidades e formação de famílias.

A construção da condição fronteiriça na região em que Corumbá está inserida passou, necessariamente, pelo estabelecimento de fluxos migratórios internacionais e circulação de mercadorias. Ao mesmo tempo, o esforço de vigilância e controle, em ambos os lados que a compõe, embora de formas desiguais, permitiu o fortalecimento de sua posição fronteiriça.

REFERÊNCIAS

AYALA, S. C.; SIMON, F. (orgs.) [1914]. *Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso. Tomo III. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011.*

BRITO, F. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 12, números 1 e 2, 1995, pp. 21-34.

CANCIAN, E. Simplesmente Sarobá: o retrato urbano dos afrodescendentes em Corumbá pós-cativeiro. In: NAVARRO, E. M. M.;

KASSAR, M. C. M.; DIAS, R. T. R.; FONSECA, R. B. (orgs.) 40 anos do Campus do Pantanal-UFMS: contribuições para o desenvolvimento regional. Campo Grande, Editora da UFMS, 2007, pp. 17-26.

CORRÊA, Jaqueline M. **O Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços em perspectivas de inserção social: avaliações sobre a implantação do Circuito de Apoio ao Imigrante**. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços. UFMS/CPAN, 2016. 89 p.

CORRÊA, L. S. “Corumbá: o comércio e o casario do porto (1870-1920)”. In: CORRÊA, V. B.; CORRÊA, L. S.; ALVES, G. L. Casario do Porto de Corumbá. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

CORRÊA, L. S.; BRAZIL, M. C. Escravos: conflito e violência em Corumbá. In: **História**, São Paulo, v. 10, 1991, pp. 141-150.

ESSELIN, P. A Gênese de Corumbá. Campo Grande, Editora UFMS, 1998.

FERNANDEZ, H. S. **Breve Historia de Santa Cruz**. La Paz, Bolívia, Libreria Editorial Juventud, 1972.

FOUCHER, M. Fronts et Frontières. Paris, Fayard, 1991.

HOBSBAWM, E. J. **A Era do Capital (1848-1875)**. Trad. de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KREKELER, B. **Historia de los Chiquitanos**. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, s/e, 1992.

LOIO, J. A. M. S.; MARINI, J. F. M.; OLIVEIRA, M. A. M. Imigrantes Bolivianos da Planície e do Altiplano em região de fronteira: distinções pregressas em solidariedades seletivas. In: SILVA, A. J. N. (org.) Educação [recurso eletrônico]: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020, pp. 155-164.

LUZ, N. V. **A Luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. In: T.M.Strohaecker et alli (orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MAIA, M. C. F. **Um marco para a liberdade: “Pedra Branca”. Cativos na fronteira de Corumbá (BR) / Puerto Suarez (BOL). Século XIX**. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, MS, 2014.

MELLO, R. S. **Corumbá, Albuquerque e Ladário**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966.

OLIVEIRA, C. R. **Migrações e práticas comerciais na fronteira luso-espanhola: o caso do povo chiquitano após a expulsão dos jesuítas da chiquitania (1767-1789)**. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, MS, 2014

OLIVEIRA, M. A. M. Novos elementos teórico-metodológicos para os estudos migratórios em fronteira. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v. 35, n. 03, 2018, pp. 01-05.

OLIVEIRA, M. A. M.; OLIVEIRA, J. C.; RODRIGUES, W. P. **Corumbá entre ruas e cemitério: o tempo e o silêncio**. Uberlândia, MG: LAECC, 2020.

ORIAS, N. **Historia de Occidente Cruceño**. Santa Cruz de la Sierra, s/e, 2005.

PEREIRA DA CUNHA, H. **Viagens e caçadas em Matto Grosso**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1922.

Relatório anual do Fiscal Augusto Verharstrutes (1911). Acervo da Câmara Municipal de Corumbá.

SAID, E. **Orientalismo**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SENA, D. M. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá: relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império**. Tese de Doutorado, PPGH, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2017.

SEVERIANO DA FONSECA, J. **Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)**. Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & C., 1880, 2 vols.

SOUZA, J. C. “O Caráter religioso e Profano das festas Populares: Corumbá, passagem do Século XIX para o XX”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, n. 48, pp. 331-351, 2004.

_____. **Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)**. São Paulo, Editora Alameda, 2008.

STEINEN, K. V. D. **O Brasil Central**. Tradução de Catarina B. Cannabrava. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1942.

DE PAÍS RECEPTOR A LA SOCIEDAD DEL ÉXODO: EL PANORAMA MIGRATORIO VENEZOLANO¹

Mario Valero Martínez²

Las movildades humanas que definen las migraciones internacionales, aunque como se señala en especializados estudios demográficos forman parte de la historia y la cultura de la humanidad, son procesos crecientes y cada vez más complejos que involucran transversales variables explicativas (económicas, sociales, políticas, ambientales, culturales) valoradas en sus respectivos impactos societales. En ocasiones a esta complejidad se agregan las interpretaciones que determinados sectores sociales y en algunos ámbitos políticos-populistas se hacen de los inmigrantes, tendientes a estigmatizar sus presencias en los territorios nacionales. Más allá de las valoraciones o de las deplorables apreciaciones, el acto de emigrar y cruzar las fronteras para habitar en otras geografías es una difícil decisión individual o familiar y generalmente la respuesta extrema a la búsqueda de superación de frágiles e insoportables condiciones de vida in situ. Este proceso migratorio es más dramático cuando en una sociedad se producen masivos movimientos humanos forzados por las circunstancias nacionales y se emprende el escabroso éxodo colectivo a destinos inciertos, tal como ha ocurrido en Venezuela desde el año 2015.

En cualquier caso, incluido contextos favorables, es el inicio de un viaje con incertezas, pero también de rupturas atávicas territoriales, concordando con Augé (2010, 42) “los migrantes, clandestinos o no, no tienen elección: han cortado los puentes, han pasado las fronteras y su vida ya no volverá a ser nunca lo que era”. Es pues, una o muchas travesías que conllevan enfrentar cambios sustanciales en los modos de vida, convivir en otros ámbitos cotidianos y culturales, superar trabas

1 Parte del contenido de este texto fue publicado bajo el título: Venezuela, migraciones y territorios fronterizos. En: Revista Línea Imaginaria. N° 6. (3). Julio-Dic. UPEL-Venezuela. 2018. Para esta versión se actualizaron los datos y se introdujeron otras reflexiones sobre el fenómeno de la emigración venezolana.

2 Profesor Titular e Investigador de la Universidad de Los Andes, Venezuela. Doctor en Geografía e Historia, programa Geografía Humana: Territorio y Sociedad-U.C.M. Magister en Ciencias Política, CEPESAL- Universidad de Los Andes de Venezuela. Coordinador del Grupo de Estudio Cultura y Sociedad, reconocido por el Consejo de Desarrollo Científico, Humanístico y de las Artes de la Universidad de Los Andes-Venezuela mvalero@ula.ve / mariovalerom@gmail.com / <http://webdelprofesor.ula.ve/nucleotachira/mvalero/>

y barreras impuestas en las políticas y legislaciones nacionales; también a correr el riesgo de confrontar rechazos, exclusiones y hasta las ofensas xenófobas de radicalizadas minorías nacionalistas. Todo esto forma parte de los retos trazados con el objetivo de encontrar las oportunidades inalcanzables o inexistentes en sus lugares de procedencia y de esto no se escapan de igual manera, los migrantes que tienen asegurados sus puestos en especializados campos de trabajo.

Los movimientos migratorios internacionales, así como las personas que se encuentran en condiciones de refugiados se han incrementado en las dos décadas del presente siglo. Las estadísticas de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM, 2020) al cierre del año 2019 indican que 272,4 millones de personas estaban viviendo fuera de su país de nacimiento y casi dos tercios son migrantes laborales; desglosado este dato en agrupaciones regionales mundiales de acuerdo al grado de desarrollo, 152,1 millones se alojaban en países más desarrollados, en tanto que 199,5 millones vivían en los menos desarrollados. Asimismo se informa que 25,9 millones de seres humanos se encontraban en condiciones de refugiados. Aunque la migración internacional representa sólo el 3,2% de la población mundial y su reparto no es uniforme, junto a los refugiados se ha convertido en grueso y controversial tema en sus puntuales repercusiones geográfico-nacionales, enfrentando variados y contrapuestos enfoques expresados en puntos de vista que, con matices y diferencias, analizan la compleja temática en contextos de apertura, cooperación, solidaridad y valoran la importancia de las migraciones para las naciones, incluso para los que reciben las remesas como relevante fuente de ingreso. En estas perspectivas se exponen los modelos teóricos que vinculan a las migraciones internacionales con la economía, el ambiente, las tecnologías para dar sustento a la inseparable relación entre población y desarrollo.

Desde otros enfoques se ubican las posturas cuestionadoras de los movimientos migratorios, generalmente defensores del nacionalismo radical que apuestan por el cierre de fronteras como mecanismo para su contención. Este es un debate que ha tomado un nuevo giro a partir de la conmoción causada por la pandemia del COVID-19, vinculada a la pertinencia o no, del cerramiento de las fronteras nacionales en el intento de evitar la propagación del contagio, un controversial tema que ha disparado las alarmas sobre el uso y abuso que podrían hacer los regímenes autoritarios de esta inesperada situación que ha confinado a gran parte del mundo. En todo caso es una polémica que apenas comienza y sin duda marcará la pauta discursiva en los próximos años, reforzada en el eje asociativo migraciones-fronteras.

En América Latina y el Caribe se estima que para el año 2019 alrededor de 42,7 millones de personas habitaban fuera de sus países de origen, además de 25,9 millones de refugiados. México ocupó el primer lugar (12 millones) seguido de Colombia y en tercer lugar irrumpe Venezuela a raíz del gran éxodo de población iniciado entre finales del año 2015 y 2016. Es preciso señalar que el incremento de las migraciones internacionales se debe observar también en los contextos específicos en que se gestan, lo que requiere sus particulares exploraciones descriptivas y analíticas. Bajo esta mirada y en las siguientes páginas se aborda el caso venezolano, otrora país receptor de inmigrantes que dio un inesperado giro en su patrón demográfico al convertirse en territorio de emigrantes con alto impacto en América del Sur. Para cumplir este propósito nos trazamos dos grandes objetivos. Uno inicial que traza una reseña histórica del país que promovió la captación y la recepción de población de inmigrantes. El otro aborda la ruptura de esta tendencia, explorando las razones del éxodo originado en la profunda crisis social, económica y política que derivó en una emergencia humanitaria compleja en la Venezuela del siglo XXI.

QUE VENGAN LOS INMIGRANTES

La historia de las migraciones internacionales en Venezuela se remonta al siglo XIX desde su nacimiento como república independiente en el año 1830, aunque los antecedentes se encuentran en el fracasado proyecto de la Gran Colombia con la importancia asignada a estos asuntos que, como reseña Rey (2011) inició los primeros proyectos migratorios a mediados de la década de 1820. Para entonces, la política migratoria se orientó a la promoción y captación selectiva de población extranjera con el objeto fomentar labores de colonización agraria, así como la expansión industrial en el despoblado y devastado territorio venezolano producto de las secuelas dejadas por la Guerra de Independencia. El hito referencial se ubica en el Decreto del 13 de junio de 1831 aprobado para promover la selectiva atracción de migrantes de las Islas Canarias de España e incluía un conjunto de incentivos, tales como el otorgamiento de cartas de naturaleza (nacionalización), exenciones del servicio de armas o servicio militar y concesiones de tierras baldías con el respectivo título de propiedad. Luego, dicho Decreto fue sustituido por la Ley sobre Migración de Extranjeros del 19 de mayo de 1837 que amplió la oferta migratoria a todos los europeos dispuestos a realizar labores agrícolas y otras

empresas con fines productivos, igualmente incorporó beneficios económicos a los empresarios para estimular la captación de inmigrantes europeos.

Este tópico formaba parte de la reflexión de las élites nacionales en la búsqueda del avance transformador y productivo del territorio, el político y periodista Antonio Leocadio Guzmán lo expresaba en el año 1840 en los siguientes términos, “La inmigración es el efecto de un estado de cosas adecuado para ella, estado a que ha de llegarse por un concurso de medidas de diferentes ramos todos convergentes y sabiamente combinados” (Guzmán, 2001, 78) y en el afán de demostrar su importancia argumentaba con razonada agudeza que esta era la vía mediante la cual un país multiplicaba su población, su industria, sus productos y riquezas y alcanzaría su prosperidad. En ese contexto nacional, el 12 de mayo de 1840 se aprobó una nueva Ley sobre Migraciones de Extranjeros que introdujo algunas reformas en los deberes de los empresarios encargados de las migraciones y se establecieron novedosos privilegios a los inmigrados. En la reglamentación de esta Ley se decretó la creación de sociedades de inmigración en todas las provincias de Venezuela asignándoles funciones gubernamentales para promover, estimular y proteger las empresas de inmigración y se organizó el territorio venezolano en tres distritos de inmigración, Oriente, Centro y Occidente con el objetivo de sistematizar y organizar la política migratoria. Asimismo, se aumentaron los beneficios económicos a los inmigrantes, se definieron nuevos criterios para su selección y control, se les establecieron los deberes en el proceso de construcción de tierras baldías asignadas y de igual manera se concedieron varias prerrogativas socioculturales como la autorización para celebrar matrimonios entre inmigrantes conforme a las leyes y costumbres de su país de origen, y les permitieron la libertad de culto religioso que profesaban en su tierra natal.

El interés nacional por impulsar la inmigración internacional se extendió durante el resto del siglo XIX, plasmado en consecutivas leyes con similares propósitos, salvo en la Ley de inmigración del 20 de julio de 1891 que introdujo una variante en la selección discriminatoria del perfil migratorio al negar los contratos de extranjeros de nacionalidad asiática y de las Antillas inglesas y holandesas, tampoco los de otras nacionalidades mayores de 60 años a menos que fueran padre o madre que vinieren con ellos o se encontrarán establecidos en el territorio nacional.

El balance que se hace para este período sobre la política migratoria en diversos estudios especializados, apuntan a resaltar los escasos logros alcanzados

en las metas propuestas para atraer inmigrantes extranjeros, por lo tanto, la aplicación de las diversas leyes no tuvieron los efectos deseados. Así tenemos que al finalizar el siglo XIX había en Venezuela 38.695 ciudadanos inmigrantes en un país predominantemente rural que, de acuerdo al censo de 1891 tenía un poco más 2,2 millones de habitantes

NUEVO SIGLO, AÚN NO LLEGAN LOS INMIGRANTES

En la geografía venezolana de la primera mitad del siglo XX se presentaron profundas transformaciones geoeconómicas y socioespaciales con la consolidación y expansión de la actividad económica en torno a la explotación del petróleo; también fue un tiempo de turbulentos eventos en el ámbito político nacional caracterizado por la predominancia de regímenes dictatoriales y el establecimiento de un corto período democrático. Este panorama nacional se reflejó a su vez, directa o indirectamente, en las definiciones de políticas migratorias y paralelamente en las progresivas variaciones en sus flujos internacionales. Para los propósitos de este artículo diferenciamos dos fases, una de continuidad que mantuvo sustancialmente los principios establecidos en las leyes decimonónicas, y definido cuantitativamente por un crecimiento lento en los números de la inmigración internacional en Venezuela. La otra corresponde a la acelerada modificación en esta tendencia generada en el creciente arribo de población de otras nacionalidades asociada básicamente, a los cambios geoeconómicos acaecidos producto de la expansión de la explotación del petróleo, reforzada adicionalmente en el viraje dado a los lineamientos migratorios, pero también, en el plano internacional, a las secuelas de la postguerra Mundial.

Durante las cuatro primeras décadas del siglo XX el registro censal no muestra grandes alteraciones en la presencia de extranjeros en Venezuela, en los datos disponibles se observa un exiguo crecimiento. Para el año 1920 había en Venezuela 28.610 personas nacidas en el exterior, en el año 1936 aumentaron a 45.484 y en 1941 sumaban 47.704 extranjeros. Aunque en diversos estudios demográficos se duda de la precisión de estos datos, sin embargo, sirven como referentes para una observación aproximativa de los movimientos de inmigrantes internacionales en estos períodos. Por otra parte, tampoco se observan sustanciales modificaciones en los objetivos de las leyes migratorias pues, al igual que las leyes decimonónicas, se mantuvieron los lineamientos de promoción y captación de trabajadores para

el poblamiento rural y el desarrollo agrícola, asimismo, se preservaron con algunas variantes, los criterios excluyentes en las condiciones y restricciones y el perfil que definían al trabajador inmigrante requerido.

Así tenemos, por ejemplo, que la Ley de Inmigración y Colonización del año 1912 aprobada bajo el régimen dictatorial del General Juan Vicente Gómez (1908-1935) vetaba a los inmigrantes de raza no europea. También en la Ley de 1936 decretada bajo el régimen cívico-militar de General Eleazar López Contreras se dictaminaba que no se captarían como inmigrantes a las personas que no fueran de raza blanca. Esta discriminatoria política gubernamental en cierto modo se correspondía con las ideas de influyentes pensadores de la época que vinculaban desarrollo y colonización agrícola de Venezuela con el mejoramiento de la raza. Casos como el de Adriani, Ministro de Hacienda del gobierno de López Contreras, gran defensor de la política de inmigración había dejado perfilado algunos criterios en el año 1929 al destacar sus seguros beneficios y óptimas ventajas pero “solo en el caso que se combinen con un plan de colonización, adaptándola a las condiciones ecográficas y económicas de las varias zonas del país y susceptible de estimular todas las manifestaciones de la vida nacional” (2001, 238). Igualmente señalaba que el plan de inmigración y colonización podría poblar los territorios desiertos de Venezuela, diversificar la agricultura, desarrollar industrias y “contribuir al mejoramiento de su raza y a la nivelación de su cultura, especialmente en el dominio de la técnica con los pueblos más progresistas de occidente” (P.241). Esa idea insistente del mejoramiento de la raza también quedó plasmada en el artículo primero del Reglamento del Instituto Técnico de Inmigración y Colonización del 30 de noviembre de 1938 al establecer entre sus funciones la cooperación con el Ejecutivo Federal en buscar el *mejoramiento étnico* de la población por medio de la inmigración seleccionada.

A pesar de la relativa importancia otorgada por estos años a la relación migración y desarrollo, no deja de sorprender el persistente e inconcebible argumento discriminatorio del mejoramiento de la raza venezolana con importada población blanca y europea, lo que nos induce a pensar, además, que según esta simple tesis racial, las causas del atraso nacional estaban en las condiciones étnicas del venezolano y no en el catastrófico estado en que se encontraba el país como consecuencia de las guerras civiles del siglo XIX, así como en el empobrecimiento de la población bajo los regímenes dictatoriales, como por ejemplo los 27 años del oprobioso régimen dictatorial de Juan Vicente Gómez.

La inmigración internacional creció muy lentamente en las primeras décadas del siglo XX tal como se corrobora en los datos censales. Para el año 1920 se registraron

en Venezuela 28.610 personas nacidas en el exterior, para el año 1936 aumentaron a 45.484 y en 1941 el padrón censal reportó 47.704 extranjeros. Aunque en varios estudios se cuestionan estas cifras, no obstante sirven como referentes para la observación cuantitativa de los movimientos migratorios.

CAMBIAN LOS ENFOQUES

En las cuatro décadas iniciales del siglo XX progresivamente fue cambiando el paisaje venezolano, las tradicionales actividades agrícolas fueron relegadas por el auge de la industria petrolera, paralelamente se debilitó el patrón de ocupación rural al tiempo que amplió sus fronteras el espacio urbano, impulsado por el acelerado proceso de migración interna rural-urbana y la transformación urbana de espacios rurales. Esta movilidad socioespacial y geoeconómica se orientó a ciudades y centros poblados cercanos a los campos de explotación petrolera, pero también a ciudades del centro-norte del país, donde se desplegó un importante proceso de industrialización nacional, como bien afirma Gómez y Sánchez (2008, 494) “la actividad petrolera se transformó en un imán para atraer mano de obra, de todas partes de Venezuela, asentándose anárquicamente en los alrededores de estos yacimientos, conformando campamentos y consolidando centros poblados más cercanos”. Paralelamente se generó un cambio en el comportamiento de la inmigración internacional, para entonces Venezuela había adquirido gran importancia en el ámbito geoeconómico al consolidarse como segundo país productor y primer exportador de petróleo a escala mundial, por tanto, era un país atractivo que adicionalmente necesitaba trabajadores especializados. Este cuadro nacional coincidió paralelamente con acontecimientos geopolíticos y migratorios internacionales marcados por las secuelas de las guerras mundiales.

Para el objetivo de este artículo interesa destacar los acontecimientos políticos en la gobernabilidad venezolana introducidos en el trienio 1945-1948 y su relación con los enfoques sobre las migraciones internacionales, acoplados a la nueva realidad geoeconómica del país. Como factor significativo destacamos la supresión de los criterios discriminatorios relacionados con el color de piel y la nacionalidad de los inmigrantes. Rómulo Betancourt presidente de la Junta de Gobierno entre 1945-1948 posteriormente señalaría que interesaba el inmigrante como factor de producción y sujeto poblador en un país de atraso técnico y

baja densidad de población, pero nunca se consideraba al blanco, al europeo, superior al mestizo criollo. Agregaba Betancourt (1999, 497) “no nos interesa eso que se ha dado en llamar civilización de trasplante... Nos preocupábamos por el contrario, en acriollar el inmigrante, incorporándolo al suelo nacional y a nuestro mundo en formación”. Es evidente el viraje con relación a la orientación excluyente presentes en las anteriores leyes migratorias.

Betancourt se reafirmó en su cuestionamiento al privilegio otorgado a “la gente venida de afuera, por el hecho circunstancial de exhibir una pigmentación negra o de provenir de países con más siglos de historia que los de América Latina” (P. 490). Sin duda que estas posturas formaron parte de los aportes que contribuyeron a eliminar la política inmigratoria heredada del siglo XIX, para construir un discurso plural y democrático que expresaba la nueva coyuntura política nacional, ajustada a las necesidades socio-productivas del país que estaba en fase de acelerada transformación geoeconómica y carente de mano de obra especializada no restringía al ámbito agrícola. En el relato histórico Betancourt dejó asentado que no sólo se ponía el énfasis en la selección de agricultores, también médicos, laboratoristas, obreros calificados, artesanos argumentando que “contra la tesis agrarista miope de quienes solo consideraban útiles los extranjeros cultivadores de la tierra, se aplicó un criterio selectivo menos excluyente, cuyos resultados beneficiosos se hicieron sentir de inmediato” (P.498). También en este período gubernamental se estableció una avanzada política de refugiados plasmada en la firma del convenio con la International Refugee Office (IRO) para atender los ciudadanos desasistidos de la devastada Europa producto de la Segunda Guerra Mundial. Betancourt destacó la importancia de la creación del Comité Intergubernamental de Refugiados con el compromiso de traer a Venezuela un mínimo de 15 mil refugiados al año, seleccionados por misiones venezolanas instruidas para tales propósitos y de acuerdo con las necesidades nacionales.

No cabe duda que la consolidación de la actividad petrolera y la apertura migratoria sirvieron como estimulantes a las continuas inmigraciones espontaneas procedentes de Europa, especialmente de España, Italia, Portugal y en menor cantidad de desplazados de otros europeos occidentales afectados por la crítica situación económica de la postguerra. También llegaron de Suramérica, fundamentalmente de Colombia lo que se explica por las facilidades geográficas de la vecindad y la tradicional historia de intercambios transfronterizos.

Sin embargo, un golpe militar en 1948 y la imposición de una férrea dictadura por un lapso de diez años cortó el avance democrático en Venezuela

y en este oprobioso régimen se introdujeron otras variaciones en la política migratoria, destacando al menos tres aspectos relevantes. El primero se definió en la tácita imposición de una política de “puertas abiertas” que alentó la entrada de inmigrantes de nacionalidades lejanas y cercanas. El segundo aspecto vinculado a los criterios de “puertas abiertas”, fue la aprobación de la Ley de Naturalización de julio de 1955 que facilitaba a los inmigrantes el otorgamiento de la nacionalidad venezolana. El tercer aspecto se describió en la firma de un acuerdo con el Comité Intergubernamental para las Migraciones Europea (CIME) con la finalidad de adelantar la reagrupación familiar de inmigrantes ya establecidos en Venezuela. La combinación de estos factores contribuyó al acelerado crecimiento de las inmigraciones internacionales, asociado a su vez a la necesidad de contratar obreros calificados para la expansión geoeconómica generada por la industria petrolera.

Posteriormente, con el derrocamiento de este régimen militar en el año 1958 y el establecimiento del sistema democrático en Venezuela, se aprobaron nuevas orientaciones en la política migratoria, tomando en consideración en esta ocasión, la precariedad socioeconómica venezolana, secuelas del recién derrotado régimen dictatorial. Lo cierto es que, desde el punto de vista demográfico, después de la segunda mitad del siglo XX se presentaron radicales modificaciones en las cifras migratorias, tal como quedó documentado en los registros censales.

LLEGAN LOS INMIGRANTES

Para el año 1941 en pleno auge petrolero, vivían en Venezuela 49.928 personas nacidas en el exterior, nueve años después el número se había cuadruplicado al registrarse 208.713 extranjeros. Este crecimiento se explica, en parte, por las repercusiones positivas en el viraje dado a las políticas migratorias, así como por las atractivas oportunidades generadas con la transformación geoeconómica nacional. A escala continental los europeos conformaron el mayor grupo al aglutinar el 60,8 por ciento de inmigrantes, distribuidos básicamente entre italianos (21,1%), españoles (18,2%) y portugueses (5,2%). Por otra parte, los americanos sumaron el 36,4 por ciento, pero con un alto número de colombianos (22%) que fue la población mayoritaria de todas las comunidades de inmigrantes (Cuadro 1). En las décadas siguientes y con sus respectivas especificidades, se presentaron largos períodos en el acelerado incremento de inmigrantes.

En el censo de 1961 se reflejó un importante salto en el crecimiento de inmigrantes en Venezuela al registrarse el total de 541.647 personas nacidas en el exterior, equivalente al incremento del 160 por ciento en el período intercensal. Los europeos mantuvieron las más altas cifras representado el 68,2 por ciento, con elevado incremento de españoles que contabilizaron 166.660 registros, seguidos de 121.733 italianos y 41.973 portugueses. También es llamativo el incremento de población procedente de Asia, aunque no en la magnitud si se compara con los datos de Europa y América.

Cuadro 1.- Población Europea residente en Venezuela. Censos 1950-1961				
CENSOS	1950		1961	
	POBLACIÓN	%	POBLACIÓN	%
TOTAL	5.034.838	100,0	7.523.999	100,0
Nacidos en el país	4.826.198	95,9	6.982.447	92,8
Nacidos en el exterior	208.731	4,1	541.563	7,2
CONTINENTE Y PAÍS DE ORIGEN				
EUROPA	126.996	60,8	369.298	68,2
España	37.887	18,2	166.660	30,8
Italia	43.938	21,1	121.733	22,5
Portugal	10.954	5,2	41.973	7,8
Otros países	34.187	16,4	38.932	7,2
No declarado	609	0,3	95	0,0
ASIA	4.662	2,2	17.523	3,2
Fuente: Censos de población y vivienda de Venezuela. / Cálculos propios				

Con relación a la población proveniente de América, entre 1950 y 1960 duplicó su presencia al sumar 157.647 viviendo en Venezuela, aunque con un crecimiento menor que los pobladores europeos; los colombianos continuaron ocupando el mayor número de inmigrantes al representar 18,9 por ciento del total de censados; muy distantes le siguieron argentinos, chilenos, peruanos y dominicanos, salvo estos últimos, las demás comunidades aumentaron su presencia en el país. (Cuadro 2).

Cuadro 2.- Población de América Latina y el Caribe en Venezuela. Censos 1950-1961

censos	1950		1961	
	POBLACIÓN	%	POBLACIÓN	%
CONTINENTE Y PAÍS DE ORGEN				
América	76.023	36,4	152.647	28,2
Colombia	45.969	22,0	102.314	18,9
Argentina	618	0,3	3.131	0,6
Chile	519	0,2	2.051	0,4
República Dominicana	1.242	0,6	1.470	0,3
Perú	776	0,4	1.583	0,3
Otros países	26.899	12,9	42.098	7,8

Fuente: Censos de población y vivienda de Venezuela. / Cálculos propios

En suma, interesa destacar que entre 1941 y 1961 se observa el primer gran movimiento en las cifras de inmigrantes internacionales en Venezuela, igualmente interesa subrayar que en entre estos períodos censales la población nacida en el exterior creció a una tasa de 12,6 por ciento anual, lo que, en efecto muestra el cambio demográfico que consolidó a Venezuela como territorio de atracción y recepción de inmigrantes, cuyo significado trascendió a su valoración estrictamente laboral y económica, hasta alcanzar los aportes que se entremezclaron con la pluriculturalidad venezolana, pues como lo propone Bolívar (2008,75) “sería redundante repetir la extensa diversidad de los beneficios y contribuciones de quienes llegaron al país cargados de buenos y malos recuerdos, de memorias de momentos difíciles, pero sobre todo cargados de esperanza”. Al resaltar estos aspectos se reivindica el significado cultural de las corrientes migratorias favorecidas por la apertura, las oportunidades, las solidaridades y los ofrecimientos del país receptor, ávido además de gente especializada en su proceso de expansión económica.

SE INVIERTEN LOS FLUJOS DE INMIGRANTES

La derrocada dictadura militar en el año 1958 dejó a la sociedad venezolana con enormes desigualdades sociales, vastos sectores empobrecidos, creciente desempleo, a pesar de los cuantiosos ingresos obtenidos con la actividad petrolera.

En ese crítico paisaje nacional el gobierno de la naciente democracia se trazó la tarea de reconstruir al país y de manera específica se encontraron con aspectos sociales y laborales sensibles como las altas tasas de desempleo; situación que fue abordada en un primer momento junto a sindicatos y empresarios, centrandó el debate en la propuesta del control y la contención de la inmigración internacional, para priorizar la oferta de oportunidades laborales al creciente número de desempleados nacionales. Entre la complejidad del problema y el viraje que se estaba experimentando en los flujos migratorios, los sucesivos gobiernos democráticos de Venezuela en los años 60, optaron por introducir cambios en las políticas inmigratorias y una de las primeras medidas administrativas fue la eliminación del plácet que se otorgaba en las sedes consulares a quienes buscaban emigrar de sus países para residenciarse en Venezuela. Otra decisión importante consistió en la creación del departamento de inmigración selectiva adscrito a la Dirección de Economía y Empleo del Ministerio de Trabajo. Y posteriormente en el ámbito internacional se retiró a Venezuela del Comité Intergubernamental para la Migraciones Europeas (CIME). Con estas medidas se clausuró la política de puertas abiertas para suplantarla por la aplicación de diversas estrategias tendientes a limitar y controlar las inmigraciones internacionales en territorio nacional.

Es este agitado ambiente de reconstrucción democrática venezolana se gestaron otras modificaciones cuantitativas y cualitativas en el origen y la composición de los flujos migratorios. En primer lugar los números globales de la inmigración internacional no se mantuvieron al mismo ritmo de crecimiento que se venían presentando en períodos intercensales anteriores. Para 1971 se censaron 596.545 personas nacidas en el exterior, un 10 por ciento más que en el censo de 1960; en esta ocasión los europeos (55,3%) representaron nuevamente la cifra más alta de población migrante, sin embargo, en términos porcentuales decrecieron en casi 11 puntos respecto al censo anterior, en nacionalidades específicas fue notorio el descenso en italianos y españoles, no así en el caso de portugueses, único grupo que aumento su cifra. Esta disminución se explica por el retorno de europeos a sus países de origen motivado por la estabilización política y recuperación económica de la postguerra. En el caso de la población de origen americano aumentó su presencia en Venezuela (40,2%), y destacando el acelerado incremento de colombianos (30,2%) que se posesionó como la mayor comunidad de inmigrantes del país (Cuadro 3).

Estos datos reflejaban las modificaciones presentadas en la composición migratoria internacional en Venezuela, verificada en el censo nacional del año

1981 al arrojar como resultado el total de 1.074.629 habitantes extranjeros. En su distribución geográfica 32,5 por ciento correspondieron a europeos que, no obstante, redujeron su presencia en más de 23 puntos porcentuales, las comunidades que más disminuyeron fueron españoles (13,4%) e italianos (7,4%). Por su parte, la población nacida en América aglutinó el 62,1 por ciento, y una vez más la población colombiana se consolidó como el primer grupo de inmigrantes al alcanzar el 47,3 por ciento, presentando un crecimiento 2,8 veces más entre el período intercensal 1971-1980. Es apreciable igualmente, el incremento de peruanos, dominicanos, ecuatorianos y en especial los chilenos, esta caso se podría explicar porque Venezuela fue el país destino de muchos refugiados que huyeron de la dictadura militar que se implantó en el país sureño en 1973 (Cuadro N° 3).

En este punto nos interesa abordar algunas causas que influyeron en los flujos migratorios de colombianos, no sólo porque fue el único país fronterizo que marcó esa creciente tendencia, pues no ocurrió lo mismo con los vecinos de Brasil, Guyana ni proporcionalmente con las islas del Caribe, sino también por la magnitud de su movilidad.

COLOMBIANOS EN VENEZUELA

Venezuela se convirtió en país destino de crecientes flujos migratorios laborales provenientes de diversas regiones de Colombia, unos se dirigían a los espacios rurales en busca del empleo agrícola, otros seleccionaban las ciudades industriales o los espacios de la producción petrolera y una parte se arraigaba en las ciudades de fronteras. Los registros censales revelan que la población colombiana en territorio venezolano se incrementó en más de medio millón entre 1950 y 1960, aunque estos datos no reflejaban la verdadera cifra de la inmigración del vecino país, pues un número importante permanecía en situación irregular, sin embargo, eran el mejor indicador de la creciente movilidad transfronteriza. Entre las causas estudiadas (Valero, 2002) que dieron origen a estos flujos se identificaban el empobrecimiento generalizado en el país vecino, el desempleo, la deficiente atención en servicios de salud y accesos a la educación de los sectores sociales más vulnerables y la creciente violencia en todo el territorio colombiano.

En medio de ese panorama, las condiciones de Venezuela se presentaban como la alternativa cercana para explorar oportunidades de empleo en el mercado laboral formal o para ocuparse en actividades informales, teniendo en consideración

además, las ventajas y beneficios que se obtenían con el valor de cambio entre las monedas de ambos países. En el año 1960 un bolívar se cambiaba por 1,5 pesos colombianos, en los años 70 oscilaba de 8 a 10 pesos y en 1982 llegó a cotizarse en 16,7 pesos. Este cambio de divisas nacionales se reflejaba paralelamente en las diferencias salariales, en el año 1980 el salario mínimo urbano en Venezuela era de 1.250 bolívares (290,69 dólares), en su conversión a pesos era 3 veces más que los 4.500 pesos (95,10 dólares) recibidos en el vecino país. Indudablemente esta diferencia fue un poderoso estímulo para el cruce fronterizo de la población colombiana con el objetivo de instalarse en cualquier lugar de Venezuela, aspirando obtener mejores condiciones de vida que no se ofrecían en sus lugares de origen.

El creciente flujo de inmigrantes colombianos generó densos y hasta exacerbados debates con relación a su cantidad, adosándoles en algunos casos la manipulada culpabilidad de los problemas sociales y económicos de Venezuela en la década de los años ochenta y no faltaron las conjeturas de grupos ultranacionalistas sobre las supuestas amenazas a la seguridad nacional invocando viejos y aún no resueltos problemas limítrofe/fronterizos.

A comienzos de los años ochenta, durante el gobierno de Luis Herrera Campins (1979-1984) en Venezuela se acordaron un conjunto de medidas para tratar de sincerar la situación de la inmigración irregular o indocumentada. Entre las medidas aprobadas destacó el Decreto Presidencial 616 de fecha 2 de mayo de 1980, que promulgó el Reglamento sobre la Admisión de extranjeros en el país, que en su primer artículo ordenaba la formación de la Matricula General de Extranjeros con el objetivo de registrar a todos los que se encontraban domiciliados o residenciados en el territorio nacional, a la fecha de publicación de dicho Reglamento. El resultado de la jornada para la aplicación de lo pautado en el reglamento citado, arrojó una matrícula de 266.795 extranjeros de los cuales el 92% eran de nacionalidad colombiana; sin embargo, estos datos fueron cuestionados al considerarse un fracaso, pues no captaron la cantidad real de extranjeros en situación irregular en el país.

Otra decisión directamente relacionada con el ámbito de los migrantes y las fronteras fue la Resolución N° 34 de fecha 24 de noviembre de 1980, emitida por la Fiscalía General de la República de Venezuela, que ordenó la creación de la Comisión Coordinadora de Seguridad Rural y de fronteras, integrada por diversas instituciones públicas, organismos de seguridad del Estado y asociaciones de productores agrícolas con el objetivo de coordinar e instrumentar los mecanismos necesarios para la aplicación de leyes venezolanas correspondientes en la resolución de problemas como acciones delictivas, atracos secuestros, contrabando, invasiones

de tierras, trata de blancas, ingreso de inmigrantes ilegales, tráfico y tenencia de drogas entre otros. Como se podrá observar en la identificación de problemas de dicho reglamento la inmigración ilegal se concibió como un delito equiparable a cualquier acto criminal, y esta fue durante mucho tiempo, una apreciación recurrente y estigmatizadora de las inmigraciones irregulares, que aún hoy se utiliza en América Latina y en muchas otras partes del mundo.

El tema fronterizo por estos años y en consecuencia las movilidades humanas migratorias vecinales se impactaron con las medidas implementadas por el gobierno de Venezuela en el año 1983, para intentar palear una crisis económica gestada en años anteriores. En febrero de ese año, en lo que popularmente se denominó como viernes negro en alusión al día del decreto gubernamental, por sus negativos efectos socioeconómicos, se decretó entre otras medidas monetarias la devaluación del bolívar en su relación cambiara por dólar, que incidió inmediatamente en el valor cambiario bolívar/peso colombiano, lo que influyó por un corto período en las movilidades binacionales fronterizas y transfronterizas, así como en las intercambios comerciales, sin embargo, la relación bolívar/peso seguía beneficiando a los ámbitos laborales —un bolívar se cotizaba en 9,79 pesos colombianos—, los que seguía siendo atractivo para los movimientos migratorios del vecino país que apuntaban a Venezuela como campo exploratorio del mercado de trabajo. A esta circunstancia se agregó con mayor intensidad la gente desplazada por la violencia desatada en los años 80 por los grupos guerrilleros y paramilitares colombianos, que vio en la vecina Venezuela el territorio de su refugio.

LO QUE MUESTRA EL CENSO VENEZOLANO DEL AÑO 90

Así tenemos que en el año 1990 se censaron en Venezuela 1.023.259 personas nacidas en el exterior 4,8 por ciento menos que en el censo de 1981. Para ese momento los inmigrantes americanos eran 67,1 por ciento y en su desglosamiento por nacionalidad los colombianos con el 51,8 por ciento, ocuparon de manera preponderante el primer lugar de población nacida en el exterior y residente en Venezuela. También y con mucha distancia numérica aumentaron significativa y proporcionalmente los peruanos, ecuatorianos, chilenos y dominicanos. Por otra parte, continuó la disminución de inmigrantes europeos, descendiendo a 25 por ciento del total de población extranjera que fue acentuada en españoles (10%), italianos (6,0%), portugueses (6,7%) que manifestaron por primera vez

una fuerte caída, pero igualmente ocurre con la población proveniente de otros países del llamado viejo continente (Cuadro 3).

Toda esta dinámica inmigratoria, con sus puntuales particularidades, mantuvo el mismo ritmo en la primera década del siglo XXI y tiene su punto de quiebre definitivo en el año 2015 coincidente con la profunda crisis social, económica y política de Venezuela.

Cuadro 3.- Venezuela: Población Nacida en el Exterior. Censos 1971-1981-1990						
CENSOS	1971		1981		1990	
	POBLACIÓN	%	POBLACIÓN	%	POBLACIÓN	%
TOTAL	10.721.522	100,0	14.516.735	100,0	18.105.265	100,0
Nacidos en el país	10.128.076	94,5	13.442.106	92,6	17.082.006	94,3
Nacidos en el exterior	596.445	5,9	1.074.629	8,0	1.023.259	6,0
CONTINENTE Y PAÍS DE ORGEN						
AMERICA	240.038	40,2	667.519	62,1	686.716	67,1
Colombia	180.144	30,2	508.166	47,3	529.924	51,8
Argentina	3.971	0,7	11.541	1,1	9.045	0,9
Chile	3.093	0,5	25.200	2,3	20.820	2,0
Ecuador	-	-	-		23.464	2,3
República Dominicana	1.801	0,3	17.719	1,6	17.436	1,7
Perú	2.183	0,4	21.116	2,0	28.267	2,8
Otros países	48.846	8,2	83.777	7,8	57.760	5,6
EUROPA	329.850	55,3	349.117	32,5	255.899	25,0
España	149.747	25,1	144.505	13,4	104.037	10,2
Italia	88.249	14,8	80.002	7,4	61.800	6,0
Portugal	60.430	10,1	93.039	8,7	68.277	6,7
Otros países	31.424	5,3	31.581	2,9	21.785	2,1
No declarado	253	0,0	18.043	1,7	50.531	4,9
ASIA	23.464	3,9	35.386	3,3	32.492	3,2
AFRICA	2.850	0,5	4.286	0,4	2.937	0,3
OCEANÍA	199	0,0	278	0,0	420	0,0
Fuente: Censos de población y vivienda de Venezuela. / Cálculos propios						

MOVIMIENTOS MIGRATORIOS EN EL SIGLO XXI

Venezuela entra al siglo XXI en una crisis social y económica, reflejada en el incremento de la pobreza, la tasa de inflación que superaba 100% y una confusa conflictividad política. También con el nuevo siglo llegaron las incertidumbres generadas por un gobierno (Hugo Chávez 1998-2013) que, elegido democráticamente, desde muy temprano se declaró cívico-militar, impuso lo que denominó la revolución bolivariana e impuso rápidamente las formas autocráticas y autoritarias del ejercicio del poder. En este contexto y como veremos más adelante, se fue acrecentando un proceso migratorio caracterizado por la emigración venezolana que, en primer momento se gestó en estratos medios y altos de la sociedad, también en determinados sectores profesionales, así como en el retorno de la población extranjera a sus países de origen; luego, a partir del año 2015 se generó un éxodo masivo, consecuencia de la profunda crisis venezolana.

En ese ambiente se realizó el censo en el año 2001 que arrojó en sus resultados una disminución de población nacida en el exterior, confirmando la tendencia que se había registrado en el período intercensal anterior. Continuó disminuyendo en Venezuela el número de población europea a 19,4 por ciento, especialmente españoles e italianos. Este descenso se podría explicar en parte, por el proceso de migración de retorno estimulada durante la convulsionada década de los años noventa en Venezuela, antecedida por una violenta revuelta popular en el año 1989 y caracterizada por dos intentos de golpes de estado promovidos por el estamento militar en el año 92, así como las inestabilidades políticas y la crisis económica acaecida durante esa década. No ocurre lo mismo con la población proveniente del resto de América que sumó el 75,5 por ciento de población nacida en el exterior, con un marcado predominio de colombianos (60%), que se explicaría en el permanente éxodo de nacionales del vecino país, producto de sus crisis sociales y políticas acentuadas en la década de los años noventa y favorecidos, como explicamos en párrafos anteriores, por el puntual evento del cambio monetario en la relación bolívar/peso y sus indirectos beneficios en la búsquedas del mercado laboral alterno al de su país de procedencia. No corrió lo mismo con los argentinos, ecuatorianos y chilenos que disminuyen su presencia en Venezuela (Cuadro 4).

Una década después y de acuerdo con los datos censales del año 2011, la población nacida en el exterior fue de 1.156.578 habitantes en territorio venezolano.

Al observar su distribución por ámbitos geográficos de procedencia se verifica el dominio de población americana (75,1%), una vez más la preponderancia de colombianos (62,4%); muy distantes se ubicaron los dominicanos que duplicaron su presencia en el país, el resto de comunidades latinoamericanas, argentinos, chilenos, ecuatorianos y peruanos, continuaron decreciendo. En cuanto a los europeos se preservó la tendencia que se venía reflejando en los censos anteriores marcados por una fuerte disminución, visible en las comunidades de españoles (4,0%), italianos (2,7%) y portugueses (3,2%), tal como se observa en el cuadro 4.

Estos datos censales, aclaramos, han reflejado una parte del movimiento migratorio internacional venezolano, son, como se señala en la tradicional geografía de la población, una fotografía del momento, que no expresan otras complejas dinámicas inmigratorias que, obviamente, no se incluyen en los registros censales. Sin embargo, esas fotografías son imprescindibles en la mirada exploratorias para el estudio de las inmigraciones internacionales y para el objetivo de este artículo, constituyen la evidencia precisa que durante muchas décadas Venezuela fue un territorio receptor de inmigrantes internacionales.

Cuadro 4.- Venezuela: Población Nacida en el Exterior. Censos 2001-2011				
CENSOS	2001		2011	
	POBLACIÓN	%	POBLACIÓN	%
TOTAL	23.054.210	100,0	27.227.930	100,0
Nacidos en el país	22.038.672	95,6	26.071.930	95,8
Nacidos en el exterior	1.015.538	4,4	1.156.578	4,2
CONTINENTE Y PAÍS DE ORGEN				
AMERICA	766.441	75,5	868.847	75,1
Colombia	609.196	60,0	721.719	62,4
Argentina	8.611	0,8	7.736	0,7
Chile	15.530	1,5	13.037	1,1
Ecuador	28.625	2,8	12.037	1,0
República Dominicana	14.109	1,4	25.012	2,2
Perú	35.871	3,5	32.144	2,8
Otros países	53.063	5,2	58.368	5,0
EUROPA	197.387	19,4	124.002	10,7
España	76.648	7,5	46.463	4,0
Italia	49.337	4,9	30.840	2,7
Portugal	53.477	5,3	37.326	3,2
Otros países		-	9.373	0,8
No declarado	14.132	1,4	125.475	10,8
ASIA	34.927	3,4	36.745	3,2
AFRICA	2.306	0,2	1.778	0,2
OCEANÍA	145	0,0	91	0,0
Fuente: Censos de población y vivienda de Venezuela. / Cálculos propios				

OTRO REGISTRO DE INMIGRANTES

En estos primeros años del siglo XXI la política migratoria del gobierno venezolano inicialmente se perfiló sobre la base de la para entonces, vigente Ley de Extranjeros y Naturalización del año 1937, aprobando el Reglamento de Regulación y Naturalización de Extranjeros y Extranjeras que se encuentran en el Territorio Nacional, publicado en Gaceta Oficial N° 37.871 de fecha 03/02/2004. El objeto de

esta normativa se dirigía a promover la regularización de la admisión de población que se encontraba en condición irregular en el país y la posibilidad de otorgarles la nacionalidad a todos los que cumplieran con los requisitos establecidos; para cumplir con lo dictaminado en este reglamento se implementó un plan nacional de registro de inmigrantes ilegales. Los resultados de la primera y única jornada para la regularización de extranjeros se difundieron en febrero del año 2005, y el dato global suministrado indicaba que 273.000 ciudadanos habían legalizado su estancia en Venezuela de los cuales 68,1% eran de nacionalidad colombiana. No faltaron las fundamentadas críticas sobre estas cifras al considerarse que no había captado la mayor cantidad de población extranjera que se presumía vivía en territorio nacional. Igualmente el plan en su conjunto fue duramente cuestionado por el uso electorero que hizo el gobierno de los inmigrantes indocumentados que, vinculado a la denominada Misión Identidad, entregó documento de identidad venezolana a migrantes irregulares sin cumplir los requisitos previstos en la Ley ni en el reglamento citado.

Otro aspecto en materia migratoria durante este tiempo fue la aprobación de la Ley de Extranjería y Migraciones publicada en Gaceta Oficial N° 37.944 de fecha 4 de marzo de 2004 que definió como objetivo la regulación de admisión, ingreso, permanencia, registro, control e información, salida y reingreso de extranjeros en el territorio nacional. Con esta Ley se pretendió establecer los criterios para la autorización laboral con sus respectivas excepciones, así como los procedimientos y las limitaciones, competencia que fue asignada a los ministerios encargados de la materia agrícola, laboral, producción y el comercio para la contratación de trabajadores extranjeros en sectores atinentes a sus respectivas funciones. Igualmente esta Ley incorporó un articulado para penalizar la inmigración ilícita, un tema de recurrente discusión en Venezuela, sobre todo vinculado a la especulación sobre la cantidad de población colombiana.

Pero la realidad migratoria de los venezolanos por esta época se encaminaba por otros derroteros, caracterizada por un viraje en el movimiento migratorio que apuntaba al incremento sostenido de la emigración, impulsada por razones económicas, crisis social, incertidumbre política y vulneración de derechos ciudadanos fundamentales. En este cuadro nacional identificamos dos momentos en los movimientos migratorios, el primero definido en la progresiva emigración entre los años 2000-2015, compuesto fundamentalmente por profesionales y familias de estratos altos y medios de la sociedad venezolana que se dirigieron mayoritariamente a Europa y Norteamérica. El segundo momento corresponde al inesperado y masivo éxodo iniciado entre los años 2015-2016, impulsado

por la agudización de la crisis de Venezuela que, en esta fase incorporan en sus destinos a los países de América del Sur, Centroamérica y El Caribe y de manera inmediata a través de los espacios fronterizos de Brasil, Colombia y Guyana, así como las cercanías marítimas de Aruba, Curazao y Trinidad-Tobago.

POR QUÉ EMIGRAN LOS VENEZOLANOS

La comparación de los datos migratorios reflejados en el cuadro 6 permite visualizar cuantitativamente la magnitud de la impactante emigración venezolana. En el año 1990 vivían en el exterior 185.888 venezolanos, en su distribución geográfica el mayor número se encontraba en América Latina y El Caribe (37,7%) predominantemente en América del sur, seguido ligeramente por Europa (36,8%) concentrados en España, Italia y Portugal y luego América del Norte (24,2%) mayormente en Estados Unidos. Dos lustros después la cifra aumentó un poco más del doble, 319.240 inmigrantes, mostrando ligeras variaciones en el destino elegido, para este año la mayor concentración se dio América del Norte, seguido ligeramente de Europa y después América Latina y El Caribe. Desde inicios del presente siglo se observa un moderado pero sostenido crecimiento de inmigrantes internacionales, así tenemos que en el año 2015 se contabilizaron 690.683 venezolanos en el exterior, Europa se convirtió en la región que albergaba la mayor cantidad de estos inmigrantes, desplazando al segundo lugar a América del Norte; Latinoamérica y El Caribe se mantuvieron en tercer lugar como destino preferencial.

Entre el año 2015 y 2016 emergió en la geografía venezolana el masivo proceso emigratorio, inédito en América del Sur. Al finalizar 2016 más de un millón venezolanos habían abandonado el país y tres años más tarde la cifra creció a 4,7 millones, de esta cantidad 3,6 millones, equivalente al 82,7 por ciento, emigró a otros países de América Latina de los cuales 76,7 por ciento se encontraba viviendo en Suramérica. Sin embargo, ha sido proporcionalmente significativo el crecimiento en número absolutos de inmigrantes venezolanos en Centroamérica y El Caribe; igualmente ocurre con América del Norte y Europa que ocupan el segundo y tercer lugar de destino. Nótese en el cuadro 5 el elevado crecimiento de inmigrantes venezolanos en América Latina que pasa del 24,6 por ciento en el año 2015 a 82,7 por ciento en el año 2019, lo que explica, en parte, la conmoción causada por la emigración venezolana.

Este impactante éxodo abarca a todos los sectores de la sociedad, desde los más vulnerables hasta los estratos medios que progresivamente se fueron empobreciendo en dos décadas del presente siglo y al estudiar las causas que han dado origen a estos crecientes flujos migratorios, no cabe duda en apuntar al fracaso del modelo económico y político impuesto en la continuidad administrativa gubernamental durante los últimos veinte años.

Cuadro 5. Inmigrantes venezolanos en el mundo
 años 1990-2000-2015-2019

Inmigrantes	1990	%	2000	%	2015	%	2019*	%
Mundo	185.888	100	319.240	100	690.683	100	4.769.498	100
América Latina	70.221	37,8	87.965	27,6	169.816	24,6	3.944.266	82,7
América del Sur	45.158	24,3	54.323	17,0	124.651	18,0	3.659.570	76,7
Centroamérica	3.569	1,9	5.619	1,8	28.786	4,2	195.796	4,1
El Caribe	21.494	11,6	28.023	8,8	16.379	2,4	88.840	1,9
América del Norte	45.458	24,5	117.706	36,9	242.735	35,1	371.919	7,8
Europa	68.571	36,9	111.570	34,9	271.376	39,3	324.338	6,8
África	322	0,2	151	0,0	489	0,1	553	0,0
Asia	710	0,4	678	0,2	507	0,1	510	0,0
Oceanía	606	0,3	1.170	0,4	5.760	0,8	7.427	0,2

Fuentes: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2017). Trends in International Migrant Stock: The 2017 revision (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2017). / * OIM. Tendencias Migratorias en la Américas/República Bolivariana de Venezuela. 2020

POR QUÉ SE VAN

Venezuela fue sometida a cambios radicales en el ámbito político-gubernamental desde inicios del siglo XXI con la imposición de los principios y proyectos de la denominada Revolución Bolivariana comandada por Hugo Chávez (199-2013), que progresivamente fue consolidando un ejercicio del poder personalista, autocrático y altamente militarizado que se entrecruzó en lo económico con unos objetivos sintetizados en el control estatal sustentado en las nacionalizaciones, y expropiaciones de factores fundamentales del sector productivo, fortalecimiento del esquema rentista del ingreso proveniente del

recurso petrolero y la consolidación de una estructura importadora y centralista suministradora de bienes y servicios. Todo un planteamiento económico que lentamente tuvo grandes consecuencias en la destrucción del aparato productivo nacional, tanto en los espacios del propio sector público como en el privado. En otras esferas se impulsó un férreo control institucional que fue horadando la independencia de los poderes públicos, afectando el ejercicio pleno de la democracia y la garantía de los derechos ciudadanos fundamentales. Al mismo tiempo se fueron creando instituciones paralelas de control a través de específicas misiones en materia de salud y educación, con el expreso objetivo de sustituir las tradicionales instituciones que en cierto modo resistían al férreo control gubernamental. Paralelamente se fue expandiendo la conflictividad política y la protesta social frente al avance del autoritarismo y los estragos que paulatinamente fueron causando las políticas de los promotores de la revolución cívico-militar bolivariana.

Todo este panorama, aunque parezca una paradoja, se fue desarrollando durante un tiempo en que Venezuela obtuvo cuantiosos ingresos provenientes del alza del precio del barril de petróleo que, como bien se sabe, fue el sustento de la economía nacional por más de un siglo. Se estima que entre 2003 y 2012 ingresaron a Venezuela 610.920 millones de dólares por venta de petróleo (Salmerón, 2013) y, salvo algunas políticas temporales de inversiones dirigidas a sectores sociales más vulnerables, se hizo un manejo inadecuado del recurso que además, derivó en una gran fuente de corrupción. Pronto empezaron las advertencias, lo que en efecto ocurrió en la segunda década del presente siglo, sobre la destrucción de la industria petrolera y en consecuencia de la actividad económica venezolana. Entre 2013 y 2014 la crisis nacional avanza de manera incontenible, tres datos para entonces del Banco Central de Venezuela y el Instituto Nacional de Estadística así lo demuestran, la inflación cerró en el año 2014 en 68,5 por ciento; el costo de la canasta alimentaria fue 30.176 bs, era seis veces superior al salario mínimo de 4.889 bs; para ese año alrededor de 9,1 millones de venezolanos se encontraban en pobreza por ingreso.

Con este panorama nacional surgieron también las preocupaciones e incertezas en determinados estratos sociales, básicamente medios y profesiones, que empezaron a vislumbrar una situación nacional poco alentadora y de cercenamiento progresivo de oportunidades. Esto, probablemente, indujo a una parte de la gente de estos estratos a plantearse la posibilidad de emigrar, frecuente conversación desde entonces en la cotidianidad venezolana. Y probablemente

esto explica en parte, el incremento de más del 116 por ciento de inmigrantes venezolanos en el lapso 2000-2015 en el mundo. En ese período es notorio el aumento en Europa (143%), especialmente en España e Italia, seguido de América del Norte (106,2%) concretamente en Estados Unidos. El tercer lugar de crecimiento lo ocupó América Latina (93%) con unos datos que requieren especial atención, por una parte se observa el incremento de venezolanos en América del Sur (129,5%) y es muy significativo el marcado crecimiento en Chile (1.254,8 %), lo que interpretamos como el primer movimiento emigratorio significativo en Venezuela; luego aparece la vecina Colombia (31%) un país de emigrantes que, como demostramos en páginas anteriores, en décadas anteriores tenía entre sus destinos prioritarios a Venezuela. Asimismo es marcado el crecimiento de inmigrantes en Centroamérica (412%) básicamente en México y Panamá (Cuadro 6).

Cuadro 6. Inmigrantes venezolanos. Años 2000-2015			
Inmigrantes	2000	2015*	INCREMENTO PORCENTUAL PERÍODO 2000-2015
MUNDO	319.240	690.683	116,4
EUROPA	111.570	271.376	143,2
España	61.587	165.865	169,3
Italia	8.748	48.714	456,9
AMÉRICA DEL NORTE	117.706	242.735	106,2
Estados Unidos	109.748	236.264	115,3
AMÉRICA LATINA	87.965	169.816	93,0
América del Sur	54.323	124.651	129,5
Colombia	37.200	48.714	31,0
Chile	4.044	54.787	1254,8
Centroamérica	5.619	28.786	412,3
México	3.024	16.736	453,4
Panamá	989	9.883	899,3

Fuentes: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2017). Trends in International Migrant Stock: The 2017 revision (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2017). / *Datos tomados de: OIM. Tendencias Migratorias en la Américas/ República Bolivariana de Venezuela. 2020

Colapso y caos son dos palabras que mejor describen la situación del otrora país petrolero, y que ocasionó el posterior y masivo éxodo de ciudadanos. La crisis económica y social agudizada en el año 2015 se extendió como una mancha indetenible que cubrió a todos los estratos sociales y afectó considerablemente la calidad de vida y la cotidianidad de la sociedad. Citemos algunos datos reveladores. Para ese año, 9,6 millones de venezolanos ingerían dos o menos comidas diarias, 73 por ciento se hallaban en condiciones de pobreza (ENCOVI, 2016) y la escasez de alimentos y medicinas se había expandido por toda la geografía nacional. Según la Federación Farmacéutica de Venezuela (www.fefarven.org.ve) el desabastecimiento de medicinas rondaba por el 70 por ciento y la Federación Médica denunciaba las precarias condiciones en que se encontraban los centros médico-asistenciales, la escasez en torno al 70 por ciento de insumos básicos y médico-quirúrgicos, la paralización del 60% de los equipos de diagnóstico y tratamiento y la reducción del 50% del personal médico. A estos diagnósticos se sumaban las dificultades en la prestación de otros servicios básicos como el suministro de gas y las restricciones del consumo en la gasolina, muy acentuados en los estados de fronteras.

Frente a esta grave situación el gobierno de Venezuela en el intento de evadir su responsabilidad en la desastrosa y destructiva gestión, deslizó la culpabilidad a factores externos y, como ha sido habitual en estas dos décadas del presente siglo bajo el manto de la revolución cívico-militar bolivariana (Valero, 2020), utilizó como coartada principal el contrabando hacia Colombia, focalizando la atención nacional en el cierre de las fronteras a raíz de un acto delictivo ocurrido en la ciudad fronteriza de San Antonio del Táchira en agosto del año 2015. Junto a esta sorpresiva medida implantada en los principales pasos fronterizos de ambos países, se desplegó un brutal y represivo operativo militar, especialmente en la ciudad de San Antonio y con particular saña en el barrio La Invasión de donde fueron deportados más de 1.300 ciudadanos pobres e indocumentados de origen colombiano, se marcaron y destruyeron casas y se separaron familias de composición colombo-venezolanas. Toda esta repulsiva medida generó una deplorable situación que obligó a muchos núcleos familiares a huir por trochas escapando de la represión militar. El cierre de las fronteras se mantuvo por un año y contrario a lo anunciado, no tuvo ningún efecto sobre la escasez y el desabastecimiento acentuado durante ese año en Venezuela, quedando en evidencia, una vez más, esta problemática y en general que la grave situación nacional estaba estrechamente vinculada al fracaso del modelo político y económico.

En el crítico año 2015 un trabajador devengaba un salario mínimo de 9.648 bs más un bono de alimentación de 6.759 bs, no obstante, el costo de la canasta alimentaria básica era de 139.273 bs, el ingreso percibido no cubría la mitad de las necesidades mínimas requeridas por un asalariado; para entonces la inflación había escalado los tres dígitos al ubicarse en 189 por ciento. Ese mismo esquema se repitió en los años siguientes, al finalizar el año 2017 el gobierno ajustó el salario mínimo en 177.507 bs y el bono de alimentación en 279.000 bs, la sumatoria de ambos ingresos era 456.507 bs y el costo de la canasta alimentaria alcanzó 5.594.114 bs, imposible de cubrir con los precarios salarios recibidos.

En medio de este panorama nacional entre finales del año 2015 y 2016 se emprendió el masivo flujo migratorio. Al finalizar el año 2017 habían emigrado 1.642.442 venezolanos, pero en esa ocasión, como veremos más adelante, el destino prioritario seleccionado fueron los otros países de América Latina y como hemos señalado en Valero (2020) el régimen venezolano en absurda postura, primero se empeñó en negar el masivo éxodo, atribuyendo a falsas noticias conspirativas. Posteriormente, ante lo que era una evidencia vista en los pasos fronterizos y en las carreteras de Suramérica con las largas marchas de inmigrantes venezolanos hacia sus destinos, asumió una actitud estigmatizadora calificando a estos venezolanos de esclavos económicos, turistas y lava-pocetas.

Pero la crisis nacional no se contuvo, tampoco la emigración. En el año 2018 el estado crítico en que se encontraba Venezuela era inaguantable, tres datos describen este escenario. La hiperinflación superó todas las barreras al llegar a 1.698.488 por ciento; la pobreza por ingreso alcanzó 92,6 por ciento de la población; y la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO, por sus siglas en inglés) informó que el número de personas con hambre en Venezuela pasó de 2,9 millones entre 2013-2015 a 6,8 millones en el lapso 2016-2018. Toda esta situación ha llevado a diversos organismos internacionales y organizaciones no gubernamentales a declarar a Venezuela en emergencia humanitaria. Para el año 2019 se siguió profundizando la crisis, por ejemplo, al cierre de ese año el salario mínimo era de 400.000 bs, equivalente a 3,3 dólares, y la canasta básica alimentarias costaba 27.322.672 bs, aproximadamente 225 dólares. Los indicadores permiten apreciar la profunda crisis de Venezuela a la que se agregó la consolidación del régimen autoritario cívico-militar cercenador de las libertades y vulnerador de los derechos humanos de los ciudadanos, e impuso mecanismos dictatoriales en el ejercicio del poder

En este desolador paisaje de la segunda década del siglo XXI se encuentra el detonante principal que dio origen al inesperado y masivo éxodo de

población venezolana que al final del año 2019 sumaba un total de 4,7 millones inmigrantes en el mundo, un exorbitante incremento en cuatro años, tal como se puede apreciar en el cuadro 7. Interesa destacar que el 82,7 por ciento se encontraba viviendo en América Latina, Colombia ocupó el primer lugar con 1,6 millones, seguido de Perú con más de 860.000 venezolanos luego, aparecen en orden numérico Ecuador (18,1%), Chile (7,8%), Brasil (4,7%) y Argentina (3,0%) (Cuadro 7). La presencia venezolana en estos países ha causado gran impacto social y económico y no ha estado exenta de rechazos de minorías xenófobas así como de mal intencionado uso político, pero también en algunos casos de medidas gubernamentales favorables a la atención en sus estancias con expresiones sociales de asistencia y solidaridad, como es el caso de Colombia. En todo caso, es un proceso muy reciente que requiere un seguimiento sistemático para evaluar sus repercusiones tanto en los países receptores como en el país emisor. También se presume que es un fenómeno indetenible asociado a la continua crisis venezolana.

Cuadro 7. Inmigrantes venezolanos en seis países de América Latina y el Caribe 2015-2019			
INMIGRANTES VENEZOLANOS	2015	2019	DISTRIBUCIÓN PORCENTUAL 2015- 2019
TOTAL MUNDO	690.683	4.769.498	100
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE	169.816	3.944.266	82,7
INMIGRANTES EN SEIS PAÍSES. AMÉRICA DEL SUR	121.206	3.619.823	75,9
COLOMBIA	48.714	1.630.903	34,2
PERÚ	4.129	863.613	18,1
ECUADOR	8.901	385.042	8,1
CHILE	54.797	371.163	7,8
BRASIL	3.425	224.102	4,7
ARGENTINA	1.240	145.000	3,0
Fuentes: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2017). Trends in International Migrant Stock: The 2017 revision (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2017)./*Datos tomados de: OIM. Tendencias Migratorias en la Américas/ República Bolivariana de Venezuela. 2020			

LOS VENEZOLANOS EN LAS FRONTERAS

El éxodo de venezolanos se visibilizó en las masivas movilizaciones a través de las fronteras colindantes con Brasil y Colombia que, además, se convirtieron en destino final de una parte de los emigrantes venezolanos, pero también como puntos de referencia y lugar de paso para continuar las travesías hacia otros países de América del Sur. Para tratar de comprender esta inédita movilidad se han tomado como referencia algunos datos publicados por instituciones y organismos encargados de los trámites migratorios en países fronterizos.

VENEZOLANOS EN BRASIL

Venezuela y Brasil tienen una extensión limítrofe de 2.199 km, en el lado venezolano se encuentran los estados Amazonas y Bolívar que colindan con los estados Roraima y Amazonas del vecino país. La principal movilidad transfronteriza se ha organizado entre los municipios Gran Sabana-Venezuela y Pacaraima-Brasil, concretamente entre la ciudad de Santa Elena de Uairén y Pacaraima, capitales municipales; este es igualmente un paso fronterizo para las rutas de servicios de transporte público y privado que abarca el eje Puerto Ordaz-Ciudad Bolívar y Boa Vista-Manaos, asimismo ha tenido destacada importancia en el intercambio comercial binacional y a partir del año 2015 se ha convertido en la ruta de los emigrantes venezolanos que seleccionan a Brasil como país destino final de sus trayectorias.

Los datos publicados por Organización de Inmigraciones de Suramérica (OIM, 2018) indican que para el año 2015 un total de 841 venezolanos solicitaron el estatus de refugiado, esta cifra se incrementó 3.375 peticiones en el año 2016 y al año siguiente la cifra llegó a 17.865 solicitudes, ubicando a los venezolanos en el primer lugar en demandas de refugio, seguidos por cubanos y angoleños. Para el año 2019 las cifras aumentaron a 46.000 refugiados y 130.000 venezolanos solicitando asilo³ y se estima que alrededor de 500 venezolanos cruzaron diariamente las fronteras.

3 <https://www.acnur.org/noticias/press/2020/8/5f4994cc4/brasil-reconoce-a-otras-7700-personas-venezolanas-como-refugiados.html#:~:text=La%20poblaci%C3%B3n%20de%20refugiados%20en,el%2090%25%20de%20este%20total.&text=A%20julio%20de%202020%2C%20se,asilo%20de%20venezolanos%20en%20Brasil.>

Algunos aspectos puntuales describen la situación de los inmigrantes venezolanos en la fronteriza localidad de Pacaraima y en la ciudad de Boa Vista. Por una parte, un alto porcentaje vive en refugios o alojamientos temporales habilitados especialmente en los entornos de estas ciudades. Por otra parte, alrededor de 859 indígenas venezolanos estaban viviendo en condiciones ilegales y deambulando por las calles en las ciudades de Pacaraima, Boa Vista y Manaus, 95 por ciento de esos indígenas pertenecen al grupo étnico Waraoo. En términos globales y de acuerdo con los datos publicados por ONU (2018) en el año 2015 había en Brasil 3.425 inmigrantes venezolanos, para el 2017 la cifra había aumentado a 35.000 y para el año 2019 sumaban 244.102 inmigrantes.

LOS VENEZOLANOS EN COLOMBIA

En las fronteras con Colombia estas dinámicas migratorias tienen otras dimensiones y proporciones. En el año 2015 habían ingresado a este vecino país 48.714 venezolanos, dos años después la cifra aumento a 600.000, es decir, se incrementó en 1.132 por ciento. Al cierre del año 2019 la suma de inmigrantes venezolanos fue de 1.630.903 de los cuales 765.000 (44%) estaban en situación regular. El tránsito de los inmigrantes venezolanos por las fronteras terrestres con Colombia se realiza en una doble orientación direccional, por una parte es el paso para quedarse en las cercanas ciudades fronterizas o dirigirse a otras ciudades colombianas; y por otra parte es el lugar de referencia que toma el inmigrante venezolano para continuar su viaje a otros países de América del Sur. A esa situación se agrega la movilidad de ciudadanos venezolanos que se desplazan en flujo pendular a las ciudades fronterizas de Colombia por razones laborales y en búsqueda de servicios de salud, educación o para abastecerse de alimentos, medicinas y otros bienes y servicios. Se estima que bajo estos parámetros hasta finales del año 2019 se movilizaron diariamente alrededor de 45.000 personas usando la Tarjeta Fronteriza de Migración, documento obligatorio emitido por las autoridades colombianas que para ese año, según la oficina de Migración de este país habían solicitado 4.315.103 venezolanos. Una movilidad de gran impacto socioespacial en las ciudades fronterizas de ambos países que, aun cuando no están exentas de conflictos, se han convertido en tablas de salvación, solidaridades y oportunidades.

EL DEBATE ABIERTO

Hemos presentado en este trabajo un panorama de los cambios demográficos sustanciales que se han generado en los movimientos migratorios internacionales, en dos partes, del país promotor y receptor de inmigrantes al país del reciente éxodo, en este caso no abordamos sólo los números fríos que evidencian la magnitud de la emigración venezolana en un corto período de cuatro años, también hemos pretendido presentar una visión global sobre las causas que han originado esos inesperados flujos migratorios, reflejo de una compleja y aguda crisis de la Venezuela del siglo XXI.

Esta información es una evidencia parcial de la acelerada e intensa emigración venezolana que en corto tiempo se expandió en todo el mundo pero mayoritariamente en América Latina y es el reflejo de la compleja y profunda crisis socioeconómica y política de la Venezuela del siglo XXI, resultado del fracaso de una gestión gubernamental que con su modelo político y económico hundió a la sociedad venezolana en el empobrecimiento. El desplazamiento masivo de venezolanos también ha generado una gran inquietud no sólo en los países receptores en las inmediaciones fronterizas, también en otros de América Latina y aún queda mucho por analizar, por ejemplo el verdadero impacto social y económico en las sociedades receptoras y al mismo tiempo al interior de la propia Venezuela.

REFERENCIAS

Augé Marc (2010); *La Comunidad Ilusoria*. Gedisa Editorial. Bracelona

Adriani, Alberto (1929); *La Colonización en Venezuela*. Reproducido en: *Textos Fundamentales de Venezuela* (2001). Fundación para la Cultura Urbana, Caracas. Pp. 231-241

Betancourt, Rómulo (2001); *Venezuela, Política y Petróleo*. Monte Ávila Editores Latinoamericana C.A. Caracas.

Bolívar Chollet, Miguel (2008); *La población venezolana, su dinámica y su distribución espacial*. En: *GEOVENEZUELA*. Tomo 3. Fundación Empresas Polar. Caracas. Pp. 30-70

CORPOANDES (1982); *Antecedentes de las relaciones fronterizas Venezolano-Colombianas*. Tratados, Actas, Declaraciones. Comunicados, Acuerdos, Convenios. Tomo I y II. Editorial Lago, Maracaibo.

Gómez Elia, Sánchez Juan C. (2008); *Geografía de la energía bajo el signo de los hidrocarburos*. En: GeoVenezuela. Ediciones Fundación Empresas Polar. Caracas Pp. 486-611

Guzmán Leocadio A. (1940); *Programa de Venezolano*. Reproducido en: Textos Fundamentales de Venezuela (2001). Fundación para la Cultura Urbana, Caracas. Pp. 67-84

Rey G. Juan C. (2011); *Huellas de la inmigración en Venezuela*. Editorial Fundación Polar. Caracas.

Salmerón Víctor (2013); *Petróleo y desmadre*. Editorial Alfa. Caracas.

Valero Martínez, Mario (2020); *La frontera colombo venezolana: escenario de conflictos*. En: Revista Nueva Sociedad No 289 septiembre-octubre 2020 Pp. 95-106 www.nuso.org.

_____ (2018); *Venezuela, migraciones y territorios fronterizos*. En: Revista Línea Imaginaria. N° 6. (3). Julio-Dic. UPEL-Venezuela.

_____ (2017); *Paisajes apropiados: reconfiguración de otras identidades transfronterizas*. En: *Fronteras Latinoamericanas: ejemplos para su comprensión*. Editorial Jader. San José, Costa Rica.

_____ (2008); *Ciudades transfronterizas e interdependencia comercial en la frontera Venezuela/Colombia*. En *Ciudades en la frontera*. Coord. Dilla, Haroldo. Editora Manati. Santo Domingo.

_____ (2002); *Las fronteras como espacios de integración*. Editorial Tropykos. Caracas. P 360

Documentos

Presidencia de la República. Oficina Central de Estadística e Informática (1985); XI Censo de Población y Vivienda. Impresiones OCEI, Caracas.

_____ (1993); *El Censo 90 en Venezuela*. OCEI.

Presidencia de la República. Instituto Nacional de Estadística (2005); Censo de Población y Vivienda 2001. INE. Caracas

Cuerpo de Leyes de Venezuela Tomo Primero. Imprenta de Valentín Espinal. Caracas 1851

Recopilación de Leyes y Decretos de Venezuela. Impresa por orden del Dr. R. Andueza Palacios. Presidente de la República. TOMO XV. Edición Oficial. Casa Editorial de la Opinión Nacional. Caracas.

Exposición que dirige al Congreso de Venezuela en 1841 el Secretario del interior y Justicia: Imprenta de Valentín Espinal. Caracas, 1841

La Ley de Naturalización del de julio de 1955, publicada en Gaceta Oficial N° 24.801 del 21 de julio 1948.

Reglamento de Regulación y Naturalización de Extranjeros y Extranjeras que se encuentran en el territorio Nacional”, publicado en Gaceta Oficial N° 37.871 de fecha 03/02/2004.

Ley de Extranjería y Migraciones publicada en Gaceta Oficial N° 37.944 de fecha 4 de marzo de 2004

FUENTES ELECTRÓNICAS

Instituto Nacional de Estadística de Venezuela. www.ine.org.ve

Presidencia de la República. Oficina Central de Estadística e Informática (1985); XI Censo de Población y Vivienda. Impresiones OCEI, Caracas.

_____ (1993); El Censo 90 en Venezuela. OCEI.

Presidencia de la República. Instituto Nacional de Estadística (2005); Censo de Población y Vivienda 2001. INE. Caracas

Centro Documental y Análisis para los Trabajadores (CENDAS) www.cenda.org.ve

España N., Luis (2016); Encuesta sobre condiciones de vida. ENCOVI. IIES-UCAB

w2.ucab.edu.ve/tl_files/Investigacion/PropuestasVzla2015completo.pdf

Programa venezolano de Educación y Acción en Derechos Humanos-PROVEA (2012); Informe Anual, Caracas <https://www.derechos.org.ve/>

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2017). Trends in International Migrant Stock: The 2017 revision (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2017).

Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia. Radiografía migratoria Colombia Venezuela 2017. <http://www.migracioncolombia.gov.co/index.php/es/>

Ministerio del Interior y Seguridad Pública de Perú. Departamento de Extranjería y Migración. Minuta población venezolana. Enero 2018. <https://www.migraciones.gob.pe/>

Organización Internacional de Migraciones Sur América. Tendencias Migratorias en la Américas/República Bolivariana de Venezuela. Sep. 2018. <https://robuenosaires-oim.int>

Tendencias migratorias en las Américas. OIM, 2018. Recuperado de: https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_America__Venezuela.pdf

FAO, OPS, WFP y UNICEF. 2019. Panorama de la seguridad alimentaria y nutrición en América Latina y el Caribe 2019. Santiago. Recuperado de: <http://www.fao.org/3/ca6979es/ca6979es.pdf>

ÊXODO MIGRATÓRIO VENEZUELANO, OPERAÇÃO ACOLHIDA E OS ABRIGOS HUMANITÁRIOS NOS MUNICÍPIOS DE PACARAIMA E BOA VISTA

Daiane Lacerda Lima¹
Ângela Magalhães Vasconcelos²

INTRODUÇÃO

É notável o aumento do movimento migratório para o Brasil causado pela crise econômica, política e social da Venezuela. Neste artigo, problematizaremos a resposta brasileira a esse cenário, que se dá por meio da Operação Acolhida nos Abrigos Humanitários em Pacaraima e Boa Vista (Roraima/Brasil), e evidenciaremos os mecanismos de proteção e controle que vêm sendo desenvolvidos nesses espaços.

Por intermédio da exposição de relatos factuais, refletiremos sobre a xenofobia que tem atravessado essa experiência brasileira. A metodologia utilizada será a pesquisa qualitativa dentro da abordagem antropológica com a autoetnografia integrada à fotografia como objeto de análise, o que contribuirá para a compreensão de parte da realidade social apresentada. Será possível perceber como há tendências à militarização interna e externa nos abrigos humanitários — com a exacerbação da vigilância e do poder sobre os imigrantes e refugiados venezuelanos —, que, em conjunto com as ações emergenciais em detrimento das políticas públicas, contribuem para a xenofobia na região.

Segundo os dados sobre migração forçada no mundo do *Global Trends 2019* (ACNUR, 2020), estamos vivenciando o maior nível de deslocamento já registrado na história — o número de deslocados forçados no planeta chegou a 79,5 milhões de pessoas, em decorrência de perseguição, conflitos, guerras,

1 Advogada, Assistente Social, Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas, Migrações e Refúgio (Lab. Migrar) e da Cátedra Sérgio Vieira de Melo (CSVM), ambos ligados à Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: dailacerda@yahoo.com.br

2 Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Coordenadora do Laboratório de Políticas Públicas, Migrações e Refúgio (Lab. Migrar) e da Cátedra Sérgio Vieira de Melo (CSVM-UFF), Mestre em Serviço Social (PUC-RJ) e Doutoranda no Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: avasconcelos@id.uff.br

violência ou violações dos direitos humanos. Esse número equivale a 1% da população mundial (ACNUR, 2020).

Do número total de deslocados, 4,2 milhões aguardam uma decisão sobre as solicitações de reconhecimento do status de refugiado, e cerca de 34 milhões deles são crianças desacompanhadas que solicitam o refúgio individualmente. Crianças menores de 18 anos representam cerca de 40% da população refugiada do mundo (ACNUR, 2020).

No que diz respeito à Venezuela, o número de refugiados e solicitantes de refúgio cresceu assustadoramente. São cerca de 5.082.170 milhões de pessoas que deixaram o seu país até 05 de junho de 2020, de acordo com a plataforma R4V. Dentre os países que mais receberam venezuelanos, o Brasil está em 6º lugar, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Os países que mais receberam migrantes venezuelanos

Nombre de la ubicación	Fuente	Fecha de los datos	Población
Colombia	Government	29 May 2020	784,234
Peru	Government	7 Feb 2020	628,976
Chile	Government	30 Jun 2019	472,827
Argentina	Government	19 May 2020	203,576
Ecuador	Government	19 May 2020	179,787
Brazil	Government	30 Nov 2019	123,507
Panama	Government	29 Feb 2020	75,142
Mexico	Government	31 Dec 2019	52,982
Uruguay	Government	29 Feb 2020	16,404
Guyana	Government	11 Nov 2019	11,881
Dominican Republic	Government	30 Jun 2019	7,946
Costa Rica	Government	31 Dec 2019	6,164
Curaçao	Government	31 Dec 2018	1,291
Paraguay	Government	8 Jan 2020	1,191

Fonte: R4V.

É importante dizer que o número de pessoas que se deslocam nas Américas é categorizado como um fluxo misto. Logo no início da chamada “crise venezuelana”, algumas pessoas saíram do país em busca de condições melhores de vida para si e para a sua família. Conforme esse cenário ia se acirrando e se prolongando, a condição das pessoas que adentravam o país se tornava cada vez mais precária, e elas estavam fisicamente mais debilitadas (EGAS, 2018).

A dificuldade de se analisar esse movimento migratório se dá pela falta de homogeneidade. Segundo a Organização Internacional para a Migração (OIM), define-se como fluxo misto:

[...] movimentos de população complexos, que incluem refugiados, solicitantes de asilo, migrantes econômicos e outros migrantes. Além disso, [...] esse tipo de fluxo está relacionado com movimentos irregulares, nos quais há, com frequência, migração de trânsito, com pessoas que realizam o movimento sem a documentação necessária, atravessam fronteiras e chegam ao seu destino sem autorização (OIM apud SILVA e BÓGUS, 2017, p. 17).

No que se refere ao deslocamento migratório venezuelano, o ACNUR apresentou, no relatório global de 2019, uma nova categoria, passando a identificá-lo como “venezuelanos deslocados no exterior” (ACNUR, 2020). O representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR) para as Américas, William Spindler, disse que essa nova categoria apenas surgiu como uma forma de analisar a “crise” migratória venezuelana, e que de maneira nenhuma visa a restringir ou remover a proteção a essa população (LEON, 2020).

No entanto, a pesquisadora Ligia Bolívar alega que essa nova categoria não existe como categoria jurídica no Direito Internacional, o que dificulta a proteção aos venezuelanos por ser negada a base legal que caracteriza o reconhecimento do pedido de refúgio (LEON, 2020). Dessa forma, os venezuelanos que se encontram nessa categoria podem estar sujeitos à prática indiscriminada do *refoulement*³.

Em dezembro de 2019, janeiro e agosto de 2020, porém, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) reconheceu cerca de 46 mil venezuelanos como refugiados no Brasil através do procedimento facilitado *prima facie*⁴, que permitiu a concessão em bloco do status de refugiado sem a necessidade de entrevista e por meio de ferramentas digitais de cruzamento de dados dos venezuelanos maiores de 18 anos que não tivessem qualquer tipo de permissão de residência no país e não possuíssem antecedentes criminais. Essa decisão coloca o Brasil como o país que mais reconheceu refugiados venezuelanos na América Latina, fazendo-o se destacar como um exemplo de boas práticas.

3 O *refoulement* é o contraposto do princípio do *non-refoulement*, que é considerado o princípio basilar do Direito Internacional, consagrado no artigo 33 da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, que diz que: “Nenhum dos Estados Membros expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas”.

4 De acordo com a enciclopédia jurídica, *prima facie* quer dizer “à primeira vista”.

A OPERAÇÃO ACOLHIDA: A RESPOSTA DO GOVERNO BRASILEIRO À IMIGRAÇÃO

Antes do êxodo migratório, a relação entre brasileiros e venezuelanos no estado de Roraima era pacífica e respeitosa. Conforme destaca Rodrigues (2006), a fronteira entre esses dois países sempre foi um lugar de trânsito, livre comércio, aquisição de bens, utilização de serviços, encontros culturais, contatos, movimentos e trocas. Também podemos confirmar tal observação na fala do próprio deputado do estado de Roraima, Remídio Monai (PR-RR), em audiência pública para tratar sobre o gerenciamento da crise migratória venezuelana no Brasil. Na ocasião, ele afirmou que a relação entre os brasileiros e os venezuelanos sempre foi boa e que os brasileiros sempre visitaram as praias do caribe venezuelano e também recebiam os venezuelanos muito bem no estado (BRESCIANINI, 2018). Desde 2016, entretanto, com o aumento do deslocamento migratório dos venezuelanos para o Brasil, essa relação começou a estremecer.

Em setembro de 2016, foi formado, junto ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), um Grupo de Trabalho (GT) para analisar o novo movimento migratório para o Brasil — o dos venezuelanos. O GT realizou uma visita técnica ao estado de Roraima durante o ano de 2017 com o objetivo de “analisar o perfil sociodemográfico e laboral dos imigrantes venezuelanos para subsidiar a formulação e implementação de políticas migratórias específicas, em conformidade com as necessidades da imigração venezuelana no Brasil” (SIMÕES et al., 2017, p. 2).

Portanto, com o agravamento da situação do estado devido ao aumento do número de imigrantes e na ausência de uma política de gerenciamento migratório na região, o CNIg, juntamente com outras organizações nacionais e internacionais, bem como o ACNUR, organizou uma missão de apoio ao estado de Roraima, distribuindo medicamentos, alimentos e bens de primeira necessidade. Mesmo assim, a articulação entre os governos federal, estadual e municipais ainda se encontrava truncada.

A situação foi se tornando cada vez mais complexa a partir de 2018, com a intensificação do número de refugiados venezuelanos que passaram a ocupar as ruas e praças das cidades de Pacaraima e Boa Vista, buscando asilo e proteção diante das dificuldades que estavam enfrentando na Venezuela.

Foto 1 – Acampamento dos refugiados venezuelanos na cidade de Boa Vista antes da Operação Acolhida



Fonte: Operação Acolhida, 2018.

Foto 2 – Acampamento dos refugiados venezuelanos na cidade de Boa Vista antes da Operação Acolhida



Fonte: Operação Acolhida, 2018.

Tendo em vista o aumento da imigração venezuelana, automaticamente expandiu-se a procura por serviços públicos, como saúde, educação e moradia, tornando visível a falta de estrutura do estado em acolher não só os moradores roraimenses, mas também os imigrantes que já chegavam em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social e acabavam permanecendo nessa condição.

Com a ausência de infraestrutura na região, os governos municipais e estadual passaram a responsabilizar a União pela gestão da migração venezuelana e pelo seu acolhimento, tentando se eximir de quaisquer responsabilidades. Para isso, em 2018, o Governo do Estado de Roraima propôs uma Ação Civil Ordinária de nº 3121 perante o Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de denunciar a “[...] omissão da União no controle das fronteiras nacionais [...]”, argumentando que isso provocou uma desarmonia e consequente “[...] oneração indevida aos entes federativos” (MILESI; COURY; ROVERY apud RORAIMA, 2018, p. 2).

Então, no mesmo ano, criou-se a Medida Provisória nº 820, que posteriormente se converteu na Lei 13.684/2018, que estabelece medidas de assistência emergencial para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência do fluxo migratório. Assim, a situação da Venezuela foi reconhecida como uma “crise humanitária” de caráter emergencial. A partir de então, o governo brasileiro passou a se estruturar para prestar o atendimento aos imigrantes e refugiados venezuelanos, organizando a Força-Tarefa Logística Humanitária — Operação Acolhida.

Dessa forma, o governo federal — via Casa Civil da Presidência da República e das Forças Armadas —, a comunidade internacional, através do ACNUR/OIM, e a sociedade civil, objetivando melhorar o processo de identificação e, consequentemente, de proteção a que fazem jus, passaram a ampliar a proteção a todas as modalidades migratórias de venezuelanos que adentravam o território brasileiro. Assim, os imigrantes passaram a ter a proteção conferida pelos direitos humanos e pela comunidade internacional.

Nesse sentido, foi criado o decreto nº 9.970 de 14 de agosto de 2019, que veio formalizar a criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial e delimitar o papel de cada ministério envolvido na Força-Tarefa Humanitária, conforme destaca o artigo 6º:

Art. 6º O Comitê Federal de Assistência Emergencial contará com os seguintes Subcomitês Federais:

I - Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; (Coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública).

- II - Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; (Coordenado pelo Ministério da Cidadania).
- III - Subcomitê Federal para Interiorização; (Coordenado pelo Ministério da Cidadania).
- IV - Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes. (Coordenado pelo Ministério da Saúde). (BRASIL, 2019)

Conforme podemos ver no artigo em destaque, a Força-Tarefa da Operação Acolhida está estruturada em três pilares: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. Apesar de termos como foco a análise do abrigamento, indicaremos a que se refere cada um dos pilares.

No tocante ao ordenamento da fronteira, o Exército Brasileiro é responsável por controlar a entrada dos imigrantes e refugiados e vem atuando em parceria com os agentes internacionais e nacionais na recepção e identificação, dando as orientações iniciais e encaminhando-os para o Posto de Triagem, a fim de que providenciem toda a documentação necessária para a regularização do status migratório, como solicitação de refúgio ou residência temporária, CPF e vacinação.

Logo que o imigrante cruza a fronteira que liga a cidade de Santa Elena de Uairén (Venezuela) a Pacaraima (Brasil), ele se depara com uma grande estrutura formada por diversas tendas e containers que são utilizados pelos agentes com o objetivo de auxiliar na identificação e controle migratório. Lá também existe um hospital de campanha para atender casos emergenciais, um abrigo para indígenas (Janokoida) e um alojamento de passagem (BV8).

Em relação ao movimento migratório indígena, vale destacar que, segundo o levantamento do perfil sociodemográfico realizado em 2017 pelo CNIg, foi percebido que grande parte dos indígenas pertence à etnia Warao, mas também foram encontrados os que pertencem a outras etnias, como Eñepá e Pemón.

Foto 3 – Posicionamento das Instalações em Pacaraima

The screenshot shows a PDF document with the following content:

ENXARGES migratorias e Filantropias					
SUBTOTAL	81	14	25	-	106
TOTAL	85	25	25	-	120

Fonte: Sumário diário de situação – FT Log Hum, de 31 de março de 2020.

Foto 1 – Posicionamento das Instalações desdobradas em Pacaraima.

Fonte: Operação Acolhida

Uma vez o fluxo migratório organizado, foi necessário dar dignidade às pessoas que estavam espalhadas pelas ruas e praças do Estado de Roraima. Nesse sentido, foram organizados abrigos, em parceria com o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), para receberem os migrantes comida e o tratamento médico-sanitário adequado. Além dessas instalações, outras também foram organizadas para atenderem os migrantes que porventura não tiveram acesso ao abrigo. É o caso das estruturas organizadas na rodoviária de Boa Vista, um dos locais mais afetados pelo caos urbano.

Fonte: Operação Acolhida, 2019.

No que se refere à interiorização, o objetivo principal é possibilitar ao imigrante/refugiado venezuelano que voluntariamente deseja se deslocar para outro estado do Brasil uma maior possibilidade de inclusão socioeconômica, uma vez que o estado de Roraima não possui capacidade de absorver a demanda tão intensa de imigrantes por falta de infraestrutura na região.

PROBLEMATIZANDO OS “ABRIGOS HUMANITÁRIOS”: ENTRE A PROTEÇÃO E A VIGILÂNCIA

Os abrigos humanitários foram planejados para funcionar como um “lar temporário” para os imigrantes venezuelanos que buscam apoio do Estado brasileiro para recomeçar suas vidas. Antes da federalização, os abrigos humanitários existentes no estado de Roraima eram precários e sem a infraestrutura adequada para dar conta do grande número de imigrantes em situação de risco social que adentrava a fronteira.

Foto 4 – Abrigo Tancredo Neves antes da Operação Acolhida



Fonte: Operação Acolhida, 2018.

Foto 5 – Abrigo Tancredo Neves antes da Operação Acolhida

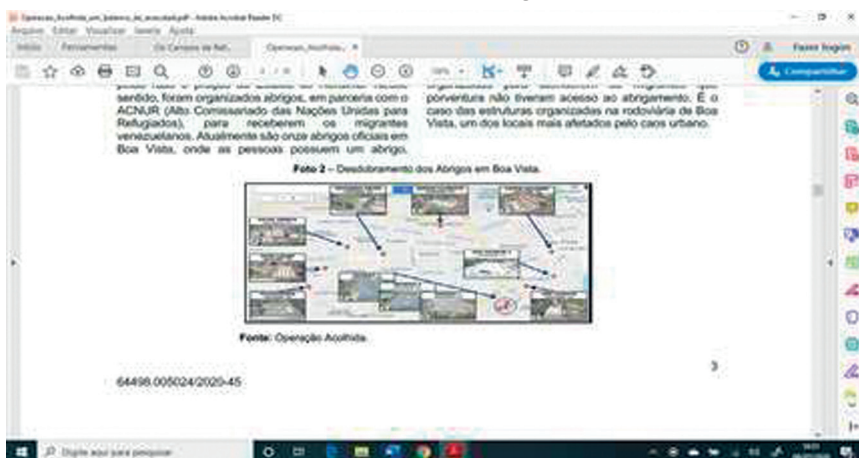


Fonte: Operação Acolhida, 2018.

Em fevereiro de 2018, a gestão dos abrigos no estado passou a ser feita pelo governo federal, sendo coordenado pelo Ministério da Cidadania, por competência legal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que passou a assumir a responsabilidade pela direção dos centros de acolhimento temporário em Roraima, servindo como pontapé inicial para a criação da Força-Tarefa Logística Humanitária da Operação Acolhida.

Hoje, a Operação Acolhida conta com um total de 13 abrigos, sendo dois para a população indígena (um em Pacaraima, Janokoida, e outro em Boa Vista, Pintolândia). Em Boa Vista, se concentra o maior aparato técnico da Operação, com 11 abrigos, um posto de triagem e um centro de referência ao imigrante, que fica dentro do espaço da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Lá, encontramos também um espaço próximo à rodoviária que possui uma área de pernoite, onde são distribuídas barracas de *camping* (tipo iglu) todo final de tarde pelos militares, sendo recolhidas logo ao amanhecer do dia seguinte.

Foto 6 – Posicionamento dos Abrigos em Boa Vista



Fonte: Operação Acolhida, 2019.

Foto 7 – Instalações próximas à rodoviária em Boa Vista



Fonte: Operação Acolhida, 2019.

Os abrigos do Rondon 1, 2 e 3 foram criados com uma estrutura diferenciada dos demais. Eles estão localizados em uma área destacada da cidade, possuindo capacidade de acolher um número mais elevado de pessoas, já que foram planejados para o abrigo. Os demais se constituem em espaços que foram adaptados para atender a grande demanda dos refugiados venezuelanos. É importante salientar que a estrutura dos “abrigos” Rondon 1, 2 e 3 se assemelha aos campos de refugiados, por questões que iremos pontuar adiante.

Foto 8 – Rondon 2, inaugurado com a Operação Acolhida (projeto ACNUR – Governo Brasileiro)



Fonte: Operação Acolhida, 2019.

De acordo com o relatório apresentado por Simões e Franchi (2020, p. 5): “No que tange ao abrigo dos migrantes, em torno de 6000 pessoas foram beneficiadas mensalmente pela FT Log Hum” através dos serviços de “alimentação, acomodação, instalações sanitárias, assistência médica, lavanderia, coleta de lixo e uma área de convivência” (KANAAAN; TÁSSIO; SIDMAR, 2018, p. 71).

Com isso, podemos perceber que todo aparato que envolve o abrigo demanda uma enorme logística e estrutura para dar resposta a todas as questões que são apresentadas nesse formato de acolhimento. Diante disso, é importante ressaltar a experiência única no mundo que vem sendo gerida nos abrigos humanitários através do trabalho desempenhado pelos militares das forças armadas e os agentes da ONU, com a cooperação dos parceiros da sociedade civil (OSC), que atuam diretamente na gestão dos abrigos a fim de possibilitar aos imigrantes/refugiados um “lar temporário” durante esse momento de reconstrução de suas vidas.

No entanto, cabe destacar que, apesar do grande esforço em garantir a ampliação da proteção internacional aos migrantes venezuelanos, percebemos, durante a nossa visita aos abrigos em Roraima, que muitos deles não estão tendo acesso adequado a serviços de saúde e assistência social nem ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para os idosos e os deficientes. Ao se utilizar da

retórica da sobrecarga do sistema público para defender o rigor nas análises dos pedidos de acesso aos serviços socioassistenciais, muitos agentes públicos produzem distinções arbitrárias entre os que merecem e os que não merecem o benefício. Sendo assim, podemos perceber uma semelhança com o que Souza (2018) destaca a respeito da concessão ou não do status de refugiado:

Aos que merecem o refúgio e aos que não merecem são distribuídas diferentes cidadanias, ligadas não apenas a uma determinação jurídica, mas de acordo com certa economia moral: quem é vítima e quem não é, e, dentre eles, quem é mais vítima e quem é mais inocente. A crise, deste ponto de vista, não pode ser narrada como mera insuficiência das instituições ou do direito frente a problemas concretos. A crise é a governança com características de excepcionalidade. (SOUZA, 2018, p. 182)

No que se referem às práticas excepcionais criadas pelos Estados a fim de burocratizar o acesso a serviços aos imigrantes e refugiados, podemos dizer, conforme destacam Zapata e Fazito (2018), que ela é gerida pela chamada *governamentalidade*, que, antes, no antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6815/80), identificava o imigrante como “uma ameaça à segurança nacional”, rememorando, assim, o nacionalismo promovido no período da ditadura militar que visava a proteger o Brasil da influência comunista durante aquele período (ZAPATA; FAZITO, 2018).

Já a Nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017) passou a trazer o caráter de universalidade dos direitos, garantindo ao imigrante condições de igualdade com os nacionais, estando em conformidade com a Constituição Federal de 1988, que traz, no artigo 5º, o princípio de que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (BRASIL, 1988)

RELATO AUTOETNOGRÁFICO: ACOLHIMENTO

No que tange ao acolhimento dos imigrantes e refugiados venezuelanos nos abrigos humanitários da Operação Acolhida no estado de Roraima, é pertinente destacar algumas conversas que tivemos com os abrigados e ex-abrigados, a fim de compreendermos melhor a percepção que eles têm do que seja esse novo “lar temporário” e quais são as implicações práticas em suas vidas.

O primeiro ponto destacado é a alimentação. No início da Operação, o alimento era preparado diariamente no rancho da base aérea de Boa Vista e distribuído pelo Exército nos abrigos, o que gerava um enorme desprazimento entre os abrigados, principalmente pelo fato de as refeições não terem proximidade alguma com o paladar dos venezuelanos, chegando a causar desconfortos alimentares, e também por não contemplar as necessidades de saúde, como hipertensão, diabetes etc.

No entanto, a partir de 2019, o serviço de alimentação foi terceirizado para duas empresas, ficando apenas a distribuição a cargo dos militares, o que melhorou um pouco a questão do paladar, uma vez que foi montado um cardápio com a colaboração dos próprios beneficiários. Contudo, a questão da variedade ainda é um ponto a ser questionado no que se refere ao valor nutricional dos alimentos. Além disso, a comida é servida em recipientes prontos (“quentinhas”), o que acaba gerando desperdício, pois os abrigados não podem definir a porção que gostariam de comer. Isso sem falar na grande quantidade de lixo que é produzida por esse sistema de alimentação. Mesmo diante desse quadro, todos os venezuelanos são muito gratos pelo alimento diário que recebem.

Sempre que questionávamos os militares, a fim de sugerir propostas alternativas para melhorar o serviço, ouvíamos: “aqui eles pelo menos têm o que comer, então não podem reclamar”. Esta fala é o que a Iana Vasconcelos (2020) destaca da análise do Hamid (2012) sobre os refugiados palestinos no interior de São Paulo como sendo a *dádiva-abrigo*:

No caso, a ideia de que tais refugiados, por serem completas vítimas de uma calamidade social, produz a expectativa de que qualquer coisa dada seria melhor do que aquilo que possuíam no local de origem, de tal modo que a contradádiva dos refugiados somente poderia ser uma postura resignada e de gratidão (HAMID, 2012, p. 312).

No caso dos/as abrigados/as em Boa Vista, está em operação a dádiva-abrigo, dentro da mesma lógica: nada do que for oferecido no serviço de abrigamento pode ser pior do que a situação enfrentada no país de origem, esperando-se em troca manifestações de gratidão incondicional. (VASCONCELOS apud HAMID, 2020, p. 107)

O segundo ponto se refere à saúde. Conversando com duas famílias que se encontravam no chamado “espaço de convivência” dos abrigos, percebemos que seus filhos estavam desfalecidos. Perguntamos se estava tudo bem com as crianças, que aparentavam ter no máximo dois anos de idade. Uma das mães, que é enfermeira, disse que acreditava ser algo na água, pois muitas crianças apresentaram os mesmos sintomas que seu filho, como febre, diarreia e vômito.

Questionamos se estava sendo feito o acompanhamento de saúde, e ela destacou que, no serviço público do estado, grande parte dos agentes de saúde os atendia mal e alegava que, por serem venezuelanos, não poderiam ser atendidos ali. Já a Força-Tarefa, nesse mesmo aspecto, foca apenas na imunização (vacinação) contra doenças infecciosas já erradicadas no Brasil, deixando a cargo das OSC, como a Médicos Sem Fronteiras, lidar com o acompanhamento e as orientações mais simplificadas a respeito das questões de saúde.

Ainda, é importante destacar que a saúde faz parte do tripé da Seguridade Social definida na Constituição Federal de 1988, juntamente com a Assistência Social e a Previdência Social. No entanto, a saúde traz como princípio basilar a universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS), o que envolve a consciência de que todos, independentemente de sua nacionalidade e condição social, têm direito a se tratar no sistema público do Brasil. Diante disso, enalteçemos e afirmamos o caráter humanitário e universal dessa política pública tão fundamental e importante na construção do nosso país, que, por muitas vezes, é deixada de lado pelos próprios agentes públicos, tomados pelo discurso da seletividade e do “espírito nacionalista”, que se utilizam da desculpa da precarização do sistema para não prestarem um atendimento adequado e digno aos imigrantes.

O terceiro ponto se refere ao acesso ao serviço de assistência social. Ao perguntar se eles estavam tendo acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ao programa de transferência de renda, como o Bolsa Família, muitos mostraram total desconhecimento de tais benefícios. Os que conheciam alegaram ter dificuldades para se cadastrar por não saber onde se localizava o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pela dificuldade na comunicação com os agentes públicos responsáveis pelo cadastramento, visto que eles não dominam o idioma português. Mesmo os que estavam cadastrados há mais de seis meses relataram que nunca receberam tais benefícios.

O quarto ponto é em relação a forte presença dos militares nos abrigos. Desde a criação da Força-Tarefa, a proposta foi tornar a Operação Acolhida uma missão humanitária. No entanto, em 28 de agosto de 2018, foi emitido o decreto presidencial de nº 9.483, assinado pelo então presidente Michel Temer, autorizando a participação das forças armadas na garantia da lei e da ordem nas instalações e nas atividades relacionadas ao acolhimento dos refugiados no estado de Roraima. Esse decreto foi prorrogado até 31 de março de 2019 (BRASIL, 2018).

Vale destacar que o motivo que ensejou o decreto foram os atentados contra venezuelanos que ocorreram na cidade de Pacaraima e Boa Vista nos meses

de agosto e setembro de 2018. Numa das ocasiões, um grupo de brasileiros queimou os pertences dos venezuelanos e os expulsaram do Brasil cantando o hino nacional brasileiro após a alegação de que dois venezuelanos teriam assaltado e espancado um comerciante (Revista Veja, 2018).

Assim, sob a justificativa de proteger os venezuelanos contra os ataques dos brasileiros, aumentou-se o número de militares nos abrigos e em todas as instalações de apoio a eles. Esses militares ficaram responsáveis por controlar a circulação e fazer rondas com as viaturas da polícia do exército. De forma aleatória, eles abordavam os venezuelanos pela cidade e os revistavam.

Foto 9 – Ronda da Polícia do Exército



Fonte: Daiane Lacerda, 2019.

Devido a isso, alguns questionamentos podem ser levantados: se o aumento do efetivo militar era para proteger os venezuelanos contra os ataques dos brasileiros, por que as blitz e revistas aleatórias eram, em sua maioria, realizadas nos venezuelanos e não, também, nos brasileiros suspeitos que se encontravam pelas ruas? O que justifica o aumento do efetivo militar dentro dos abrigos e não apenas ao redor deles pela cidade?

Ao conversar com ex-abrigados venezuelanos que estavam vivendo nas ocupações espontâneas na cidade de Boa Vista, questionei-os se não era melhor eles ficarem nos abrigos oficiais da Operação, já que fora deles estavam em situação de extrema vulnerabilidade, conforme podemos ver nas fotos abaixo:

Foto 10 – Ocupação Espontânea na Sede da Antiga Secretaria de Educação em Boa Vista



Fonte: Daiane Lacerda, 2020.

Foto 11 – Ocupação Espontânea na Sede da Antiga Secretaria de Educação em Boa Vista



Fonte: Daiane Lacerda, 2020.

Muitos responderam que preferiam ficar nas ocupações espontâneas porque, nos abrigos, sentiam como se estivessem em uma prisão — vigiados o tempo todo e constantemente contestados de forma ríspida pelos militares. Isso sem falar na falta de autonomia em gerir a própria vida, como comprar e cozinhar seu próprio alimento e poder sair e entrar nas suas “casas” quando bem quisessem.

Guardadas as devidas proporções, podemos comparar a tentativa de controle dos imigrantes/refugiados venezuelanos nos abrigos humanitários em Roraima com o exemplo destacado por Braga (2011) na análise apresentada por Haesbaert (2004) em relação às políticas de repressão à mobilidade através da construção de novos mecanismos de controle nos campos de refugiados:

É da precariedade de muitos ‘aglomerados de exclusão’ dentro de campos de refugiados, por exemplo, que podem brotar os mais segregadores e excludentes processos de reterritorialização, assim como também os próprios campos de refugiados podem ter sido produzidos pelo territorialismo de grupos que, através de uma ‘limpeza étnica’, por exemplo, excluem do e pelo território todo aquele considerado como sendo culturalmente ‘diferente’. (HAESBAERT apud BRAGA, 2011, p. 16)

De acordo com Foucault (1996), as formas de vigilância — como a disposição das construções, câmeras instaladas, verificação de digitais e córneas, presença ostensiva de militares interna e externamente nos abrigos — são também formas de controle e poder. No afã de monitorar os venezuelanos, a Operação Acolhida acaba construindo espaços físicos que geram estranhamento e distanciamento social entre os nacionais e os imigrantes ao colocá-los em locais afastados da cidade — como é o caso dos Abrigos Rondon 1, 2 e 3, que contêm o maior número de pessoas abrigadas —, cercando-os com muros improvisados de telhas de zinco, além de criar um sistema de identificação e controle de entrada e saída que mais se assemelha com o que Agamben (2002) trata como sendo a construção de “espaços de exceção”, conforme analisa Braga (2011):

O objetivo desses espaços contemporâneos é conter/confinar o fluxo de indivíduos vistos como perigo para a segurança do Estado. Dentro desse contexto, como reforça Agamben (2002), temos os refugiados que, ao serem “abandonados” pela constituição de seus países e fragilizados diante da legislação internacional, vivem em risco no limiar em que vida e direito se confundem. Dessa forma, os refugiados podem ser apontados como um grupo que mais exemplifica a condição de “homem sacro”, e o campo em que estão encerrados se consolida não como uma anomalia pertencente ao passado, mas um espaço político de controle social que vai deixando de ser uma exceção e começa a tornar-se a regra. (BRAGA, 2011, p. 7)

Outro pensador importante que nos auxilia na análise sobre esse tipo de estrutura de assentamento desenvolvido pela Operação é o Achille Mbembe (2018), ao falar sobre o “necropoder”. Mbembe destaca que a fragmentação desses espaços e o distanciamento deles para determinadas zonas da cidade tem o objetivo de

[...] impossibilitar qualquer movimento e implementar a segregação à moda do Estado do apartheid. Assim, os territórios ocupados são divididos em uma rede complexa de fronteiras internas e várias células isoladas. De acordo com Eyal Weizman, ao se afastar de uma divisão plana do território e ao adotar o princípio da criação de limites tridimensionais no interior dele, a dispersão e a segmentação redefinem claramente a relação entre soberania e espaço (MBEMBE, 2018, pp. 43–44).

Assim, podemos afirmar que, mesmo com todo o empenho para melhorar os espaços já existentes e transformá-los em abrigos humanitários, os três grandes abrigos que foram criados com uma estrutura diferenciada e em uma área mais afastada da cidade, como é o caso dos “Abrigos” Rondon 1, 2 e 3, acabam reproduzindo o formato de campo de refugiados ao criar estratégias de controle e vigilância que reafirmam a política securitária do antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/80). Este era regido pelo paradigma da segurança nacional da época da ditadura militar, que colocava o estrangeiro (imigrante) como um estranho àquela sociedade, devendo, portanto, ficar sob controle e vigilância constante.

Percebemos, então, que a resposta brasileira ao êxodo migratório venezuelano contribuiu para suavizar as graves situações de vulnerabilidade a que os venezuelanos estavam expostos antes da instalação da Operação Acolhida. No entanto, podemos perceber que o sistema criado pela Operação não foi capaz de garantir a proteção adequada aos imigrantes e refugiados, uma vez que apresenta problemas graves, como a falta de autonomia das pessoas nos espaços de “abrigamento”, que acabam ficando tuteladas e confinadas em espaços excessivamente vigiados e controlados. Toda essa vigilância e controle contribui para o fortalecimento das relações xenofóbicas por parte da população roraimense, uma vez que todo aparato militar dispendido passa a sensação de que os venezuelanos representam perigo à comunidade e, por isso, precisam ser vigiados e controlados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demanda nos países de destino por acolhimento e por investimento público em políticas para integração local é enorme. Se considerarmos que os territórios que mais recebem essa imigração venezuelana passam também por problemas econômicos e por políticas restritivas e de intolerância, como a Colômbia, o Peru e o Equador, por exemplo, e também o Brasil, perceberemos que a chance de os venezuelanos fazerem parte do segmento mais pobre da população é real.

Os países receptores têm enfrentado esse êxodo venezuelano de diferentes formas. Se a resposta brasileira a esse movimento migratório é a Operação Acolhida, fica demonstrado neste estudo que, apesar da grandiosa proposta que compreende o ordenamento da fronteira, a interiorização e o acolhimento, o que se tem são

ações emergenciais para minimizar a situação de enorme vulnerabilidade daqueles que ultrapassam a fronteira com o Brasil. Se por um lado é uma acolhida necessária e humanizada na fronteira, por outro, revela fragilidades e lacunas.

Uma das fragilidades é que o “apoio” que vem sendo dado pela Força-Tarefa Logística Humanitária da Operação Acolhida, principalmente nos “abrigos”, não facilita uma integração sociocultural na região, uma vez que todo o aparato de segurança e controle implementado só reforça a sensação de que os venezuelanos são “perigosos” e que, por isso, precisam ficar sob vigilância constante em espaços controlados dia e noite, o que fortalece as práticas xenofóbicas. A grande lacuna é que as ações emergenciais não são substituídas por políticas sociais locais que de fato poderiam facilitar a integração dos imigrantes. A lógica parece ser controle e poder em espaços de confinamento — os abrigos humanitários — da população migrante para sua posterior retirada do território roraimense para a interiorização em outras cidades brasileiras.

O empenho da Operação Acolhida, apesar de sua proposta inovadora frente a um grande desafio — integrar milhares de imigrantes e refugiados venezuelanos no país —, se reflete, também, em críticas às instituições que a compõem. Mesmo a Operação apresentando eficácia no que se refere ao setor logístico, as formas de controle que vêm sendo desenvolvidas (especialmente no abrigo, por meio da sua gestão compartilhada) têm contribuído para formas de xenofobia que, contraditoriamente, são por ela própria sustentadas.

É preciso, então, não só buscar soluções imediatas, mas também contribuir para o fortalecimento de uma consciência identitária latino-americana, a fim de evitar posturas e práticas xenofóbicas arbitrarias e desumanas, em prol de uma sociedade mais justa e menos desigual para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Global Trends 2019**. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/globaltrends2019/>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRAGA, Jorge Luiz Raposo. Os campos de refugiados: um exemplo de “espaços de exceção” na política contemporânea. In: 3º Encontro Nacional ABRI 2011, 3., 2011. São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000200036&lng=en&nrm=a
bn>. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 02 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 9.483, de 28 de agosto de 2018**. Autoriza o Presidente da República a proceder à restituição dos bens de que trata o Decreto nº 65.157, de 15 de setembro de 1969, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9483.htm>. Acesso em: 09 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019**. Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9970.htm>. Acesso em: 09 jul. 2020.

_____. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. **Lei nº 13.684 de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRESCIANINI, Carlos Penna. **Parlamentares de Roraima criticam ação do governo federal na crise dos imigrantes venezuelanos**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/17/parlamentares-de-roraima-criticam-acao-do-governo-federal-na-crise-dos-imigrantes-venezuelanos>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

EGAS, José. A Solidariedade com os Refugiados começa com todos nós. In: BANNIGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO – UNICAMP). Campinas, 2018, pp. 31–38.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 14 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

KANAAN, Cel.; TÁSSIO, Maj.; SIDMAR, 2º Ten. As ações do exército brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO – UNICAMP). Campinas, 2018. pp. 68 – 71.

LEON, Ibis. Ligia Bolívar: ACNUR niega base legal para que venezolanos reciban protección como refugiados. **Efecto Cocuyo**. Venezuela, 19/06/2020. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/venezuela-migrante/ligia-bolivar-acnur-niega-base-legal-para-que-venezolanos-reciban-proteccion-como-refugiados/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MILESI, Rosita; COURRY, Paula; ROVERY, Julia. **Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual**. Porto Alegre: Editora Aedos, 2018.

REVISTA VEJA. **Brasileiros queimam acampamento e agridem venezuelanos em Roraima**. Brasil, 18/08/2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/brasileiros-queimam-acampamentos-e-agridem-venezuelanos-em-roraima/>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

RODRIGUES, Francilene. Migração fronteiriça na Venezuela. In: **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, pp. 197–207, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10156>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

SIMÕES, Luciano Correa; FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida: um balanço do executado até 2019**. Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro, 2020.

SIMÕES, G. et al. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília: CNIg, 2017.

SOUZA, Fabrício Toledo de. Os Refugiados Decidem Viver: a geografia da desigualdade e a fuga como resistência. In: JUBILUT, Liliana Lyra;

FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (orgs.). **Migrantes Forçad@s**: Conceitos e Contextos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. pp. 175–195.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas brasileiras nos abrigos para venezuelanos/as solicitantes de refúgio em Boa Vista-RR. In: MACHADO, Igor José de Renó (org.). **Etnografias do refúgio no Brasil**. 166 ed. São Carlos: EdUFScar, 2020, v. 1, pp. 9–147.

ZAPATA, Gisela P.; FAZITO, Dimitri. Comentário: O significado da nova lei de migração 13.445/17 no contexto histórico da mobilidade humana no Brasil. In: **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 25, n. 1 e 2, pp. 224 – 237, 2018.

A MERCADORIA MORRE NO VOLUME: CONTROLES, ILEGALISMOS E MUTAÇÕES NA FRONTEIRA PARAGUAI/BRASIL¹

Eric Gustavo Cardin²

Brígida Renoldi³

No intuito de pensar alguns aspectos que marcam as relações entre mercadorias, dispositivos de fiscalização e trabalhadores que atuam nas ruas de Ciudad del Este/Paraguai, recorremos às anotações nos cadernos de campo referentes às pesquisas que realizamos sobre práticas cotidianas que compõem o leque de atividades comerciais na fronteira Brasil-Paraguai entre os anos de 2005 e 2016. Para compreender tais atividades o conceito de ilegalismos, proposto originalmente por Foucault (2015), tem resultado em uma ferramenta analítica capaz de alinhar diferentes dimensões das práticas que se manifestam sob classificações criminais elaboradas pelo estado nas diferentes instâncias legais e judiciárias. Voltaremos sobre essa ideia. Nos interessa frisar que das notas de campo recuperamos alguns relatos convergentes de observações feitas nos espaços organização comercial. No final do corredor de uma grande galeria comercial no “microcentro”, que conhecemos na época em Ciudad del Este, dezenas de caixas de mercadorias eram embrulhadas em sacos plásticos pretos e fitas adesiva.

Ciudad del Este, ex Puerto Presidente Stroessner, foi fundada em 1957, no ponto mais ocidental do Paraguai, com o propósito de viabilizar estradas

1 O texto corresponde a um esforço de aproximação de perspectivas de pesquisa sobre circulação de mercadorias, controle estatal e ilegalismos na região de confluência da fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina. Trata-se de um trabalho inicial de sinalização de pontos de análise conceitual de elementos fornecidos por abordagens etnográficas realizadas em diferentes momentos pelos autores.

2 Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisador do Laboratório de Pesquisa Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). Contato: eric.cardin@unioeste.br

3 Doutora em Antropologia. Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidad Nacional de Misiones (UNAM/Argentina). Coordenadora da Zona de Etnografia Marginal (CONICET-IESyH-UNaM). Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET). Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT) e do Núcleo de Estudos em Cidadania, Conflito e Violência Urbana (IFCS-UFRJ). Contato: bbrire@gmail.com

e aproveitar conexões para acessar aos portos marítimos brasileiros. A cidade faz parte de uma triangulação urbana, junto com as cidades de Puerto Iguazú (Argentina) e Foz do Iguaçu (Brasil), que progressivamente têm adquirido relevância econômica através do comércio e do turismo. A partir de 2012 inicia-se o declínio da atividade comercial devido às mudanças na economia mundial e as tentativas de controle da fronteiras promovidas pelo governo brasileiro. A reconfiguração do *scenarium* talvez dera lugar à multiplicação de escolhas dentro da diversificação de produtos ilegalizados no mercado, que iriam sendo assumidas concomitantemente com as mudanças no comércio (Martens, 2019).

A dinâmica do lugar em foco é pautada pela venda e compra de incontáveis bens de consumo, principalmente eletrônicos, que ocupam milhares de lojas e barracas em um centro econômico conhecido como “microcentro”. Durante muitos anos a Avenida San Blás correspondeu ao principal corredor comercial da cidade paraguaia, era onde se encontravam lojas tradicionais e um número significativo de barracas e vendedores ambulantes que ocupavam todo espaço trafegável e inviabilizavam o trânsito de veículos na região, promovendo ao mesmo tempo o incentivo da mobilidade a pé para fazer diferentes tipos de compras. Com os esforços da municipalidade em regularizar a ocupação das ruas, gradativamente o comércio que era concentrado na avenida começou a ocupar outras partes da cidade, dispersando espacialmente as atividades.

Embora as relações comerciais estivessem presentes em diferentes pontos do “microcentro”, as mutações sofridas pelas mercadorias ocorrem preferencialmente nos andares dos shoppings que são reservados para os depósitos e, em grande medida, nos corredores das galerias onde se localizam as lojas. Utilizamos o termo “mutações” para fazer referência às mudanças das quais são objeto as mercadorias ao longo do trajeto que percorrerão, o termo não remete a mudanças próprias das coisas, mas sim das aparências e seus efeitos ao longo do deslocamento territorial.

Caminhar pelas galerias de Ciudad del Este exige atenção, pois é preciso ter cuidado para evitar acidentes com as pessoas de passos acelerados, com as mercadorias e “volumes” que ficam espalhados pelo chão e, por fim, com a segurança dos próprios pertences. Nosso estudo exigiu experienciar, observar e analisar uma dinâmica rápida e com relações que, muitas vezes, apelam à camuflagem.

Era dezembro, um dos meses mais quentes e movimentados na fronteira Brasil/Paraguai. A espessura do ar feita de buzinas, gente falando alto em português para promover os produtos à venda, conversações dos comerciantes

entre eles em guarani, regateios com argentinos em espanhol, montavam o espetáculo sonoro próprio da cidade. Em volta aos comércios a movimentação constante de mercadorias com frequência se distribuía entre o abastecimento das lojas e os preparativos para a exportação não registrada como procedimento formal, chamada “contrabando” pelas leis. As caixas, as sacolas, as coisas se misturam com gente até compor, em movimentos contínuos, um corpo híbrido que se mexe, que viaja, que promete (Appadurai, 2008). Um largo corredor de tamanho não desprezível abriga centenas de pessoas que se apertam na busca por espaço entre pessoas e mercadorias. No meio de conversas em várias línguas e risadas assombrosas emitidas em algum lugar da redondeza o som repetido e marcado da fita adesiva sendo aplicada para proteger os “volumes” continuava ganhando protagonismo, outorgando ao ambiente uma melodia muito peculiar: descola, corta, cola, descola, corta, cola, descola, corta, cola, sem fim.

Na situação que descrevemos o processo artesanal de criação de um invólucro aparentava ser apenas um trabalho mecânico, repetitivo, que os trabalhadores realizavam de maneira quase inconsciente. Todavia, as conversas estabelecidas durante a mesma investigação demonstraram que aquele ritual promovia, de certa forma, uma espécie de mutação nas coisas. Neste processo as mercadorias adquiridas por diferentes compradores teciam sua própria história e o seu próprio valor de troca e de uso, ao tempo em que perdiam, escondendo-as, as características físicas e as marcas, para se transformarem em outro tipo de produto, com pouca história, sem cor, mas ainda assim com valor: o “volume”. Em grande medida, a promoção do nascimento do “volume” torna-se uma estratégia de proteção para as mercadorias e para os seus próprios atravessadores⁴. O “volume” carrega o anonimato necessário para poder dar início ao processo nômade pelo qual percorrerá diferentes circuitos com o propósito de restituir sua condição de mercadoria, dinheiro e recurso. E, finalmente, se consagrar em história.

As fitas autoadesivas e a elasticidade do plástico ampliam a dimensão do fetiche. Karl Marx (1985) em seus escritos sobre o processo de produção da mercadoria apontava que o resultado final do trabalho não mantinha o valor real de venda, que deveria ser calculado pela quantidade de horas trabalhadas na confecção do produto. Este, ao ser direcionado para o mercado, recebia uma valorização irreal, que não poderia ser mensurada pela simples contabilização do

4 Com esse nome as pessoas se referem a quem faz de intermediário entre o investidor e o vendedor de mercadoria. O atravessador não necessariamente é quem transporta ou carrega a mercadoria, mas quem viabiliza que tudo ocorra com o menor risco possível.

trabalho agregado. Com isso, a mercadoria final escondia o processo de trabalho responsável por sua fabricação, ao mesmo tempo em que apresentava uma suposta vida própria do produto.

O surgimento do “volume” corresponde, em outras palavras, à lobotomia de algo que mascara a história. As mercadorias disponibilizadas no microcentro de Ciudad del Este são fetichizadas em seu próprio processo produtivo. Quando são vendidas nas lojas e barracas do comércio local, as pessoas adquirem as funcionalidades presentes no objeto de desejo e não necessariamente a força de trabalho e as condições laborais determinantes de sua produção. Contudo, para que estas mercadorias possam chegar a um consumidor brasileiro, muitas vezes é preciso fazer com que o objeto desejado também tenha apagado as características que promovem o seu próprio fetiche. O objeto deve se tornar uma coisa mal definida, sem função aparente e escorregadio.

Por meio da “plastificação” da mercadoria original busca-se garantir que ela não sofra danos ao cair ou ao se molhar durante seu transporte pelo Rio Paraná, garantia que se torna importante quando observamos que, cada vez mais, o “laranja”⁵ se torna o responsável pela entrega do “volume” do outro lado da fronteira, no território brasileiro, e várias outras categorias definem o resto do trabalho a encarar até os destinos finais, uma vez que os “volumes” já se encontram nas bordas do Brasil. Em outras palavras: este trabalhador assume a responsabilidade pelo prejuízo que teria o seu “patrão” – aquele que paga pelo serviço – caso a mercadoria venha a estragar ou a ser apreendida pelos agentes estatais de controle. Neste contexto, torna-se comum a cobrança do “seguro”, uma espécie de apólice exigida pelo atravessador para que este não assuma sozinho o risco de perder o “volume”.⁶

Por outro lado, a “plastificação” também corresponde a uma forma de proteção moral do atravessador. A mutação da mercadoria com propriedades próprias em um volume quadrado ou similar, sem identificação, promove uma reconstrução da relação entre as coisas e os homens. Ela afasta, mesmo que apenas simbolicamente, a imoralidade do transporte de mercadorias ilegais e coloca em seu lugar o simples fato de carregar um “volume” sem cor, sem cheiro e com uma história curta, que se inicia no momento em que a mercadoria

5 São chamadas de laranjas as pessoas brasileiras que ganham seu sustento transportando mercadoria de um lado para o outro da fronteira, em pequenas quantidades, sem registro aduaneiro, cobrando um valor por esse serviço e assumindo responsabilidades com risco.

6 Esse processo tem sido etnografado em Renoldi (2015) ao acompanhar o ingresso de um “laranja” brasileiro, no território paraguaio para buscar volumes.

morre ao ser embrulhada, para renascer em seu destino final, com todas as suas especificidades e, o que mais importa, com mais valor agregado.

DESEMBRULHANDO

A grande quantidade de mercadorias e “volumes” empilhados no final do corredor da galeria, embora seja significativa, em nada se parece com a quantidade de mercadorias comercializadas no final do século XX e começo do XXI. Um conjunto de medidas adotadas pelo Estado Brasileiro, acompanhadas de transformações nas estratégias do “circuito sacoleiro”⁷, categoria que utilizamos para identificar a trajetória das mercadorias que antes eram disponibilizadas com inúmeras vantagens na zona franca de Ciudad del Este e revendidas em todo território brasileiro, fizeram com que o município paraguaio perdesse um pouco de sua centralidade e, conseqüentemente, exigiu que a fronteira, de certa forma, se reinventasse.

Na última década do Século XX, aproximadamente 60% da população economicamente ativa de Foz do Iguaçu possuía vínculos diretos ou indiretos com o “circuito sacoleiro”. Mais de 5 mil brasileiros trabalhavam em lojas estabelecidas no Paraguai (CARDIN, 2011). E, segundo a Receita Federal do Brasil, aproximadamente 300 mil brasileiros viviam diretamente do circuito. Números expressivos gerados por um mercado que até então funcionava sem nenhum tipo de regulamentação ou de um controle mais rígido por parte do governo nacional brasileiro.

Contudo, gradativamente, isso foi sendo modificado por meio de diferentes ações governamentais. A partir do começo do século XXI, um amplo conjunto de medidas foram tomadas no sentido de controlar a fronteira e modificar o seu perfil. De forma breve, destacamos: a) melhorias na estrutura de controle e fiscalização, como, por exemplo, a construção de uma nova aduana e a aquisição de ferramentas tecnológicas direcionadas ao controle; b) a imposição de políticas mais rigorosas de abordagem no intuito de inviabilizar a manutenção dos pontos de apoio utilizados pelo circuito; c) a criação da lei do sacoleiro,

7 O termo “sacoleiro” tem uma longa história no Brasil. De modo geral para eles trabalham os “laranjas”, que são as pessoas que passam os volumes pela fronteira. Os “sacoleiros” são assim conhecidos por levarem sacolas de plástico de tamanhos consideráveis, nas quais carregam os “volumes”. Os destinos são diferentes lugares do Brasil, onde se vendem nas ruas, férias, pequenos circuitos, ou a comerciantes medianos (Rabossi, 2008).

que tinha como principal objetivo fazer com que o trabalhador se tornasse um pequeno empreendedor a partir de aderir a importar com um impacto menor nas taxas fiscais; d) o combate e a criminalização de ilegalismos e informalismos; e) investimentos educacionais no intuito de capacitar a população local e permitir outras formas de inserção no mercado de trabalho; f) o fortalecimento de programas de renda mínima; g) e a reestruturação do setor turístico de Foz do Iguaçu/Brasil para romper com a dependência econômica da cidade em relação ao comércio fronteiriço (CARDIN, 2015; ALBUQUERQUE & SOUZA, 2019).

Observa-se que o esforço desenvolvido pelo governo brasileiro não foi apenas no sentido de absorver o “circuito sacoleiro” e as práticas relacionadas com o mesmo, gerando maior controle dos empreendimentos comerciais, mas de garantir outras formas de ingresso e renda para a população mais pobre, aquela que é supostamente mais suscetível de se inserir nos circuitos considerados ilegais pelo Estado. Todavia, tais esforços em “disciplinar” a fronteira acabam respingando em um amplo conjunto de práticas que a atravessam, como, por exemplo, a reorganização do espaço ocupado pelos “mesiteros” (camelôs) no “microcentro” da cidade paraguaia e a construção de áreas de lazer marginando o Rio Paraná. Trata-se das conhecidas “costaneras” que vieram da mão da exploração da energia pelas hidrelétricas, e onde as economias do turismo vão ganhando progressivamente mais espaço, se amparando também nos discursos ambientalistas que restringem o uso das florestas, costas e parques por parte da população local, para produzir territórios protegidos que acabam sendo de rentabilidade para projetos turísticos à princípio “contemplativos” do ambiente e das cidades vitrine (voltaremos sobre esse assunto). Ambas as intervenções correspondem a esforços do governo paraguaio em desvincular a imagem da cidade do contrabando e da “pirataria”⁸.

Em síntese, as tentativas de controle do “circuito sacoleiro” foram acompanhadas por transformações espaciais em algumas das ruas de Ciudad del Este com o intuito de mudar a estética do comércio de rua tal como era estabelecido no auge das vendas. O intuito foi garantir uma mudança no perfil

8 Segundo Gustavo Lins Ribeiro (2010, p. 27), a pirataria corresponde a uma atividade muito antiga que historicamente se apresenta como um desafio aos dispositivos de controle e, ao mesmo tempo, uma alternativa aos modos predominantes de vida. Em síntese, pode ser entendida como uma “atividade de reprodução e venda de cópias não-autorizadas de mercadorias valorizadas pelos consumidores contemporâneos, especialmente as super logomarcas, isto é, cópias de grandes marcas mundiais”. Indo além, Ribeiro (2010) destaca que ela é funcional no mundo contemporâneo ao permitir o acesso a fluxos de riquezas globais, especialmente para as camadas mais desprivilegiadas, inserindo-as naquilo que o autor entende como “globalização popular”.

das mercadorias comercializadas pelos ambulantes, para que estes se adaptassem à atender um novo público, o “turista-turista” e não mais o “turista-comprista” (RABOSSI, 2004). Uma prova disso é a criação da Polícia Turística em 2008, que se propôs cuidar os clientes e estimular, dando garantias, a visita dos turistas que iam à passeio. Evidentemente, isso aumentou o custo das ruas para muitos trabalhadores, o que fomentou dois movimentos: uma maior difusão do trabalho de rua para outras partes do “microcentro” (partes que não foram contempladas pela reforma urbana) e a busca por outras formas de inserção no mercado laboral, principalmente por meio da venda da força de trabalho nas lojas e nas maquilas que, naquele momento, encontravam-se em implementação (BAUMGRATZ; CARDIN, 2019).

As observações realizadas permitiram constatar que as medidas de controle do “circuito sacoleiro”, que ocorriam simultaneamente no Brasil e no Paraguai por meio de estratégias diferentes, tinham o mesmo objetivo: eliminar o estigma da região em relação ao contrabando e fortalecer o circuito turístico. A conjuntura econômica e social fomentada pela pandemia do COVID19 acabou reforçando a necessidade de tal esforço, principalmente para os municípios paraguaios que, em grande medida, tiveram o comércio drasticamente afetado com a impossibilidade da manutenção das vendas para os clientes brasileiros devido ao fechamento das fronteiras internacionais. A crise nos mercados paraguaios promoveu a imaginação, chegando a tentativas de criação de um “*delivery fronteiriço*” em Salto del Guairá, Ciudad del Este, Pedro Juan Caballero e em Encarnación, fronteira com a cidade argentina de Posadas.

As diversas miudezas que antes eram facilmente encontradas nas ruas destas cidades começaram a ser concentradas nas lojas de “auto-serviço” existentes nas áreas comerciais, ao mesmo tempo em que estava se tornando cada vez mais comum a disposição de produtos têxteis e industriais nas centenas de barracas que compõem a paisagem urbana de Ciudad del Este, principalmente. A redefinição das mercadorias, com o intuito de atingir “outro público” acabou restringindo o acesso dos trabalhadores ambulantes a determinadas ruas do “microcentro”, expandindo de maneira horizontal a ocupação da cidade e exigindo um posicionamento mais ativo do poder público no desenvolvimento de políticas que facilitassem a entrada dos trabalhadores em outros ramos econômicos.

Por outro lado, como foi observado em outro momento (CARDIN, 2012), também ocorreram mudanças na atuação e nas estratégias de transporte utilizadas pelos grupos que atuavam no “circuito de sacoleiro”, onde se destacam: a) o

fortalecimento do *e-commerce*; b) a maior adoção do transporte aéreo e de pistas clandestinas para pouso e decolagem; c) a utilização de outros pontos do Rio Paraná para a travessia fluvial; d) a utilização de carretas para transportar as mercadorias pela fronteira seca do Brasil, que é menos fiscalizada; e) o desvio das mercadorias quando elas chegam nos portos de Santos e Paranaguá, ambos no Brasil; f) e, por fim, a pulverização das práticas a nível local. Destacamos que tais modificações nas táticas utilizadas em Ciudad del Este também podem ser observadas na realidade de Salto del Guairá.

O processo de pulverização das práticas transparece durante o estudo de campo realizado. Em grande medida, aquelas mercadorias que se encontravam na galeria em processo de mutação por meio da “plastificação”, teriam formas diferentes de distribuição. Uma pequena parte ainda seria transportada pela própria Ponte da Amizade, no típico “trabalho de formiga”, realizado por “laranjas locais” ou por pequenos “sacoleiros”, similares aos existentes na década de 1980. Em grande medida, estes atravessadores realizam a travessia utilizando os serviços de moto táxi, mas ainda se visualiza o uso de automóveis, além de muitas pessoas transportando os “volumes” sobre as próprias costas, “*paleteando*”⁹, como destacou Pinheiro-Machado (2004). A outra parte, que corresponde a maioria dos embrulhos visualizados¹¹, é transportada por barcos, utilizando dos inúmeros portos irregulares existentes por toda extensão do Lago de Itaipu e do Rio Paraná.

A adoção cada vez maior do rio como estratégia de fuga dos dispositivos de fiscalização, seja por aqueles atravessadores de poucos “volumes” ou por grupos que trabalham com grande quantidade, aproximou o circuito das mesmas

9 Os “sacoleiros” correspondem aos “Trabalhadores responsáveis pela intermediação das relações comerciais entre os empresários que atuam no Paraguai e os pontos de venda e distribuição das mercadorias adquiridas no país vizinho por todo o território brasileiro. Eles são, ao mesmo tempo, os atravessadores e os distribuidores no Brasil dos inúmeros produtos disponibilizados no mercado paraguaio, atuando de forma autônoma ou para um patrão” (CARDIN, 2015, p 225).

10 “Prática de carregar nas costas os volumes de mercadorias na Ponte da Amizade ou na barranca do Rio Paraná” (CARDIN, 2015, p 225).

11 Cabe destacar que explicitamos e exploramos aqui apenas aquilo que foi constatado durante a pesquisa de campo. Há outras formas de transporte, responsáveis pela distribuição de valores mais elevados que não são ou foram “visualizados”. Mercadorias que não chegam nas galerias, nos corredores, mas que saem dos depósitos e transportados para o Brasil por aviões ou por carretas na fronteira seca do Estado do Mato Grosso do Sul, assim como mercadorias que chegam nos portos brasileiros mas nunca ingressam ao Paraguai, e acabam indo direto para os vendedores brasileiros, com menor custo e impactando desse modo na falta de mercadorias nas ruas de Ciudad del Este, a redução do emprego nos comércios e outros efeitos.

estratégias e rotas utilizadas por traficantes de drogas e armas. Esta situação tornou-se um argumento decisivo no processo de criminalização de suas práticas. Contudo, não podemos deixar de sinalizar que as estratégias de fuga dos diferentes grupos que atuam na região dependem diretamente dos vínculos que eles estabelecem com dispositivos de fiscalização e segurança. Tratasse deste tipo de arranjos que possibilita o percurso dos volumes através de redes que atravessam o legal e o ilegal.

Utilizamos aqui o conceito de ilegalismos para referir àquelas formas de propiciar a concretização de determinadas práticas punidas a partir de acordos específicos de duração variável que envolvem redes de pessoas, lealdades e reciprocidades. Michel Misse (2014) analisa com o conceito de “mercadoria política” aquelas práticas que podem ser qualificadas como “corrupção”, categoria acusatória que remete a práticas inadmissíveis, mas inclassificáveis sob termos judiciais (corrupção é uma expressão de uso estendido, principalmente na mídia, mas também utilizada pelos agentes de estado e políticos, embora não esteja compreendida pelos códigos judiciais).

Ainda sobre a aproximação do circuito sacoleiro com outras redes ilegais, destacamos que a definição daqueles que possuem acesso a determinados portos irregulares/clandestinos ou daqueles que recebem “proteção” por parte dos dispositivos estatais cria uma situação crítica. Neste sentido, vale destacar que o período de mudança na relação do Estado com o circuito e também das mudanças em sua própria forma de atuação, coincidiu com a explosão de violência na região de fronteira, fazendo com que Foz do Iguaçu, no começo do Século XXI, fosse considerada uma das cidades mais violentas do Brasil (CARDIN, 2015; KLEINSCHMITT, 2016).

RE-EMBRULHANDO

Retornando às observações feitas durante as pesquisas de campo, nota-se que as práticas pulverizadas de travessia antes descritas garantem pouca movimentação financeira na fronteira e uma acumulação de capital mais concentrada quando comparamos com os primeiros anos do século XXI. Em grande medida, as mudanças que foram sinalizadas forçaram uma diminuição no número de “volumes” transportados, fazendo com que a prática absorvesse uma quantidade menor de trabalhadores. Deste modo, visualiza-se uma diminuição na circulação de dinheiro no comércio regulamentado da fronteira, trazendo

poucos recursos diretos para a região e não ampliando o mercado de trabalho formal e informal existente. Tal situação exigiu modificações no *modus operandi* dos “mesiteros”¹², principalmente naquilo que se refere à uma melhor escolha dos produtos negociados. Em síntese, os trabalhadores de rua, com as mudanças ocorridas no circuito, deixaram de obter o ganho pela quantidade de produtos vendidos e passaram a depender do valor agregado em cada produto negociado.

Diante de tantas transformações, o poder público das cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina) buscam apresentar esforços para descolar a imagem da tríplice fronteira em relação ao comércio internacional irregular. Neste sentido, começam a dirigir suas políticas de maneira mais efetiva na gerência do setor turístico, abrindo espaço para investimentos estrangeiros em atrações e em serviços de atendimento, principalmente na rede hoteleira. O impacto disso pode ser observado na forte especulação imobiliária e nos projetos de reestruturação urbana em desenvolvimento nas cidades referidas (KLEINSCHMITT, 2016). De modo geral, estas rápidas observações iluminam aspectos relacionados aos vínculos existentes entre os estados nacionais, a expansão do capital e as fronteiras.

Durante o Século XIX e XX a ocupação da região que abrange os limites do Brasil e do Paraguai, assim como sua própria vida econômica, estavam relacionadas a um processo intensivo de exploração dos recursos naturais da região por empresas argentinas, que, em grande medida, possuíam capital inglês e exploravam a força de trabalho indígena por meio de relações servis. Neste período, a influência do Estado na região é ausente ou mínima, limitando-se a concessões, criando um contexto onde qualquer observância em relação a existência de limites legais fosse limitada. Diante da situação em que a exploração econômica é realizada de maneira desregulamentada e sem considerar os limites nacionais, as populações locais também viviam na região dentro da mesma concepção. Assim, torna-se comum o fortalecimento de relações de interdependência entre os mercados locais – Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú - e o fortalecimento daquilo que na bibliografia brasileira vem sendo chamado de “*saber passar*” (DORFMAN, 2009).

Entretanto, transformações significativas ocorrem a partir do momento em que os respectivos estados nacionais se fazem presente de forma mais concreta,

12 Os “mesiteros” correspondem aos camelôs paraguaios, sendo que o termo faz referência as “mesitas”, que são as pequenas mesas utilizadas pelos vendedores das vias públicas exporem as mercadorias (RABOSSO, 2004).

personificada, pela construção da hidrelétrica de Itaipu e pela criação da zona de tributação diferenciada em Ciudad del Este. Uma consequência imediata dessas ações se constata por meio da observação da explosão demográfica e dos problemas estruturais derivados, por exemplo, a falta de uma infraestrutura suficiente para garantir direitos básicos, como educação, saúde e habitação (CATTA, 1991). Contudo, um aspecto determinante na configuração do desenvolvimento regional, esteve relacionado as mudanças nos fluxos de mercadorias e de pessoas nas fronteiras, já que as cidades brasileira e paraguaia assumem o protagonismo que antes era da municipalidade argentina.

Neste momento, o mercado paraguaio começa a se fortalecer e a se tornar fonte de renda para uma população em idade economicamente ativa que não conseguia se inserir nos diferentes serviços que as obras da hidrelétrica exigiam. Encontra-se nesta situação, um dos primeiros aspectos daquilo que se tornaria o “circuito sacoleiro”, ou seja, o surgimento de trabalhadores aptos a desempenharem as atividades originadas das diferenças de valores existentes nas mercadorias disponibilizadas no Paraguai quando comparadas aquelas efetivadas no Brasil (CARDIN, 2011). Embora não seja possível explorar o tema neste momento, é importante observar que o circuito muda seus contornos ou sua configuração conforme ocorrem as transformações globais na produção de mercadorias, como, por exemplo, no aumento do protagonismo da produção chinesa (PINHEIRO-MACHADO, 2009).

O comércio fronteiriço corresponde a uma prática antiga e diretamente vinculada com os modos de viver dos habitantes locais. Embora possam existir diferenças nos arranjos apresentados ao longo história, há ao menos dois aspectos comum: 1º) a permanência de redes transnacionais inseridas nos circuitos das mercadorias, similar ao que ocorria em períodos anteriores, mantendo relações de interdependência e estratégias de travessia (FIOROTTI, 2017); 2º) o “circuito sacoleiro”, ainda incipiente, se apresentava como um fenômeno importante na subsistência da população local, garantindo a circulação de capitais e mercadorias, possibilitando certa acumulação e atenuando algumas demandas que o Estado precisaria responder (CARDIN, 2011). De alguma maneira, o comércio fronteiriço possibilitou uma circulação de capital que ultrapassou os limites impostos pelo estado nacional.

Com a abertura econômica promovida por gestões neoliberais durante a década de 1990, o que facilitou transferências bancárias internacionais e, ao mesmo tempo, o aumento do desemprego, constata-se o fortalecimento do

“circuito sacoleiro”, com o surgimento e organização de grupos informais para atuarem de forma mais sistemática na compra e na distribuição das mercadorias comercializadas nos municípios paraguaios da fronteira, grupos responsáveis pelo abastecimento de grandes shoppings e lojas de departamento no Brasil. Entretanto, é preciso destacar que as práticas mais organizadas e sistematizadas aplicadas por estes grupos não extinguiram as redes mais artesanais existentes nos períodos anteriores, elas tiveram apenas uma diminuição em sua visibilidade¹³.

No começo do Século XXI, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciou-se a execução de políticas de controle e de transformações nas relações de trabalho que impactaram diretamente no circuito transfronteiriço de mercadorias. Políticas que auxiliaram no combate às práticas desenvolvidas pelos grupos já referidos, que passaram a ser acusados de pirataria e evasão fiscal. Todavia, um aspecto sensível do processo, encontra-se no fato de que o ataque aos diferentes agentes inseridos no “circuito sacoleiro” ocorreu de forma dissimulada, no interior de uma ação mais ampla que buscava interromper o abastecimento dos mercados de drogas e armas nos grandes centros urbanos do Brasil.

Assim, a justificativa para a execução deste esforço encontra sua base na forma em que o governo brasileiro estava atuando no combate à violência urbana existente nas metrópoles brasileiras, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Em grande medida, os dispositivos de segurança nacional começaram a vincular o grupo criminoso PCC – Primeiro Comando da Capital – à reorganização do crime na fronteira Brasil/Paraguai (FELTRAN, 2017; 2019). Neste contexto, observa-se que o interesse do governo central na fronteira responde a uma complexidade que articula determinados setores da economia nacional, certos atores e agências internacionais e políticas nacionais. Estas últimas direcionadas por interesses que, além de ser setoriais, muitas das vezes estão condicionadas pelos créditos internacionais para desenvolvimento em determinadas áreas que se apropriam dos territórios constituindo leis e, conseqüentemente, ilegalismos para a consecução dos ganhos. Nesse contexto a participação das políticas centrais do Estado em algumas fronteiras internacionais está longe de ocorrer pela observação das necessidades e demandas locais.

O aumento da segurança na região da confluência das fronteiras do Brasil, Argentina e Paraguai, que pode ser visualizada por meio da diminuição dos homicídios nos últimos dez anos, associada a diferentes incentivos ao setor

13 Formas mais comuns e artesanais de atuação de trabalhadores ocupados com a compra, travessia e revenda de mercadorias podem ser visualizadas na pesquisa de Ellen Davi (2008).

turístico, vem mudando rapidamente o espaço urbano e os usos da fronteira. Se no passado as diferenças existentes na fronteira eram utilizadas pelo “circuito sacoleiro”, atualmente visualiza-se um esforço em utilizar estas mesmas diferenças para vendê-las como mercadorias. Em outras palavras, se no passado a diferença possibilitava a circulação de mercadorias, hoje, a própria diferença é a mercadoria a ser vendida, dentro de um processo intensivo de mercantilização imagética do espaço e de gentrificação.

Para finalizar, destacamos que o Estado, em seus diferentes momentos, se constitui com o objetivo de mediar as contradições entre os interesses do capital e as necessidades da população. Em grande medida, dependendo do perfil político e ideológico dos agentes que o compõem, essa mediação ocorre pelo controle da produção e da circulação das mercadorias. A particular forma em que o Estado se faz presente, inclusive, através da inércia, propicia a exploração de recursos naturais e da força de trabalho e, ao mesmo tempo, abre espaço para um uso mais livre da fronteira pela população em geral. Conforme o Estado começa a se impor através de diferentes maneiras de agir, muda-se as formas de exploração econômica, as relações sociais tornam-se mais controladas e a fronteira se torna aberta apenas para o grande capital. Isso gera, por sua vez, concentração de população, sobretudo jovem, que chega com o propósito de aproveitar o desenvolvimento turístico, assim como também os vãos nos quais arranjos enquadrados em ilegalismos têm lugar. Em muitas ocasiões isso não deixa de ser uma expectativa que acaba se transformando em outras coisas no devir. O crescimento das cidades também está associado à ideia de fazer dinheiro com menor dificuldades, e deste modo as periferias urbanas crescem.

As experiências de circulação e de interdependência existentes na fronteira respiram com dificuldade diante do controle e da criminalização estatal. Os trabalhadores que embrulhavam os volumes com fita adesiva, os que transportam ainda sobre suas costas pequenas quantidades de mercadorias ou os demais moradores locais que passam a fronteira em busca de complementação de serviços, atualmente disputam espaços em um lugar estigmatizado, mas que está sendo objeto de uma reconstrução da sua imagem. O panorama reforça a ideia de que a história dos “volumes”, das “coisas”, das “mercadorias” é associada de forma indivisível a história dos sujeitos que habitam a fronteira. Se a mercadoria morre no volume, ou assim morria pouco tempo atrás, nesse contexto de transformações talvez ela esteja morrendo antes da fita.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; SOUSA, Flávia. Nação e integração nas escolas de fronteira: a mobilidade docente e a aprendizagem das línguas nacionais entre o Brasil e a Argentina. *Etnográfica*, v. 23, p. 627-648, 2019. <https://doi.org/10.4000/etnografica.7313>

APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Editora da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008.

BAUMGRATZ, Deise; CARDIN, Eric Gustavo. O regime de maquila e suas implicações no México: perspectivas para o modelo adotado no Paraguai. *Revista Estudios Internacionales*, Vol. 51 N. 192, 2019. 10.5354/0719-3769.2019.52818

CARDIN, Eric Gustavo. A expansão do capital e as dinâmicas das fronteiras. Paco Editorial: Jundiá, 2015.

CARDIN, Eric Gustavo. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Geopolítica(s): revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 3, p. 207-234, 2012. https://doi.org/10.5209/rev_GEOP.2012.v3.n2.40041

CARDIN, Eric Gustavo. Laranjas e sacoleiros na tríplice fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. EDUNIOESTE: Cascavel, 2011.

CATTA, Eduardo Pena. O cotidiano de uma fronteira. EDUNIOESTE: Cascavel, 1991.

DAVI, Elen. Trabalhadores na Fronteira: experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad del Este (1990/2006). Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE: Marechal Cândido Rondon, 2008.

DORFMAN, Adriana. A cultura do contrabando e a fronteira com um lugar de memória. *Estudios Históricos*, n. 01, 2009.

FELTRAN, Gabriel, 2019. Economias (i)lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica. *Journal of Illicit Economies and Development*, 1(2). DOI: <https://doi.org/10.31389/jied.28>.

FELTRAN, Gabriel. Crimen y castigo en la ciudad. Repertorios de la justicia, PCC y reducción de homicidios en Sao Paulo. Em Renoldi, Álvarez e Maldonado (orgs.) Estado, violencia y mercado: conexiones etnográficas en América Latina, Antropofagia: Buenos Aires, 2017.

FIOROTTI, Cíntia. Autos criminais de contrabando e os trabalhadores na fronteira Brasil-Paraguai na década de 1960. Tempos Históricos, v. 21, p. 125-153, 2017.

FOUCAULT, Michel. A Sociedade Punitiva. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. As mortes violentas e as políticas de controle na Tríplice Fronteira. Tempo da Ciência (UNIOESTE), v. 23, p. 40-59, 2016.

MARTENS, Juan. 2019. Entre grupos armados, crimen organizado e ilegalismos: Atores e impactos políticos e sociais da violência na fronteira nordeste do Paraguai com o Brasil. Abya-Yala: Revista Sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas 3 (3):65 a 87. <https://doi.org/10.26512/abya-yala.v3i3.30201> .

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: Difel, 1985.

MISSE, Michel. Mercadorias políticas e Sujeição criminal. RATTON, José Luiz; LIMA, Renato Sérgio; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.), Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo, Contexto, 2014. Pp. 198-212.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “A garantia soy yo”: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFRGS: Porto Alegre, 2004.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFRGS: Porto Alegre, 2009.

RABOSSI, Fernando. Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas em um mercado de fronteira. Tese (Doutorado em Antropologia Social): UFRJ, 2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. RBCS, v. 25, n. 74, 2010.

RENOLDI, Brígida. Estados possíveis: travessias, ilegalismos e controles na Tríplice Fronteira. *Etnográfica* [online], vol.19, n.3, 2015, pp. 417-440.

RENOLDI, Brígida. Organización, crimen y acción: relatos policiales de la Triple Frontera. Capítulo de Livro, In: César Barreira, Leonardo Sá e Jânia Aquino, *Violência, ilegalismos e lugares morais*, Campinas: Pontes de Campinas, 2014, pp. 479-507.

RIOS QUE CONSTROEM FRONTEIRAS E OUTRAS ESPACIALIDADES: COTIDIANO E CULTURA

Maria de Fátima Oliveira¹
Mariana Cunha Pereira²

INTRODUÇÃO – DOIS RIOS COM T

Este texto tem a pretensão de falar de cotidiano e identidade a partir de duas pesquisas doutorais que apresentam o **rio** como *locus* de relações sociais. Uma pesquisa no olhar da Antropologia dialoga com o cotidiano dos povos da fronteira e tem no Rio Tacutu uma parte do seu trabalho de campo. A outra pesquisa, na área da história busca no cotidiano dos povos ribeirinhos os significados atribuídos e interpretados por viajantes, estudiosos e missionários que descrevem o Rio Tocantins.

O estudo sobre a fronteira Brasil – Guiana permitiu entender o rio Tacutu como uma espacialidade em que se gestavam e inter cruzavam saberes e redes sociais que desenham as relações de etnicidade e nacionalidade daquela região fronteiriça. A riqueza do que se constrói como relação interétnica e entre nacionalidades, tem implicações no universo simbólico e constitui a interpretação antropológica.

O Rio Tocantins recebe esta denominação a partir da confluência dos rios Maranhão e Paranã, no Brasil Central, somando cerca de 2.400 km de extensão até a foz. Os afluentes que o formam têm suas nascentes no planalto de Goiás, região do Distrito Federal. Ele corta o país no sentido sul-norte e, na divisa dos estados do Tocantins e Pará (local conhecido por Bico do Papagaio), recebe as águas do rio Araguaia. A partir das cidades de Filadélfia (TO) e Carolina (MA), divide os estados do Tocantins e Maranhão e corta, em seguida, o estado do Pará, chegando à sua foz.

O Tocantins é um rio que possui uma pluralidade de sentidos: ele une e fixa, mas também separa e divide. É uma fronteira geográfica por natureza,

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Docente do Curso de História na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus de Ciências Sócio Econômicas e Humanas (CCSEH) e do Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). E-mail: proffatima@hotmail.com

2 Doutora em Antropologia Social América Latina e Caribe. Docente do Curso de História e dos Programas de Mestrado em Antropologia e do PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Roraima; E-mail: marianac.pereira@ufr.br

mas é também fronteira econômica, cultural e simbólica. É visto como barreira, mas também como via de contato, integrador de regiões e pessoas, espaço das relações sociais e de identidades culturais.

As especificidades de serem interpretações advindas da vida insurgente, desenhada pelos rios, fazem com que a Amazônia brasileira se diferencie das demais regiões do país, em aspectos econômicos, sociais e culturais, o que pode ser melhor entendido, quando realiza-se um trabalho etno-histórico. E, é isso o que aqui se pretende.

IDENTIDADES RIBEIRINHAS

A partir do pressuposto de que a vida beira-rio possui peculiaridades, pretende-se refletir sobre como essa identidade específica e singular foi se construindo e se modificando. Para trilhar esse caminho, o rio é visto ora como meio de transporte, ora como lugar das lidas diárias e de lazer, e também pelo viés do imaginário e das representações sobre ele. É um olhar “por dentro” no mundo das povoações beira-rio Tocantins, nas memórias dos e sobre os ribeirinhos em sua íntima relação com o rio. Pode-se dizer que sua tessitura privilegia a fala dos sujeitos históricos que vivenciaram as experiências aqui descritas³, pois, como afirma Stuart Hall, “É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas [...]”. (HALL, 2000, p. 109).

João Guimarães Rosa, em seu conto *A terceira margem do rio*, retrata de forma muito especial a vida ribeirinha, a convivência do homem com o rio, numa estreita relação, que revela, dentre outras coisas, sua mentalidade, a rusticidade do seu cotidiano e a integração que há entre eles: “Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais” (ROSA, 1975, p. 33).

3 Dentre elas, destacamos o diário de viagem de Francisco Ayres da Silva (1872-1957), natural de Porto Nacional. Ele nasceu e viveu nessa cidade, exercendo a função de médico e político por décadas, desde o final do século XIX e ao longo do XX. Há também os livros do frei José M. Audrin - dominicano francês que viveu por quase meio século na região e, ainda, artigos de jornais locais que descrevem de forma exemplar o dia-a-dia do ribeirinho.

Do mesmo modo, as populações ribeirinhas possuem uma ligação íntima com o rio, como a descrita pelo estudioso do meio social e geográfico da região amazônica, Leandro Tocantins: “O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional. [...]. O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística [...]” (TOCANTINS, 1973, p. 280). O rio, portanto, é visto e analisado para além de seus aspectos geofísicos, numa dimensão mais abrangente que leva em consideração a constante interação homem-natureza. O rio Tocantins e suas margens têm sofrido inúmeras transformações nas últimas décadas. Com base nas memórias deixadas pelos ribeirinhos, ou sobre eles, por vozes do passado e do momento atual, é possível perceber tanto a multiplicidade de sentidos que o rio adquire como os elementos compartilhados no seu dia-a-dia, como nas suas representações culturais, além desse sentimento de pertencimento entre eles e o estranhamento com relação ao diferente. O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão completa esse pensamento, quando afirma que

[...] as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; por se ter de estar em contato, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo. Identidades são mais do que isto, não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença (BRANDÃO, 1986, p. 42).

O estranhamento do outro, tanto por parte do ribeirinho quanto do não ribeirinho, apresenta-se de diferentes formas nos relatos de estrangeiros, de funcionários públicos do sul de Goiás designados para trabalhar no norte e de visitantes que passaram por essas cidades e deixaram a impressão de ter encontrado um mundo totalmente desconhecido. O que era natural e costumeiro para o morador beira-rio era visto como estranho e exótico pelo de fora, que não conseguia entender e aceitar costumes diferentes dos seus, como evidencia a fala do juiz Vicente Ferreira Gomes, quando em viagem pelo rio Tocantins em 1858:

Os usos e costumes ressentem-se de hábitos inveterados, da falta de gosto, civilização e instrução; [...] as comidas são pouco delicadas, o prato indispensável é o feijão com toucinho. [...] Os barqueiros, especialmente parecem que vivem para comer, porque além da comida sem medida que lhes dão os patrões na viagem, consomem a maior parte de seus salários em comer e beber (GOMES, 1862, p. 506).

Esse sentimento com relação a seus costumes é percebido também nos escritos do século XX. Se antes era a visão de um juiz vindo da Corte, agora é a de outro juiz, Souza Filho na década de 1930, quando sai do sul de Goiás para assumir sua função no norte, em Porto Nacional. Pelo seu relato é perceptível o estranhamento sobre alguns costumes na cidade, como a peculiaridade dos banhos: “Havia 3 portos destinados aos banhos: o da manga e o porto real, para homens e um no fundo do colégio das irmãs [...] para as mulheres. Homens e mulheres tomavam banho pelados, mas “as alunas do colégio banhavam de camisolão” (SOUZA FILHO, 1980, p. 47).

Por outro lado, o processo de identificação, o sentimento de pertencimento entre a gente ribeirinha, pode ser observado por meio de uma cena que prevaleceu por séculos nas cidades ribeirinhas e que mostra de forma bem clara como era o ritual de chegada dos botes de Belém, após vários meses entre ida e volta:

A população corre ao porto em massa para assistir a atracação das embarcações. Estas, antes de atracar, param do lado oposto do rio, onde a marinagem toma banho e muda de roupa. Daí trazem a vara dos batelões embandeiradas até o porto e durante esse tempo fazem grande algazarra e da terra soltam-se foguetes. Todas as bandeiras que ornamentavam os botes eram as do Divino (SILVA; BRASIL, v. II, n. 1, 1918).

Assim, as mudanças concretas que acontecem para uma comunidade como, por exemplo, na economia, na política, no social e no cotidiano, afetam de alguma forma sua identidade⁴. A comunidade ribeirinha que ocupou a região no período mineratório não poderia ter os mesmos traços culturais dos que vivem nessas margens hoje. São descendentes que ali permaneceram ou imigrantes que chegaram mais tarde para as beiras desse rio, com interesses e atividades diferentes, e vivem em condições diversas das de seus antepassados, embora tenham herdado muitos de seus costumes.

Às transformações de ordem material e econômica, seguem as mudanças no cotidiano e na mentalidade⁵. Um exemplo que ilustra bem tal situação é a substituição de rústicas embarcações, os botes, por lanchas a vapor e depois

4 A partir dessas observações é possível afirmar que a construção histórica da identidade do ribeirinho não permaneceu imutável, acabada e fixa, mas juntamente com as mudanças no processo histórico ela foi se construindo e reconstruindo, dando sentido à experiência vivida.

5 Daí a necessidade de entendermos que “A identidade totalmente segura, completa, unificada e coerente é uma fantasia. Ao contrário, à medida que os sistemas de significado e de representação cultural multiplicam-se, confrontamo-nos com uma multiplicidade desconcertante e fugaz de identidades possíveis, podendo nos identificar com cada uma delas – ao menos temporariamente” (HALL, 1997, p. 10).

pelos barcos a motor. O uso do bote demandava muito mais tempo e esforço físico que o uso dos motores, sendo também o contato com o rio mais intenso na época em que só havia as embarcações movidas a remo, pois tanto o tempo gasto nas viagens quanto o número de pessoas envolvidas nesse transporte era maior. Com o advento do motor, diminui a necessidade de *braços* para o serviço da navegação; as pessoas, mesmo durante a viagem, não têm mais tanta intimidade com o rio, pois há uma proteção bem maior que as isola desse contato, diferente daquela do bote, que era apenas uma cobertura de palha. Além disso, o viajante passa a conviver com a poluição sonora e do ar, resultante do barulho e da fumaça dos motores.

Tais mudanças fazem parte de um processo longo e lento, mas que foi significativo para o modo de vida do ribeirinho. As transformações concretas alteram traços de uma identidade, mas alguns de seus elementos constitutivos sempre vão prevalecer e conviver com outros que surgem, senão a cada mudança teríamos novas identidades desvinculadas das anteriores.⁶ Nesse processo de construção é necessário um contexto no qual se possa pensar a si próprio, a partir de um olhar externo, pois a realidade é construída pelas representações dos atores, e é a cada situação específica que as crenças de um grupo encontram sua coerência, sendo necessário, portanto, buscar a identidade nos limites, nas fronteiras, nos contatos.

As considerações acima são úteis na análise e compreensão da construção de uma identidade ribeirinha tocantinense, pois nela estão implícitos elementos importantes para demarcar o seu campo. Dito de outra forma, a afirmação ser ribeirinho por si só não diz muita coisa, é preciso demarcar o que está implícito nela, buscando o que o caracteriza, nos elementos históricos e no seu cotidiano.

CULTURA E COTIDIANO NAS MARGENS DO RIO TOCANTINS

Cena de nossa vida íntima: a partida de um bote

É o dia da partida. Em terra fazem-se as últimas despedidas. Uma banda de música aguarda, a postos, a hora de acompanhar, ao som de notas sonoras, aquele que vai ser o timoneiro do possante batel, que em breve será entregue às ondas prateadas do majestoso Tocantins. [...] O bote, carregado, apenas balouçando ao fluxo e refluxo d'água, está ainda a receber os últimos componentes da sua carga. Aqui são cães que

6 Agier afirma que é necessário considerar no estudo da identidade seus mais diversos aspectos, pois “A antropologia das identidades foi efetivamente constituída abordando seu objeto de maneira contextual, relacional, construtivista, e situacional [...]” (AGIER, 2001, p. 8-13).

entram, quase que arrastados, para serem amarrados em diferentes pontos; para ali vai uma enorme capoeira de galinhas, logo, em seguida aposta de outra e mais outras; acolá já estão espécimes variegados de papagaios, araras, etc. Cães uivam, galinhas cacarejam; papagaios, araras, num grasnar confuso e comovente, como que dizem o adeus último à terra amada de que se vão partir para todo o sempre (O INCENTIVO, n. 10, 1902).

Este excerto de um relato sobre a partida dos botes do Alto Tocantins em direção a Belém contribui para se compreender melhor o significado e importância do rio Tocantins para as populações ribeirinhas. As longas viagens pelo rio eram feitas em botes⁷, com o piloto, remeiros, popeiros e proeiros⁸, cansados e, mesmo assim, cantando canções ritmadas pelos remos, transportando pessoas e mercadorias no vai-e-vem do interior para o litoral e vice-versa.

Há diversas características simbólicas e representativas de cenas que foram tão comuns na vida dos ribeirinhos, como por exemplo, na epígrafe, a solenidade que o momento representa: a presença da banda de música, com cortejo, e os moradores participando da despedida; a emoção por ocasião das despedidas é outro elemento de destaque nesse e em outros documentos. Pode-se afirmar que com a saída dos botes, sente-se um vazio na cidade. Esses botes partiam das cidades localizadas nas margens do rio Tocantins, no interior do país, para Belém do Pará, exportando todo tipo de produtos da região e trazendo as novidades do litoral. Frei Gallais (1942) deixou interessantes notas sobre o que viu durante o período que aí esteve, em missão religiosa, nos primeiros anos do século XX:

Cada ano, pelo mês das chuvas, ou seja, em março, carregam seus barcos e afrontando as temíveis cachoeiras e as corredeiras, de que o Tocantins está cheio, toca-se para o Pará a vender seus produtos. De lá trazem sal, tecidos, ferramentas, mercadorias de

7 Nos dicionários brasileiros encontram-se diversas definições para o termo bote. Segundo Póvoa (2002, p. 38-44) no *Dicionário Tocantinense de termos e expressões afins*, o bote é uma embarcação fluvial que transporta cargas e passageiros entre o Alto Tocantins e Belém. De acordo com Ortêncio (1983), botes são barcos de pequeno calado, com capacidade que variava entre 15 a 20 mil quilos, acionados a braços humanos. Entretanto há outros autores que afirmam que esses botes transportavam até 40 toneladas de carga, como Silva (1972).

8 Quanto às funções em um bote, é importante ressaltar, segundo Silva (1972), que o piloto era a figura de maior importância. Ele devia conhecer perfeitamente o rio. Era o cargo com melhor remuneração. O piloto recebia de 250\$000 a 300\$000 por viagem redonda, ou seja, de ida e volta a Belém. Os proeiros, com remuneração de 120\$000 e os contra-proeiros, que tinham missão mais arriscada - eram eles que saltavam à frente do bote com cordas quando necessário puxá-lo, auxiliando o piloto nas manobras. Seu trabalho era muito valorizado, recebendo mais que os outros, só não se igualando ao salário do piloto. Temos ainda os popeiros, que ficavam à popa do bote, isto é, atrás. Recebiam em torno de 150\$000. O restante dos tripulantes, chamados "do meio", ganhava menos que os demais.

toda espécie. Não gastam menos de seis meses nessa viagem, e o transatlântico que empreendesse a volta ao mundo chegaria mais depressa ao ponto de partida que o bote fazendo viagem de ida e volta ao Pará, com o seu carregamento (GALLAIS, 1942, p. 123).

Conhecer o processo de sua construção, o aproveitamento de cada espaço, as funções de cada indivíduo no bote e o seu significado para os ribeirinhos contribui para apreender seus significados - tanto material quanto imaginário - pois ele é um elemento da cultura e do contexto histórico no qual foi produzido.

No Tocantins a denominação comum para o dono do bote era a de *patrão*. Na maioria das viagens ele acompanhava o bote até Belém, para proceder às transações comerciais. Quando não era possível ele próprio fazer a viagem, enviava uma pessoa de sua confiança para esse fim. Outra peculiaridade observada é que, nas viagens em que se levavam mulheres, os tripulantes cobravam mais caro: a presença do sexo feminino nas viagens os deixava com menos liberdade tanto nos momentos dos banhos como nas travessias de cachoeiras. Para essas atividades eles se desvencilhavam das roupas tanto para ter mais liberdade nos movimentos como para economizá-las, pois sua bagagem era muito reduzida.

Quanto ao remador, energia humana responsável pelo movimento e velocidade dos botes, merece reflexão. Há situações em que ele aparece, tornando-se visível e indispensável; já em outras circunstâncias, ele desaparece, fica escondido como se o remo tivesse vida própria e substituísse o remador. Essa contradição na valoração do remador é bem visível nos documentos sobre o rio Tocantins: às vezes ele aparece como um trabalhador competente, quase um herói, por exemplo, quando salva barco, passageiros e mercadorias na travessia das cachoeiras; em outras, como preguiçoso e encrenqueiro. Seu trabalho, apesar de reconhecido como árduo e perigoso, é muito mal remunerado, e é no *olhar do de fora* que se torna visível o quanto essa tão importante tripulação, além de mal remunerada, é maltratada durante as viagens. Eram péssimas as condições de viagem e alimentação, como deixa transparecer em diversas ocasiões, em seus escritos sobre o rio Tocantins, o Brigadeiro Lysias Rodrigues:

Nunca pensamos que alguém pudesse chamar almoço ao que o mestre Abílio apresentou como tal; arroz cozido misturado com pedaços de carne de vaca. A carne de vaca cortada em mantas é aqui exposta ao sol, mas em vez de ficar como no sul do país, carne seca, fica uma coisa horrível, malcheirosa, nojenta. Não tivemos coragem de comer isso. [...] Bastava ver que pagava aos remadores de Peixe a Porto Nacional, a miséria de vinte mil réis com a alimentação que já nos referimos Falamos com

ele [Major Rafael Belles de Porto Nacional], depois de muito conversarmos, sobre o problema dos remadores com o Milhomens, por causa do mal trato, tendo ele nos garantido resolver o caso sem maiores dificuldades (RODRIGUES, 1978, p. 67-85).

Mesmo havendo unanimidade nos relatos sobre a competência dos remeiros na difícil tarefa de conduzir o barco e admitindo as dificuldades da época, isto é, obstáculos naturais no leito do rio, escassez de equipamentos modernos, além do problema da precariedade alimentar – que contribuiu para as péssimas condições de saúde – muitos dos relatos veem como desprezível o tratamento geralmente dispensado a eles. A insatisfação com o tratamento desumano gerava, às vezes, situações de revolta entre eles durante as viagens, como no exemplo seguinte, relatado por Silva sobre um motim dos barqueiros: “Recusaram a ceia porque, como disseram, o toucinho dado para sua confecção era de barrão⁹; tinha almíscar de barrão! Vê-se bem que o motivo é fútil e apenas deixa transparecer que por aqui também há espíritos de revolta (SILVA, 1972, p. 35).

Na opinião do juiz Manoel Buarque (1919), em viagem de Belém a Conceição do Araguaia, em 1914, “[...] muita febre de barqueiro é preguiça recolhida à frente dos travessões; e a presença do patrão é melhor do que bisulfato de quinino para curá-los” (BUARQUE, 1919, p. 33). Em relato anterior, o juiz Vicente Gomes (1862) se referiu ao costume de beber dos barqueiros. É importante ressaltar que a expressão “beber”, adquire forte significado, pois nesse mundo do bote, embora a força bruta utilizada para impeli-lo seja a força humana, por meio dos remos, é imprescindível a existência desse outro combustível, a indispensável cachaça, como também observou Lysias Rodrigues: “Antes de continuarmos a navegar, observamos que o Ciríaco estava meio triste. Que é isso Ciríaco? Está no prego? - Não sinhô, é que a pinga se acabou” (RODRIGUES, 1978, p. 80).

Fica evidente nos relatos a presença de um espírito alegre e musical entre os navegantes do rio Tocantins. O ritmo dos remos era um convite à música, que os animava nas horas difíceis, como nas passagens dos trechos encachoeirados, e amenizava o peso da monotonia das longas viagens: “Os canoeiros do Tocantins de quando em vez cantam suas “catiras” e “toadas” para se distrair. Durante o dia, e principalmente nesta noite, tivemos a oportunidade de ouvir coisas muito interessantes, não tanto pela letra ou música, mas, principalmente pelo modo de cantar” (RODRIGUES, 1978, p. 79-80).

Audrin (1963) também revela minúcias interessantes sobre as viagens. Segundo ele, no período da saída dos barcos, as cidades portuárias se transformavam com

9 Barrão: o mesmo que varrão. O porco que não é castrado (PINTO, 1996, p.136).

o grande movimento de pessoas de cidades próximas e de produtores agrícolas da região. A cidade de Porto Nacional era uma das mais animadas, além de ser passagem obrigatória dos botes que vinham mais do sul - como Paranã e Peixe - recebia ainda a população mais interiorana, que trazia suas mercadorias em tropas, para serem transportadas para Belém.

A época das chuvas era o momento certo para a saída dos botes em direção a Belém, carregados com as mercadorias destinadas ao comércio. O mês de março, na cheia de São José, era o mais apropriado, mas a partir de janeiro já começava o movimento de descida, ou seja, de partida para Belém, dependendo do calendário pluviométrico, que variava um pouco de ano para ano. Os navegantes usavam o período das cheias para “descer” o rio, aproveitando a força das correntezas. Para os barqueiros do Tocantins, não era possível marcar a data do retorno aos portos de partida – a viagem de ida e volta demorava em torno de seis meses. O máximo que arriscavam eram previsões do tipo: “Chegarei de tal mês em diante”, ou “Quando o rio vazar”, ou ainda “Estarei de volta no finzinho da seca”. Após a chegada, sua mais importante missão era ir à igreja agradecer a sorte de estar de volta com vida e muitas vezes orar pelas almas de companheiros que não regressaram.

Sendo essas viagens demoradas, perigosas, desconfortáveis, em rústicas embarcações e em péssimas condições de higiene e saúde, o retorno às cidades ribeirinhas representava o fim de uma epopeia. Momentos antes da chegada ao porto, os botes eram ancorados e os navegantes se preparam para o grande momento, vestindo as melhores roupas e fazendo a barba. Os moradores também se dirigem ao porto após terem se arrumado em grande estilo para recepcioná-los, senhoras com vestidos longos e xales e homens de terno.

Figura 1: Ribeirinhos no porto aguardando a chegada dos botes
(Porto Nacional, início do século XX).



Fonte: Acervo particular Milton Ayres (Porto Nacional).

As notícias sobre naufrágios¹⁰ eram constantes nos periódicos locais e em relatos diversos sobre o rio: “Perdeu-se na cachoeira, o bote Tico-Tico do Sr. capitão Josué Negry, tendo salvado-se felizmente toda a carga e tripulação do dito bote” (FOLHA DO NORTE, n.º. 31, 1892). Em viagem na década de 1920, o médico Ayres da Silva relata:

O pobre homem, que com tanta perícia se houera na passagem das cachoeiras do alto e do baixo Tocantins, era, agora, enganado por um rochedo profundo, e tragado pelas águas do grande rio, que a tantas vidas tem servido de túmulo. É tragado para todo o sempre! Pobre velho Casemiro, piloto! (SILVA, 1972, p. 61).

Havia bastante diferença entre a viagem de ida a Belém e a de volta dela. Na descida, além de menos esforço dos remadores, gastava-se também menos tempo. Na subida do rio, porém, exigia-se muito mais dos remeiros e o termo pressa tinha de ser esquecido, pois eram necessários vários meses para o retorno. A demora maior era na passagem das cachoeiras, pois em certos trechos nem mesmo as varas eram suficientes para fazer com que o bote prosseguisse rio acima: utilizava-se, então, outro modo, mais lento ainda. Era o chamado “avanço a gancho e forquilha”, que consistia na utilização de ganchos, que eram presos a

¹⁰ Na passagem das cachoeiras, devido ao grande risco, geralmente a carga era atravessada por terra. O acidente citado por Silva aconteceu por ocasião de sua viagem em 1920, quando o piloto foi jogado para fora do bote, morrendo afogado.

árvores ou pedras que oferecessem resistência, possibilitando assim que o bote subisse puxado muito lentamente (AUDRIN, 1963, p. 100).

O retorno, esperado com muita ansiedade, ocorria geralmente entre os meses de agosto e setembro, na vazante, pois precisavam do leito do rio para apoiar as varas e impelir o bote à frente. Os botes vinham carregados com todo tipo de mercadorias do litoral e até do exterior, e isso fazia com que os moradores locais ou dos arredores gastassem, às vezes, todas as suas economias para adquirir as novidades para si ou para presentear alguém. Os ricos fazendeiros e comerciantes trajavam as últimas novidades da Europa e da América. Além da função de troca de mercadorias, as viagens representavam para os ribeirinhos um meio de estar em contato com outras pessoas e regiões, o que favorecia também o intercâmbio cultural (OLIVEIRA, 1997, p. 50).

O imaginário ribeirinho era povoado de mitos¹¹, criaturas estranhas que habitavam as águas do rio e a imaginação das pessoas. Acreditavam, por exemplo, na existência dos negros d'água, que, segundo elas, pareciam com macacos – e das Boiúnas, cobras muito compridas, semelhantes à sucuri, que possuíam duas presas que davam voltas na cabeça, dando a impressão de chifres. Atribuía a esses seres monstruosos os acidentes causados por funis, rebojos e cachoeiras. Sobre tema tão instigante, escreveu o goiano de Porto Nacional, Pery Braga (1988, p.97-98), em seu livro *Casos reais e inacreditáveis*, que os navegantes do Tocantins temiam ser atacados por esses seres. “Vários barqueiros afirmavam com segurança que já os tinham visto [os negros d'água] e corrido atrás deles em perseguições”.

Os estudos históricos voltados para a valorização do imaginário têm contribuído para o enriquecimento da história cultural e ajudado a refletir sobre a importância de elementos muitas vezes vistos simplesmente como superstições, como mostra Mary Del Priore:

A história dos nossos medos, e por conseguinte de nossos monstros, nos introduz no “maravilhoso” como categoria de análise e no imaginário como “território” de pesquisa. Ambos, bem o sabemos, fenômenos constantemente renovados e em processo de permanente reinvenção, no qual se encontram, contudo, estruturas notáveis de estabilidade e de recorrência. O domínio do imaginário é constituído pelo conjunto de representações que transbordam do limite imposto pelas constatações da experiência e do encadeamento dedutivo que estas autorizam. Quer dizer que cada cultura, e cada sociedade, possui seu imaginário (DEL PRIORE, 2000, p. 124).

¹¹ Magnoli (1997) mostra a importância dos mitos para as análises históricas. Segundo ele, “O mito não é uma mentira, ou uma falsificação”, e o traço essencial da narrativa consiste no ocultamento de sua própria origem histórica.

O *Diário de viagem* de Ayres da Silva, no final da década de 1920 é bem elucidativo sobre as peculiaridades do ribeirinho tocantinense, principalmente no que se refere às questões de saúde da população, o que se explica pela sua visão de médico. Embora admire e se encante com a paisagem, seu olhar é bastante crítico quando descreve os povoados beira-rio. Ele se entristece com a situação de miséria da população. Utiliza termos como decadência e ruínas, arrolando uma extensa lista de doenças comuns à população, provocadas principalmente pelas péssimas condições de higiene. As doenças mais comuns a bordo são as diarreias com sangue, a malária, maleita ou impaludismo. Para quase todas as doenças, o único remédio era o quinino, e a população ribeirinha era “quase toda de tez pálida, com os estigmas do impaludismo crônico” (SILVA, 1972, p. 26). O tabagismo era um dos hábitos comuns aos viajantes. Segundo o autor, enquanto o “civilizado fuma para se distrair, para se desopilar e matar o tempo”, o matuto, ao contrário, “usa e abusa do fumo por necessidade” (Idem, p. 27). Usavam o cigarro principalmente para se defender de mosquitos, muruins, borrachudos, muriçocas e mutucas. Silva explica que nas viagens alguns hábitos eram necessários para suportar a longa jornada: “No embarcadiço todos esses atos dão margem a que o indivíduo estique o corpo, estire os braços, proporcionando-lhe alguns instantes de repouso da posição sedentária que leva” (SILVA, 1972, p. 27-28).

A alimentação em viagem obedecia ao seguinte ritual: pela hora do almoço, em torno do meio dia, era comum a expressão “vamos ao boi rapaziada!”, ao que todos tomavam um pedaço de carne já preparada: “Cada qual lava sumariamente seu naco, espeta-lhe um pedaço de pau, previamente talhado e aguçado, e leva-o ao lume. E quando está bem assado, passa a saboreá-lo com a farinha de mandioca, ligeiramente umedecida com a água do rio” (SILVA, 1972, p. 21-22).

Pelas três horas da tarde os tripulantes faziam uma ligeira refeição, geralmente com as sobras do almoço e farinha de mandioca. Sempre que sentiam o estômago vazio, tinham a seu dispor o alimento mais comum utilizado nessas viagens, a jacuba, que, “correntemente por nossas paragens, é a mistura de farinha, rapadura ou açúcar e água” (SILVA, 1972, p. 23). É possível constatar que a maior parte das doenças em viagens estivesse diretamente ligada à precariedade alimentar e à falta de higiene, o que piorava o quadro geral.

Buarque (1919), ao referir-se às dificuldades do meio de transporte, afirmava que “quem não viaja não sabe o que é sofrimento”, e que para fazer tais viagens são necessárias três coisas: coragem, paciência e resignação. Comparou sua viagem às epopeias de alto mar da época dos descobrimentos:

Cristóvão Colombo e Vasco da Gama não se atreveriam a afrontar as fúrias do elemento aquoreo [sic], em semelhantes navios. Para navegação tão primitiva de nada valem os grandes e importantes aparelhos náuticos descobertos pela inteligência humana: aqui só se precisa da força bruta dos barqueiros. Esses homens vivem e morrem, como verdadeiros amimais de carga [...] não podem e não devem ser desprezados pelos poderes públicos, uns homens que ficam, por muito tempo, de posse de vidas preciosas e dos haveres de muitas pessoas, em regiões completamente desertas: Fazê-lo é um crime de lesa-humanidade (BUARQUE, 1919, p. 9).

A descrição que Manoel Buarque faz dos povoados ribeirinhos é também desanimadora. Desde as primeiras cidades seu relato é negativo, ressaltando defeitos e problemas de todo tipo: cidades em decadência e em ruínas, sem vida, com as ruas cheias de lama, as casas cobertas de lodo e deterioradas; a vastidão das matas, tudo silente e triste, regiões desertas, tribos selvagens no mais completo estado de barbárie. Apenas a descrição da natureza ganha cores, sendo descrita como exuberante, e as terras que margeiam os rios, como as mais férteis do planeta.

As mercadorias importadas mais essenciais eram: sal - usado como suprimento para o gado e alimentação da população; ferramentas - (machados, facões, enxadas, espingardas, etc.) - indispensáveis nos trabalhos diários da lavoura, caça, construções; pólvora; utensílios domésticos; tecidos; últimas novidades da moda em roupas, chapéus e calçados para a “alta sociedade”. A exportação consistia de couro de gado, peles de animais silvestres, fumo, algodão, cachaça, tapioca e rapadura. O couro era o produto de maior peso na exportação, chegando a representar 86,5% da receita em 1894.¹²

Enfim, todos esses elementos vão mostrando que a vida às margens do rio Tocantins possuía um ritmo próprio, passado de geração a geração, pautado nas formas de fazer e de ser dos ribeirinhos, como nos mostra o fragmento, referente aos costumes ribeirinhos, deixado pelo médico Júlio Paternostro na década de 1930:

Vi juiz de direito, fazendeiros, comerciantes e vaqueiros em completa identidade, nivelados no banho coletivo, que é bom para o físico e para o espírito [...] Quando uma pessoa vai ao banho, atravessa as ruas de chinelas e com a toalha nos braços, de modo que todos sabem para onde nos dirigimos. Os naturais da região, porém, não usam toalhas; vestem as roupas sem se enxugar. Se um indivíduo deseja falar-nos naquele momento é encaminhado para o ‘ponto’ de banho, onde trata do assunto que motivou a procura. Nos lugares como aqueles não há horas marcadas para se

12 Dados encontrados no Arquivo Histórico Estadual, caixas referentes a Porto Nacional - Balancetes referentes ao primeiro trimestre de 1894 e 1895.

receberem os outros. De uma feita, um juiz de direito, enquanto se banhava nu, ouviu com simplicidade e magnanimidade um vaqueiro que se postou na ribanceira. Pouco depois, em casa sem dar conta da cena estranha para mim, sentenciou a pendência do vaqueiro, conforme a solução tomada durante o banho (PATERNOSTRO, 1945, p. 191-192).

Pelo relato acima, vê-se que à beira-rio – lugar privilegiado de muitas atividades – os eventos ganhavam um aspecto informal, e, se realizados em outros lugares, ao contrário, seriam momentos carregados de formalidades.

RIO TACUTU – FRONTEIRA E IDENTIDADE

As notícias encontradas em documentos digitalizados acerca da construção de uma ponte sobre as águas do rio Tacutu, iniciada nos anos 2000, a fim de encurtar as distâncias que separam Brasil e Guiana, permitem avaliar a importância desse rio para os povos da fronteira:

A principal alternativa de interconexão por via rodoviária com a Guiana é a rodovia Boa Vista-Georgetown, cuja implementação depende da conclusão de trechos de estrada em território guianense, e que consiste em uma das prioridades do Governo da Guiana. O trecho brasileiro dessa via, a BR-401, localizada entre Boa Vista e Bonfim, na fronteira com a Guiana, está quase totalmente asfaltado. Tiveram início em agosto de 2001 as obras de construção da ponte internacional sobre o Rio Tacutu, na fronteira entre o Brasil e a Guiana, ligando as cidades fronteiriças de Bonfim, em Roraima, e Lethem, em território guianense. (www.itamaraty.gov.br acesso em 15/10/2003).

Mas, são os depoimentos dos moradores da fronteira, que com riqueza de detalhes dizem do que se realizava sobre as águas do rio. Comercializavam-se sobre as águas do rio Tacutu os produtos agrícolas da Guiana, em especial o alho, o arroz, o açúcar e a carne. Isto fazia com que a cidade brasileira de Bonfim se tornasse um dos municípios expoentes da região do Rio Branco¹³, pois ali o dinheiro circulava, na medida em que para comercializar com os guianenses se fazia necessário passar por Bonfim. Pode-se situar essa época até os fins dos anos 60. As relações comerciais e a oferta de serviços públicos dos quais os guianenses e os indígenas das etnias Macuxi e Wapixana também podiam usufruir

13 Região do Rio Branco – compreende os municípios que são banhados pelo rio branco e, também, aqueles que se beneficiam dos serviços que são viabilizados pelo comércio fluvial ou que pode dele depender suas populações.

favoreciam aos brasileiros estabelecerem comércio em Bonfim, uma vez que por meio do rio existia uma situação comercial favorável para ambos os povos da fronteira. Vejamos o relato de uma brasileira, reportando-se a essa época:

Mas antigamente tinha tudo aqui tinha comércio, tudo, o pessoal vinha aqui pra comprar, tinha tudo na beira do rio. Esse antigamente foi até 1974, quando eu voltei (quando retornou de Boa Vista). Essa daqui, (apresenta a outra mulher) ela mora lá e faz um bico aqui e lá, às vezes passa por Guianense. Essa é a única que anda vendendo por aqui (Depoimento de Dona Dinalva moradora de Bonfim).

Estudos realizados para compor a tese doutoral demonstram que o comércio nas águas do rio Tacutu apontam as diferentes fases e crises econômicas desses dois estados-nação. Existe um trânsito interétnico sobre as águas do rio Tacutu que muda de sentido, tal qual se modifica a balança comercial de cada um desses estados-nação. Dito de outro modo, o que defini o fluxo mais intenso, dos deslocamentos sobre o rio Tacutu, em função do comércio ou da busca de serviços públicos são as condições de crise ou estabilidade que cada país possa estar vivendo.

Mas, quem são os povos da fronteira os quais se movimentam sobre as águas do rio Tacutu? Segundo os estudos de Baines (2001); Melatti (2003); Peter Rivière (1984); Farage (1991); Santilli (1992; 1994; 2001) e Repetto (2002) são os indígenas das étnias Makuxi, Wapixana, Patamona/Ingarikó e Taurepang e, também, são os brasileiros regionais, negros guianenses e os Coolie, segundo Pereira (2005).

Peter Rivière (1984) caracterizou a região entrecortada dos rios na Amazônia de região guianense e a transformou em unidade cultural a ser estudada. A região guianense, no Brasil, compõe-se do Amapá, do norte do Pará, de Roraima e de uma parte do norte do Amazonas. Farage (1991) estuda os Wapixana e situa a habitação deste povo entre as serras das vertentes do rio Maú e rio Parimé. Segundo Repetto (2002) a autora define como padrão de organização das aldeias a ordem ecológica e destaca a existência de: “aldeias da região conhecida como Serra da Lua, localizadas entre o rio Branco e Tacutu (...) As aldeias da região do baixo Uraricoeira¹⁴ (...) As aldeias do território da Guiana, entre os rios Tacutu, Rupununi e Kwitaro” (p.64). Esses estudos, ao pensar os povos dessa região, também demonstram a importância dos rios na conjuntura socioeconômica da Amazônia.

14 Rio Uraricoeira – é um rio de grande importância para se caracterizar a planície fluvial cerca de 30 km a montante de Boa Vista, pois esse rio na confluência com o Tacutu forma o rio branco, principal rio de Roraima.

O RIO E A FRONTEIRA CULTURAL E GEOPOLÍTICA

Discutir e apresentar o rio quando este faz o desenho da fronteira entre cidades e/ou nações, entre serras e aldeias das etnias que ali habitam é caracterizar a fronteira molhada. É apresentar um conceito de fronteira como espectro dos deslocamentos nos quais se configuram as identidades resignificadas nas relações interétnicas, que desde às águas se movimentam de uma margem a outra do rio. A fronteira não é apenas a espacialidade, mas, o movimento que se produz nesta e que se faz interagindo os referenciais, os valores, os mitos, os saberes e as estratégias de sobrevivência dos povos que ali vivem.

Assim, a fronteira que compreende as cidades de Bonfim e Lethem desenhadas em suas extensões pelas margens do rio Tacutu, o que possibilita vários pontos de transumância entre as duas cidades, portanto dois estados-nação. Entretanto dois pontos podem ser reconhecidos como locais de troca e de mais intensas relações sociais. No sentido a direita da rua principal de quem sai da cidade chega-se à margem do rio Tacutu, onde se localiza o posto da Polícia Federal (PF) e o Posto da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), é neste local que se iniciou a construção da ponte internacional no ano de 2001, mas, que só foi concluída em 2012. Neste ponto de travessia ficavam a balsa e os barcos de motor que facilitavam o constante trânsito fronteiriço sobre as águas do rio Tacutu. A outra forma de acesso ao rio é adentrando-se à cidade de Bonfim, ao seguir em frente, pela rua principal chega-se ao outro ponto do rio, aonde as pessoas vão ao banho no período em que as águas do Tacutu abaixam e ali ocorre todo ano um dos eventos que une os povos da fronteira, que se denomina: *Encontro Internacional de Praia*, este evento se desenvolve nos bancos de areia que se formam no meio do rio e tem o nome popular de: *peladão de praia*.

O rio Tacutu, também, é testemunha do câmbio de moedas que circulam naquela fronteira, a saber: o dólar guianense, o dólar americano e o real, sem o controle das autoridades locais. A pesquisa de campo realizada em 2003/4, identificou nas margens do rio Tacutu do lado guianense que o câmbio se fazia a céu aberto:

(...) surpreendeu-me a abordagem de um homem que carregava algumas cédulas de dólar guianense nas mãos e algumas cédulas de real no bolso da camisa. Falava em português, sem muito domínio, e interrogou-me, de forma monossilábica, se eu me interessava em comprar dólar guianense? Com a resposta negativa, ele retornou ao local onde estava, embaixo de uma árvore, e continuou a esperar mais pessoas que fazem o trânsito sobre o rio Tacutu (Pereira, 2005, p. 68).

A explicação sobre o câmbio realizado as margens do rio Tacutu, sem nenhuma formalidade, também se encontra no texto da autora, qual seja: “Hoje é dia do ônibus que sai daqui até Gerorgetown, pois nesses dias é que aparecem esses vendedores de dólar para que os brasileiros que vão mais pra dentro (que vão fazer a viagem de ônibus para além de Lethem) possam comprar dinheiro Guianense” (2004:Caderno de Campo, s/n). Também, no Brasil, do lado da cidade de Bonfim, uma senhora guianense às margens do rio fazia o câmbio, ao mesmo tempo em que realizava a venda de pequenos lanches em uma banca colocada embaixo de uma barraca de pau-a-pique com cobertura de palha. Esse foi um dos locus da pesquisa, lugar de trocas de informações, dali se sabe sobre o valor do câmbio; de possíveis conflitos aduaneiros; das festas que ocorrerão nos dois lados da fronteira, bem como das campanhas de saúde que se implementa por parte do Brasil aos moradores da fronteira.

O rio Tacutu, segundo as entrevistas coletadas no trabalho etnográfico realizado em 2003/4, aos olhos da pesquisadora, sintetizava uma espacialidade de fronteira simbólica e cultural. E por algum tempo, antes da construção da ponte, foi testemunha de deslocamentos realizados de forma precária em função das necessidades reais de cada país. Hoje, suas águas seguem fazendo as margens dessas duas cidades/dois países, e mesmo apesar da ponte construída testemunham os deslocamentos, os conflitos e os empréstimos culturais que unem e separam os povos da fronteira.

Figura 2 - Cabana as margens do Rio Tacutu, local de trocas de informações sobre comercio e trabalho.



Fonte: Arquivo de Mariana C. Pereira.

Hoje o rio Tacutu mesmo com a ponte ainda tem seus lugares de acesso por pequenas embarcações que fazem o trânsito de indígenas que de um lado a outro redefinem seu sentido de fronteira nas relações de compadrio e vizinhança entre os “parentes”, no modo como eles se denominam entre aqueles que vivem de um lado a outro da margem do rio. Mas, há também, o trânsito de pessoas não-indígenas que por outros motivos, também, continuam a tornar as águas do rio o testemunho daquilo que não é lícito e que por isto mesmo é tão difícil acessá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo acima exposto, conclui-se que esses dois rios podem ser vistos como lugares de identidades e fronteiras, além de representarem espacialidades preches de cultura em suas múltiplas funções: meio de transporte, lugar de trabalho e lazer com as lidas diárias como lavar roupas, buscar água para abastecimento das casas, local de banhos e pescarias. No caso do rio Tocantins, mesmo com uma navegação em precárias condições, se a mesma não alcançou resultados significativos em termos econômicos para o país, ela representou, por um longo período, um meio de vida para os habitantes da região, sendo de fundamental importância para o abastecimento dos bens necessários e para colocá-los em contato com outros centros mais dinâmicos.

Com a chegada da modernização na região, com melhorias do transporte rodoviário e aéreo, água encanada, construção de barragens e usinas hidrelétricas, a realidade foi bastante modificada, com transformações de naturezas diversas como a devastação vegetal e mineral de suas margens, o que tem afetado o rio, pelas ações da natureza e principalmente pela ação humana. Assim, algumas de suas temíveis cachoeiras não existem mais, as pequenas e pacatas cidades hoje estão com dimensões e características inimagináveis no século XIX, e os ribeirinhos também não são mais os mesmos, pois as identidades não são fixas, rijas e estáveis, elas são, ao contrário, transitórias, flexíveis e mutáveis.

Do mesmo modo o Tacutu é lugar de passagem e também de entretenimento e da lida diária da sobrevivência para diferentes etnias. Marco na história fronteiriça de uma região que por décadas viveu conflitos a exemplo daqueles entre a Venezuela e Guiana (em 1879 e revista em 1966) e Brasil e Guiana (início do século XIX, finalizado em 1904).

O vetor que dá o ritmo ao trânsito transfronteiriço, hoje, é o interesse comercial e de investimentos por parte do Brasil com alguns acordos bilaterais

que surgiram desde o término da ponte sobre o rio. A presença significativa de comerciantes chineses investindo na Guiana com comércio de produtos industrializados na cidade fronteiriça de Lethem, retoma a situação vivenciada no período colonial, em que a cidade fronteiriça de Lethem espelhava esse comércio com produtos ingleses. Também, por influência da construção da ponte os moradores da fronteira fazem um trânsito mais constante, é muito comum ao cruzarmos a ponte do Tacutu ver pessoas fazendo a travessia a pé. Uma curiosidade que permanece desde o período colonial é a borrifação dos pneus dos carros que se dirigem a Guiana, não há uma explicação repassada aos transeuntes sobre isso, apenas é assim, desde o período colonial.

Por fim dizer que o Tacutu segue majestoso unindo esses dois países não apenas na geopolítica mas também, no reflexo do que é a identidade de dois estados-nação que sofrem até hoje os reflexos da relação colonial, a exemplo da pobreza, características sociopolíticas da região em que está localizado internamente no país de origem e da pluralidade étnica dos povos fronteiriços.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *Distúrbios identitários em tempos de globalização*. In: *Mana* 7(2): 8-13, 2001.

AUDRIN, J. Maria. *Os Sertanejos Que Eu Conheci*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

BRAGA, Pery do Espírito Santo. *Casos Reais e Inacreditáveis - Estórias do Norte Goiano e de Vários Setores do País*. 3. ed., s.l., s.e., 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BUARQUE, Manoel. *Tocantins e Araguaia*. Belém: Typographia da Imprensa Oficial do Estado, 1919.

DEL PRIORE, Mary. *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história dos monstros do Velho e do Novo Mundo (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FARAGE, Nadia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e acolonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FOLHA DO NORTE. *Jornal impresso*. Porto Nacional – TO, n.º. 31, 1892.

GALLAIS, Estevão M. *O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil missionário dominicano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

GOMES, Vicente Ferreira. *Itinerário da cidade de Palma em Goiás à cidade de Belém, no Pará pelo Rio Tocantins e breve notícia do norte da Província de Goiás entre 1858 e 1859*. In: *Revista do IHGB*, Tomo 25, p. 483-513, 1862.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

_____. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tadeu T. da. (Org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808/1912)*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997.

O INCENTIVO. *Jornal impresso*. Porto Nacional- TO, n.º 10, 1902.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Um Porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880-1910*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 1997.

ORTÊNCIO, Bariani. *Dicionário do Brasil Central. Subsídios à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1983.

PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura/IPEHBC/Centro de Cultura Goiana, 1996.

PEREIRA, Mariana Cunha. “A Ponte Imaginária - O Trânsito Interétnico na Fronteira Brasil – Guiana. Programa de Mestrado e Doutorado do CEPPAC/UnB: Brasília, 2005.

PÓVOA, Liberato. *Dicionário Tocantinense de termos e expressões afins*. 2.ed. Goiânia: Kelps, 2002.

- RODRIGUES, Lysias A. *Roteiro do Tocantins*. Goiânia: Líder, 1978.
- ROSA, João Guimarães. *A terceira margem do rio*. In: *Primeiras Estórias*. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 37.
- REPETTO, M. Roteiro de uma Etnografia Colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil. Tese de doutorado apresentado a PPGAS. Departamento de Antropologia. Brasília:UnB, 2002.
- RIVIÈRE, Peter. O Indivíduo e a Sociedade na Guiana: um estudo comparativo sobre a sociedade ameríndia. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura, São Paulo: Edusp, 2001.
- SILVA, Francisco Ayres da. *Caminhos de Outrora - Diário de Viagens*. Goiânia: Oriente, 1972.
- SILVA, Henrique & BRASIL, Americano do. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, 1917/1935.
- SOUZA FILHO, Eduardo Henrique de. *As Reminiscências de Um Juiz*. Goiânia: Oriente, 1980.
- TOCANTINS, Leandro. *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

SOBRE OS ORGANIZADORES

FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES

Pós-doutorado pela Universidade de Huelva-Espanha, no Programa de Gênero, Identidade e Cidadania; doutorado em Ciências Sociais - Estudos sobre as Américas pela Universidade de Brasília (2007); mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (1996). Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1988), Atualmente é professora no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e nos programas de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) e Recursos Naturais (PRONAT). É líder do GEIFRON-Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Fronteiras, coordena a Linha de Pesquisa: Migração, Gênero e Violência.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2515655261582669>

E-mail: france.rodriques@ufrr.br ou francilene.rodriques@pq.cnpq.br

MARIANA CUNHA PEREIRA

Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais/UFPA; Mestrado em Educação/ UnB; Doutora em Antropologia Social da América Latina e Caribe/UnB. Docente do Curso de História e dos Programas de Mestrado em Antropologia Social/PPGANTS e do PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Roraima / UFRR. Vice-líder do GEAM/PPGANTS. Vice-líder do Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Fronteiras - GEIFRON/CCH/UFRR. Coordenadora do PIBID/ História 2020 – 2022/UFRR e Pesquisa Fronteiras, Relações Interétnicas e de Gênero. Atualmente preside a Comissão de Heteroidentificação da PRPG/UFRR.

CV: <http://lattes.cnpq.br/0207378492271750>

E-mail: marianac.pereira@ufrr.br

PEDRO MARCELO STAEVIE

Pós-Doutorado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) na Universidade de Lisboa. Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da UFPA. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 2004 exerceu a docência na Universidade Federal de Uberlândia e no ILES/ULBRA, em Itumbiara - GO. Entre 2004 e 2013 foi docente na UFRR. Desde 2013 é docente na Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), lecionando nos cursos de graduação em Ciências Econômicas e Administração Pública e Políticas Públicas, e no Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento. É líder do Grupo de Pesquisa NEIAM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Amazônia), participa do Grupo MAPAZ (Meio Ambiente, População e Desenvolvimento na Amazônia), do NAEA/UFPA e da RELATEF, Rede Latino Americana de Estudos sobre Fronteiras. É associado ainda à Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Em 2017 participou do Programa Biari Brown, “Migraciones en las Americas”, no El Colegio de México. Tem desenvolvido investigações nas áreas de migrações históricas e contemporâneas, História econômica do Brasil e da Amazônia.

CV: <http://lattes.cnpq.br/4663239871125043>

E-mail: pedrostaevie@yahoo.com.br

VÂNGELA MARIA ISIDORO DE MORAIS

Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará (1993), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2003) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2013). Pesquisa as temáticas de comunicação regional e mídias alternativas, religião, etnicidade e migrações. Coordena o projeto Somos Migrantes junto ao Grupo de Estudo Interdisciplinar de Fronteira (Geifron) e o projeto de pesquisa sobre comunicadores indígenas (PRPPG/UFRR). Compõe os grupos de pesquisa Mídia, Conhecimento e Meio Ambiente e AmaZoom – Observatório Cultural da Amazônia e Caribe.

CV: <http://lattes.cnpq.br/3445758357722488>

Email: vangela.morais@ufrr.br



Geifron
UFRR
Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



OBMIGRON
OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM RONDÔNIA



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ISBN 658606290-8



9 786586 062908